



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**ESCRAVIDÃO E INDÚSTRIA:
UM ESTUDO SOBRE A FÁBRICA DE FERRO
SÃO JOÃO DE IPANEMA – SOROCABA (SP) – 1765-1895**

Mario Danieli Neto

Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Economia da UNICAMP para
obtenção do título de Doutor em Economia
Aplicada – área de concentração: História
Econômica, sob a orientação do Prof. Dr.
José Jobson de Andrade Arruda.

*Este exemplar corresponde ao original
da tese defendida por **Mario Danieli
Neto** em 15/12/2006 e orientado pelo
**Prof. Dr. José Jobson de Andrade
Arruda**.*

CPG, 15 / 12 / 2006

Campinas, 2006

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

D227e Danieli Neto, Mario.
Escravidão e industria : um estudo sobre a Fabrika de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895 / Mario Danieli Neto. – Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador : Jose Jobson de Andrade Arruda.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Escravidão – Sorocaba (SP) – Historia. 2. Fabrika de Ferro São João de Ipanema. 3. São Paulo – Historia. 4. Sorocaba (SP) – Seculo XVIII-XIX. I. Arruda, Jose Jobson de Andrade, 1942- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. II. Titulo .

06-071-BIE

Título em Inglês: Slavery and industry : a study on the São João de Ipanema iron factory – Sorocaba (SP); Brazil – 1765-1895.

Keywords : Slavery – Sorocaba (SP) – History ; São João de Itapema iron factory ; São Paulo – History; Sorocaba (SP) – 18th and 19th century

Área de concentração : Historia economica.

Titulação : Doutor em Desenvolvimento Economico

Banca examinadora : Prof. Dr. Jose Jobson de Andrade Arruda
Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes
Prof. Dr. Hernani Maia Costa
Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi
Prof. Dr. Jose Ricardo Barbosa Gonçalves

Data da defesa: 15-12-2006

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento economico

Tese de Doutorado

Aluno: MARIO DANIELI NETO

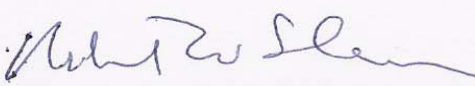
**“Escravidão e Indústria: Um Estudo sobre a Fábrica de Ferro
São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895 “**

Defendida em 15 / 12 / 2006

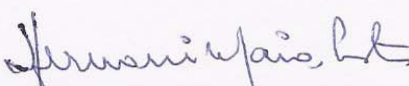
COMISSÃO JULGADORA



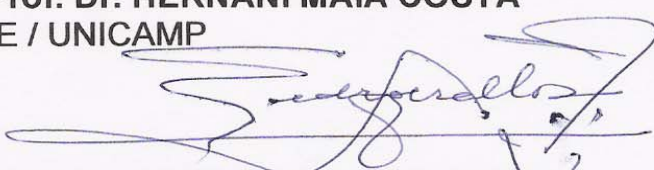
Prof. Dr. JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. ROBERT WAYNE ANDREW SLENES
IFCH / UNICAMP



Prof. Dr. HERNANI MAIA COSTA
IE / UNICAMP



Prof. Dr. PEDRO GERALDO TOSI
UNESP / Franca



Prof. Dr. JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES
IE / UNICAMP

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia**

Mário Danieli Neto

**Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São
João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895**



Resumo

Escravidão e indústria são temas de polêmicas discussões históricas. Pelo menos desde o século XIX, estudiosos de diversas áreas buscaram compreender as questões que envolveram o trabalho escravo em ambientes fabris. O problema central está em refletir sobre a suposta incompatibilidade do escravo frente ao labor industrial, constantemente ressaltada na historiografia que mostra o escravo como incapaz de se adaptar às atividades que exigiam destreza técnica e conhecimentos de máquinas, além de não se habituarem ao ritmo da produção industrial. Mas não somente isso; para alguns historiadores a dicotomia entre escravidão e indústria é algo mais sério, pois os esforços para se implantar indústrias seriam barrados pela presença da instituição escravista. Nesta tese, propus estudar o caso da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Sorocaba (SP), buscando resgatar importantes pontos para a discussão das relações de trabalho escravistas em um empreendimento industrial.

Discute-se preliminarmente, as visões sobre a escravidão industrial de forma comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos com ênfase no século XIX. Por sua vez, para um melhor entendimento daquilo que se costumou denominar indústria no Brasil, segue-se uma abordagem sobre pré-indústria e protoindustrialização, pautando-se pelas principais referências teóricas européias e refletindo a respeito desses dois conceitos no caso do Brasil. Tal passo foi o caminho necessário para compreender historicamente a importância da Fábrica Ipanema, cuja trajetória foi analisada a partir de fontes primárias pertencentes ao estabelecimento e relatórios governamentais. Surge então a questão da mão-de-obra. Desde os primórdios, os escravos foram uma presença marcante entre os trabalhadores da companhia. Resgatar um pouco da história dos escravos que lá trabalharam, bem como de um outro grupo importante, os africanos livres, conduziu-nos a conclusões importantes. A disciplina de trabalho era contestada pelos dois grupos de trabalhadores, por meio de fugas, revoltas ou utilizando-se dos meios judiciais disponíveis que conseguiam. A violência da escravidão na Fábrica não era menor que aquela aplicada aos escravos nas fazendas de açúcar ou café. Os arranjos familiares eram presentes entre escravos e africanos livres que pretendiam constituir suas famílias, casando-se dentro da própria fábrica. Por fim, argumenta-se que a incompatibilidade entre escravidão e trabalho

industrial necessita ser repensada, pois a história da Fábrica Ipanema é repleta de situações que exemplificam o contrário.

Abstract

Slavery and industry are subjects of controversies historical debates. At least since 19th century, studios of diverse areas they had searched to understand the questions that had involved the enslaved work in industrial environments. The central problem is in reflecting on the supposed incompatibility of the slavery front to the industrial work, constantly salient in the historiography that shows the slave as incapable of adapting to the activities that demanded dexterity technique and knowledge of machines, beyond not becoming accustomed itself to the rhythm of the industrial production. But not only this; for some historians the dichotomy between slavery and industry is something more serious, therefore the efforts to implant industries would be barred by the presence of the slavery institution. In this thesis, I considered to study the case of the Plant of Iron São João de Ipanema, in Sorocaba (SP), searching to rescue important points for the quarrel of the slavery relationships of work in an industrial enterprise. It is argued preliminarily, the visions on the industrial slavery of comparative form between Brazil and the United States with emphasis in century XIX. In turn, for one better agreement of what call industry in Brazil, follows a boarding on pre-industry and protoindustrialization, based in Europeans theoretical references and reflecting regarding these two concepts in the case of Brazil. Such step was the way necessary to understand the importance of the Ipanema Plant, whose trajectory was analyzed from pertaining primary sources to the establishment and governmental reports. The question appears then of the man power. Since the early years, the slaves had been a full presence onto the workers of the company. To rescue a little of the history of the slaves who had worked there, as well as of one another important group, the free Africans, lead-in the a important conclusions. He disciplines it of work was contested for the two groups of workers, by means of escapes, revolts or using itself of the available judicial ways that obtained. The violence of the slavery in the Plant was not minor who that one applied to the slaves in the sugar farms or coffee. The familiar arrangements were used by African slaves and whom they intended to constitute its families, being married inside of the proper plant. Finally, the history of the Ipanema Plant is argued that the incompatibility between slavery and industrial work needs to be rethinking in another point of view, therefore is full of situations that exemplify the opposite.

Agradecimentos

Agradecer a todos que contribuíram para que este trabalho chegasse a sua conclusão é uma tarefa impossível. Muitas pessoas, direta ou indiretamente participaram desse esforço e merecem o devido reconhecimento pelo seu empenho. No entanto, alguns agradecimentos não poderiam deixar de ser feitos, pois referem-se a pessoas e instituições sem cujas contribuições esta tese não seria realizada.

Um agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela Bolsa de Doutorado concedida e que, pelo prazo de dois anos colaborou de modo significativo para as pesquisas, viagens, materiais necessários para a tese.

Agradeço ao Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda, que me orientou nesta pesquisa. Sua contribuição foi essencial. Desde o curso ministrado no Instituto de Economia da Unicamp sobre Métodos de Pesquisa em História Econômica, cujas aulas abriram novas perspectivas sobre nosso trabalho enquanto pesquisadores nessa área, passando pelas leituras, primeiramente do projeto de pesquisa, depois as críticas aos textos, discussões sobre fontes e bibliografia que deveriam ser incorporadas, redirecionando o trabalho quando foi necessário.

Aos Professores Lígia Osório Silva e Robert Slenes pela disponibilidade e auxílio que prestaram durante a Banca de Qualificação, apontando os erros, mostrando caminhos, criticando de maneira segura e clara. Agradeço também pela participação dos Prof^{os} Hernani Maia Costa (IE-UNICAMP), José Ricardo Gonçalves Barbosa (IE-UNICAMP), Pedro Tosi (UNESP-FRANCA) e Robert Slenes (IFCH-UNICAMP) na Banca de Defesa da tese, cujas contribuições na arguição foram de grande relevância para a avaliação do texto final.

Aos funcionários do Instituto de Economia da Unicamp, sempre solícitos e que foram de grande auxílio em especial no que se refere às questões burocráticas. Um agradecimento especial ao Alberto e à Cida da secretaria da Pós-Graduação. Do mesmo modo, agradeço aos funcionários dos demais departamentos e institutos da Unicamp. Na Biblioteca Central, na Biblioteca do IFCH, no Arquivo do Centro de Memória, no Arquivo Edgard Leuenroth, fui sempre atendido com presteza e cortesia.

Aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, onde se encontra a maior parte da documentação sobre a Fábrica São João de Ipanema, pela atenção e profissionalismo no atendimento aos pesquisadores.

Aos colegas de curso que deram sempre muita força e contribuíram para o desenvolvimento do trabalho, lendo, comentando, oferecendo ajuda, indicando novos livros. À Joely, Milena, Renata Bianconi, Fábio Alexandre, Claudia Tessari, Wolfgang Lenk, Ricardo Zimbrão, Arethusa H. Zero.

Aos familiares, especialmente à Clarisse, minha mãe que sempre acreditou em meu trabalho. Também à Raffaella, minha sogra, pela paciência e dedicação à família. As cunhadas Vanessa e Soninha (finalmente Soninha) e Rosângela. Aos meus amigos e irmãos Adão Luís Pereira, Mágnio e Masa que de uma forma ou outra contribuíram para minha caminhada. Aos sobrinhos e sobrinhas Lucas, Mateus, Flávia, Marília, Rafael e Luísa pelas horas alegres em meio a tantas preocupações profissionais.

Aos amigos de sempre e de todas as horas: Cristiano, Camila, André Betti, Heloísa. E também ao Glauco e a Cleisiane.

Um agradecimento especial dedico à minha esposa Isabel. Companheira de momentos maravilhosos, que sempre incentivou meu trabalho, leu os textos preliminares, teve paciência de discutir cada problema que surgia. Mas não apenas por isso. Pela sua fibra, amor, dedicação, que permitiram que eu encontrasse forças para prosseguir e finalizar este trabalho.

Talvez alguns colegas e amigos não tenham recebido seu devido agradecimento. Peço que não se sintam magoados pelo momentâneo esquecimento. Mas que estejam seguros que seus nomes estarão em outras oportunidades, pois tenho a impressão que com o fim deste trabalho, na realidade, não terminei definitivamente nada, apenas comecei...

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1	
ESCRAVIDÃO NA INDÚSTRIA: UMA VISÃO COMPARATIVA ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NO SÉCULO XIX.	13
I - ESCRAVIDÃO INDUSTRIAL: ALGUNS PROBLEMAS VISTOS PELA HISTORIOGRAFIA NORTE-AMERICANA.....	13
II - ESCRAVOS COMO MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL NO BRASIL DO SÉCULO XIX	29
CAPÍTULO 2	
PRÉ-INDÚSTRIA E/OU PROTO-INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL.....	51
CAPÍTULO 3	
A FÁBRICA DE FERRO SÃO JOÃO DE IPANEMA E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA (1765-1895)	83
I – PRÓLOGO: OS PRIMÓRDIOS DA FÁBRICA IPANEMA NO PERÍODO COLONIAL	83
II – O PERÍODO 1808 ATÉ 1821	90
III – O PERÍODO 1834 ATÉ 1860.....	98
IV – O PERÍODO 1870 ATÉ 1895	102
V – EPÍLOGO: A FÁBRICA SÃO JOÃO DE IPANEMA, SUAS CARACTERÍSTICAS PRÉ-INDUSTRIAS E SUA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA	108
CAPÍTULO 4	
ESCRAVOS E AFRICANOS LIVRES NA FÁBRICA DE FERRO IPANEMA EM SOROCABA (SP).....	119
I – OS ESCRAVOS NA FÁBRICA IPANEMA	120
II – OS AFRICANOS LIVRES NA FÁBRICA IPANEMA	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESCRAVIDÃO E INDÚSTRIA	167
FONTES MANUSCRITAS	175
FONTES IMPRESSAS	175
BIBLIOGRAFIA.....	177
ARTIGOS	177
LIVROS E TESES	181

Índices de Figuras, Gráficos e Tabelas

Figuras

Figura 1 - Reunião mensal dos escravos da St. John d'El Rey Mining Company.....	48
Figura 2 – Fábrica de Ferro Ipanema por volta de 1870	126
Figura 3 – Fábrica de Ferro Ipanema por volta do século XIX	127
Figura 4 – Vista da antiga Fábrica de Ferro de Ipanema, hoje Centro Cultural.....	127
Figura 5 - Porta monumental da Fábrica de Ferro Ipanema (Sorocaba) Homenagem a D.Pedro II.....	128

Gráficos

Gráfico 1 – Movimento contábil da fábrica Ipanema (em mil réis).....	112
Gráfico 2 - Despesas gerais da Fábrica Ipanema - exercício 1849-1850.....	148

Tabelas

Tabela 1 - Valores recebidos em caixa da Fábrica Ipanema no ano de 1819	104
Tabela 2 - Despesa diária de um alto forno em Ipanema – 1819.....	105
Tabela 3 - Receita e despesas da Fábrica São João de Ipanema	111
Tabela 4 - Relação dos escravos existentes em 1821 na Fábrica de Ferro São João do Ipanema	135
Tabela 5 - Despesas da Fábrica Ipanema (1849-1850).....	147
Tabela 6 - Escravos na fábrica Ipanema	151
Tabela 7 - Relação dos escravos da Nação existentes na Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema	154
Tabela 8 - Relação dos escravos da Nação existentes na Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema.....	156
Tabela 9 - Pessoal empregado na Fábrica São João do Ipanema - 1872.....	157
Tabela 10 - Escravos e Africanos livres na Fábrica Ipanema.....	160
Tabela 11 - Relação das despesas feitas para os escravos e africanos livres vindos de Ipanema.....	170
Tabela 12 - Sustento de 43 pretos e dos animais de transporte.....	170

Introdução

Com base em documentação primária e ampla pesquisa bibliográfica, proponho estudar um caso particular, envolvendo a Fábrica de Ferro Ipanema em Sorocaba, tendo por objetivo principal, analisar o recrutamento de trabalhadores escravos, africanos livres e suas famílias como mão-de-obra. O destaque fica para o emprego de escravos como parte do quadro de operários da fábrica e as atividades que exerciam na produção metalúrgica. Como referencial teórico, considera-se a discussão sobre trabalho escravo em diversas situações, seja nas cidade ou nas indústrias, realizando um esforço comparativo entre as realidades históricas de Brasil e Estados Unidos quanto ao problema do trabalho escravo em fábricas. Subsidiariamente, mas não de menor importância inserem-se as discussões em relação à problemática da pré-indústria e/ou proto-industrialização presentes em correntes historiográficas européias principalmente, mas que já recebe importantes contribuições de pesquisadores no Brasil.

Os marcos cronológicos são bastante dilatados, partindo do final do século XVIII a partir do ano 1765, data da primeira amostra de ferro fundida na região onde se fincaram os alicerces da Fábrica Ipanema e que justificaram os investimentos do governo português para levantar o empreendimento e conceder licença para os exploradores pioneiros vasculharem as minas de ferro do local. Essa efemérides foi também representativa historicamente para São Paulo, pois naquele mesmo ano, a capitania paulista obteve de volta sua autonomia administrativa e passou a ser comandada pelo Morgado de Mateus a quem as amostras das primeiras experiências metalúrgicas com o ferro do morro de Araçoiaba foram entregues. Por sua vez, a pesquisa estendeu-se até o ano de 1895, data que marca o encerramento definitivo das atividades da Fábrica São João de Ipanema. Como se observa, trata-se de um longo período da história brasileira, no qual a companhia passou por transformações de diversas ordens, tanto administrativas como econômicas. Ademais, procurou-se concentrar os esforços nas relações de trabalho derivadas da escravidão, que permeou a trajetória do estabelecimento desde o seu início até pelo menos 1871, quando formalmente - embora não de fato e de direito -, não havia mais escravos em instituições pertencentes ao governo imperial. Os anos iniciais da República correspondem a um

período de profunda decadência para Ipanema, quando sua produção foi praticamente paralisada, seu passivo assumiu proporções desencorajadoras para o governo e as atividades foram por fim terminadas, restando apenas algumas obras de manutenção dos prédios e da maquinaria.

De início, cumpre destacar que os estudos sobre a escravidão no continente americano receberam nas últimas três décadas contribuições decisivas que revelaram a profundidade histórica da instituição escravista observada por diferentes prismas. No Brasil e nos Estados Unidos a temática do trabalho escravo ensejou pesquisas que demonstraram ser essa forma de trabalho algo extremamente versátil, dinâmica e que se transformou ao longo dos séculos nas sociedades em que existiu o regime de trabalho forçado.

Desde a década de 1970, pelo menos, a historiografia sobre escravidão trouxe à tona discussões que até então eram consideradas secundárias ou mesmo desprezadas por historiadores e cientistas sociais. Nos Estados Unidos, as décadas de 70 e 80 do século passado representaram uma renovação nos temas, nos métodos e nas fontes de pesquisa sobre o papel dos escravos na sociedade. O leque foi aberto com a ampliação de temáticas como a escravidão nas cidades, a demografia aplicada às populações escravas, o estudo das famílias escravas, o trabalho escravo industrial entre outras. Também no Brasil, especialmente na década de 80 houve uma intensa renovação dos estudos sobre o regime escravista, quando das comemorações do centenário da Abolição. Historiadores, sociólogos e economistas, buscaram também novas fontes primárias, ou exploraram mais a fundo aquelas que até então eram pouco utilizadas, desvendando um universo novo sobre a escravidão.

Os temas estudados desde então abrem caminhos diversos para a pesquisa histórica sobre a escravidão. No Brasil, algumas questões têm provocado saudáveis discussões em âmbito acadêmico. A demografia escrava, por exemplo, trata-se de um tema que despertou muito interesse em épocas recentes. Embora não seja propriamente uma novidade, visto que algumas pesquisas sólidas nesta área foram realizadas desde a década de 70, atualmente existem diversos títulos sobre essa temática, com o uso de metodologias inovadoras e fontes de grande interesse, como os documentos cartoriais (batismo, casamento, mortes, etc.). Também os estudos sobre família escrava têm recebido cuidadosa atenção por parte de muitos pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Por sua vez, as pesquisas sobre a

escravidão urbana, cujos primeiros passos foram dados na década de 80, mostraram ser um campo fértil para o surgimento de novos problemas historiográficos que extrapolam a noção do trabalho escravo como essencialmente voltado para as atividades agrícolas.

Todas essas mudanças de enfoque e renovação de pesquisas são de extrema relevância para a abertura de novas perspectivas em torno da escravidão em nosso continente. Mais recentemente no Brasil, um tema em especial começou a despertar o interesse de estudiosos. Trata-se da denominada escravidão industrial, ou escravidão na indústria. Embora nunca fosse problema ignorado pela historiografia brasileira, a escravidão industrial passou a receber estudos sistemáticos somente a partir da década de 90. Por outro lado, o pioneirismo dos Estados Unidos nessa temática data dos anos 70, com o clássico estudo de Robert Starobin.

Tal modalidade de trabalho escravo buscou atender às necessidades de mão-de-obra das fábricas, manufaturas, ou mesmo do pequeno artesanato das cidades e das áreas rurais onde os empreendimentos se instalaram desde os primórdios dos séculos XVIII e XIX. No Brasil, como objeto de estudo, a escravidão industrial é tema relativamente recente na historiografia, mas já recebeu contribuições significativas de pesquisadores que levantaram as principais dificuldades encontradas para analisar esta temática.

De fato, pensar o trabalho escravo em estabelecimento fabris exige a abordagem de questões polêmicas. A escravidão industrial, objeto de discussão desta tese, constituiu uma das faces mais importantes da instituição escravista no Brasil. Na realidade, pensar escravidão e indústria no Brasil remete a problemas mais complexos. A escravidão enquanto instituição arraigada nas entranhas da sociedade brasileira desde os primórdios da colonização marcou de forma indelével todas as suas esferas: política, econômica, social. A presença do trabalho escravo fez-se notar em praticamente todas as atividades produtivas desenvolvidas no Brasil ao longo da história. Desde as primeiras “indústrias” extrativas até a formação do complexo cafeeiro no final do Império, o escravo marcou as relações de trabalho no país. Os escravos foram utilizados em todas as formas de exploração econômica, e como não poderia deixar de ser, as fábricas e as manufaturas também se aproveitaram desse imenso contingente de trabalhadores forçados para seu desenvolvimento.

Deste modo, as reflexões sobre o trabalho escravo na indústria devem considerar alguns problemas complexos. O primeiro deles trata exatamente da própria concepção de indústria que se tornou conhecida no Brasil antes do século XX. Afinal, o que pode ser considerado como atividade industrial em épocas tão distintas do ponto de vista histórico e econômico como o período colonial e o Brasil pós-Independência? As atividades extrativas, muitas vezes, eram considerados pelos coetâneos da colonização portuguesa na América como uma atividade industrial. Assim também o eram a pesca da baleia, a construção de navios e claro, a produção do açúcar.

Desse rol de atividades produtivas, vale destacar o açúcar, que alguns autores consideram uma autêntica indústria colonial, com um processo produtivo bastante complexo, divisão de trabalho rígida e uso de alguma tecnologia da época na sua produção. Muito embora a produção açucareira sofresse as oscilações sazonais de qualquer outra cultura, sua estrutura organizacional revelava uma preocupação claramente fabril. A mão-de-obra escrava empregada nos engenhos nordestinos dos séculos XVII e XVIII era certamente, em sua grande maioria, direcionada para o trabalho árduo da lavoura canavieira, derrubando matas, plantando, colhendo e transportando a cana-de-açúcar. Porém, o processo produtivo exigia que alguns escravos desempenhassem funções um pouco mais qualificadas, mas não menos penosas que a lavoura. Não obstante a maior parte dos mestres de açúcar serem livres e em alguns casos, estrangeiros contratados para o trabalho, nas fornalhas, caldeiras e moendas, o trabalho escravo predominava sob a rígida supervisão dos feitores. A divisão de tarefas era uma característica marcante nos engenhos, o que lhes conferia um caráter de atividade fabril.

Mas, do ponto de vista que mais interessa nesta pesquisa, qual foi configuração assumida pelas manufaturas e pequenas fábricas no Brasil do século XIX em especial? Que espécie de estabelecimentos fabris eram elas? Quais eram suas características fundamentais? Que importância tiveram dentro da economia da época? São questões que dificilmente encontrarão uma resposta única. A presença de manufaturas no Brasil oitocentista ao invés de ser uma “anomalia” parece ter sido algo profundamente importante para pensar a economia regional e rever alguns problemas da história econômica. Para compreender a potencialidade do estudo das manufaturas e fábricas no Brasil do século XIX é necessário discutir a natureza desses empreendimentos. Para tanto, o conceito de

proto-indústria e/ou pré-indústria é essencial. Tratam-se de conceitos distintos. Libby, por exemplo, utiliza o termo proto-indústria para analisar as forjas e pequenas manufaturas de ferro em Minas Gerais, além de estabelecimentos maiores, como uma companhia de mineração sob domínio inglês. Entretanto, Oliveira prefere utilizar a designação de pré-indústria, quando trata das manufaturas fluminenses. A distinção, segundo Oliveira, estaria no caráter urbano das manufaturas fluminenses, que as distinguiam de suas congêneres européias, por exemplo, que se situavam em áreas rurais e distantes dos grandes centros urbanos.

Neste caso, como pode ser pensada a Fábrica de Ferro São João do Ipanema? A hipótese levantada nesta pesquisa mostra que Ipanema pode ser caracterizada como um estabelecimento proto-industrial, muito embora, tal afirmação mereça certa dose de cuidado. Sendo a idéia de proto-industrialização um fenômeno estudado especialmente por especialistas europeus que se debruçaram sobre o período que vai do século XVI ao XIX, algumas observações devem pautar a análise para o caso brasileiro. As características fundamentais de uma proto-indústria estão presentes em Ipanema. Trata-se de um estabelecimento típico do período, localizado em área distante de centros urbanos relevantes, possuía, na realidade, uma relativa autonomia quanto a produção para consumo próprio. Ocupava área de grande extensão territorial, que abrangia ao seu redor matas, rios, pastos para animais, senzalas, casas, capela, olaria, oficinas de todos os tipos, plantações de gêneros de abastecimento, entre outros, além, claro, das oficinas e fornos ligados diretamente a sua atividade fim, a produção de ferro.

Entretanto, se Ipanema possuía algumas características de uma proto-indústria aos moldes europeus, outras lhe ficavam ausentes, talvez pelas próprias limitações do mercado interno no Brasil do século XIX. Assim, percebe-se que a Fábrica carecia de um sistema de transporte eficiente. Do mesmo modo, não possuía uma rede de trabalhadores autônomos que lhe fornecessem os produtos acabados, como acontecia, por exemplo, na indústria têxtil da Europa com o denominado *Verlagssystem*. Esse tipo de arranjo quanto a mão-de-obra, não existiu em Ipanema, o que a distancia um pouco dos modelos clássicos das proto-indústrias européias.

Outro problema importante, é que dificilmente se poderá comprovar se houve transformações demográficas significativas a partir da criação da fábrica na região que

ficava em seu entorno. Tal característica é também um importante componente para o estudo dos casos de proto-industrialização, conforme se observa na vasta produção bibliográfica européia sobre o tema. Na verdade, a evolução econômica e demográfica daquela região esteve ligada ao desenvolvimento do comércio de abastecimento interno e ao avanço das tropas de mulas, que compunham um dos principais setores da economia paulista entre os séculos XVIII e XIX. A presença de Ipanema na região de Sorocaba foi possível a partir do interesse governamental em fomentar a produção de ferro. No início das atividades, ainda sob o domínio português, percebe-se que o estabelecimento tinha uma função estratégica, sob o ponto de vista econômico e militar. Representou uma das muitas tentativas de “modernização” econômica implantadas pelo governo metropolitano como forma de sanar seus graves problemas financeiros. Por outro lado, representou também uma preocupação com a defesa do território contra as incursões espanholas no século XVIII.

Na realidade, a Fábrica Ipanema foi um estabelecimento isolado na região de Sorocaba. Em torno do estabelecimento erguiam-se pequenos engenhos de açúcar, mas a distância em relação a vila de Sorocaba transformou Ipanema num empreendimento atípico para o Brasil do século XIX. A permanência da fábrica por mais de cem anos deveu-se sobretudo, aos recursos provenientes do Estado. Desde seus primórdios, o aporte de capitais e bens (escravos, bois de tração, etc.) foi fundamental para impulsionar a produção de ferro. Ainda durante o período colonial, a fábrica recebeu grandes contingentes de trabalhadores escravos, tanto recrutados do tráfico africano como também aqueles denominados escravos da nação, ou seja, fornecidos diretamente pelo governo. No período regencial, a situação pouco foi alterada e a produção da fábrica foi incrementada, com a chegada de operários estrangeiros, mais escravos, e a reconstrução de fornos e outros equipamentos. Ao adentrar o segundo reinado, algumas dificuldades começaram a se fazer notar, embora o governo de D. Pedro II também tenha fornecido recursos para a manutenção da produção do estabelecimento.

A exposição dos problemas, hipóteses e possíveis conclusões desta tese foi organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo trata de uma discussão comparativa entre a escravidão nos Estados Unidos e no Brasil, com ênfase para as questões relativas à escravidão industrial. A bibliografia utilizada foi bastante variada, mas concentrou-se em estudos específicos sobre o tema, embora não se tenha negligenciado os trabalhos

considerados “clássicos” na historiografia dos dois países e que lançaram as bases para as discussões mais aprofundadas das décadas seguintes. Este capítulo é de grande importância, pois busca fundamentar as principais análises em relação ao trabalho escravo nas indústrias, pontuando as críticas à tese da dicotomia entre escravidão e trabalho fabril presente tanto em autores norte-americanos como em estudiosos que se debruçaram sobre o Brasil escravista. A abordagem por meio da história comparativa procurou desvendar problemas comuns e questões particulares entre os dois países quanto ao emprego de escravos como trabalhadores industriais.

Neste sentido, a reflexão sobre tal problemática conduziu à conclusão de que escravidão e indústria formaram uma das múltiplas faces da escravidão nas Américas. O argumento sobre a incompatibilidade do trabalho escravo e o desenvolvimento fabril não se sustenta quando analisado com mais cuidado. Não se pode confundir crescimento industrial com desenvolvimento capitalista, equívoco que levou muitos autores a afirmarem a dicotomia entre os dois pólos do problema. O trabalho fabril sob regime da escravidão foi perfeitamente flexível e dinâmico, a ponto de oferecer vantagens econômicas e custos menores que aqueles propiciados em alguns casos por trabalhadores assalariados, não obstante a idéia de que o escravo representava parte do capital fixo da indústria, hipótese também contestável, visto que os cativos poderiam ser negociados, vendidos em momentos de queda da produção ou alugados de outros senhores, quando ocorria o contrário, incremento da produção exigindo mais braços.

As comparações entre Brasil e Estados Unidos por meio do debate historiográfico levantam uma riqueza de possibilidades para o tema escravidão e indústria que ainda precisa ser explorado pelos estudiosos. Esta tese não pretendeu esgotar tais possibilidades, dado o nível de complexidade dos problemas que envolvem um estudo comparativo entre duas realidades históricas distintas. Entretanto, foi um passo essencial para uma aproximação neste sentido, e serviu como base teórica para as discussões dos capítulos posteriores nos quais as fontes empíricas foram questionadas.

No segundo capítulo, o esforço foi direcionado para a compreensão de vários problemas quando se reflete acerca da escravidão e da indústria em nossa sociedade. Qual era a natureza dessa indústria? O que era considerado indústria no período colonial? E depois, no século XIX? Teoricamente, buscou-se apoio nos estudos sobre a pré-indústria e

proto-industrialização. São temas cujo o desenvolvimento das pesquisas tem maior concentração na Europa, sobretudo tratando-se dos séculos XVI ao XIX. É um vasto campo de análises que tem despertado o interesse de pesquisadores de diversas áreas, pois perpassa problemas relativos à história, economia, demografia histórica, geografia e ciências sociais, com possibilidades muito significativas. Novamente, as comparações são importantes, mas aqui tomou-se o cuidado de não conceber aproximações lineares, pois as mediações são problemáticas quando se compara a Europa e a América. Os estudos sobre protoindustrialização européia têm avançado bastante nos últimos anos e apontam para questões como a configuração regional, o sistema fabril empregado, o tipo de mão-de-obra encontrada, as mudanças nos padrões de casamento e arranjos familiares, os impactos da protoindústria no campo da demografia, etc. Trata-se então, de um campo de pesquisas específico, cujos métodos, fontes e problemas tem sido explorados exhaustivamente, mas cujas respostas ainda não são definitivas.

No Brasil, os estudos a respeito da pré-indústria e a protoindustrialização ainda não são representativos, mas já contam com um bom número de trabalhos importantes. Compreender esses pontos foi essencial para formar a noção, presente nesta tese, de que uma protoindústria se desenvolveu aqui nos séculos XVIII e XIX. A Fábrica Ipanema compõe parte importante desta história e só pode ser analisada em profundidade quando observada a partir deste ponto de vista teórico. Não se trata de uma anomalia destoante do conjunto do Brasil escravista. Trata-se, sim, de uma protoindústria cujo desenvolvimento em um país sem infra-estrutura teve que ser financiada pelo capital estatal, diferentemente do que ocorria em partes da Europa. Na verdade, a presença da mão-de-obra escrava ou composta por africanos livres e negros libertos foi uma constante na história de Ipanema, o que reforça a tese de que a escravidão e as atividades industriais não eram incompatíveis. Na documentação pesquisada, nenhum diretor ou administrador da fábrica fez menção aos trabalhadores cativos como incapazes, inadaptados ou prejudiciais ao bom andamento das tarefas produtivas. Ao contrário, mesmo em épocas em que foram contratados operários livres, o estabelecimento continuou contando com um significativo contingente de trabalhadores escravos. Algumas fontes revelam, inclusive, o esforço dos administradores em recuperar escravos que se encontravam foragidos ou presos e que faziam falta aos quadros da companhia por serem conhecedores de ofícios essenciais ao serviço de

metalurgia. As dificuldades financeiras e produtivas da Fábrica ao longo dos anos são, em geral, atribuídas à falta de recursos governamentais, escassez de matas para a produção de carvão, péssima infra-estrutura de transportes, alta incidência de impostos sobre produtos e sobre circulação, concorrência desfavorável com produtos estrangeiros, entre outros entraves.

Portanto, para melhor compreensão do papel histórico da Fábrica Ipanema, foi elaborado o capítulo 3 que trata da trajetória do longo estabelecimento fabril de Sorocaba. O capítulo começa a partir das primeiras tentativas de produção de ferro na região nos anos finais do século XVIII. Posteriormente, segue-se o fio condutor a partir da vinda da Família Real para o Brasil e as transformações decorrentes deste evento. Neste período, a Fábrica deslança, recebe aportes importantes para a instalação dos primeiros fornos, contratação de mão-de-obra estrangeira para as tarefas mais técnicas e a chegada de mais escravos para os trabalhos de derrubada de matas e outras atividades dentro do estabelecimento. Ao que tudo indica, durante o período regencial, a produção da fábrica foi incrementada e a presença de escravos em funções qualificadas já havia se tornado uma realidade. A década de 1850 foi um período de maiores dificuldades financeiras para Ipanema.

O desenvolvimento da cultura cafeeira na província e o fechamento do tráfico atlântico de escravos possivelmente contribuíram para agravar a situação de estagnação da produção de ferro do estabelecimento. Primeiro pela circunstância de que os antigos donos de engenhos, consumidores de alguns produtos da fábrica (como moendas e outros equipamentos para produção de açúcar) deixaram de comprar, pois estavam transformando suas lavouras de cana-de-açúcar em fazendas de café. Segundo pelo alto preço que os escravos passaram a ter no mercado paulista em expansão econômica o que dificultava a incorporação de novos cativos no quadros da companhia além de propiciar a cobiça dos agricultores próximos da fábrica que passaram a recrutar trabalhadores pertencentes ao estabelecimento de Ipanema. Tal situação de penúria levou ao encerramento das atividades da companhia em 1860, muito embora desde 1852 o governo cogitasse arrendar Ipanema a particulares, o que acabou não ocorrendo.

A Fábrica ficou inativa por cinco anos. Quando do início dos primeiros conflitos territoriais na Bacia do Prata entre Brasil e Paraguai aventou-se a necessidade de reerguer

Ipanema para que servisse de apoio à produção de ferro, armamento e munição para um possível embate entre as duas nações. Nesta época, parte do maquinário da fábrica e alguns operários (africanos livres e escravos) foram enviados à província de Mato Grosso para servirem nas novas fábricas de pólvora que o governo brasileiro desejava estabelecer na região a fim de se sobrepor estrategicamente às ofensivas das tropas de Solano Lopez. Desta forma, Ipanema passou a contar novamente com investimentos do governo imperial, o que contribuiu para um breve período de atividades em seus fornos. O fim a Guerra do Paraguai e as dificuldades financeiras do governo levaram a fábrica novamente a uma crise nos anos 1871 e 1872. Ao longo do restante da década, a situação econômica do estabelecimento pouco mudou, oscilando entre períodos de melhorias e épocas de baixa produtividade, com o agravante do acúmulo de dívidas com o governo e constantes desequilíbrios entre receita e despesas. A década de 1880 marca, por sua vez, os derradeiros anos de Ipanema enquanto instituição fabril. Ocorreram nesse período sucessivas alterações quanto a competência administrativa, passando do Ministério da Guerra, para o da Agricultura, voltando para o da Guerra e finalmente encerrando sob comando do Ministério da Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, mas sem qualquer resultado prático em relação a promover novamente a produção de ferro. O capítulo se encerra, portanto, no ano de 1895, marco final da trajetória conturbada e “hercúlea” da Fábrica Ipanema. As fontes utilizadas concentraram-se nos relatórios dos Ministérios da Guerra, da Agricultura e da Indústria, Viação e Obras Públicas, no período republicano. Além disso, foram também pesquisados documentos manuscritos pertencentes à Fábrica sob guarda do Arquivo do Estado de São Paulo.

O quarto capítulo é um esforço de recuperar a história vivida por personagens diversos dentro da fábrica Ipanema. Histórias de trabalhadores anônimos ou cujos nomes foram deixados na documentação pesquisada, revelam o cotidiano de trabalho. A ênfase recaiu sobre dois grupos de trabalhadores: os escravos e os africanos livres.

Em toda sua longa existência, Ipanema contou em seus quadros de operários com significativos contingentes de trabalhadores escravizados. Do ponto de vista desta tese, a participação dos escravos no estabelecimento foi fundamental, tanto para viabilizar economicamente a produção como também pelo conhecimento técnico que esse grupo de trabalhadores detinha quanto à produção metalúrgica. Neste ponto, contesta-se a noção de

que escravidão e indústria são incompatíveis e procura-se provar a viabilidade do trabalho cativo como forma de reduzir custos de produção (utilizando-se inclusive crianças como parte da mão-de-obra) e contando também com trabalhadores escravos em funções qualificadas e mesmo de supervisão em alguns casos. Na realidade, constatou-se que o contingente de trabalhadores cativos dividia-se em duas categorias a partir de 1831. De um lado os escravos de fato e de outro os “africanos livre” que apesar da denominação recebiam o mesmo tratamento e viviam nas mesmas condições que os escravos. A presença de africanos livres na fábrica foi também fonte de constantes problemas para a administração do estabelecimento, quando esses passaram a exigir o reconhecimento de sua liberdade por meio judicial.

Mas também escravos faziam suas contestações à ordem estabelecida e à disciplina de trabalho dentro da fábrica. Vários documentos mostram que escravos tinham meios de reivindicarem melhorias no tratamento recebido dentro da fábrica, assim como, também faziam arranjos familiares, casamentos, criavam filhos. Esses escravos, em muitos casos, eram trabalhadores qualificados; exerciam funções importantes, tais como, fundidor, ferreiro, moldador e mesmo atividades de supervisão. Muitas fugas de escravos revelam a preocupação dos administradores em recuperar operários cujos conhecimentos técnicos representavam um desfalque nos quadros da empresa. As mulheres escravizadas em geral eram relacionadas nos documentos da fábrica sem menção da profissão que exerciam. Mas outros documentos revelam que, em geral, ocupavam-se das tarefas de costuras e cuidavam da alimentação dos demais trabalhadores. Algumas ainda trabalhavam nos serviços de derrubada de árvores para produzir carvão. As crianças, desde os cinco anos de idade ou mais, eram submetidas ao trabalho de carregar cascalho para obras de infra-estrutura da fábrica. Neste capítulo a base de argumentação foi fornecida em grande parte por meio de fontes primárias, com respaldo das discussões bibliográficas lançadas nos capítulos anteriores. A maior parte compôs-se de documentos provenientes da própria Fábrica, que estão atualmente aos cuidados do Arquivo do Estado de São Paulo, complementados com informações extraídas dos relatórios ministeriais e relatórios apresentados pelos diretores e administradores da Fábrica para a presidência da província de São Paulo.

Como hipótese, pode-se inferir que a transição para o trabalho livre na fábrica realizou-se apenas por conformidade com a legislação vigente no Império que acabou

“libertando” escravos após a Lei do Ventre Livre, mas que na prática não modificou em nada as condições de trabalho às quais estavam subordinados. Deste modo, a pesquisa documental realizada sobre as condições de trabalho encontradas na Fábrica São João de Ipanema, em conjunto com a bibliografia coligida, conduziram à conclusão de que não havia incompatibilidade entre escravidão e indústria, pelo menos em Ipanema. Não se pode generalizar, no momento atual tais conclusões. Para que se possa afirmar categoricamente que a escravidão não foi um óbice ao desenvolvimento industrial, será necessário conduzir os esforços para outras vertentes do problema; por exemplo: as fábricas sob comando de particulares, ou se preferir, do setor privado, cujos trabalhos estão ainda em fase incipiente para o Brasil do período escravista. Futuras pesquisas deverão ser conduzidas para que se possa ampliar a discussão desta temática.

Capítulo 1

Escravidão na indústria: uma visão comparativa entre Brasil e Estados Unidos no século XIX.

“Embora possa parecer que a escravidão é problema do passado e, assim, assunto apropriado para historiadores, seu legado ainda vive, como revela qualquer estudo da distribuição de renda por cor. Ademais, as recentes descobertas de trabalho forçado na agricultura e no garimpo em condições de cativeiro em diversas partes do país no início do século XXI demonstram que ainda paira a sombra da escravidão sobre o Brasil e que as forças da ganância e do poder que tornaram tal instituição durável antes de 1888 não desapareceram, porém simplesmente se transformaram num contexto moderno”. (Stuart Schwartz, Escravos, roceiros e rebeldes, p. 57.)

I - Escravidão industrial: alguns problemas vistos pela historiografia norte-americana

O trabalho nas indústrias foi uma das atividades exercidas por escravos nos Estados Unidos e no Brasil ao longo do século XIX. Na realidade, a escravidão industrial foi uma das faces da escravidão, embora possua características específicas que precisam ser examinadas com cuidado, dada sua importância para compreensão de modos distintos de utilização do trabalho escravo daqueles mais habitualmente estudados pelos historiadores.

A historiografia norte-americana possui importantes títulos a esse respeito, sendo que, de certa maneira, influenciaram alguns estudiosos da escravidão no Brasil a se voltarem para essa questão. De tal maneira, o exame das principais obras que salientam o uso de escravos na indústria norte-americana, compõe um ponto de partida importante e indispensável para compreender o problema de que trata este capítulo.

Uma abordagem das principais linhas historiográficas sobre a escravidão nos Estados Unidos é necessária para esclarecer alguns pontos relevantes para o estudo da escravidão urbana e da escravidão industrial em particular. Neste sentido, o trabalho de Peter J. Parish é um ponto de partida bastante significativo, pois apresenta com clareza e concisão as polêmicas mais acirradas sobre trabalho cativo nos Estados Unidos desde o começo do século XX, não somente sobre escravidão urbana e industrial, mas analisando a

produção histórica em diferentes épocas e com problemas bastante relevantes¹. Três momentos históricos da produção norte-americana sobre a escravidão são fundamentais. Destaca-se, primeiramente, o estudo pioneiro de Ulrich B. Phillips, publicado em 1918, baseado em vasto material sobre o regime de *plantation*. Phillips abordou a escravidão de um ponto de vista “parcial”, enfatizando a inferioridade racial do negro escravizado².

Segundo Peter J. Parish “[Phillips] tratou o escravo como o beneficiário de uma instituição patriarcal mas não lucrativa designada para manter o princípio fundamental do Sul de supremacia branca (...) O foco estava no “tratamento” do escravo, bem como na performance da economia escravista e na eficiência ou ineficiência do trabalho escravo”. Mais importante foi o fato da interpretação de Phillips ter influenciado muitos outros seguidores por mais de trinta anos. Não obstante tal longevidade, a abordagem de Phillips passou a ser reavaliada e criticada em finais da década de 1950, tendo como principal adversário o trabalho de Kenneth Stampp de 1956, que ao contrário de Phillips via a escravidão como um sistema que vitimava o escravo, destacando-se o tratamento severo e a lucratividade do sistema. Também merece menção a obra de Stanley Elkins, publicada em 1959 que exerceu grande influencia entre historiadores de gerações posteriores, ao introduzir os aspectos psicológicos da escravidão sobre o negro e analisar temas como a personalidade do escravo, a comunidade escrava e a cultura escrava, até então desconhecidos ou mesmo ignorados pela historiografia norte-americana³.

A partir da década de 1970, uma outra geração de historiadores da escravidão influenciada por Elkins aprofunda os temas sobre a análise do escravo como participante ativo não somente em suas maneiras de viver, mas também na própria instituição escravista. A “revolução” da historiografia dos Estados Unidos sobre escravidão foi iniciada pelo polêmico trabalho de Fogel e Engermann, *Time on the Cross*, com forte uso do componente estatístico na interpretação da escravidão sob um ponto de vista econômico,

¹ PARISH, Peter J. *Slavery: history and historians*. Harper & Row, Publishers, New York, 1989.

² PHILLIPS, Ulrich B. *American negro slavery: a survey of the supply, employment and control of negro labor as determined by the plantation regime*. New York, 1918, reprinted, Baton Rouge, La., 1966.

³ PARISH, op. cit., p. 6-7. Sobre os autores mencionados ver Stampp, Kenneth. *The peculiar institution: slavery in the Ante-Bellum South*. New York, 1956. Elkins, Stanley. *Slavery: a problem in American institutional and intellectual life*. Chicago, 1959, revised, 1976.

destacando a eficiência e lucratividade da instituição escravista e, o ponto mais controvertido, o tratamento brando dado aos escravos pelos senhores⁴.

A geração seguinte, dos anos 1980, destacou-se pelo relativo abandono dos estudos gerais que caracterizaram em grande parte os principais trabalhos das gerações posteriores. A ênfase das pesquisas nessa década recaem sobre interpretações de caráter regional, exploração de temas específicos e/ou problemas até então pouco estudados pela historiografia da escravidão. Foi a partir dessa década que os estudos de temáticas como a escravidão urbana e a escravidão industrial recebem tratamento analítico e contribuem para a renovação das interpretações da escravidão nos Estados Unidos, embora sua influência, tenha também se espalhado para outras sociedades de passado escravista, como o Brasil, por exemplo⁵. Nas palavras de Parish, “*se os anos setenta foram a década das grandes visões sinópticas da ‘instituição peculiar’ do Sul, os anos oitenta foram a década dos estudos aprofundados. Com uma ou duas exceções, o telescópio deu lugar ao microscópio*”⁶.

Por ora, cumpre ressaltar que também nos Estados Unidos foram levantadas as primeiras pesquisas em torno de temas específicos dentro da problemática mais geral da escravidão no sul escravista. Seguindo mais um pouco a análise feita por Parish, destaca-se o capítulo seis de seu livro, intitulado “*Variations, exceptions and comparisons*”, no qual o autor aborda com rigorosa crítica historiográfica, as principais linhas e temas de pesquisa em escravidão que se consolidaram a partir da década de 1980. De acordo com Parish, merecem especial atenção os seguintes problemas: a escravidão nas cidades, escravidão nas indústrias, escravos de aluguel e estudos sobre negros livres vivendo em estados escravistas⁷.

⁴ Parish, op. cit. pp. 7-8. GENOVESE, E. *The political economy of slavery*. New York, Vintage Books, 1967. FOGEL, R. e ENGERMAN, S. *Time on the cross: the economics of american negro slavery*. Boston, Little, Brown and Company, 1974.

⁵ Pode-se dizer que tal perspectiva historiográfica não passou despercebida no Brasil. Dos estudos gerais (alguns monumentais) de autores como Gilberto Freyre, Viotti da Costa, Jacob Gorender, entre outros que escreveram entre as décadas de 1930 até por volta de 1960, passou-se, a partir dos anos 80 para uma revisão da historiografia muito relevante, sobretudo em 1988, data comemorativa de cem anos da abolição da escravidão no país. O surgimento de muitos estudos sobre temas específicos em torno da escravidão trouxe enorme contribuição para a compreensão da dinâmica do trabalho cativo na sociedade brasileira do período colonial e do império. Mais adiante, algumas obras fundamentais sobre escravidão urbana e escravidão industrial no Brasil serão abordadas.

⁶ Parish, op. cit. p. X (prefácio).

⁷ Parish, op. cit. p. 97.

Uma distinção se faz necessária: escravidão urbana e escravidão industrial não devem ser confundidas. São formas de exploração do trabalho cativo que se distinguem uma da outra por uma série de razões. A começar pelo fato de que a escravidão nas indústrias mantinha pouca relação com o trabalho urbano. Nos séculos XVIII e XIX, de modo geral, as indústrias estabeleciam-se fora das áreas urbanas, aproveitando-se da disponibilidade de cursos d'água e matas que serviam como fontes de energia e fornecimento de matérias-primas. O trabalho dos escravos nas indústrias, destoava bastante daqueles exercidos por seus parceiros de infortúnios nas cidades. Nas áreas urbanas, os escravos dedicavam-se às tarefas mais próximas do que se poderia denominar em termos atuais de setor de serviços. Eram carregadores de objetos e pessoas, vendedores ambulantes, jornaleiros para qualquer empreitada. Nas indústrias, ao contrário, o trabalho desenvolvido por escravos era mais específico, embora muitos fossem alocados em atividades de roça, como derrubar matas, cuidar de roças e animais pertencentes ao entorno da fábrica. O importante, no entanto, é que não haja confusão entre essas duas formas de trabalho cativo. Mais adiante, ao analisarmos o trabalho escravo industrial no Brasil, tal distinção será muito relevante.

Feitos esses esclarecimentos observa-se que, em relação a escravidão urbana, Parish destaca basicamente dois autores: Richard Wade e Claudia Goldin⁸. Wade analisou a escravidão urbana como uma contradição do próprio sistema escravista, ou seja, a presença de escravos nas cidades era uma forma de trabalho peculiar e problemática, pois ao mesmo tempo que o cativo tinha maior mobilidade, havia a necessidade de forte controle por parte das autoridades sobre essa população. O argumento básico de Wade é que a escravidão e o meio urbano eram incompatíveis. O temor de possíveis revoltas de escravos nas cidades era uma realidade vivida pela população branca, além do mais, o custo despendido para vigiar e controlar os cativos nas áreas urbanas era, segundo Wade, muito elevado, o que levou a uma acentuada queda no número de escravos urbanos no período anterior a guerra civil⁹.

Por outro lado, Claudia Goldin elaborou uma das mais importantes críticas ao trabalho de Wade. A autora procura demonstrar por meio de vasto material empírico recolhido dos censos norte-americanos para várias cidades do sul e com base numa

⁸ WADE, Richard. *Slavery in the Cities: the South, 1820-1860*. New York, 1964. GOLDIN, Claudia. *Urban slavery in the American South: a quantitative history*. University of Chicago Press, , 1976.

⁹ Wade, op. cit. p. 325-7.

modelagem econométrica que a escravidão nas cidades não declinou por causa dos problemas em relação a vigilância e temor de revoltas, mas sim, devido as próprias relações entre campo e cidade, que em determinados períodos, fazia oscilar a demanda por braços escravos nas cidades. Basicamente, Goldin tenta provar que no período anterior a guerra, o número de escravos nas cidades declinou devido a uma expansão da demanda por cativos nas áreas de *plantation* do sul, o que levou muitos senhores a vender seus escravos para a área rural. Assim, a proximidade da relação entre a oferta de escravos na cidade e sua contrapartida no campo é expressa pela autora nos seguintes termos: “*O mercado urbano de escravos não era sujeito apenas às influências da demanda e oferta urbanas, mas também às vicissitudes do mercado mais extensivo da agricultura*”. Quanto ao período anterior a guerra, Goldin esclarece que: “*que devido a alta elasticidade da demanda por seus serviços, os escravos urbanos podiam ser vendidos das cidades, especialmente de 1850 a 1860, ainda que a demanda por seus serviços crescesse a uma taxa maior que das áreas rurais*”¹⁰. Embora bastante significativa, a contribuição de Goldin para o debate sobre escravidão urbana também recebeu muitas críticas. Parish aponta, por exemplo, que Goldin

*“algumas vezes confunde ou confronta escravidão urbana e escravidão industrial, e algumas de suas próprias evidências podem ser usadas para chegar a diferentes conclusões. A possibilidade de troca entre trabalho escravo e trabalho livre e a competição que isso engendrou produziu tensões sociais e raciais nas cidades do Sul – incluindo tensões entre proprietários brancos e trabalhadores brancos assalariados. O resultado foi excitar os muitos temores e ansiedades os quais Wade viu como as raízes do declínio da população escrava”*¹¹.

Contudo, a polêmica entre esses autores pode ser considerada bastante “saudável” para a historiografia da escravidão urbana, pois em alguns pontos os dois parecem estar corretos. Goldin em relação a situação conjuntural da década de 1850 e Wade sobre os problemas mais de longo prazo decorrentes dos “perigos” da escravidão nas cidades.

¹⁰ Goldin, op. cit. Prefácio, (xiii) e pp. 8-9.

¹¹ Parish, op. cit, p.100.

Ambos parecem aceitar a idéia de que a escravidão urbana somente foi tolerada ou utilizada em escala limitada e desempenhando funções periféricas¹².

No que se refere ao trabalho escravo na indústria, o principal ponto de discussão, presente em parte da historiografia norte americana aborda o problema como uma forma de trabalho economicamente negativa, ou seja, enquanto força de trabalho, o cativo não apresentaria as mesmas vantagens econômicas que o operário livre. Os argumentos em torno desse problema são que, devido a baixa instrução, completa falta de estímulo pelo trabalho e necessidade de algum conhecimento técnico/operacional de equipamentos, os escravos não eram considerados como mão-de-obra adequada ao trabalho na indústria. Aqueles estabelecimentos que utilizavam esse tipo de mão-de-obra, rapidamente a substituíram pelo trabalhador assalariado. Análises que enfatizam o trabalho escravo na indústria como ineficiente, pouco produtivo e mesmo oneroso para o empresário podem ser encontradas desde obras de coetâneos de antes da Guerra de Secessão aos autores do século XX, especialmente da década de 1960 em diante.

Exemplos dessas abordagens estão presentes nas obras de Olmsted, visitante nortista ao sul dos Estados Unidos por volta da década de 1850 que descreve de modo muito negativo a presença da escravidão nos estados sulistas e mais ainda nas atividades industriais, afirmando, inclusive, a quase impossibilidade de ensinar-se ao escravo algum ofício que exija o nível mínimo de aprendizado técnico¹³. Por sua vez, fundamentado nas abordagens de Olmsted, Cairnes escreveu sua importante obra sobre a escravidão norte-americana, condenando a instituição de maneira ampla, visando provocar a opinião pública inglesa principalmente contra os estados do sul na Guerra de Secessão¹⁴. Outros autores de

¹² Parish, op. cit. p.100-1.

¹³ “Um bem informado capitalista e proprietário de escravos comentou que negros não podem ser empregados em fábricas de algodão. Eu disse que entendia que eles o eram em Charleston e em outros locais no Sul. ‘Pode ser, agora, ele respondeu, ‘mas eles devem desistir’. A razão era, ele disse, que o negro nunca poderá ser treinado para ter discernimento; ele não pode fazer uso de sua mente; ele sempre depende da máquina para fazer seu serviço, e não se pode fazê-lo prestar atenção. Ele não se importa nem se algo está quebrado ou se há grande desperdício. ‘Nós tentamos recompensas e punições, mas isso não fez diferença. É a sua natureza e você não pode mudar isso. Todos os homens são indolentes e têm uma aversão ao trabalho, mas isso é extremamente mais forte na raça africana que em outras’(...)”. OLMSTED, Frederick Law. *The Slave States*. Revised and enlarged edition, with na Introduction by Harvey Wish. Capricorn Books, New York, G. P. Putnam’s Sons, 1959, p86.

¹⁴ CAIRNES, J.E. *The slave power: its character, career, and propable designs: being an attempt to explain the real issues involved in the American Contest*. New York, negro University Press, 1969.

importância, como Phillips e Genovese destacam a contradição essencial do trabalho escravo e a marcha acelerada do processo de industrialização nos Estados Unidos¹⁵.

Ao analisar a escravidão urbana nos sul dos Estados Unidos no período anterior a guerra, Claudia Goldin também marcou presença na historiografia norte-americana, mais pela pesquisa exaustiva e abordagem econométrica de um tema complexo, embora faça, em vários momentos, uma reflexão sobre a presença de cativos nas manufaturas sulistas. Ao pesquisar várias localidades escravistas nos Estados Unidos, Goldin chama a atenção para fato de que “*algumas cidades tinham grande número de escravos trabalhando em ocupações industriais*” e enfatiza o caso de Richmond, cujas fábricas possuíam a maior força de trabalho formada por escravos nos Estados Unidos por volta de 1850, sendo que as manufaturas de tabaco empregavam quase exclusivamente escravos em seus quadros, assim como as fundições de ferro. Ainda de acordo com Goldin, em 1850, 40% da força de trabalho nas manufaturas de tabaco da Virginia era composta por escravos alugados. Em Savannah no ano de 1848, foram recenseados 84 escravos do sexo masculino na área urbana, sendo que 74 deles trabalhavam como artesãos em atividades mecânicas, 5 eram açougueiros, um barbeiro e 4 eram técnicos e pilotos¹⁶. No entanto, como demonstrou Parish, citado anteriormente, Goldin chega a confundir escravidão urbana com escravidão industrial e acaba perdendo o que é mais específico dessa última.

Tal debate estende-se ainda em outras obras, destacando-se Carl Degler e Barbara Jeanne Fields, cujos trabalhos foram analisados por Parish¹⁷. Segundo Parish, Degler assume a postura de que a escravidão foi incompatível com as cidades do sul, devido às fronteiras raciais, diferentemente do que ocorreu em países da América Latina. Quanto ao trabalho de Fields, a autora enfatiza a distinção entre escravos enquanto indivíduos e a escravidão entendida como sistema. Individualmente, escravos poderiam ser e eram empregados nas cidades, mas pensando-se a escravidão enquanto sistema, esta não era capaz de prover as bases para o desenvolvimento urbano e industrial¹⁸.

¹⁵ PHILLIPS, Ulrich. The economic cost of slaveholding in the cotton belt. *Political Science Quarterly*, 20, 257-275, 1905.

¹⁶ GOLDIN, Claudia D. *Urban slavery in the American South 1820-1860: a quantitative history*. University of Chicago Press, Chicago and London, 1976, pp.25-6 e 45-6.

¹⁷ Parish, op cit p. 101.

¹⁸ Ibidem.

Neste sentido, a escravidão industrial também representa outro tema bastante polêmico na historiografia americana. Como foi mencionado anteriormente, cabe distinguir entre escravidão urbana e escravidão industrial, ou seja, tratam-se de fenômenos distintos, mas relacionados, sendo que algumas considerações feitas para uma também pode ser estendida para outra. Deste modo, por exemplo, a análise da escravidão urbana feita por Fields poderia ser aplicada para a escravidão industrial, o que significa aceitar a hipótese de que enquanto indivíduos, os escravos foram utilizados na indústria, mas enquanto sistema, a escravidão seria incompatível com o desenvolvimento industrial¹⁹. Aprofundando um pouco mais o problema, Fields argumenta que até mesmo para os padrões de desenvolvimento industrial presentes no Sul dos Estados Unidos, o emprego de escravos como trabalhadores industriais era algo excepcional.

Mais do que isso, para Fields escravidão e desenvolvimento urbano e industrial são antagônicos e, a mais clara indicação desse antagonismo estaria no fato de que onde um desses elementos prosperava, os outros tendiam a declinar. Esclarece a autora que o atraso do Sul escravista quanto ao crescimento das cidades seria decorrente da presença de escravos no meio urbano. Da mesma forma, o subdesenvolvimento da indústria sulista como um todo demonstraria claramente que as relações entre indústria e escravidão eram contraditórias. Fields aponta ainda como causa do baixo desenvolvimento da indústria sulista, a fraqueza do mercado doméstico e a posição “subalterna da burguesia”. Arrematando a discussão, a autora afirma que o crescimento urbano e industrial do Sul escravista foram relegados à uma posição marginal, embotados pela escravidão, pois esta, enquanto instituição, era o princípio dominante de organização social²⁰.

Portanto, direcionando suas críticas aos historiadores que empregaram métodos estatísticos para provar que a escravidão urbana não havia declinado antes da guerra civil, Fields retoma a tese de Wade de que a escravidão nas cidades tornou-se incompatível pelo fato de agir contra a própria estrutura social do escravismo. A necessidade de vigilância constante e o medo de revoltas e ataques perpetrados por escravos tornava a permanência

¹⁹ Parish, op cit p. 99; diferencia escravidão urbana e industrial da seguinte maneira: “*alguns [escravos] trabalhavam na indústria, embora no Sul, assim como em muitas sociedades pré-industriais, fosse mais comum as fábricas se instalarem na zona rural ou em vilarejos e cidades pequenas. As grandes cidades eram antes centros comerciais, de transportes, sociais e políticos pólos industriais*”.

²⁰ FIELDS, Barbara Jeanne. *Slavery and Freedom on the Middle Ground: Maryland during the Nineteenth Century*. Yale University Press, New Haven and London, 1985, p. 54-7.

deles nas cidades indesejada e perigosa. Quanto a escravidão na indústria, Fields procura mostrar a incompatibilidade desse sistema, avaliando que na raiz do atraso das indústrias do sul a escravidão era o principal obstáculo ao desenvolvimento técnico²¹.

Mas, por outro lado, a dicotomia escravidão e indústria, bastante discutida pela historiografia norte-americana recebeu também algumas críticas. Vários autores procuraram demonstrar que a suposta incompatibilidade entre as duas não resistiria a um estudo mais aprofundado. Contrapondo-se as teses desenvolvidas por Fields e enfatizando não só a compatibilidade do escravo com o trabalho industrial, mas também a taxa de retorno bastante significativa para o capitalista advinda da exploração do cativo nas fábricas, destaca-se a obra Robert Starobin, que deu uma nova interpretação ao emprego de escravos em atividades fabris, demonstrando que tal mão-de-obra poderia ter o mesmo grau ou talvez maior de eficiência em relação ao operário assalariado²². Embora publicado em 1970, portanto dentro de uma tendência historiográfica ainda marcada por estudos de caráter abrangente, Starobin propôs uma perspectiva bastante singular sobre a escravidão, enfocando detalhadamente o trabalho escravo nas indústrias do sul dos Estados Unidos e seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais.

Especificamente sobre os aspectos econômicos da escravidão industrial, um dos pontos mais polêmicos da historiografia norte-americana sobre escravidão, Starobin lança quatro problemas fundamentais: 1) se as indústrias que empregavam mão-de-obra escrava poderiam esperar taxas de lucros razoáveis como retorno de seus investimentos de capital; 2) se a escravidão industrial era em geral, eficiente e economicamente viável como um sistema de trabalho alternativo; 3) quais eram as vantagens competitivas da escravidão industrial para a indústria do sul quando comparada com as indústrias do Norte dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha?; 4) quais eram as fontes de capital das indústrias baseadas em trabalho escravo? Para Starobin, essas questões estão relacionadas entre si, mas respostas diferentes podem ser dadas para uma ou outra, tanto no sentido afirmativo quanto negativo²³. As respostas para essas questões, evidentemente são complexas e importantes para a compreensão da escravidão industrial seja nos Estados Unidos ou no Brasil, por isso, vale a pena empenhar esforços para acompanhar as respostas dadas pelo próprio Starobin.

²¹ Fields, op. cit., p.56.

²² STAROBIN, R.S. *Industrial slavery in the old South*. New York, Oxford University Press, 1970.

²³ Starobin, op. cit. p. 146-7.

Inicialmente, com respeito a lucratividade da escravidão industrial, Starobin argumenta que, em condições normais de operação, as indústrias que empregavam escravos poderiam esperar bons retornos do investimento de capital. Starobin estima em cerca de seis por cento, um parâmetro bastante razoável para retorno de capital de investimento em indústrias em geral. No caso daquelas que empregavam escravos como mão-de-obra, o autor aponta alguns estabelecimentos do setor têxtil, cujos lucros anuais giravam entre 10 e 65% com uma média de 16%. Além do setor têxtil, estabelecimentos voltados para a produção metalúrgica obtinham, por volta de 1813, um lucro anual de 25%; uma fábrica de cânhamo, que chegou a um lucro anual de 42% em 1840; um curtume que obteve 10% de lucros anuais entre 1831 e 1845, além de muitos outros exemplos de empreendimentos industriais que conseguiam uma boa performance empregando escravos. Starobin ainda mostra atividades em outros setores, principalmente serviços, como transportes (estradas de ferro, navegação e barreiras de pedágios) que utilizavam cativos em seus quadros e obtinham significativas taxas de retorno em seus investimentos. Em resumo, a resposta ao primeiro problema, segundo Starobin, é que empreendimentos que possuíam ou alugavam escravos para o trabalho poderiam obter bons lucros com os investimentos realizados²⁴.

O segundo problema a ser esclarecido diz respeito a “eficiência geral da escravidão industrial”. O argumento aqui é dado com base na tradição da historiografia norte-americana que considera o escravo um trabalhador menos eficiente que o operário assalariado (como foi visto, o diálogo relatado por Olmsted é exemplar neste sentido).

Starobin aponta que o escravo não era menos eficiente que o trabalhador livre e tece uma série de considerações para fundamentar sua hipótese. Embora os escravos não recebessem salários como forma de incentivo para produzirem mais, poderiam ser agraciados com recompensas materiais (uma prática comum nas fábricas). Além disso, um aspecto importante deve ser destacado nessa relação entre escravos e indústria. O empresário que empregava escravos como mão-de-obra tinha a possibilidade de explorar também o trabalho de mulheres e mesmo crianças de forma mais intensa do que se utilizasse apenas assalariados, segundo Starobin.

²⁴ Starobin, op. cit. pp. 148-53. Starobin “mistura” em alguns momentos, empreendimentos ligados a indústria de transformação, como têxteis, curtumes, fábricas de ferro, com o setor de serviços (no caso, transportes) o que pode explicar a confusão que alguns autores, como Claudia Goldin fazem entre escravidão urbana e escravidão industrial.

Outra possível demonstração da eficiência do trabalho escravo em relação ao livre pode ser vista comparando-se aluguéis de cativos com salários pagos para trabalhadores brancos. Argumenta o autor que:

“De 1800 a 1861, salários [pagos para] brancos não cresceram substancialmente; eles permaneceram regularmente constantes em torno de \$300 por ano. Por outro lado, entre 1800 e 1833, aluguéis de escravos aumentaram cerca de 50 por cento. Então, nos anos 1840 e 1850, aluguéis de escravos novamente {tiveram incremento} de 50 por cento. Ao mesmo tempo, o valor dos escravos cresceu proporcionalmente. Isso sugere que tanto a produtividade como a demanda por trabalho escravo aumentou substancialmente durante a primeira metade do século XIX. Portanto, não importa quão ineficiente o trabalho escravo possa parecer, ele não foi menos eficiente que o trabalho livre disponível para os sulistas no período”²⁵.

Quanto aos custos, especialmente com vigilância, Starobin argumenta que tanto escravos como trabalhadores livres tinham de ser supervisionados em suas tarefas na indústria. Analisando os gastos salariais e de supervisão do trabalho, o autor conclui que o custo total para manter trabalhadores livres perfazia cerca de \$335 por ano, enquanto o trabalho escravo representava menos de um terço desse montante nos anos anteriores a guerra. Seguem-se vários exemplos de empreendimentos industriais onde os dispêndios realizados com trabalhadores escravos sugerem que esse tipo de mão-de-obra era preferível ao trabalhador livre. Desse modo, conclui o autor que escravos “industriais”, fossem alugados ou pertencentes as fábricas eram “aparentemente” mais eficientes e econômicos que os trabalhadores livres²⁶.

As comparações entre as vantagens competitivas das indústrias do sul baseadas no trabalho escravo com as do norte dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha são outro ponto polêmico na análise de Starobin. Se, por um lado, as indústrias do norte obtinham

²⁵ Starobin, op. cit., p. 155.

²⁶ Starobin, op. cit. p. 158-63. Embora procure demonstrar a maior eficiência do trabalho escravo sobre o livre na indústria, as conclusões de Starobin neste aspecto não devem ser tomadas como ponto pacífico, pois o autor em nenhum momento aborda a questão da produtividade nas indústrias que empregavam escravos em comparação com aquelas que utilizavam trabalhadores assalariados, limitando-se a uma análise dos custos envolvidos nas duas formas de exploração do trabalho nas fábricas do sul.

significativas vantagens em relação aos mercados, tecnologia, qualidade e preços dos produtos devido a uma boa infra-estrutura de transportes e mão-de-obra imigrante qualificada, por outro lado, os fabricantes sulistas tentavam ampliar suas vantagens competitivas com uso do trabalho escravo. A grande presença de mulheres e crianças, além de idosos entre a população escrava empregada na indústria seria um importante diferencial na competição das indústrias do sul com as do norte, segundo Starobin. Isto porque a presença de mulheres e crianças em algumas atividades que exigiam rapidez e precisão seriam melhor desempenhadas por essa mão-de-obra escrava, com dedos ágeis e mãos pequenas para o trabalho nas máquinas. Além disso, em termos de custos, tanto de aluguel como para compra, mulheres e crianças escravas representavam uma faixa de valor bastante econômica, visto os altos preços de escravos do sexo masculino praticados nos centros escravistas do sul²⁷.

Não obstante essas vantagens, a questão da supervisão do trabalho industrial também representava uma diferença nos custos de produção comparando-se as indústrias do norte e do sul. Ao contrário do que se poderia deduzir, escravos em atividades de vigilância e controle das rotinas de trabalho eram bastante comuns. Esses indivíduos eram treinados pelos patrões ou por outros capatazes e representavam um custo menor em relação aos supervisores brancos e livres. De acordo com Starobin, *“Pode haver pouca dúvida que gerentes negros [na indústria] eram menos caros para empregar que os brancos e que reduzindo os custos de supervisão eles incrementavam a competitividade das indústrias do sul”*²⁸.

Ademais, o extensivo uso de escravos em atividades ordinárias das indústrias no sul permitiu a aquisição de mão-de-obra especializada, mesmo com custos mais elevados. Esclarece Starobin que

“Enquanto algumas indústrias empregavam gerentes escravos, outras usaram muito técnicos brancos – importados do norte ou da Europa – para incrementar a qualidade e competitividade dos produtos industriais. Naturalmente, gerentes importados eram mais custosos que os nativos – livres ou escravos; mas os homens de negócios

²⁷ Starobin, op. cit., pp. 163-8.

²⁸ Starobin, op. cit. p.172.

descobriram que o uso de trabalhadores escravos comuns mais baratos tornou possível o emprego de técnicos estrangeiros dispendiosos”²⁹.

O último ponto analisado por Starobin referente aos problemas econômicos da escravidão industrial, diz respeito a forma de capitalização das indústrias que empregavam essa forma de trabalho. O argumento básico para essa discussão é que, no longo prazo, a escravidão provocaria desgastes financeiros para as companhias devido a reduzida flexibilidade e mobilidade dessa força de trabalho frente ao operário livre. As dificuldades em incorporar novos escravos nas fábricas, treiná-los em outras atividades mais especializadas ou mesmo “livrar-se” de parte dessa mão-de-obra em momentos de queda na produção são alguns dos problemas apontados para demonstrar que o escravo representava uma força de trabalho “sobrecapitalizada” e inelástica, que transformava o capital circulante em capital fixo³⁰. No entanto, Starobin discorda desse ponto de vista e afirma que

“Contrárias à esta visão, as evidências disponíveis sugerem que a propriedade escrava não era seriamente menos móvel nem inibia os investimentos em empreendimentos industriais (...) Muitas indústrias eram até mesmo capitalizadas pela transferência de escravos das atividades nas fazendas e plantações para as manufaturas (e) os próprios senhores de escravos, não comerciantes ou banqueiros, eram a principal fonte de capital para o investimento industrial³¹.

Deste modo, Starobin procura demonstrar suas hipóteses com base em exemplos de empresas do sul que eram bastante capitalizadas e utilizavam trabalho escravo. Entretanto, uma questão ficou ainda sem resposta. Considerando-se que o trabalho escravo nas indústrias do sul era lucrativo, eficiente e economicamente viável, por quais motivos a indústria sulista não se desenvolveu tão rapidamente quanto suas concorrentes do norte ou de fora do país? A resposta, Starobin encontra em uma série de problemas, entre os quais estavam as limitações dos mercados do sul (some-se ainda a precária rede de transportes e rotas comerciais indiretas), as dificuldades de competição impostas pelas indústrias do

²⁹ Starobin, op. cit. p.173.

³⁰ Starobin, op. cit. p. 179.

³¹ Ibidem.

norte e estrangeiras (estas possuíam melhor tecnologia), balanços comerciais desfavoráveis e, principalmente, a capacidade da agricultura sulista em ultrapassar a indústria em termos de investimento de capital³².

Assim, finalmente, Starobin mostra que o atraso do desenvolvimento industrial do sul em relação ao norte e a Grã-Bretanha não possuía como única causa a presença da escravidão. O regime de trabalho escravo era apenas uma das peças e talvez não fosse a mais importante nos obstáculos enfrentados pelos empresários industriais do “Velho Sul”. O autor aponta como importantes fatores tais quais a própria situação geográfica, topografia e clima para explicar o relativo atraso industrial do sul. Starobin pergunta então *“Pode a escravidão ser culpada, por exemplo, pela atratividade natural das terras da região? Foi a escravidão responsável pelo sistema fluvial natural do sul, que retardou o desenvolvimento das estradas de ferro? Por conseguinte, parece duvidoso que a escravidão sozinha tenha retardado decisivamente a industrialização do sul”*³³.

Outras questões envolvendo a indústria do Sul dos Estados Unidos remetem aos problemas quanto a capacidade dos empresários do sul em contratar mão-de-obra livre, fossem técnicos do norte ou mesmo estrangeiros para incrementarem processos produtivos, melhorar a qualidade de seus produtos visando competir com as indústrias do Norte e com as mercadorias inglesas. A presença de técnicos e supervisores livres era uma realidade nos empreendimentos fabris do sul, porém, essa possibilidade estava aberta a partir da redução dos custos com mão-de-obra propiciada pelo uso intensivo de escravos nas fábricas. A redução das despesas com salários e mesmo com o sustento dos escravos poderia ser muito grande, pois a prática de aluguel de escravos por temporada ou mesmo por períodos bastante longos era comum. A combinação de trabalhadores livres com braços escravos era também era prática recorrente nas indústrias do sul³⁴. Além disso, o emprego de trabalhadores brancos e livres com escravos negros abria uma outra possibilidade para as indústrias do sul: muitos escravos eram treinados por especialistas do norte ou estrangeiros

³² Starobin, op. cit. p.186-7.

³³ Starobin, op. cit. p.188-9.

³⁴ STAROBIN, R. The Economics of Industrial Slavery in the Old South. *Business History Review* (pre-1986); Summer 1970, 44.

e passavam eles próprios a exercerem funções de comando ou de maior complexidade técnica³⁵.

Os argumentos desenvolvidos por Starobin procuraram demonstrar a escravidão industrial como uma forma de trabalho perfeitamente viável, lucrativa, flexível do ponto de vista da oferta e demanda por mão-de-obra. Entretanto, embora seja uma obra indiscutivelmente importante, *Industrial Slavery* não deixou de receber críticas. Alguns historiadores criticaram a análise de Starobin sobre a indústria no Sul, pois o autor teria considerado como industriais um leque muito amplo de atividades, incluindo o beneficiamento de arroz, moagem da cana-de-açúcar, produção de óleo de algodão, procurando com isso “inflar” o campo de atuação de escravos em trabalhos não propriamente descritos como indústrias. Mas, tais críticas merecem ser vistas com cuidado, pois a própria noção de indústria ou pré-indústria no século XIX é muito ambígua (ver capítulo 2) e abarca uma amplitude de tarefas que para a época poderiam ser consideradas como sendo industriais³⁶. Críticas de outra vertente, observaram a inconsistência de algumas passagens da obra de Starobin, em especial, quando o autor procurou reforçar a impressão de que em algumas atividades havia predomínio de escravos, mais grave talvez, parece ser a contestação de que certas descrições de atividades industriais apresentadas por Starobin não deixam claro que se tratava de estabelecimentos que empregavam cativos³⁷.

Entretanto, as críticas mais profundas sobre o trabalho de Starobin partiram de historiadores marxistas, cuja visão apontava para a incompatibilidade da escravidão com um completo processo de industrialização no Sul. Genovese, por exemplo, argumentou que a industrialização do Sul só poderia ocorrer caso o regime escravista fosse destruído e sua classe dominante fosse liquidada. Para além dos problemas de investimentos, custos e retorno, era a questão política que estava na base dessa incompatibilidade entre escravidão

³⁵ Starobin, R. *The Economics of Industrial Slavery...*, p.154. O autor descreve o caso de um administrador de uma mina de ferro que contratou técnicos brancos para treinar aprendizes escravos. Em cinco anos, alguns escravos tornaram-se mais habilidosos no serviço e foram promovidos para exercerem funções qualificadas.

³⁶ LICHTENSTEIN, Alex. *Industrial Slavery and the Tragedy of Robert Starobin. Reviews in American History*, 19 (1991) 604-617. The Johns Hopkins University Press. Lichtenstein argumenta que no trabalho inovador de Sidney Mintz (*Sweetness and Power: the place of Sugar in Modern History*, 1985), o açúcar aparece como um setor da economia mundial com características de uma indústria, quanto ao investimento de capital, produção e força de trabalho (p.607). Neste sentido, ver também o importante estudo de Peter Eisenberg sobre a produção de açúcar em Pernambuco: Eisenberg, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Trad. João Maia. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas; UNICAMP; 1977.

³⁷ Lichtenstein, op. cit., p.610.

e indústria. Para Genovese, a permanência de uma estrutura social escravista levaria os senhores de escravos do sul a recusarem qualquer alteração que pudesse contrariar seus interesses de classe. Ademais, os empresários industriais do sul estariam jogando a sorte contra uma ordem social avessa aos seus objetivos. Starobin, porém, procurou demonstrar que ocorreram várias campanhas em favor da industrialização no *Old South*, em especial nas conjunturas de queda de preços do algodão, temores de que o sul ficaria impotente politicamente frente ao norte, bloqueios impostos à expansão geográfica da escravidão e em momentos em que afloraram as idéias de autonomia e independência sulistas. Tais questões levaram as elites escravistas do sul a discutirem a necessidade de industrialização mas em suas próprias condições, ou seja, com emprego de trabalho escravo³⁸.

Deste modo, a discussão até aqui envolve pontos de vista polêmicos sobre a relação escravidão e indústria nos Estados Unidos: primeiro, aqueles autores que argumentam a completa incompatibilidade entre os dois sistemas, visto que a escravidão com sua necessidade de vigilância constante, poucas oportunidades para desenvolvimento técnico e aprendizado por parte dos escravos, além dos custos do trabalho cativo para as fábricas tornava o uso desse tipo de mão-de-obra economicamente insatisfatório para a indústria. Segundo, uma linha de raciocínio que alude a idéia de que a escravidão era uma anomalia em um sistema industrial e portanto contraditória. A sobrevivência da escravidão abortaria o desenvolvimento da indústria e pelo outro lado, o avanço industrial só poderia ser levado adiante quando as amarras impostas pelo sistema escravista fossem completamente aniquiladas. Por último, uma tendência que exprime as relações entre escravidão e indústria como formas de economia e trabalho possíveis de se coadunarem para atender objetivos específicos. O fundamental estaria na capacidade de adaptação do trabalho escravo frente às atividades manufatureiras, que longe de serem contraditórias e ineficazes, revelaram-se perfeitamente aptas a atender a demanda por braços em empreendimentos fabris, mostrando-se flexível quando necessário, com baixo custo e com qualidade e competitividade capazes de se aproximarem de suas concorrentes do Norte e de fora dos Estados Unidos.

Neste sentido, uma das críticas mais coerentes sobre a utilização de escravos em indústrias talvez tenha sido elaborada por Barbara J. Fields. Ao explicar seu ponto de vista

³⁸ Lichtenstein, op. cit., p.611.

contrário à idéia de que a escravidão poderia ser compatível com a industrialização, Fields propôs o seguinte argumento: como indivíduos, os escravos poderiam ser e foram utilizados nas fábricas, assim como o foram também nas cidades, porém, ao se pensar a escravidão enquanto instituição, tal relação é bastante conflituosa e contraditória, não restando possibilidade para dúvidas quanto a incompatibilidade entre escravidão e indústria³⁹. Entretanto, os esforços para analisar a questão sob outra ótica podem trazer bons resultados. Do ponto de vista dessa tese, a incompatibilidade entre escravidão e indústria não ficou suficientemente provada, ao menos, por meio da análise do debate historiográfico norte-americano, portanto, cumpre ressaltar que o problema permanece em aberto, embora o fundamento de nossa argumentação seja exatamente as possibilidades de desdobramentos que a escravidão demonstrou ter enquanto instituição social, política e econômica presente tanto nos Estados Unidos como no Brasil. A idéia de que a escravidão enquanto forma de organização da sociedade é incompatível com o desenvolvimento industrial e o progresso técnico é contestável. A utilização de escravos como indivíduos em empreendimento industriais não faz muito sentido, pois as relações de dominação permanecem dentro do arcabouço mental da escravidão e não há como projetar essa “individualização” do cativo em sociedades que não reconheciam, ao menos juridicamente, o escravo como indivíduo. Do ponto de vista econômico, certamente a relação escravidão/indústria não era destituída de contradições, e mesmo os argumentos lançados por Starobin podem ser contestados com base em novas pesquisas. Entretanto, é importante destacar a relevância das temáticas escravidão urbana e escravidão industrial para o debate historiográfico norte-americano, como foi exposto até aqui⁴⁰.

II - Escravos como mão-de-obra industrial no Brasil do século XIX

Resta portanto, analisar essas duas temáticas na historiografia brasileira, visando complementar e avançar na discussão das polêmicas sobre o trabalho escravo no Brasil,

³⁹ Fields, B. J. op.cit., p.54-55.

⁴⁰ Outros estudos interessantes sobre escravidão industrial nos Estados Unidos podem ser encontrados em: LEWIS, Ronald L. *Coal, Iron, and Slaves: industrial slavery in Maryland and Virginia, 1715-1865*. Westport, Conn; Greenwood Press, 1979. WHITMAN, Stephen T. Industrial slavery at the margin: the Maryland chemical works. *Journal of Southern History*, 59, n.1 (1993): 37, in *Journal Storage [database on-line]*, UGA-JSTOR, GALILEO. PEACOCK, Reid. *The role of slave labor in industrialization*. Disponível na página <http://www.arches.uga.edu/~mgagnon/students/Peacock.htm> (acessado em 10/04/2004).

com ênfase nas obras que tratam especificamente desses problemas. A tarefa não é fácil, pois existe um bom número de pesquisas relevantes elaboradas, em sua grande parte, a partir das décadas de 1970 e 1980. Entretanto, tal tarefa é quase uma imposição, pois sem essa abordagem este trabalho ficaria incompleto.

De modo semelhante aos impasses provocados pela escravidão na sociedade do sul dos Estados Unidos, sobretudo imputando ao regime escravista as causas do pouco desenvolvimento técnico e a pouca competitividade de suas indústrias, a polêmica entre escravidão e indústria foi abordada no Brasil. Desde pelo menos o início do século XIX, autores que analisaram a escravidão no Brasil procuraram destacar o ônus sem precedentes que a manutenção dessa forma de trabalho causava ao progresso econômico e social do país.

Os entraves ao desenvolvimento técnico provocados pela escravidão no Brasil foram descritos, por exemplo, nas palavras de José Bonifácio que escrevia por volta de 1822: *“As artes não se melhoram; as máquinas, que poupam braços, pela abundância extrema de escravos nas povoações grandes, são desprezadas. Causa raiva, ou riso, ver vinte escravos ocupados em transportar vinte sacos de açúcar, que podiam conduzir uma ou duas carretas bem construídas com dois bois ou duas bestas muares”*⁴¹. Para José Bonifácio, a contradição entre escravidão e progresso industrial era algo inerente, conforme salienta em seu texto: *“Para provar (...) que a escravatura deve obstar a nossa indústria, basta lembrar que os senhores que possuem escravos vivem, em grandíssima parte, na inércia, pois não se vêem precisados pela fome ou pobreza em aperfeiçoar sua indústria, ou melhorar sua lavoura”*. Pior do que isso, mesmo a entrada no país de “estrangeiros pobres”, que poderiam servir como alternativa à mão-de-obra escrava encontrava-se fadada ao insucesso, pois que, assim que tinham oportunidades, tais pessoas tratavam logo de adquirir alguns poucos escravos e com isso passavam a viver na mais vergonhosa vadiagem, movidos por um ilusório sentimento de superioridade⁴².

Também Joaquim Nabuco em *O Abolicionismo*, afirmava: *“Tomem-se outras classes, cujo desenvolvimento se acha retardado pela escravidão, as classes operárias e industriais, e, em geral, o comércio (...). Além disso, não há classes operárias fortes,*

⁴¹ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Org. Miriam Dolhnikoff. São Paulo, Companhia das Letras, Publifolha, 2000, p.29.

⁴² Ibidem.

*respeitadas, e inteligentes, onde os que empregam trabalho estão habituados a mandar escravos. Também os operários não exercem entre nós a mínima influência política. Escravidão e indústria são termos que se excluam sempre, como escravidão e colonização”*⁴³.

Mais do que isso, a escravidão na visão de Nabuco constituía o maior óbice ao progresso técnico do país, por representar uma forma atrasada de organização do trabalho. Somente com muita dificuldade, em completo atraso em relação aos países europeus e mesmo aos Estados Unidos, o Brasil poderia alcançar algum desenvolvimento, pois a permanência da escravidão ia na contramarcha daquilo que deveria ocorrer em um país que desejasse avançar em termos de economia e sociedade. Para Nabuco, a relação escravidão e indústria era de claro antagonismo, pois *“o espírito da primeira, espalhando-se por um país, mata cada uma das faculdades humanas, de que provém a indústria: a iniciativa, a invenção, a energia individual”*. E não somente estes aspectos caracterizavam a face nefasta da escravidão. Também a associação de capitais, o mercado de trabalho e a própria projeção de um futuro para a nação estavam comprometidos frente a permanência da escravidão e constata de modo bastante pessimista que *“está, pois, singularmente retardado em nosso país o período industrial, no qual vamos apenas agora [final do século XIX] entrando”*⁴⁴.

Por volta da década de 1960, os intelectuais da denominada “Escola de São Paulo” analisaram em linhas gerais diversas questões sobre o escravismo no Brasil, tecendo uma série de críticas em especial, aos clássicos estudos de Gilberto Freyre. Um balanço geral das teses apresentadas por estes autores, com forte orientação marxista e weberiana, demonstra uma preocupação constante em compreender os impactos da escravidão para a sociedade, a economia e a política no Brasil. O resultado final, como esperado, é uma visão bastante pessimista quanto a influência do regime escravista para o país. Na realidade, tais estudos não abordam diretamente o problema da dicotomia entre escravidão e indústria, mas são pontos de partida importantes para uma análise da questão a partir de uma visão dialética com base no materialismo histórico. Embora analisem de maneira crítica e extremamente rica as vicissitudes da escravidão no Brasil, de modo geral, esses estudos tendem a mostrar a incompatibilidade da escravidão com o avanço industrial capitalista,

⁴³ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p177.

retomando os argumentos de que a presença de escravos nas indústrias era uma exceção à regra, configurando, na verdade, um campo aberto para conflitos que evidenciavam a contradição inerente entre o trabalho escravo e o crescimento das indústrias⁴⁵.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980 e em especial, a partir do centenário da abolição da escravidão em 1988, ocorreu uma intensa renovação nos estudos sobre a escravidão no Brasil. Algumas temáticas novas ou pouco exploradas em trabalhos gerais passaram a ser objeto de análise mais profunda. Temas polêmicos trouxeram à tona problemas até então pouco conhecidos na historiografia brasileira sobre a escravidão. O avanço das pesquisas nessa área revelou também sua importância quanto ao uso de fontes primárias inéditas e resultou em contribuições fundamentais para a compreensão da complexidade da escravidão no país. Alguns dos temas explorados com mais acuidade a partir dessa nova “onda” de estudos analisam problemas como a escravidão urbana, a escravidão industrial, a família escrava, a demografia da escravidão, formas de resistência à escravidão, entre outros⁴⁶.

Na historiografia brasileira, a temática escravidão industrial aparece em alguns trabalhos especialmente dedicados ao estudo da escravidão urbana, demonstrando a relevância do cativo como força de trabalho em fábricas, mas sem um estudo sistemático do fenômeno. Entre os mais expressivos pode-se destacar a obra de Mary Karash, que analisa o contingente cativo no Rio de Janeiro no período 1808 a 1850, mostrando com detalhes, as muitas atividades às quais os escravos dedicavam-se na cidade⁴⁷. Especificamente sobre o

⁴⁴ Nabuco, op. cit. p.178.

⁴⁵ Algumas das principais linhas de discussão dos autores dessa “Escola” podem ser encontradas nas obras de Emília Viotti da Costa (*Da Senzala à Colônia*, 1966); Fernando Henrique Cardoso (*Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, 1962); Octávio Ianni (*As metamorfoses do escravo...*, 1962); Paula Beiguelman (*A formação do povo no complexo cafeeiro*, 1968); Florestan Fernandes (*O negro no mundo dos brancos*, 1972). São estudos que analisam dinâmicas regionais, mas procuram extrapolar o caráter apenas localizado e discernir a partir da realidade local as dinâmicas mais gerais que envolveram a escravidão na sociedade brasileira.

⁴⁶ Estes temas, embora sejam de grande importância, não serão comentados aqui, por extrapolarem os objetivos deste trabalho. Sínteses e análises consistentes a respeito da historiografia recente sobre a escravidão podem ser encontradas em SCHWARTZ, S. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões, Bauru, SP, EDUSC, 2001 (capítulo 1); SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999 (em especial, ver o capítulo 1).

⁴⁷ KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. Trad. Pedro Maia Soares, São Paulo, Companhia das Letras, 2000. Embora a tradução seja recente, a obra de Karash (*Slave life in Rio de Janeiro 1808-1850*) publicada em 1987 teve grande importância para os estudos sobre escravidão urbana no Brasil. Por este motivo, é que preferi iniciar a abordagem a partir dessa obra.

trabalho escravo em fábricas, Karash aponta que no Rio de Janeiro, os cativos eram empregados em muitas atividades, sendo que a principal talvez fosse a produção de charutos. Além disso, eram utilizados em fábricas de pólvora, velas, telhas, alimentos entre outros. Segundo a autora, embora importante o trabalho escravo nas fábricas do Rio de Janeiro não tinha a mesma proporção do que era encontrado nos estabelecimentos fabris do sul dos Estados Unidos também no século XIX. Karash argumenta que as fábricas do Rio eram pequenas e empregavam, em geral, poucos escravos como parte de sua mão de obra, exceções feitas aos grandes estabelecimento fabris sob direção do governo imperial como o estaleiro naval, a Fundição de Ipanema e a Fábrica Imperial de Pólvora que possuíam por volta de meados do século XIX cerca de cem escravos cada uma⁴⁸.

Embora menores que as fábricas do sul dos Estados Unidos, as fábricas do Rio de Janeiro pareciam ser disseminadas por toda a cidade e abarcavam atividades como a produção de charutos, processamento de açúcar, corte e transporte de carne, marcenarias e pedreiras. A tecelagem era uma atividade que empregava poucos escravos e quase sempre, em funções que não eram a produção de tecidos, mas sim, atividades de apoio, como limpeza de matos, roças para alimentar os trabalhadores das fábricas, etc. Por sua vez, os empreendimentos que produziam charutos utilizavam largamente o trabalho escravo, de modo semelhante ao que ocorria nos Estados Unidos⁴⁹.

Por sua vez, os grandes estabelecimentos fabris controlados pelo governo mantinham um vasto contingente de cativos entre sua força de trabalho. Vários desses escravos eram utilizados nas atividades de produção, propriamente ditas, como no caso da Fábrica Imperial de Pólvora. Outros porém, embora pertencentes ao quadro da fábrica tinham como tarefas principais, garantir o sustento, plantando alimentos em uma fazenda vinculada à fábrica. Dentre esses vários escravos, há evidências de que se encontravam muitas crianças e mulheres. Por volta de 1844, um grande número de escravos procedentes do Piauí foram integrados como mão-de-obra da fábrica de pólvora. Também na Fundição de Ipanema, o emprego de cativos era bastante comum e alguns relatórios apresentados

⁴⁸ Karash, op. cit., pp. 269-74.

⁴⁹ Karish, op. cit. p.270. Segundo a autora, em 1843 havia 62 fábricas de charutos na cidade do Rio de Janeiro. Nessas fábricas, as condições de trabalho eram péssimas e proliferavam doenças que minavam a saúde dos trabalhadores escravos, submetidos a um regime intenso de horas de trabalho, em locais sem ventilação adequada. Algumas doenças específicas da atividade com o tabaco foram constatadas por médicos

pelo Ministério da Guerra apontavam para as condições precárias com que essa população era tratada dentro do estabelecimento que pertencia ao governo. Doenças, em especial a varíola, estavam como as causas prováveis de tragédias como a que em 1847 grassou “48 africanos livres” além de um número elevado (embora não divulgado) de escravos africanos e brasileiros. Além disso, muitos africanos livres eram submetidos a trabalhos forçados, em total desrespeito à sua condição perante as leis que vigoravam no Império naquela época⁵⁰.

Sobre a escravidão urbana, também no Rio de Janeiro, o conhecido estudo de Leila Algranti⁵¹, além de analisar a dinâmica própria à escravidão na capital do Império nas décadas iniciais do século XIX, traz ainda uma abordagem teórica bastante interessante sobre o trabalho escravo em indústrias. A autora discute, à luz da historiografia norte-americana e brasileira o problema da produtividade do trabalho escravo em comparação com o trabalho assalariado e sugere que os custos de produção seriam mais elevados e, conseqüentemente, os lucros seriam menores nos empreendimentos que utilizavam cativos como mão-de-obra. Segundo a autora, *“Embora alguns autores tenham procurado demonstrar a viabilidade e mesmo a possibilidade de lucros nas indústrias que funcionavam com trabalho escravo, uma série de estudos demonstram os altos custos que a indústria escravista acarretava se comparada à indústria capitalista onde predominavam trabalhadores assalariados”*.

Ainda de acordo com Algranti, as despesas de capital (variável e fixo) seriam empecilhos para a maior eficiência e lucratividade da indústria que empregava escravos em relação àquelas que operavam com trabalhadores livres. Destaca-se também na análise de Algranti questões como a baixa produtividade e interesse pelo trabalho por parte dos escravos em comparação com os livres, assim como, a maior flexibilidade que o trabalho assalariado representaria do ponto de vista da dispensa de operários em momentos de crise ou de queda na produção e vendas da indústria. Ou seja, o escravo, enquanto capital fixo, representa um custo maior para o empresário industrial que não poderia livrar-se dele para diminuir suas despesas com mão-de-obra.

da época e acabavam evoluindo para doenças como tuberculose e pneumonia. Sobre o processamento de tabaco no Sul dos Estados Unidos ver Goldin, Claudia. *Urban slavery in the American South...* p.26.

⁵⁰ Karashi, op. cit. p. 272-73. Sobre os africanos livres, ver capítulo IV desta tese.

⁵¹ ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis, Vozes, 1988, pp.53-4.

Surgem a partir dessa análise, problemas relativos aos custos de vigilância do trabalho escravo na indústria e a própria limitação que a escravidão impunha ao desenvolvimento técnico. Apoiando-se em autores como Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello, Algranti move-se na polêmica idéia da dicotomia entre desenvolvimento capitalista e escravidão presente em várias passagens desses autores, que, por sua vez, abordaram a questão sob a ótica da teoria marxista e que viam na manutenção da escravidão o grande obstáculo para o desenvolvimento técnico e intelectual do país⁵².

A contribuição de Algranti em *O feitor ausente* foi fundamental para que surgissem nos anos seguintes, novos estudos sobre o fenômeno da escravidão urbana. Um desses estudos, de autoria de Marilena Rosa Nogueira da Silva⁵³, segue os passos de Algranti, mas trabalha de forma diferente, com periodização e documentação diversa dessa autora. Se Algranti privilegiou o período de 1808 a 1821 em seu estudo, ou seja, o período anterior a independência, Marilena Silva, inicia seu trabalho em 1822 e segue até 1888, também tratando da escravidão urbana no Rio de Janeiro, podendo-se dizer que, cronologicamente, um trabalho complementa o outro.

O trabalho de Silva parece abordar um período mais rico para o estudo da escravidão urbana, pois, com a independência do Brasil, a preocupação com o problema da escravidão passa a ser discutido entre os políticos nacionais do período, pois até antes de 1822, a questão da escravidão era ponto pacífico. Agora começavam a surgir alguns tímidos argumentos, nos debates políticos, contra a prática de tal forma de trabalho num país que acabara de tornar-se independente⁵⁴. Além do mais, a primeira lei anti-tráfico

⁵² Segundo Algranti, “Juntem-se a esses dados o fato de que “...o progresso técnico é próprio do capitalismo enquanto está praticamente excluído da indústria escravista”. Conforme esclareceu Fernando Novais, “... a própria estrutura escravista bloquearia a possibilidade de inversões tecnológicas...”. Dessa forma a escravidão dificultava a divisão técnica do trabalho e a especialização, ou seja, se transformava num obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo” (Algranti, op. cit. p.53-54.).

⁵³ SILVA, Marilena Rosa Nogueira da. *Negro na rua*. HUCITEC, 1987.

⁵⁴ José Bonifácio pôs em debate o problema da abolição do tráfico africano e da escravidão no Brasil, em sua representação dirigida à Assembléia Constituinte em 1823. O projeto apresentado propunha a abolição gradual da escravidão, mediada pelo Estado Imperial. No texto, as críticas à instituição escravista são bastante duras para a época, apelando para a imoralidade e falta de consciência cristã que o comércio e emprego de escravos representavam. Bonifácio não deixa de atacar o atraso técnico e econômico da nação recém emancipada de Portugal, atraso esse, atribuído pelo autor à escravidão, que corrompe qualquer iniciativa empreendedora e favorece a indolência dos senhores. SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Miriam Dolnikoff (org.). Companhia das Letras; Publifolha, São Paulo, 2000.

firmada entre Brasil e Inglaterra data de 1831⁵⁵, sendo que, a Inglaterra havia proibido os seus súditos de participarem do tráfico africano desde 1807. A partir deste momento histórico, a discussão sobre o trabalho escravo no Brasil começa a ser vista por outra perspectiva, já que as constantes pressões inglesas para o fechamento do tráfico atlântico de escravos para o Brasil, começavam a tornar preocupante a manutenção da ordem escravista.

Desta forma, tomando como base a documentação empírica coletada nos arquivos do Rio de Janeiro, Silva apresenta um trabalho de grande qualidade.

Alguns aspectos ausentes da obra de Algranti, talvez devido à sua preocupação dessa autora com uma conceituação teórica mais apurada, reforçam sobremaneira o trabalho de Silva. Por exemplo, em Silva encontra-se a análise, em primeiro lugar, dos limites do perímetro urbano do Rio de Janeiro, com suas paróquias e sua respectiva população livre e cativa, o que compõe, sem dúvida, ponto de partida essencial no estudo da escravidão no espaço urbano, já que é neste espaço, que o escravo vive e trabalha.

Além desse aspecto, Silva incorpora uma documentação bastante interessante, composta pelas licenças para negócios na cidade do Rio de Janeiro, através da qual a autora consegue identificar os proprietários de escravos urbanos e sua condição sócio-econômica, característica essa, que reveste a escravidão urbana de maior importância para aqueles proprietários que viviam sem abastança, utilizando-se dos jornais de seus cativos, que deveriam ser licenciados pela autoridade municipal, para obter algum ganho extra.

Entretanto, retomando o ponto fundamental para essa discussão, qual seja, a polêmica sobre a incompatibilidade entre escravidão e indústria, presente em parte da historiografia brasileira, percebe-se o surgimento de novas perspectivas, a partir de estudos mais específicos, como é o caso de Douglas Cole Libby, pioneiro, no Brasil, no estudo sistemático da presença de trabalhadores escravos em fábricas⁵⁶. Libby empreendeu um estudo importante para a historiografia brasileira ao analisar o trabalho cativo na mina de Morro Velho, explorado durante grande parte do século XIX por uma empresa de capital

⁵⁵ “Lei de 7 de novembro de 1831; estabelecendo que todos os escravos que entrassem no território brasileiro, ou portos do Brasil, vindos de fora ficavam livres, excetuando-se os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país, onde a escravidão era permitida, enquanto empregados nos serviços das mesmas embarcações e os que fugissem do território, ou embarcação estrangeira, os quais seriam entregues aos senhores, que os reclamassem, e exportados para fora do Brasil”. BANDECCHI, Pedro Brasil. Legislação básica sobre a escravidão africana no Brasil. *Coleção Museu Paulista*, vol. 9, São Paulo, 1980., p.43.

inglês, a St. John d'El Rey Mining Company. A análise feita por Libby demonstra que a companhia utilizava largamente a mão-de-obra escrava em suas atividades, alugando-os a proprietários interessados em obter rendas extras cedendo-os para o trabalho de extração de ouro. O trabalho é bastante completo, revelando aspectos muito significativos sobre a exploração do trabalho cativo em atividade industrial, tais como, ocupações profissionais e taxa de mais-valia extraída dessa mão-de-obra na mina.

Quanto as ocupações, os escravos da mina atuavam nas mais variadas atividades, desde aquelas que não exigiam qualificação até trabalhos bastante especializados. Segundo dados mostrados por Libby, a presença média diária de escravos como parte da mão-de-obra da companhia é majoritária entre os anos de 1850 até 1875, embora pese neste cômputo, problemas mais sutis em relação a mão-de-obra livre, que em alguns períodos do ano (época de colheitas ou semeaduras) simplesmente abandonavam as atividades na mina para cuidar de suas próprias roças. Libby demonstra também, que a mão-de-obra escrava era bastante flexível, pois os proprietários da mina alugavam cativos para períodos de maior intensidade do trabalho e dispensavam-nos em épocas de menor atividade. O sistema de aluguel de escravos para a indústria compõe, portanto, um importante elemento para argumentar em sentido crítico à idéia de que a escravidão representava um custo excessivo e rígido para a indústria. Cumpre ressaltar a importante contribuição dada por Libby quanto a revisão da historiografia sobre o trabalho escravo em indústria, principalmente para o caso brasileiro. As abordagens “clássicas” sobre escravidão no Brasil, tais como as de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Otavio Inanni, J.Gorender e Viotti da Costa, em geral, classificam o uso do cativo na indústria como pouco produtivo e inadequado, portanto, para as necessidades da produção industrial, visão esta, como foi visto anteriormente, presente em obras de autores do século XIX, tais como José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Nabuco, por exemplo⁵⁷.

⁵⁶ LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1984.

⁵⁷ Libby, 1984, op. cit. p.23-6.



Figura 1 – Reunião mensal dos escravos da St. John d’El Rey Mining Company.

Fonte: FIEMG. Página na Internet: <http://www2.fiemg.com.br/exposicao%5Findustria/painel-6c.htm>
Acessada em 22/09/2006.

Douglas Cole Libby ampliou seu estudo em 1988, com a publicação de sua tese de doutorado, na qual desenvolve uma importante análise da mão-de-obra escrava e livre nas atividades fabris de Minas Gerais no século XIX⁵⁸. Nesta obra, Libby realizou uma intensa pesquisa em fontes primárias demonstrando o perfil demográfico da província de Minas Gerais desde 1831. Posteriormente, analisa a composição da força de trabalho, especialmente os trabalhadores escravos, para apresentar as atividades industriais do período naquela região e suas características fundamentais. Deste modo, destacam-se

⁵⁸ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1988.

basicamente três setores fabris de grande importância para a evolução econômica das Minas Gerais: siderurgia, indústria têxtil e mineração.

Sobre a siderurgia, Libby aponta a evolução dessa atividade na região, destacando as origens da produção e os métodos utilizados. No que mais interessa para este trabalho, a questão da mão-de-obra, evidencia-se na produção siderúrgica mineira do século XIX, uma forte dependência dos estabelecimentos fabris com relação ao trabalho escravo. Afirma o autor que

“não é de surpreender que, como uma indústria inserida num regime escravista, a siderurgia mineira dependesse em grande medida da mão-de-obra escrava, ao longo de praticamente todo o século XIX. Das três principais atividade de transformação que se firmaram no decorrer do século – a mineração aurífera subterrânea, a indústria têxtil, doméstica e fabril e a siderurgia – esta claramente se comprovou mais dependente do trabalho escravo. Já os primeiros empreendimentos de produção de ferro demonstravam tal dependência. Apesar de sua confessada repugnância pela escravidão, Eschewege acabou concluindo que os trabalhos não andariam sem que ele comprasse cativos”⁵⁹.

Mas o ponto relevante da análise de Libby sobre a siderurgia mineira reside na constatação da disseminação de pequenos estabelecimentos (forjas) pela província em um primeiro momento de expansão. Portanto, a produção desse setor não ficou restrita aos grandes estabelecimentos, mas compunha-se em boa parte, das pequenas fábricas com mão-de-obra escrava. Na realidade, tal dependência aliada a expansão dessa atividade ao longo do século XIX representou, segundo Libby o retorno de uma produção manufatureira para um sistema artesanal com base nas pequenas forjas empregando cativos em seus quadros⁶⁰.

Por sua vez, a indústria têxtil, tanto aquelas de características tipicamente domésticas quanto as que possuíam uma forma mais próxima das fábricas, foi um dos setores da atividade de transformação mais importantes nas Minas Gerais do século XIX e também de outras províncias brasileiras. Segundo Libby, o período 1872-1889 é especialmente importante no desenvolvimento desse tipo de indústria na região mineira. A mão-de-obra empregada nessa atividade compunha-se em sua maior parte de operários

⁵⁹ Libby, 1988, op. cit., p.161.

livres, embora tenha-se constatado também a presença de escravos. Além disso, a participação das mulheres, livres e escravas era em maior proporção que a de homens na indústria têxtil⁶¹.

O terceiro setor da indústria de transformação mineira no século XIX era mineração. Aqui, Libby destaca a presença do capital estrangeiro nos trabalhos de prospeção e extração do minério de ferro, ampliando a análise que havia feito anteriormente, em 1984, sobre a Mina de Morro Velho. O autor analisa também a atividade da Imperial Brazilian Mining Association e a Mina de Gongo Soco. A importância desse setor fabril revela-se pela forte presença de companhias inglesas, mesmo que o investimento de capital não tenha sido tão expressivo, como mostra Libby. Quanto a mão-de-obra, a relação entre mineração e escravidão foi bastante utilizada na composição da força de trabalho em tais empreendimentos. Além de escravos, Libby afirma que essas companhias também eram *“grandes empregadoras de europeus e brasileiros livres (...) embora o elemento escravo constituísse quase que a condição sine qua non do empreendimento minerador em grande escala durante várias décadas”*. Prosseguindo, o autor aponta a lenta dissociação entre a atividade mineradora e a escravidão no século XIX mineiro.

*“Dessa forma – embora seja possível detectar uma crescente dissociação entre a escravidão, entendida como o contingente cativo todo, e a mineração – as companhias mineradoras se dissociaram do trabalho escravo muito lentamente e não sem uma certa relutância. Essa relutância derivou da ‘confiabilidade’ do trabalhador escravo, confiabilidade definida em termos das necessidades de empresas que eram intensivas em mão-de-obra”*⁶².

⁶⁰ Libby, 1988, op. cit., p.170.

⁶¹ Libby, 1988, op. cit. p.225-39. Outro estudo interessante sobre a indústria têxtil mineira é o de Roberto Borges Martins. Esclarece Martins que *“Pode-se entretanto afirmar com certeza que a indústria [têxtil] era constituída por dois setores de características bastante distintas quanto à mão-de-obra empregada. Nos teares das grandes propriedades rurais certamente o grosso da força de trabalho era constituído por escravas adultas e crianças escravas com supervisão ocasional e participação das mulheres da família. No setor camponês (posseiros e pequenos sitiantes) bem como nas aldeias e vilas, o trabalho era feito sobretudo pela parte feminina da família, ocupando-se as crianças mais jovens de tarefas auxiliares”*. MARTINS, Roberto Borges. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX. II Seminário sobre a Economia Mineira: História econômica de Minas Gerais; a economia mineira dos anos oitenta. Haydn Coutinho Pimenta (Editor).Cedeplar, UFMG, Diamantina, 1983, p.88.

⁶² Libby, 1988, op. cit. p. 288. Em outro artigo de 1983, Libby analisa o caso específico da mina de Morro Velho. LIBBY, Douglas Colle. A mina de Morro Velho: caso limite das articulações entre o escravismo e o capitalismo oitocentista. II Seminário sobre a Economia Mineira: História econômica de Minas Gerais; a

A importância dos trabalhos de Libby acima comentados reside numa interpretação distinta do trabalho escravo no século XIX brasileiro. A configuração de uma economia diversificada em Minas Gerais com o fim da chamada economia mineradora favoreceu o crescimento da população cativa e seu emprego nas mais variadas atividades, pois tratava-se de uma economia cuja a base não era a agricultura de exportação, mas sim, a produção de gêneros para abastecimento e, como foi visto, uma importante atividade fabril. Mais do que isso, Libby mostra a forte presença da mão-de-obra escrava nas fábricas mineiras em setores diferenciados quanto ao maquinário, capital empregado e mercado consumidor, mas todas elas utilizando o braço cativo com maior ou menor intensidade, argumento que reforça a necessidade de uma análise mais cuidadosa do emprego de escravos nas indústrias e se não derruba, ao menos põe em questão de maneira crítica as posições que vêem uma completa dissociação entre escravidão e indústria.

Além do trabalho de Libby, outros autores contribuíram para se contrapor ou, pelo menos, relativizar e apontar novas abordagens sobre o tema. Um trabalho bastante interessante a esse respeito é o de Richard Graham⁶³, que, ao tratar das relações entre trabalho escravo e indústria, numa análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos enfatiza que

“O relativo atraso industrial do Brasil tem sido explicado, até hoje, em grande parte pela presença do escravismo (...) Na historiografia brasileira tornou-se quase um truismo a afirmativa de que industrialização e escravatura eram antagônicas (...) A experiência norte-americana lança dúvidas sobre a maioria destas generalizações e sugere uma realidade histórica mais ambígua. Assim, por exemplo, os industriais do Sul dos Estados Unidos nunca hesitaram em utilizar mão-de-obra escrava: cinco por cento do conjunto da população escrava – cerca de 200.000 pessoas – trabalhavam na indústria. Várias qualificações eram sistematicamente ensinadas aos escravos industriais, e muitos deles desempenhavam tarefas altamente técnicas, bem como exerciam funções de direção

economia mineira dos anos oitenta. Haydn Coutinho Pimenta (Editor).Cedeplar, UFMG, Diamantina, 1983, pp. 97-111.

⁶³ GRAHAM, Richard. Escravidão e desenvolvimento econômico: Brasil e Sul dos Estados Unidos no século XIX. *Estudos Econômicos*, 13(1):223-257, jan./abr. 1983.

(...) *Também no Brasil, possuir escravos com o objetivo de alugá-los era prática comum. A maioria das indústrias, na forma como eram constituídas, poderia ter-se apoiado em escravos alugados*”⁶⁴.

Graham também mostra que os obstáculos ao desenvolvimento industrial que a escravidão poderia impor, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, não eram tão incisivos como parte da historiografia procura demonstrar. O argumento recai novamente nas teses de que em momentos de crise, o empresário que empregasse escravos teria dificuldades em dissociar-se dessa força de trabalho, o que não ocorria com o emprego de trabalhadores livres. Graham argumenta que *“o sistema de aluguel de escravos evitava algumas das barreiras à industrialização que normalmente são atribuídas como inerentes ao sistema escravista. Os proprietários alugavam seus escravos a outras pessoas – no caso norte-americano, freqüentemente a empresários industriais – os quais, diante de uma situação financeira adversa, poderiam devolvê-los a seus senhores*”⁶⁵.

Reforçam os argumentos de Graham a perspectiva de Wissenbach, comentando sobre a mina de Morro Velho. Essa autora aponta que

“No sentido inverso, na dinâmica da escravidão, em determinadas empresas, é possível encontrar-se, no regime de tratamento dos escravos, fortes indícios dos instrumentos de coerção e incentivos das relações de trabalho livre. Enaltecendo os valores do liberalismo inglês, Burton, em sua visita às minas de Morro Velho, observava aspectos inovadores utilizados pelos ingleses na disciplina dos escravos, muitos deles alugados de senhores locais. Recebiam remuneração compatível à dos mineiros livres e, da mesma forma que estes últimos, eram penalizados com multas por suas irregularidades ou indisciplinas”⁶⁶.

Aliás, a obra de Wissenbach constitui uma importante referência para o estudo da escravidão urbana em São Paulo. Emergem desta obra pontos relevantes, como a violência

⁶⁴ Graham, op. cit. pp.233-5.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. Editora Hucitec, São Paulo, 1998, p.76-7.

e a criminalidade entre escravos e população livre, além de uma interessante análise das ocupações de escravos na capital da província paulista. Neste ponto em particular, vale destacar as observações da autora quanto ao trabalho fabril em São Paulo na segunda metade do século XIX. Utilizando a memória escrita pelo Marechal José Arouche de Toledo Rendon, Wissenbach enfatiza a presença de poucas fábricas na área urbana quando comparadas, por exemplo, com os estabelecimentos existentes na Corte. Entretanto, quanto a mão-de-obra, mesmo sendo pouco numerosos, os estabelecimentos fabris de São Paulo empregavam tanto trabalhadores livres como escravos. Esclarece a autora que

“Entre a mão-de-obra utilizada pelos manufatureiros [paulistas], misturavam-se na mesma proporção plantéis de escravos não muito numerosos com empregados livres. Nesse sentido, um dos mais proeminentes parece ter sido João Bierrenback, estabelecido com fábrica de chapéus em Ifigênia e que empregava 38 pessoas, das quais 24 eram escravos e contava com um capital de 50 contos de réis (...) Na mesma freguesia, fabricantes de sinos e bebidas dispunham em torno de cinco empregados, entre livres e escravos, Jacó Michells, dono de fábrica de chapéus na Sé, em 1857, arrolou em processo criminal seus onze escravos, nem todos aproveitados no seu estabelecimento”⁶⁷.

Outros estudos apoiam também uma visão mais ampla da escravidão na indústria, refutando, pelo menos em parte, as dicotomias entre as duas formas de trabalho e produção. Em dois artigos recentes, Luiz Carlos Soares mostra, também para o Rio de Janeiro, o quanto os estabelecimentos industriais entre 1830 e 1880 eram manejados por escravos, desde as já conhecidas fábricas de charutos que abrigavam significativo contingente de cativos, passando por oficinas artesanais e fábricas de chapéus de pequeno porte até alcançar estabelecimentos de maior porte, como a Fábrica Ponta de Areia, de propriedade do Barão de Mauá. O autor ainda faz uma crítica ao trabalho de Mary Karash, demonstrando com dados empíricos que os estabelecimentos fabris da corte não eram tão pequenos em tamanho e número de operários escravos como supunha essa autora⁶⁸. Na

⁶⁷ Wissenbach, op. cit., p.93-4.

⁶⁸ SOARES, Luiz Carlos. A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (1840-1860). *História Econômica da Independência e do Império*. ABPHE, Editora Hucitec, Fapesp, São Paulo, 1996. SOARES, Luiz Carlos, A escravidão industrial no

realidade, Soares mostra um vasto panorama de atividades fabris nas quais escravos eram empregados com bastante regularidade, pelo menos até a década de 1880. Novamente, alguns setores, como a produção de charutos, por exemplo, destacam-se pelo uso intenso de cativos em seus quadros de trabalhadores. A tecelagem aparece novamente como território onde predominava o trabalhador livre assalariado. Entretanto, em sua própria análise, Soares remete ao fato de que algumas tecelagens fomentadas pelo governo imperial empregavam escravos como parte de sua mão-de-obra⁶⁹. Tratavam-se de empreendimentos efêmeros, cuja duração exígua não permite observar com mais detalhes as relações de trabalho entre operários livres e cativos, mas que servem como contraponto ao fato de que o setor têxtil era aquele onde o trabalho escravo quase não era empregado.

Neste sentido, pode-se desde já observar alguns pontos relevantes sobre o trabalho escravo em indústrias. Determinados setores, como a produção de tecidos tiveram predominância de trabalho livre ou mesmo ausência completa de cativos, conforme indicaram vários pesquisadores sobre o tema⁷⁰. Entretanto, quando a análise do problema é estendida para outros setores da economia, percebe-se a presença de cativos como força de trabalho. É o caso, por exemplo, das atividades relacionadas ao processamento de alimentos ou produtos agrícolas, tais como, charque, açúcar, tabaco, farinha de mandioca, entre outros em que trabalhadores escravos compunham uma significativa parcela da mão-de-obra. Também a produção de chapéus contava com contingente de escravos no século XIX, mesmo em empresas que naquela época já utilizavam algum maquinário a vapor⁷¹.

Um dos setores mais relevantes quanto ao emprego de escravos como componentes da mão-de-obra é sem dúvida as atividades de metalurgia e produção de artefatos de ferro em geral. Nessas atividades, a importância do trabalho cativo pode ser percebida pela

Rio de Janeiro do século XIX. *V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu (MG), set. 2003.

⁶⁹ Soares, L.C. A escravidão industrial no Rio de Janeiro..., op. cit. p. 4. “o próprio Estado ‘Joanino’ não teve o menor embaraço quando recorreu ao emprego de escravos em tentativas industriais. A Real Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão do Catumbi foi administrada por um mestre (obviamente livre) e empregou 10 escravos em seu breve período de existência (1815-1818). A Real Escola de Fábricas de Fiação de Algodão, Tecidos de Pano e Malha da Lagoa Rodrigo de Freitas, que também teve uma vida curta (1819-1822), empregou 4 mestres, 2 feitores e 16 escravos, 12 dos quais trabalhavam diretamente com a fiação e tecelagem de algodão”.

⁷⁰ Ver. Libby, 1988, op. cit. e Soares, L.C., 2003, op. cit.

⁷¹ VERSIANI, Flávio R. Escravos, homens livres e imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. *História Econômica da Primeira República*. SILVA, Sérgio S. e SZMERECSENYI, T. (orgs.). 2ª. ed. revista, São Paulo, Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

habilidade de alguns escravos em lidar com esse tipo de serviço, fato este, atribuído por alguns autores à tradição de fundição de ferro e metalurgia que fazia parte de algumas populações da África desde épocas remotas. Já Braudel, aludia a esta tradição quando afirmou “*Com seus ferreiros, um pouco feiticeiros, com seus tecelões e seus ceramistas primitivos, a África Negra situa-se inteiramente na fase A*” (ou seja, aquela fase em que as pequenas oficinas artesanais dispersas em “nebulosas” predominam)⁷². Sobre este aspecto, Gilberto Freyre também destacou, pautado nas observações de Eshwege “*que a mineração de ferro no Brasil foi aprendida dos africanos*”⁷³. Também Celso Furtado, embora de modo um pouco negativo, menciona a influência dos conhecimentos técnicos de trabalho com metais trazidos pelos africanos escravizados no Brasil quando analisa a economia mineira por volta do século XVIII⁷⁴. Caio Prado Jr. não deixa de verificar também a importância dos africanos trazidos como escravos para a colônia portuguesa nas artes da metalurgia e da siderurgia: “*Em certas regiões ainda, como em Minas Gerais, onde há ocorrência de minérios de ferro, encontra-se mesmo, por vezes, uma pequena siderurgia para consumo interno do estabelecimento (agrícola)*”. E arremata em nota as seguintes observações: “*No caso da siderurgia, sabe-se que muitos povos africanos praticavam no seu continente esta indústria. Os escravos trouxeram para cá sua habilidade nativa que prestou grandes serviços aos colonos*”⁷⁵.

No Brasil, um vivo relato da habilidade dos escravos em trabalhos com metais foi apresentado por Karish, compilando impressões de viajantes europeus que observaram o Rio de Janeiro no século XIX. De acordo com a descrição de Karish, evidencia-se a importância dos cativos que trabalhavam em atividades metalúrgicas, fosse nos grandes estabelecimentos ou de modo mais presente, nas pequenas oficinas artesanais que muito

⁷² BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Trad. Telma Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1996, p. 263.

⁷³ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 44^a. edição; Rio de Janeiro, Record, 2001. “E Max Schmidt destaca dois aspectos da colonização africana que deixam entrever superioridade técnica do negro sobre o índio e até sobre o branco: o trabalho com metais e a criação de gado” (P. 364).

⁷⁴ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 26^a. edição, Companhia Editora Nacional, 1997. “Sendo grande a procura desse metal [ferro] numa região onde os animais ferrados existiam por dezenas de milhares – para citar o caso de um só artigo – e sendo tão abundantes o minério de ferro e o carvão vegetal, o desenvolvimento que teve a siderurgia foi o possibilitado pelos conhecimentos técnicos dos escravos africanos”.(p.80).

⁷⁵ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 24^a. reimpressão, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996, p. 220.

provavelmente também se encontravam dispersas em muitas “nebulosas” na capital do Império⁷⁶.

Segundo Karish, o viajante Ewbank visitou duas caldeirarias, observando que em uma delas havia 14 operários escravos cujo trabalho era supervisionado por um capataz também escravo e pelo dono do estabelecimento, um português. Em outro estabelecimento do mesmo tipo, trabalhavam vinte negros (não mencionando se eram escravos ou livres) que faziam todos os serviços concernentes ao funcionamento da oficina. Ainda de acordo com Karish, vários escravos tinham a desagradável tarefa de produzir instrumentos de tortura, algemas, argolas, grilhões de todo tipo para serem vendidos aos senhores brancos. Além disso, muitos escravos tinham extrema habilidade artística ao tratar metais preciosos e produzir artefatos de joalheria⁷⁷.

Deste modo, os ofícios metalúrgicos provavelmente eram aqueles que mais demandavam escravos como força de trabalho, como atestam os casos acima mencionados e a própria experiência da Mina de Morro velho que por volta de 1830 começou a comprar e alugar escravos com habilidades nos afazeres de mineração e metalurgia provenientes das pequenas oficinas e forjas que deixaram de operar no território mineiro naquela época⁷⁸. Por sua vez, Flávio Versiani destaca que os trabalhos com metalurgia e fundição “certamente o mais importante” dentre outras atividades ligadas a agro-indústria e artesanato, “*sabe-se que alguns povos africanos de onde proveio o tráfico de escravos para o Brasil tinham conhecimento de atividades e técnicas ligadas à metalurgia*”. Na realidade, de acordo com Versiani, é provável que a proliferação de fundições de ferro em Minas Gerais, cujas origens encontram-se no século XVIII, fosse decorrente do conhecimento técnico trazido por africanos escravizados. O desdobramento de tais conhecimentos por parte dos escravos, “*teria vantagens, em termos de custo, nas atividades ligadas à transformação do ferro, dada a vivência daqueles (escravos) com tal tipo de produção. É plausível que se possa estender o argumento para as atividades de mineração*”⁷⁹.

⁷⁶ Karish, M., op. cit., p.277. “*Os cativos trabalhavam com todos os metais – ferro, estanho, cobre, ouro e prata. Escravos ferreiros habilitados alcançavam muitas vezes os preços mais altos e recebiam bons salários. De menor valor eram os funileiros, que faziam lanternas, cornetas, trompetes, ornamentos militares e funis, amplamente usados durante o carnaval. Os caldeireiros eram essenciais na manufatura de painéis, caldeiras e outros objetos usados nas casas e engenhos de açúcar*”.

⁷⁷ Karish, op. cit., p.278.

⁷⁸ Libby., 1984, op. cit. p. 92.

⁷⁹ Versiani, 2002, op. cit. p. 204.

Deste panorama bastante variado sobre a inserção de trabalhadores escravos nas diversas “indústrias” que surgiram no Brasil, fica evidente a predominância do uso de cativos em certas atividades (siderurgia, metalurgia) e sua quase ausência em outras (fabricação de têxteis). Tal fato seria fruto da inabilidade dos escravos para determinadas tarefas e maior destreza e conhecimento de profissões específicas? Parece que não. Na realidade, o emprego de operários escravos na produção de ferro, dada suas habilidades aprendidas a partir da origem africana destes indivíduos, pode explicar a preferência por esta classe de trabalhadores neste setor. Mas e quanto a tecelagem? Não poderiam também os escravos desenvolver conhecimentos técnicos sobre este tipo de atividade fabril? A resposta para tal questão não é definitiva, mas aponta para um problema complexo: a polêmica historiográfica em torno da idéia da incompatibilidade da escravidão com o desenvolvimento industrial. Na realidade, quando se toma essa questão a partir da noção de que o desenvolvimento industrial traz consigo uma “racionalidade” intrínseca que tende a inviabilizar o regime escravista, dado o caráter dinâmico do capitalismo, certamente a dicotomia entre escravidão e indústria estará presente. Entretanto, no Brasil as fábricas do século XIX precisam ser analisadas com cuidado, pois muitas vezes, tratam-se do que se denomina pré-indústria. Além disso, crescimento industrial e industrialização são processos distintos. A presença de um grande número de fábricas ou manufaturas em determinado país não significa que este encontra-se em fase de industrialização.

Neste sentido, pensar a escravidão na indústria tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos deve considerar os problemas específicos dessas sociedades em seu tempo histórico. A base econômica, as formas de organização da produção e certamente, o cálculo de custos de produção. Argumentar simplesmente que o trabalho livre apresentava custo menor que o trabalho escravo não é suficiente para desqualificar a presença de cativos na indústria. Pelo contrário, é necessário avaliar em quais setores escravos eram empregados e analisar comparativamente os custos do trabalho.

Por exemplo, se no Brasil há poucos exemplos da presença de escravos num setor tão importante quanto a indústria têxtil, nos Estados Unidos, o quadro se apresenta de modo diverso. O trabalho escravo em tecelagens, grandes ou pequenas marcou também a rotina da escravidão industrial no Sul dos Estados Unidos. Conforme salientou Miller “*em 1827, um defensor do industrialismo sulista exaltou as virtudes do trabalho escravo nas*

tecelagens. Ele argumentava que escravos eram mais eficientes e menos onerosos de manter que trabalhadores brancos e que seu valor de mercado aumentava conforme eles adquiriam habilidade industrial e mecânica". Além disso, tais indústrias costumavam utilizar escravos muito novos e muito velhos que eram usados apenas marginalmente nos campos⁸⁰.

Portanto, ao que parece, as atividades industriais que empregavam escravos, tanto no Brasil como no Sul dos Estados Unidos, tinham perfeita noção dos custos envolvidos nos empreendimentos, e alternavam muitas vezes, o tipo de mão-de-obra a ser utilizado, visando reduzir custos ou melhorar a qualidade de seus produtos. Conforme esclareceu Versiani *"há indicações de que a comparação de custos tenha sido um fator básico na opção entre trabalho escravo ou trabalho livre, na produção fabril do século passado (XIX). Identificar a industrialização com capitalismo, e, por esta via, concluir que a expansão da produção em bases capitalistas trouxe a difusão do trabalho livre (e a eliminação da escravidão) constitui uma linha de raciocínio de duvidosa base empírica"*⁸¹.

Ainda um outro aspecto importante quanto aos problemas referentes à escravidão industrial necessita ser mencionado, qual seja, é preciso perceber algumas diferenças regionais que são relevantes para uma análise mais coerente da escravidão industrial no Brasil do século XIX. Como foi visto, a obra de Libby, por exemplo, destaca a grande presença de escravos em atividades fabris em Minas Gerais. Esse contingente cativo e a disseminação de pequenas fábricas e da produção doméstica nesta província dão uma característica peculiar à economia da região. Em relação ao Rio de Janeiro, capital do Império, era reconhecida, desde o século XVIII a grande quantidade de escravos que viviam na área urbana do município. Destaca-se que no Rio de Janeiro, a indústria ou pré-indústria do século XIX possui características distintas de Minas Gerais e São Paulo, por exemplo. As incipientes fábricas cariocas e mesmo fluminenses possuem um caráter mais urbano, distanciando-se um pouco do modelo de proto-indústria européia que mantinha estreita relação com o ambiente rural. Em São Paulo, por sua vez, como mostra o estudo de Wissenbach, houve também escravidão urbana e escravidão industrial, mas as comparações com outras regiões do Império são complexas e requerem pesquisas mais aprofundadas.

⁸⁰ Miller, Randall M. The Fabric of Control: Slavery in Antebellum Southern Textile Mills. *Business History Review*, vol LV, n. 4, (Winter, 1981), p. 471.

⁸¹ Versiani, F. 2002, op. cit. p.205.

Desse modo, a discussão sobre o tema escravidão e indústria é polêmico, e tanto a abordagem da historiografia considerada “clássica” como as pesquisas recentes, apoiadas em levantamentos de fontes primárias variadas, devem ser consideradas para que se tenha uma noção mais nítida do problema. Se a presença da escravidão não foi um entrave pesado a implantação e desenvolvimento da indústria, seja nos Estados Unidos ou no Brasil, é uma idéia até certo ponto discutível, assim também é a idéia em contrário. Na realidade, a questão é muito mais complexa do que simplesmente responder se a escravidão foi ou não um óbice à indústria. Deve-se considerar, como o faz Libby nos trabalhos citados anteriormente, variáveis como a presença do capital estrangeiro, especialmente inglês, assim como as próprias condições de infra-estrutura e capital existentes no Brasil do século XIX para dar partida a um processo de desenvolvimento industrial.

Capítulo 2

Pré-indústria e/ou proto-industrialização no Brasil

“Estabeleçam-se fábricas de manufatura em todos os ramos que for possível. E, para perpetuar, aperfeiçoar e propagar estas novas artes, estabeleçam-se escolas de ensino teórico e prático. Aqui pode ser um dos mais importantes colégios para os órfãos pobres e filhos vagos ou de pais indolentes, que aprendendo as primeiras letras, os princípios da religião, da moral e um ofício, se formarão cidadãos úteis”. (Vergueiro, Nicolau P de Campos; História da Fábrica Ipanema, 1822).

O estudo das relações existentes entre escravidão e o trabalho industrial no Brasil desde o período colonial podem abrir possibilidades de análise para uma face da escravidão ainda não totalmente explorada pelos historiadores no Brasil. Trata-se, na realidade, de um primeiro momento, uma abordagem inicial, sobre um tema polêmico, qual seja, o trabalho escravo em um período conhecido como pré-industrial ou proto-industrial em uma região marcada pelo predomínio da agricultura de exportação ou de abastecimento.

Quando se analisa a problemática da “pré-indústria” no Brasil, distingue-se dois períodos históricos fundamentais. Cronologicamente, o período colonial marcou o início de algumas atividades fabris importantes. Em que pese os entraves inerentes à exploração metropolitana com seus exclusivos e com intensa fiscalização, proibições e controle sobre as “indústrias” coloniais, o desenvolvimento de vários tipos de produção fabril preparou o terreno para que, no século XIX, e pelo Império, a produção industrial estivesse presente juntamente com as atividades consideradas como base da economia mercantil-escravista. Portanto, se, durante a época colonial, as “indústrias” tiveram muitas vezes seu andamento abortado pelas restrições impostas pela metrópole, no período que antecede a independência, tal configuração se transforma aos poucos, em uma nova fase para as atividades industriais no Brasil.

De início, o problema a ser enfrentado diz respeito ao papel desempenhado pelas fábricas no Brasil durante a segunda metade do século XIX, período talvez, de maior importância para a compreensão do posterior processo de industrialização. Tal questão é relevante quando se pergunta: quais condições permitiram o surgimento de atividades

manufatureiras no Brasil escravista e quais eram suas relações com a própria instituição escravista? Questionamento de difícil resposta, mas necessário para melhor compreensão dos fenômenos relativos à escravidão industrial.

Neste ponto, torna-se necessária a discussão sobre atividades fabris num período denominado proto-industrial ou pré-industrial¹. Tal período é também bastante difícil de se precisar, pois nem sempre é possível averiguar com exatidão qual momento pode ser interpretado como um arranque em direção à um processo de crescimento das atividades industriais em uma determinada região. Para que se possa compreender um pouco melhor esta polêmica, será útil realizar um esforço para compreender as principais teorias e conceitos sobre pré-indústria e proto-industrialização, antes de desenvolver o problema pensando no caso do Brasil.

É necessário, entretanto, tentar distinguir pré-indústria e proto-industrialização, como conceitos explicativos. Não há consenso entre qual termo se aplica corretamente a formas específicas de produção fabril anteriores à Revolução Industrial na Europa. Uma primeira aproximação pode ser observada em Braudel, ao tratar do tema capitalismo e pré-indústria². Braudel visa dirimir qualquer tipo de confusão ao diferenciar o significado que o termo indústria adquiriu ao longo da história (trabalho, atividade, habilidade). Ao aproximar-se do século XVIII, indústria confunde-se com “arte”, “manufatura”, “fábrica” para, somente no século XIX incorporar o significado atribuído ao termo indústria até os dias atuais, qual seja, a noção de grande indústria. Na realidade, Braudel utiliza o termo pré-indústria de modo muito geral (como ele próprio afirma: “*embora a palavra não nos agrade muito*”), não obstante empregar o termo indústria em várias outras ocasiões, pois para ele, não é possível haver nenhuma confusão, visto o período histórico que analisa ser anterior à invenção da máquina a vapor e outros inventos que marcaram presença durante a Revolução Industrial e em especial, por tratar-se de épocas anteriores ao século XIX e o predomínio da grande indústria.

O modelo explicativo utilizado por Braudel para definir seu entendimento de pré-indústria é apoiado, na realidade, no modelo desenvolvido por Bourgin e é bastante

¹ Proto-industrialização e pré-industrialização não são sinônimos e existe uma certa polêmica quanto ao emprego dessas categorias para o caso do Brasil no século XIX. As observações a seguir têm como objetivo discutir as questões em torno deste problema.

² Braudel, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*, v. 2: *Os jogos das trocas*. Trad. Telma Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

conhecido, com sua divisão em quatro categorias essenciais: as “nebulosas” (pequenas oficinas em geral familiares) e espalhadas por toda a sociedade em atividades as mais variadas possíveis; as “fábricas disseminadas” (oficinas dispersas mas ligadas entre si, cujo comando da produção é determinado pelo comerciante); a “fábrica aglomerada”, ou manufaturas, que concentra as atividades de um determinado tipo em um único local (caso da indústria têxtil na Europa dos séculos XVII e XVIII); e finalmente as “fábricas” equipadas com máquinas com uso de água e vapor como força motriz. Segue-se uma distinção, apenas para fins “didáticos” entre manufatura e fábrica, embora um termo possa ser tomado pelo outro no século XVIII. Não obstante, para Braudel, dirigindo-se a Marx, não há passagem “natural” das manufaturas para as fábricas, mas sim algumas permanências entre as duas formas de produção industrial³.

Em que se baseia então, a pré-indústria analisada por Braudel? Essencialmente, se caracteriza primeiramente pela aproximação com a agricultura, não havendo mesmo “divórcio” entre uma atividade e outra. Até pelo menos o século XVIII, as fronteiras entre o trabalho agrícola e o trabalho “industrial” não são nem um pouco nítidas⁴. Além dessa estreita relação com a agricultura, alguns outros aspectos podem ser considerados como marcantes das pré-indústrias européias. Uma segunda característica bem definida é a o surgimento de indústrias em locais de extrema pobreza, ou onde o predomínio de uma única atividade (pesca, por exemplo), a ausência de terras férteis para camponeses, a pesada cobrança de impostos sobre a produção agrícola em algumas regiões, impunha como forma de sobrevivência de uma boa parte da população, o desenvolvimento de alguma atividade alternativa, que poderia, aos poucos tornar-se uma atividade pré-industrial.

Quanto a localização, Braudel salienta a instabilidade dos empreendimentos artesanais mais ligados às cidades. Mas também as indústrias sofrem com o constante deslocamento da mão-de-obra em busca de melhores condições de trabalho e vida. Assim, as localizações da pré-indústria européia até o século XVIII são instáveis e tal fato se reflete mais claramente na troca entre campo e cidade desde o século XVI. A pré-indústria abre novas possibilidades econômicas e, em momento de depressão ou colheitas

³ “Sobretudo não há – por uma vez, Sombart ganha de Marx – passagem natural e lógica da manufatura à fábrica”. Braudel, Fernand, op. cit. p.263.

⁴ “Em toda a Europa, nas vilas, nas aldeias, nos sítios, chegado o inverno, uma imensa atividade ‘industrial’ substitui a atividade agrícola”. Braudel, Fernand, op. cit. p.265.

desfavoráveis, o recurso é o retorno ou retomada mais intensa da atividade artesanal ou pré-industrial. Uma outra característica marcante da pré-indústria européia dos séculos XVI ao XVIII é o denominado *Verlagssystem*, ou *putting out system* sistema em que o mercador é a peça principal, determinando aquilo que será produzido, adiantando parte dos salários, fornecendo a matéria-prima necessária ao artesão, praticamente dominando a produção⁵.

Em resumo, as características mais marcantes da pré-indústria na Europa seriam então a forte aproximação com o setor agrícola e a constante transferência de atividades da agricultura para a indústria e vice-versa. Além disso, a disposição espacial das pré-indústrias é bastante tênue, variando conforme a necessidade ou oportunidade que se abre para essa atividade, dada a sua estreita relação com a produção agrícola⁶.

Por sua vez, o conceito de proto-industrialização tem sido empregado em sentido mais restrito, sendo integrante de uma corrente de estudiosos, em sua maioria europeus, que buscam os fenômenos que explicam o surgimento de atividades industriais anteriormente ao desenvolvimento de uma economia capitalista nos séculos XVIII e XIX. Tal concepção foi inicialmente elaborada e depois refinada pela denominada “Escola de Göttingen”.

Os estudos sobre proto-industrialização remontam à década de 1970, concentrando-se em análises sobre a Europa. Basicamente, as teorias sobre proto-industrialização pretendem contribuir para a compreensão do período de transição do feudalismo para o capitalismo, marcado principalmente, pelo surgimento das chamadas manufaturas. Uma definição genérica do termo foi apresentada por Ogilvie e Cerman e aponta o período proto-industrial como uma época em que ocorre um aumento no número de indústrias voltadas para o mercado doméstico, localizado geralmente entre os séculos XVI e XIX, sendo que, na maioria dos casos, mas contando com algumas exceções, tal desenvolvimento se deu em áreas rurais, com estreito relacionamento com as atividades agrícolas, e quase sempre, com pouca tecnologia e sistema de produção descentralizado⁷.

No entanto, o termo proto-industrialização surgiu a partir do trabalho de Franklin Mendels em seu trabalho de 1969 sobre a indústria flamenga e depois em um artigo

⁵ “O mercador, ao impor seus serviços, subordina a si as atividades de sua escolha, tanto para o trabalho do ferro como para o dos têxteis ou da construção naval”. Braudel, Fernand, op. cit. p.277.

⁶ Para uma discussão das principais correntes de pensamento sobre a pré-indústria européia ver OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *A pré-indústria fluminense; 1808-1860*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1987.

bastante difundido escrito em 1972. Para Mendels, a proto-industrialização é a primeira fase da industrialização. Nesta fase, a força de trabalho rural envolve-se com as indústrias domésticas produzindo para mercados supra-regionais. Embora tenha estudado especificamente as condições de industrialização de Flandres, Mendels buscou generalizar sua análise para outras áreas da Europa, onde a lassidão das relações feudais de produção e a diminuição das regulações das guildas e corporações de ofício, permitiram o surgimento das manufaturas baseadas no trabalho doméstico⁸.

Outros historiadores então, passaram a se interessar pela questão e surgiram novas abordagens ainda na década de 1970, como por exemplo, a idéia de que o período proto-industrial representa também uma “revolução demográfica” nas áreas onde ocorreu esse fenômeno. Posteriormente, pesquisadores alemães e ingleses intensificaram o debate, em especial, após a publicação, em 1977 do trabalho conjunto de Kriedte, Medick e Schlumbohm⁹. A evolução das teorias sobre a proto-industrialização na Europa recebeu ainda importante contribuição em 1982, com o estudo de Deyon e Mendels que definiu algumas características marcantes do fenômeno, as quais influenciariam muito o debate posterior. Esses autores argumentam que a *“proto-industrialização deve ser considerada (e assim convenientemente estudada) não em âmbito nacional ou internacional, mas regional: dentro de um pequeno raio em torno de uma capital regional”*. Deste modo, a proto-industrialização quando estudada em nível regional revela três características: primeiro, diferencia-se da antiga idéia de que essas indústrias produziam para mercados locais ou para consumo regional, na realidade, produziam para mercados de exportação localizados fora de suas regiões; segundo, empregava camponeses em período parcial, que trabalhavam parte do tempo nas manufaturas ou em suas casas e parte ocupavam-se de afazeres agrícolas; terceiro, a proto-industrialização implica na “simbiose” de uma indústria rural com o desenvolvimento regional de uma agricultura comercial¹⁰.

Essas idéias sobre a proto-industrialização européia, embora tivessem significado um importante campo de pesquisas para esclarecer problemas da fase de transição do

⁷ OGILVIE, Sheilagh & CERMEN, Markus (edit.). *European proto-industrialization*. Cambridge University Press, 1996, p.1.

⁸ Ibidem.

⁹ Kriedte P.; Medick, H. e Schlumbohm, J. *Industrialisierung vor der Industrialisierung. Gewerbliche Warenproduktion auf dem Land in der Formationsperiode des Kapitalismus*. Göttingen, 1977. Apud. in Ogilvie e Cerman, op. cit. p.3.

feudalismo para o capitalismo, também sofreram, em anos posteriores, muitas críticas. Algumas dessas críticas mostram, por exemplo, que os estudiosos da proto-industrialização não definem claramente qual foi o papel desempenhado pelos mercados de exportação para as proto-indústrias. Críticas também dirigiram-se ao fato das teorias sobre proto-industrialização negligenciarem outras formas de produção industrial, concentrando atenção somente nas indústrias domésticas e rurais e ignorando, por exemplo, manufaturas urbanas cuja produção era direcionada para mercados de exportação e manufaturas com produção centralizada.

Mais importantes, talvez, sejam as críticas que põem em questão o papel da proto-industrialização em toda a Europa, mostrando que em muitos casos, essa fase de evolução industrial simplesmente não ocorreu, como por exemplo, na Inglaterra, onde as estruturas de comercialização e desenvolvimento capitalista encontravam-se mais adiantadas que em outras partes do continente. Além disso, críticas foram direcionadas ainda a falta de atenção em relação aos mercados urbanos, ao conceito de “região” como fundamental para a proto-industrialização e também as posições que relacionam de modo intrínseco proto-industrialização e crescimento demográfico. Resta mencionar, finalmente, que críticas foram feitas até ao próprio papel da proto-industrialização como fase de transição para a fase industrial, visto que estudos mais aprofundados revelam que em certas regiões da Europa ocorreram casos de “regressão” ou mesmo de “desintustrialização” após um período de crescimento proto-industrial¹¹.

Alguns outros problemas, analisados pelos historiadores que se debruçaram sobre o tema proto-industrialização são relevantes. Por exemplo, o papel da estrutura social como elemento de interpretação das tensões entre a evolução das atividades industriais, as resistências encontradas no meio social e até que ponto as instituições sociais pesam em alguns casos de proto-industrialização. Tal idéia tem se tornado fundamental nos estudos sobre o tema na Europa, pois traz à tona a diversidade regional que em muitos casos, distingue processos aparentemente semelhantes de proto-industrialização, mas que seguiram rumos distintos em algum ponto (casos de desenvolvimento industrial e casos de regressão das atividades fabris). Neste sentido, tomando-se por base a análise feita por Ogilvie, compreende-se como instituições sociais todo o conjunto de regras e práticas

¹⁰ Ogilvie e Cerman, op. cit. p.5-6.

estabelecidas pelas quais as pessoas organizam suas atividades econômicas, sociais, demográficas, políticas e sociais. Do ponto de vista econômico, as instituições fundamentaram a Europa moderna foram os sistemas de propriedade de terra (com o fim das terras comunais), comunidades (vilarejos, cidades, etc.), e grupos de interesses comerciais e produtivos como as guildas e as companhias de comércio. Além desses elementos, marcam a denominada “Idade Moderna” européia o fortalecimento do Estado e a rápida evolução do mercado em sentido mais amplo¹².

Entretanto, todos estes elementos sofreram variações, marchas, interrupções conforme cada região da Europa que se estuda, sendo impossível, portanto, generalizar conclusões. Não obstante, um importante desdobramento que a análise das instituições sociais aponta é que, contrariando a teoria original (cujo argumento central era que a proto-industrialização destruiu os obstáculos do capitalismo, tais como guildas, corporações, privilégios municipais, enfim, as instituições sociais tradicionais), na realidade, as recentes pesquisas empíricas e estudos de caso na Europa não permitem mais tomar como verdadeira essa hipótese. Há uma quantidade suficiente de casos em que as denominadas instituições tradicionais da sociedade exerceram influência decisiva no processo de proto-industrialização, criando obstáculos difíceis de serem suplantados pelos novos padrões exigidos pelo trabalho proto-industrial¹³.

No tocante às guildas, por exemplo, alguns historiadores apontam seu papel decisivo para criar barreiras ao desenvolvimento de proto-indústrias na Europa, por força de seus rígidos regulamentos e predomínio sobre a administração das cidades. Seria exatamente pela presença das guildas que as proto-indústrias preferiam afastar-se das cidades e estabelecer suas bases próximas do campo. Entretanto, tal idéia também vem sendo matizada, visto tratar-se de uma generalização de casos peculiares, como a Inglaterra e os Países Baixos. Uma das críticas mais importantes direcionadas aos teóricos da proto-industrialização é a pouca atenção que têm dispensado às relações entre as proto-indústrias e as áreas urbanas. Na realidade, em alguns casos, a presença de atividades industriais próximas das cidades desenvolveu novas formas de organizações, haja visto que nem

¹¹ Ogilvie e Cerman, op. cit. p.7-11.

¹² Ogilvie, S. Social Institutions and proto-industrialization. OGILVIE, Sheilagh & Cerman, Markus (edit.). *European proto-industrialization*. Cambridge University Press, 1996, p.24.

¹³ Ogilvie, op. cit. p.25.

sempre corporações e companhias de comércio exerceram poder decisivo nas cidades européias. Outros casos houve em que as proto-indústrias localizadas nas áreas rurais formaram suas próprias guildas, aglutinando trabalhadores de diferentes ofícios¹⁴.

Quanto ao papel do Estado moderno e suas relações com a proto-industrialização, as pesquisas desenvolvidas na Europa ainda não responderam as questões mais fundamentais sobre o problema. O surgimento e organização do Estado moderno europeu variou muito em suas características, profundidade, ações e impactos nos diferentes países europeus desde o século XVI. Em alguns momentos, o Estado foi um eficiente meio de fomento ao avanço das atividades proto-industriais, em outras ocasiões, porém, opôs significativos obstáculos a este avanço. Sobretudo, o papel do Estado foi constantemente ambíguo em muitos aspectos. Ao mesmo tempo que intervinha diretamente para favorecer a proto-indústria (operando guerras, cobrando tributos, conquistando e administrando colônias e ampliando mercados para exportação), por outro lado, teve também importância relevante em favorecer instituições sociais como guildas, companhias privilegiadas de comércio, que em geral, são vistas como barreiras para o deslanchar da proto-industrialização¹⁵.

Na realidade, a discussão sobre os conceitos de pré-indústria e proto-industrialização, não definem exatamente qual termo seria mais adequado. A resposta talvez esteja em estudos específicos, que considerem a realidade histórica de cada região onde se desenvolveram fábricas em período denominados pré-capitalista. É o que está sendo realizado na Europa, na linha da “Escola de Göttingen” ou em críticas a esta corrente de pensamento, com trabalhos que buscam mostrar a especificidade regional e apontar as distinções e desvios que tais regiões apresentam do modelo explicativo original. Os termos pré-indústria e proto-industrialização, portanto, são as vezes tomados como sinônimos, embora alguns autores procurem estabelecer distinções entre eles. Seria o caso por exemplo, de se denominar como proto-indústria, as atividades fabris desenvolvidas entre os séculos XVI ao XIX com estreita relação com o setor agrícola e com uma presença significativa nos mercados intrarregionais e mesmo internacionais. As críticas a esta definição, enfatizam a pouca atenção dada por seus teóricos aos casos de indústrias ligadas ao desenvolvimento urbano e próximas das corporações de artesãos. Exatamente neste ponto, pode ser que se encontre uma distinção entre pré-indústria e proto-indústria.

¹⁴ Ogilvie, op. cit. p.31.

Oliveira, por exemplo, ao analisar o caso da pré-indústria fluminense no século XIX dá preferência a este termo por notar a forte relação que as fábricas fluminenses mantiveram com o setor artesanal urbano, distanciando-se, por consequência, das definições de proto-indústria presentes na Europa¹⁶.

Entretanto, os conceitos de pré-indústria e/ou proto-industrialização são fundamentais para perceber a construção teórica de uma história ainda em aberto, com amplas possibilidades de pesquisa. Desde *O Capital* de Marx, que concentra sua análise no caso inglês tem-se, muitas vezes, tomado a Inglaterra como modelo de economia e sociedade que se industrializou a partir de uma série de condições que juntas, permitiram a transformação das forças produtivas naquele país. Na realidade, Marx observa o caso inglês como forma de explicar o desenvolvimento capitalista, mas não que esse modelo seja válido para processos de industrialização em outras regiões. Houve casos em que a presença de proto-indústrias caminhou em direção oposta a que se deu na Inglaterra. E este talvez, seja o grande mérito das teorias e pesquisas recentes desenvolvidas na Europa sobre o tema¹⁷.

Deste modo, em linhas gerais, são essas as principais correntes de debate sobre a pré-indústria e proto-industrialização definidas a partir das pesquisas sobre a Europa na fase de transição do feudalismo para o capitalismo. Evidentemente, ao considerar o caso do Brasil, todo o cuidado é pouco quando se busca relações entre os fenômenos europeus e as condições específicas da economia e da sociedade brasileiras. O risco de cometer erros e anacronismos é muito grande. Portanto, cabe examinar com atenção algumas abordagens sobre atividades fabris e escravidão no Brasil dos séculos XVIII e XIX.

Existe uma polêmica sobre a noção de “indústrias coloniais”, termo utilizado por Mauro em artigo sobre a pré-indústria no Brasil. Considerando como “indústria” todas as atividades que envolvessem processos de transformação de matérias-primas, Mauro encontra um extenso rol de atividades que poderiam ser caracterizadas como pré-indústrias no Brasil colonial voltadas, em grande parte, para o mercado externo. Por sua vez, Oliveira

¹⁵ Olgilvie, op. cit. p.37.

¹⁶ “Essa indústria, voltada para um mercado mais amplo, interregional ou internacional, foi praticamente inexistente no território fluminense e longe estava de assemelhar-se ao caso do oeste da Europa. Por isso evitamos o termo proto-industrialização”. OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de., op. cit. p.11.

¹⁷ PAULA, João Antonio de. História e teoria: sobre a proto-industrialização. *História Econômica & História de Empresas*. Volume VI, São Paulo, Hucitec/ABPHE, p.97-123, 2003.

não emprega o conceito de pré-indústria da mesma maneira, pois considera nessa categoria as atividades desenvolvidas no Rio de Janeiro, a partir do século XIX (a partir de 1808) e que mantinham uma forte relação com setores urbanos da sociedade, portanto mais voltadas para o mercado interno, ao contrário do que ocorria no período colonial analisado por Mauro. Penso que ambas posições são interessantes para a compreensão do conceito de pré-indústria no Brasil, porém, a visão de Mauro parece ser mais coerente, por ser mais ampla e tentar extrapolar, ainda que com dificuldades, o âmbito regional. Entretanto, tal polêmica parece longe de ter uma solução. A pré-indústria é termo preferido por Oliveira por não incorporar as atividades direcionadas ao comércio exterior (açúcar, ouro, por exemplo), mas o autor não esclarece porque tal termo deva ser utilizado apenas para embasar a análise das atividades direcionadas ao mercado interno brasileiro¹⁸. Desta forma, ao abordar as questões fundamentais sobre a pré-indústria no Brasil, serão analisadas as propostas de ambos autores, mas considerando-se como importantes as contribuições propostas por Mauro, mesmo em se tratando do período colonial. Ademais, a preocupação mais premente deste trabalho é observar a utilização da mão-de-obra escrava nas atividades “industriais” próximas tanto do setor mais dinâmico da economia (açúcar, ouro, café) como aquelas que surgiam à margem ou se distanciavam da idéia de economia agro-exportadora (fábricas, artesanato urbano, construção, etc.), o que permite utilizar a contribuição dos dois autores em momento diferentes.

De início, cumpre salientar que a inserção do trabalho escravo em funções especializadas existiu no Brasil desde os primeiros séculos da colonização e, em particular, acentuou-se a partir da formação do complexo econômico açucareiro, no nordeste da colônia portuguesa na América. A especialização produtiva concentrada no açúcar entre os séculos XVII e XVIII já revelava algumas formas de trabalho escravo e livre organizadas em função de um ritmo de produção mais elaborado e diferenciado do tempo de trabalho característico do plantio e colheita da cana-de-açúcar. Dentro do engenho, o trabalho era regulado rigidamente pelos feitores, visando garantir a qualidade do produto final. Se nos canaviais, o ritmo de trabalho era determinado pelas condições climáticas e estações do ano, na unidade produtiva, ou seja, o engenho, havia acentuadas diferenças. Conforme

¹⁸MAURO, Frédéric. Pode-se falar de uma Indústria Brasileira na Época Colonial? *Estudos Econômicos*, 13 (n. especial: 733-744), 1983. OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *A pré-indústria fluminense; 1808-1860*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1987.

observou Schwartz, “*dentro do engenho [...] o ritmo não era o da natureza, mas o ritmo de um processamento regulado, elaborado. O trabalho não era regulado por relógios (que só apareceram em fins do século XVIII, mesmo nos engenhos jesuítas), mas pela capacidade da tecnologia. Não obstante, era medido e dividido em quotas semelhantes às das tarefas agrícolas*”¹⁹.

A fabricação do açúcar contava com uma série de procedimentos que permitiam atingir o produto final, transformando-se em uma “indústria” colonial ao lado de outras atividades, como por exemplo, a produção de tabaco e a extração de madeira. O aprofundamento da questão, mostra que o trabalho dos engenhos aproximava-se a uma linha de montagem industrial. A divisão de tarefas, as quotas de produção preestabelecidas, a manutenção da temperatura para funcionamento das fornalhas eram procedimentos essenciais, pois determinavam, em geral, o ritmo do trabalho, executado em sua maior parte por escravos. Para que não houvesse interrupções que ameaçariam a produtividade do engenho, o trabalho era executado por turnos que se estendiam mesmo noite adentro, contrariando invariavelmente o ritmo do trabalho na lavoura cujo passo era determinado pelo nascer e ocaso do sol²⁰.

Sem dúvida, a abordagem de Schwartz quanto ao processo produtivo do açúcar é muita rica. Complementa o mesmo autor que era necessária a integração de diversos tipos e ritmos de trabalho dentro da unidade açucareira. Ou seja, ao ritmo mais lento e sazonal das tarefas de plantio e derrubada da cana, opunha-se o ritmo marcado e mais preciso do engenho, com suas quotas a serem atingidas e uma organização do trabalho bastante elaborada. Com base em Genovese, ainda demonstra Schwartz, “*a diferença (entre o trabalho tradicional da lavoura e a produção do açúcar) era ‘entre as culturas agrícolas e industrial’*. Todas as lavouras escravagistas inclinavam-se para uma disciplina moderna

¹⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001 (Coleção História).; p.95.

²⁰ “os processos executados na fábrica de açúcar assemelhavam-se à moderna linha de montagem industrial. O ritmo de trabalho era definido pela tecnologia – a velocidade do engenho, a capacidade dos tachos e a temperatura das fornalhas. O trabalho era feito em turnos e quase sempre avaliado em quotas. Era exaustivo (...) As cenas noturnas de caldeiras ferventes, o zumbido da moenda e os corpos suados evocavam para vários observadores a imagem do inferno. Era um lampejo do futuro industrial que chamuscava a visão dos homens pré-industriais que o testemunhavam”. SCHWARTZ, S. op. cit. p. 95.

de trabalho, mas a lavoura da cana-de-açúcar, em especial nos setores industriais, era o caso extremo”²¹.

Deste modo, a integração entre o sistema de trabalho na lavoura da cana e a fabricação do açúcar propriamente dito, encerrava algumas divergências quanto a noção de tempo de trabalho, mas, segundo Schwartz, o sistema de quotas de produção permitia amenizar conflitos entre o tempo dispensado pelo escravo na “fábrica” e suas atividades como “roceiro”. Ou seja, muitas vezes, aqueles escravos que tinham bom desempenho nas tarefas de fabricação do açúcar, sob controle rígido dos horários de trabalho, poderiam, mais tarde, obter vantagens ao trabalharem na lavoura da cana, onde o ritmo não era tão exigente. Cabe perguntar então, seria realmente mais vantajoso para o escravo trabalhar sob a disciplina do eito ou da “fábrica”? Parece-nos que a resposta é um tanto óbvia, mas Schwartz não chega a esclarecê-la totalmente, isto é, sob a ótica da exploração do trabalho escravo, ambas as atividades apareceriam como árduas e controladas sob rígida disciplina e vigilância. A diferença poderia ser exatamente a organização de tarefas especializadas imposta pelo trabalho nas caldeiras de açúcar dos engenhos.

Portanto, ao estabelecer uma rígida organização produtiva dentro das “fábricas” dos engenhos, os proprietários evidentemente dispunham as tarefas dentro de uma determinada hierarquia, necessária para que se atingisse os objetivos desejados quanto a quantidade de açúcar que deveria ser produzida. Tal concepção, implicaria também, numa hierarquia da mão-de-obra. As muitas tarefas a serem realizadas no engenho, fossem direta ou indiretamente relacionadas ao produto final eram, em muitos casos, executadas por escravos especializados ou trabalhadores livres qualificados para determinadas tarefas. O emprego de mão-de-obra livre nas atividades mais específicas dos engenhos não implicou na exclusão do trabalho escravo, mesmo nas funções mais exigentes do ponto de vista técnico. Novamente, de acordo com Schwartz, dentro da “fábrica” de açúcar a divisão de tarefas era clara e o estabelecimento de hierarquias profissionais pressupunha também privilégios relacionados a questão da cor dos indivíduos. Desta forma, *“escravos especializados – caldeireiros, mestres, carpinteiros, purgadores, supervisores e mestres de açúcar – criaram essa divisão social tanto semelhante quanto reforçada por uma hierarquia de cor ou categorias raciais”*. Esclarecendo este ponto, Schwartz aponta a

²¹ SCHWARTZ, S. op. cit. p. 95.

predominância de escravos africanos ou crioulos contra um reduzido contingente de mulatos nas tarefas do eito. Ademais, os mulatos, embora em número reduzido ocupavam cerca de 20% dos cargos de supervisão e tarefas especializadas²².

Nas “fábricas” de açúcar a mão-de-obra era quase sempre mesclada entre escravos e livres, diferente do que ocorria nos canaviais onde o trabalho era todo executado pelos escravos. No entanto, em períodos de redução dos lucros ou aumento dos custos de produção, muitos senhores de engenho do Nordeste do Brasil preferiram substituir a mão-de-obra livre empregada nas tarefas mais especializadas ou de supervisão por escravos, objetivando reduzir custos com salários que poderiam compor cerca de um terço dos gastos operacionais de um engenho²³.

Não obstante, o emprego de cativos nas tarefas especializadas da fabricação do açúcar começou a ser contestada pelos senhores a partir do final do século XVIII e início do XIX, com o argumento de que a “ignorância” dos escravos e negros livres quanto ao uso de novas tecnologias prejudicava a produtividade, muito embora, os proprietários lucrassem com os custos operacionais menores desta forma de trabalho, além de manipularem a lealdade e a disciplina dos escravos oferecendo-lhes oportunidades de subirem na hierarquia da “fábrica” e obter vantagens sobre os demais cativos conforme se mostrassem diligentes no trabalho e dóceis no comportamento frente aos senhores e administradores. Uma outra questão surge daí: diferentemente do trabalho nas lavouras de cana, cujo objetivo básico era a quantidade, a presença de escravos nas atividades especializadas de fabricação de açúcar deveria pautar-se pela qualidade da mão-de-obra, situação esta que impunha um dilema ao sistema escravista colonial, pois ao mesmo tempo que deveriam executar tarefas mais qualificadas, os escravos que ocupavam cargos especializados nos engenhos eram afastados do produto final, numa relação de trabalho ambígua quando se trata de uma economia fundamentada na produção agrícola e no predomínio do comércio sobre a produção. Na concepção de Schwartz,

²² SCHWARTZ, S. op. cit. p. 96.

²³ SCHWARTZ, S. op. cit. p. 97. Alguns exemplos podem esclarecer esta questão. No século XVII, a distribuição dos gastos do Engenho Sergipe do Conde demonstravam que o item salários representava 24,4% do custo total de operação do empreendimento, enquanto os custos com escravos estavam em torno de 10,3%. No caso do Engenho da Laje entre os anos 1711 e 1800, os custos das duas formas de trabalho eram

“os escravos não fabricavam açúcar, só o engenho produzia açúcar, enquanto os trabalhadores repetiam infinitas vezes a mesma tarefa limitada. Mas essa industrialização prematura foi realizada com escravos e seu uso como técnicos e artesãos num processo fácil de sabotar e que separava os trabalhadores do produto final de seu trabalho impunha uma contradição aparente entre a escravidão e a produção industrial”²⁴.

Em essência, a contradição era de fato aparente, pois dentro de um processo em que o escravo tinha a possibilidade de truncar o processo produtivo, a dificuldade maior estava em evitar tais procedimentos por parte dos trabalhadores, em especial, dos escravos. Schwartz comenta que, diferentemente do trabalho na roça, onde predominava o uso da chibata e os castigos físicos eram bastante comuns, na “fábrica” tal solução seria improcedente, pois acarretaria descompasso na produção devido à possibilidade dos escravos sabotarem o trabalho. Desta forma, são raros, quando não inexistentes, os relatos de castigos físicos aplicados sobre escravos em atividades fabris²⁵. Entretanto, tal argumentação não explica a manutenção de escravos nos engenhos ou nas “fábricas” e é necessário abordar o problema com mais detalhes. Na realidade, embora não apareçam em fontes primárias relatos sobre maus tratos em escravos nas “fábricas”, havia sim uma vigilância constante aplicada sobre o trabalho dos cativos em qualquer atividade industrial. Se não houvesse a possibilidade de castigos físicos, a saída para manter a produção e obrigar os escravos ao trabalho estava numa política de incentivos ou de castigos “velados”.

Os incentivos podiam ser de vários tipos, como por exemplo, aumento ou melhoria na alimentação, folgas, horas de descanso, possibilidade de cuidar das roças, entre outros. Por outro lado, os “castigos” ou como prefere Schwartz, os “incentivos negativos”, eram comandados pelos feitores e aplicados de maneira a obrigar o escravo a desempenhar tarefas desagradáveis ou perigosas, como a limpeza de dejetos, a alimentação das fornalhas nos engenhos, o corte de madeira para lenha ou limpeza de mato. Tal sistema de incentivos, abria a oportunidade para que escravos pudessem se beneficiar de algumas situações. Com algum tempo livre para cuidar de suas roças, poderiam complementar a alimentação diária e

equivalentes, girando em torno de 14,5%. Ver WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

²⁴ SCHWARTZ, S. op. cit. p. 98 (grifos nossos).

²⁵ SCHWARTZ, S. op. cit. p. 98.

além disso, em caso de excedentes, era possível, de acordo com o que o senhor permitia ou não fazer, vender parte da produção das roças nos mercados urbanos, abrindo a possibilidade de ganho pecuniário e em alguns casos, da compra da própria alforria²⁶.

No entanto, o escravo empregado em atividades industriais não era um privilegiado, como se poderia erroneamente aludir a partir de um sistema que procurava incentivar o trabalho com recompensas e evitar castigos físicos contraproducentes no âmbito fabril. A miragem de liberdade e de ganhos extras tinha a finalidade de manter o trabalho em seu ritmo regular, sem interrupções, sem quebras na rotina monótona da produção. Portanto, os incentivos aplicados aos escravos nos engenhos ou fábricas do Brasil, desde o período colonial, não esgotam a análise de uma atividade bastante pesada para o escravo ali utilizado, sem contar que mesmo na ausência de castigos físicos diretos, a supervisão do trabalho era executada com rigor pelos feitores.

Neste sentido, o argumento da “ignorância” dos escravos e libertos na execução de tarefas especializadas deve ser melhor analisado. Fundamentalmente, qualquer escravo poderia ser treinado adequadamente para executar tarefas mais complexas nos engenhos ou fábricas. O problema parece estar mais na “mentalidade” dos senhores de escravos que viam os negros livres e os escravos como seres inferiorizados por sua condição na sociedade brasileira e portanto, incapazes de aprender a manusear equipamentos e desempenhar tarefas que exigissem maior conhecimento técnico. A questão remete, na verdade, às barreiras que eram impostas aos escravos e libertos pela sociedade escravista no Brasil dos séculos XVIII e XIX. A inferioridade do negro como trabalhador e a aversão ao trabalho manual pela população branca são características marcantes dessa sociedade.

Neste ponto, a dificuldade maior para o pesquisador talvez seja definir com clareza qual tipo de atividade pode ser caracterizado como trabalho industrial em um período marcado essencialmente pelo predomínio da agricultura comercial.

Como salientou Mauro em um artigo instigante, o termo “indústria” empregado para o período de 1500 a 1800 na colônia portuguesa na América é, para dizer o mínimo, controvertido e ambíguo, pois tal palavra designava de modo genérico uma gama de atividades quase nunca bem definidas quanto aos seus limites econômicos e procedimentos “técnicos”. Ou seja, segundo Mauro, poderiam ser incluídas na categoria “indústrias”, todas

²⁶ SCHWARTZ, S. op. cit. p. 99.

as atividades que não pertencessem nem ao comércio nem à agricultura, abarcando portanto, qualquer forma de trabalho que levasse no ato de sua produção a transformação de matérias-primas minerais, animais ou vegetais²⁷.

Ao descrever as tarefas relacionadas à produção do açúcar nos engenhos coloniais do nordeste, Mauro identifica uma nítida especialização nestas unidades, além disso, considera a atividade açucareira na colônia como uma “indústria pesada”, que necessitava de volumoso cabedal financeiro para seu efetivo funcionamento desde que o objetivo era atender a demanda externa pelo produto. Entretanto, esclarece Mauro, o montante de investimentos nos engenhos não representava, necessariamente, lucros para o produtor, senão que, muitas vezes, este incorria em prejuízos. O negociante era a figura central dessa economia, pois adiantava os recursos para construção do engenho ao mesmo tempo que poderia (ou deveria) manter estreita relação com o mercado fornecedor de mão-de-obra, ou seja, tinha sempre uma ponta de seus negócios ligada ao tráfico atlântico de escravos. O papel do comerciante confunde-se muitas vezes com o de produtor, sendo um mesmo indivíduo ambos personagens, pois, como demonstra Mauro, “estamos em pleno capitalismo comercial”. Decorre desta situação, que a produção açucareira, na análise de Mauro é uma atividade de grande porte, pois exige recursos elevados e se tornou uma atividade especializada no período colonial. A importância do açúcar no mercado internacional favorecia o crescimento do número de engenhos, pelo menos até o século XVIII e demandava maiores investimentos e mão-de-obra, alimentando o circuito comercial entre Europa, África e América. Citando Henri Hauser, Mauro define assim a relevância do açúcar no período colonial:

“(...) na Europa do século XVI, o sal representou o mesmo que o ferro no início do século XX. Poder-se-ia dizer do açúcar que foi o urânio da nossa época [colonial]. O açúcar não era uma indústria artesanal (...) Para continuar a comparação, o açúcar não

²⁷ MAURO, Frédéric. Pode-se falar de uma Indústria Brasileira na Época Colonial? *Estudos Econômicos*, 13 (n. especial: 733-744), 1983. Neste sentido, as assertivas de Mauro aproximam-se da idéia de “indústria” apresentada por Braudel, segundo a qual “a palavra não chega a libertar-se completamente do seu sentido antigo: trabalho, atividade, habilidade – para adquirir, no século XVIII, e nem sempre, quase o sentido específico com que a conhecemos, num campo em que as palavras arte, manufatura, fábrica, lre fazem concorrência durante muito tempo”. Braudel, op. cit. p.259 (grifos do autor).

*foi – relativamente – uma indústria leve do tipo das indústrias têxteis anteriores e posteriores à Revolução Industrial*²⁸.

Não obstante as características que tornavam o açúcar uma espécie de indústria “pesada” desde o período colonial, não se pode “exagerar nas cores” ao pintar o quadro de uma indústria no Brasil colônia. A interdição aplicada à colônia por Portugal certamente tinha um peso importante. O monopólio e o exclusivo metropolitano são barreiras, por vezes severas, ao desenvolvimento de fábricas na colônia. Deste modo, mais seguro é pensar o termo indústria no Brasil colônia não com as características de uma indústria “moderna”, mas sim, como uma série de atividades industriais, que desempenhavam papel importante na economia colonial mesmo considerando-se os entraves impostos pela metrópole. Tal abordagem, permite observar que além da produção açucareira, no Brasil do século XVIII em particular, desenvolveram-se várias “indústrias” simultaneamente. É o caso, por exemplo, das manufaturas de tabaco, tecelagens de algodão, construção civil, estaleiros, extração de ouro, pesca da baleia (com a produção de óleo, beneficiamento da carne e extração do âmbar), carne seca, metalurgia e produção de artigos de ferro, produção de farinha de mandioca, exploração de minas de salitre e fabricação de pólvora, entre outras muitas atividades, sem contar aquelas de caráter essencialmente artesanal como cestaria, tecidos rústicos (produzidos pelas próprias famílias), e uma gama enorme de ofícios tipicamente urbanos (ferreiros, sapateiros, carpinteiros, oleiros, etc.) presentes em todas as cidades no Brasil colonial estendendo-se ao império. Neste rol de atividades produtivas extremamente variadas, o trabalho escravo esteve sempre presente²⁹.

Deste modo, pensar uma “indústria” no Brasil dos séculos XVIII e XIX é uma tarefa bastante complexa. Entrementes, o fundamental está em perceber que havia, de fato, atividades com características de produção industrial, algumas delas com elevado grau de especialização (como o açúcar) que poderiam ser consideradas como verdadeiras indústrias para a época em que surgiram³⁰, e outras com predomínio de técnicas puramente artesanais. A inserção de atividades fabris numa sociedade permeada pela escravidão desencadeia

²⁸ MAURO, op. cit. p.736.

²⁹ MAURO, F. O problema da pré-industrialização no Brasil. *Ler História*, n. 13, 1988. Sobre a “indústria” doméstica ver. Holanda, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 233-44.

³⁰ MAURO, F., 1988, op. cit.

problemas que, do ponto de vista histórico, são importantes na medida em que extrapolam as noções de uma sociedade escravista dominada pela grande propriedade agrícola com base no trabalho escravo bruto e tecnicamente desqualificado. Entrementes, o fim do século XVIII, marca uma época de mudanças importantes na política econômica de Portugal tanto na Europa como em suas possessões ultramarinas. As transformações desse período foram analisadas com profundidade e precisão por Arruda, ao trabalhar as balanças de comércio entre Brasil e Portugal para o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX. Esclarece Arruda que

“a produção colonial, sem deixar de ser mercantil, escravista, dependente, apresentou uma notável diversificação na sua pauta de exportações; disto resulta que a conjuntura econômica da última etapa do período colonial é de franca prosperidade; os lucros e o mercado prodigalizado pela Colônia à Metrópole, Portugal, sustentam um processo de industrialização, arruinado pela perda do monopólio comercial do Brasil”³¹.

Avançando mais a discussão, em trabalho mais recente, Arruda esclarece com propriedade a dinâmica dessa diversificação produtiva ocorrida no Brasil ao final do século XVIII :

“Defrontamo-nos com uma transformação vital. Se a metrópole avança criando fábricas, a colônia diversifica sua produção, seus mercados se integram interna e externamente. Se as rendas geradas pelo setor exportador são menores, tanto no Brasil quanto em Portugal, comparativamente ao auge da produção aurífera, compensam pela sua distribuição mais plural, refletida nos índices de renda per capita. A conjuntura econômica era de prosperidade. Não se pode falar em depressão, em decadência. E, em tais circunstâncias, engendra-se um enorme potencial transformador”³².

³¹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo, Ática, 1980, p.605. Não obstante alguns autores, como por exemplo Caio Prado Jr. e Maria T.S. Petrone tivessem vislumbrado essa questão, a precedência de uma análise quantitativa e qualitativa da diversificação econômica do Brasil no final do período colonial coube a Arruda com o trabalho supra citado.

Como expressão de interesses divergentes entre a economia portuguesa e a o comércio colonial tem-se a promulgação do tão conhecido Alvará de 5 de janeiro de 1785, pelo qual se proibia as manufaturas existentes no Brasil de permanecerem funcionando, com exceção daquelas que produziam tecidos grosseiros para vestimentas dos escravos.

Os efeitos que se desencadearam na economia colonial a partir da aplicação do Alvará são objeto de polêmicas entre historiadores já há bastante tempo. Não serão discutidos aqui os pormenores do problema, interessando-nos sim, abordar o referido Alvará como forma de marcar a passagem do século XVIII para o XIX, do ponto de vista da economia e das atividades manufatureiras no Brasil. Uma excelente análise das razões e conseqüências do Alvará foi elaborada por Fernando A. Novais, que explica com clareza os objetivos e alcances do documento para a colônia, tomando como base a própria conjuntura econômica vivida por Portugal na Europa do século XVIII³². Importante, sobretudo, é ressaltar que o Alvará não teve efeito tão destrutivo para a economia colonial como foi apontado por historiadores desde o início do século XX, mas sim, perceber que no próprio texto legal, evidencia-se a presença de estabelecimentos fabris por todo o território da colônia nas décadas finais do século XVIII. Mais do que isso, a preocupação fundamental do governo português ao estabelecer tal proibição foi salvaguardar os interesses da agricultura comercial que fomentava as manufaturas do reino, além de garantir a ocupação efetiva e tornar lucrativa a ocupação dos vastos territórios coloniais, o que seria dificultado, caso houvesse desenvolvimento maior da produção manufatureira na colônia. Sobretudo, as manufaturas no Brasil representavam o desvio de recursos (mão-de-obra escrava em especial) das atividades agro-exportadoras que alimentavam o comércio ultramarino português, para a produção de bens que animavam o incipiente mas importante comércio interno da colônia. Fernando A. Novais esclarece essa conflituosa relação entre as produções agrícolas e manufatureiras da colônia portuguesa da seguinte maneira:

³² ARRUDA, José Jobson de Andrade. O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil, p. 177. In: *História de Portugal*. José Tengarrinha (org.). Bauru, SP, EDUSC/UNESP?Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

³³ NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005. Ver também do mesmo autor *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Sexta edição, São Paulo, Hucitec, 1995; cap.IV.

“Ao estabelecer, por exemplo, uma como que fatal alternativa entre as atividades primárias e os labores industriais no domínio ultramarino, o alvará pode ser teoricamente criticado (...). Mas se considerarmos, agora, que o desenvolvimento tecnológico é bloqueado numa economia escravista, que, doutra parte, não se pode avolumar indefinidamente o contingente de escravos no sistema sem romper um mínimo de equilíbrio indispensável (vale lembrar que as exceções que se abrem nas proibições se ajustam às exigências da economia escravista); e se ponderarmos, ainda, que nas condições específicas da economia colonial de baixo nível de capitalização o empresário dificilmente poderia cometer ao mesmo tempo tarefas agrícolas e manufatureiras – crescendo para mais que a atividade agrícola visada é, em parte, como salienta o próprio alvará, desbravamento e ocupação de novas áreas – aquelas asserções do texto legal começam a fazer sentido”³⁴.

Postas em seu contexto histórico, as formulações contraditórias do dito alvará de fato se tornam mais claras. Entretanto, alguns pontos da análise de Fernando A. Novais podem ser relativizados, como por exemplo, a assertiva de que o desenvolvimento tecnológico sucumbe quando se trata de uma economia escravista, pautada nitidamente na tradição marxista, parece ser muito enfática, pois o próprio texto do alvará permite notar o aumento das atividades manufatureiras na colônia, ademais, as manufaturas têxteis as quais dirige-se o alvará não requerem recursos tecnológicos de monta. Eis aqui outro ponto a ser discutido no ambíguo documento: o texto legal concentra-se quase que totalmente nas manufaturas de tecidos deixando margens à dúvidas quanto aos demais ramos de atividades fabris³⁵. Contudo, cumpre destacar o papel de relevância que Novais atribui ao trabalho escravo e ao constante aumento da introdução de novos cativos para o equilíbrio do sistema de exploração que interessava à metrópole³⁶.

Deste modo, importa destacar o alvará de 1785 como um marco histórico que aponta para as mudanças de rumo na economia e política portuguesas para o Brasil a partir do que se pode considerar como um período de reestruturação e renovação das práticas metropolitanas, numa fase de crise do sistema como um todo, e que permite vislumbrar

³⁴ NOVAIS, Fernando A.; 2005, op. cit. p.76.

³⁵ NOVAIS, Fernando A.; 2005, op. cit., p.81-82.

³⁶ Ibidem.

novos rumos para o Brasil, a partir do final do período colonial nas décadas iniciais do século XIX³⁷.

Por sua vez, Arruda aponta explicitamente os interesses em jogo pela promulgação do Alvará de 1785 e reforça a idéia de mudanças quanto aos rumos do projeto colonial português para o Brasil:

*“Sabemos que a proibição das manufaturas na Colônia tinha como objetivo principal reservar o mercado colonial para as mercadorias metropolitanas. Somente neste sentido é que se pode entender que, numa fase de liberalização da economia colonial, fosse baixado o alvará de D. Maria I, proibindo as manufaturas no Brasil. O objetivo evidente era evitar a concorrência com as Fábricas privilegiadas do Reino”*³⁸.

Como vem sendo discutido até este ponto, o problema da pré-indústria e da proto-industrialização no Brasil começa a adquirir contornos mais nítidos após o período colonial. Se até o final do século XVIII, as denominadas “indústrias coloniais” representavam uma parcela significativa da economia brasileira por estarem ligadas, em grande parte, aos setores mais dinâmicos do comércio internacional, o século XIX pode ser visto como um período mais definido para o estudo das atividades fabris no Brasil. A Abertura dos Portos em 1808 e a revogação das medidas proibitivas que vigoraram desde 1785 marcam uma nova fase da economia colonial brasileira, em vias de profundas transformações. Rapidamente, os incentivos à produção manufatureira começaram a ser sentidos em algumas províncias, com o aumento no número de fábricas, muito embora, a drástica redução das taxas sobre importação de manufaturados, em especial os produtos ingleses, entrasse em franca contradição com a intenção “modernizante” elaborada por Portugal, não obstante os efeitos negativos das baixas tarifas de importação fossem sentidos mais por Portugal do que pela colônia. Conforme Arruda, *“Ocorre que os produtos ingleses entravam no mercado brasileiro em substituição aos produtos portugueses, que já não*

³⁷ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Sexta edição, São Paulo, Hucitec, 1995.

³⁸ ARRUDA, op. cit. p. 662.

tenham mais a proteção do exclusivo comercial. O comércio brasileiro orienta-se agora para a Inglaterra, em detrimento de Portugal”³⁹.

Vejamos, pois, com um pouco mais de atenção, as polêmicas discussões em torno da problemática da pré-indústria e proto-industrialização a partir do século XIX.

De início, como foi visto, destaca-se uma distinção entre proto-industrialização e pré-industrialização (termo preferido por vários pesquisadores da história do Brasil), que serve para demonstrar que as estruturas econômicas e sociais entre a Europa pré-capitalista e o Brasil escravista eram bastante diferenciadas. No Brasil, alguns autores apontam o período denominado pré-industrial entre meados do século XIX (por volta da década de 1850) até cerca de 1930, embora tal periodização não seja significativa na mesma proporção para autores diferentes. Segundo Eulália L. Lobo, o trabalho pioneiro sobre a pré-industrialização no Brasil muito provavelmente seja a coletânea dirigida por Frédéric Mauro⁴⁰. Em um artigo de 1988, Mauro condensa as principais questões em torno da pré-industrialização do Brasil⁴¹. Destaca-se em sua análise alguns pontos como o papel da economia cafeeira para a expansão das atividades industriais. Mais importante, Mauro mostra como o século XIX, em especial a partir de 1850, foi um período de “rupturas” em oposição a uma possível visão de continuidade que se possa ter do período. No entanto, algumas rupturas ocorreram antes de meados daquele século; basta dar atenção a alguns fatos importantes, como a abertura dos portos em 1808-1810, a implantação de rotas de navios a vapor entre o porto do Rio de Janeiro e a Europa, entre outros. Esclarece o autor que *“Por fim a emancipação dos escravos foi progressiva: 1850 para a supressão do tráfico, 1871 para a lei do ‘Ventre Livre’, 1885 para a lei acerca dos sexagenários e 1888 para a emancipação definitiva. Mas 1850 e 1888 foram sentidos como choque, apesar da introdução progressiva de mão-de-obra livre de origem européia*”⁴². Sobre as primeiras

³⁹ ARRUDA, op. cit. p.667.

⁴⁰ LOBO, Eulália L. História Empresarial. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Ciro F. Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro, Campus, 1997, p.223. MAURO, Frédéric. *La pré-industrialisation du Brésil, essais sur une économie, en transition 1830/1850-1930/1950*. Paris, CNRS, 1984.

⁴¹ MAURO, Frédéric. O problema da pré-industrialização do Brasil. *Ler História*, n.13, 1988 (Trad. Renata Boaventura).

⁴² Mauro, op. cit. 1988. Alguns autores discordam da idéia de que a abolição tenha sido um choque, principalmente em termos econômicos, como parece ser para Mauro, enfatizando que a ruptura foi mais política que de ordem econômica. Ver por exemplo, SLENES, Robert. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. COSTA, Iraci del Nero da (org.). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 1986. Chalhoub,

indústrias, Mauro afirma que “*No século XIX um certo desenvolvimento industrial foi então preparado pela existência, desde a época colonial, de uma economia artesanal e mesmo de uma economia colonial, não artesanal e com certas características industriais*”⁴³.

Portanto, para Mauro, 1850 e depois, 1888 foram sentidos como “choques” pela sociedade brasileira. Tal assertiva é, pelo menos duvidosa, dada a capacidade que a sociedade brasileira teve de reagir a adversidade imposta pelo fechamento do tráfico africano primeiramente. As mudanças sociais e econômicas são componentes importantes, mas parecem adaptar-se aos poucos a uma nova realidade que pesava sobre o trabalho escravo. Em essência, o tráfico africano foi em grande parte substituído pelo tráfico interno, como maneira de manter a estrutura produtiva do país, embora os descompassos regionais se tornassem cada vez mais evidentes, levando àquilo que alguns economistas denominam *unbalanced growth*⁴⁴. Mas, como hipótese a ser testada, fica a seguinte idéia: o fim da escravidão no Brasil foi mais uma questão política que propriamente econômica e, somente deste ponto de vista, os choques apontados por Mauro fazem sentido. Quanto ao aspecto econômico é duvidoso que tais choques tenham papel determinante na substituição do braço escravo pelo livre.

Consequentemente, na visão de Mauro o café é determinante de um “efeito multiplicador” na economia brasileira do século XIX, favorecendo a expansão da infraestrutura de transportes com a implantação das ferrovias e a dinamização das atividades urbanas nas cidades de maior porte. Aliás, enfatiza o autor, a questão das cidades ao longo do século XIX é de suma importância para compreensão do período chamado pré-industrial no Brasil. É o que Mauro analisa como a “tetrarquia urbana, fenômeno presente em grande parte da América Latina e também no Brasil que corresponde a uma estrutura apoiada em quatro tipos de centros urbanos a saber: 1) a capital política e econômica; 2) um pólo industrial de grande porte; 3) um porto e; 4) uma cidade tradicional, elitizada e dominada por uma classe opulenta e com ares de fidalguia. Tal configuração explica, segundo Mauro, os desequilíbrios regionais tão presentes no desenvolvimento econômico da América Latina⁴⁵.

Sidney. *Machado de Assis historiado: : uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ MAURO, F., 1988, op. cit.

⁴⁵ Mauro, 1988, op. cit.

No caso do Brasil, esta tetarquia estaria representada nas primeiras décadas do século XX pelas cidades do Rio de Janeiro (capital e centro financeiro), São Paulo (pólo industrial), Santos (porto) e Salvador (cidade tradicional e estagnada)⁴⁶. No entanto, na segunda metade do século XIX, a Bahia parecia estar apta a ser o pólo dinâmico da atividade industrial no Brasil, o que porém, não se concretizou. A explicação para tal fato, Mauro encontrou na falta de capital necessário para o investimento na indústria. As inversões européias (inglesas em essência) dirigiam-se para o Rio de Janeiro.

Por sua vez, os desequilíbrios regionais ocasionados pela desigual aceleração econômica provocada pelo café no século XIX, levam Mauro a uma constatação também complicada: o autor aponta o papel de destaque que teve a imigração em massa para o Sudeste em detrimento de outras regiões do país. Tratava-se, segundo Mauro, de uma “imigração de qualidade”, pois entre os povos europeus aqui chegados (portugueses, espanhóis, alemães) estavam os italianos, em especial, “*muitos provenientes do Norte e, por isso, melhor formados, mais abastados e trabalhadores*”⁴⁷. Sem considerar o enorme preconceito implícito na frase, Mauro aponta para uma disparidade regional importante. A província da Bahia no século XIX é apontada pelo autor como um pólo importante de desenvolvimento econômico, mas que não logrou êxito em seu esforço de modernização e arranque industrial devido ao forte desequilíbrio econômico provocado pelo café no Sudeste. A melhor infra-estrutura produtiva (com estradas de ferro) atraía mais investimentos externos do que era possível ter a Bahia, ainda presa a uma estrutura produtiva tradicional e com predomínio do trabalho escravo, ao contrário do Sudeste onde grande parte da mão-de-obra estava sendo substituída por trabalhadores livres.

Tais dificuldades, teriam levado as indústrias européias a investirem no Sudeste, em especial no Rio de Janeiro. Neste ponto, a questão da mão-de-obra assume uma importância fundamental, embora seja tratada como secundária no artigo de Mauro: o autor afirma que em relação aos investimentos externos “*a Bahia é preterida em favor do Rio. Por último a mão-de-obra escrava torna-se pouco apta para o trabalho industrial moderno. Com a emancipação, uma parte deixará mesmo a província, convertida nesta época em ‘Estado’ federado*”⁴⁸. Ou seja, a falta de capitais para atrair investimentos externos é complementada

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ MAURO, F., 1988, op. cit.

⁴⁸ MAURO, F., 1988, op. cit.

pela permanência da escravidão. Na Bahia, os escravos pouco aptos ao trabalho na indústria, eram um dos componentes da “decadência” econômica da província no final do século XIX. Tal questão parece improcedente, pois se, de acordo com Mauro a Bahia conheceu um surto industrial em meados do século XIX, certamente tal surto empregou uma boa parcela dos escravos da província, o que descaracteriza a hipótese de que o Sudeste tirasse vantagens econômicas por utilizar trabalhadores livres em maior quantidade⁴⁹. Pesquisas mais recentes sobre a província da Bahia revelaram que entre os anos 1840 e 1860 a Bahia e em particular, Salvador, recebeu importantes empreendimentos fabris com tecnologia competitiva para a época, semelhante à algumas indústrias européias ou mesmo latino-americanas, como no México, por exemplo⁵⁰. A explicação para esse desequilíbrio regional está sim, relacionada a capacidade da economia cafeeira de dinamizar as relações produtivas do Sudeste. Quanto a escravidão, sabe-se, por exemplo, que em algumas das principais regiões cafeeiras de São Paulo, houve relutância até os últimos momentos em libertar escravos, mesmo com o tráfico interprovincial definhando⁵¹.

Com uma abordagem distinta da de Mauro, Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira traçou importantes questões em torno do conceito da pré-indústria no Rio de Janeiro⁵². Especificamente, Oliveira refere-se às fábricas fluminenses como formas distintas de produção de bens daquelas que ocorreram na Europa. Ao comparar as estruturas produtivas e as características da indústria fluminense, o autor situa-se no debate entre os conceitos de pré-indústria e proto-industrialização. Na realidade, mesmo o termo pré-industrialização fica impreciso, pois o processo de industrialização é bem mais complexo e pressupõe bases materiais bastante diversas daquelas do período inicial de desenvolvimento industrial de uma região ou país.

Oliveira incorpora então as críticas feitas pelos principais autores ao conceito de proto-industrialização, em especial, no tocante ao caráter rural das manufaturas nessa fase, como fizeram alguns estudiosos da proto-indústria européia. Oliveira salienta que, na

⁴⁹ MAURO, F., 1988, op. cit. “*Entre 1850 e 1889, 59 dos 903 estabelecimentos industriais que possui o Brasil encontram-se na Bahia, segundo uma estatística que nos parece ainda inferior à realidade*”.

⁵⁰ PEDRÃO, Fernando. O Recôncavo baiano na origem da indústria de transformação no Brasil. SZMERECSENYI, T. e LAPA, J. R. DO AMARAL (orgs.) *História Econômica da Independência e do Império*. 2.ed. revista. São Paulo, Hucitec/ABPHE/Ed. da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002. p.307-324.

⁵¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império: 1871-1889*. Editora Nova Fronteira, p.42-3.

realidade, essas teorias não explicam os fenômenos industriais urbanos, característica fundamental, segundo o autor, da produção fluminense. Segundo Oliveira *“poder-se-ia asseverar, justamente, que a pré-indústria (não proto-indústria) fluminense, longe de ser uma ‘indústria rural’ se constituiu, basicamente, de ofícios urbanos, manufaturas concentradas e outras organizações muito próprias, como as suas ‘fábricas’”*?⁵³

A questão proposta pelo autor tem uma resposta complexa, pois os próprios conceitos de unidades produtivas de bens eram distintos no século XIX brasileiro. Ou seja, a palavra indústria confundia-se, como foi mencionado anteriormente, com várias atividades, tanto de manufaturas como “indústria agrícola” ou comércio, ganhando aos poucos, uma conotação mais precisa. Entretanto, os termos “fábrica” e “manufatura” no Brasil oitocentista guardavam diferenças significativas. Esclarece Oliveira que *“a diferença entre fábrica e manufatura diferia frontalmente da acepção usada hoje corretamente. E o uso corrente hoje é de certo modo semelhante ao de Marx. Mas na primeira metade do século passado [XIX] no Brasil (ou até um pouco depois) fábrica era uma organização de maior porte que uma oficina (com ou sem maquinismos), mas de menor porte que a manufatura”*⁵⁴. Portanto, como mostra Oliveira, as manufaturas constituíam unidades maiores que as “fábricas”, sendo que essas, muitas vezes integravam “plantas” maiores compondo as manufaturas. De fato, os termos manufaturas e fábricas no Brasil do século XIX, distinguem-se dos conceitos apontados por Marx para qualificar tais unidades produtivas⁵⁵.

Neste sentido, é necessário examinar a periodização do que se poderia denominar como período pré-industrial no Brasil. Embora adotando a terminologia proposta por Mauro, Oliveira procura demonstrar a inconsistência do período estabelecido pelo ilustre historiador francês ao analisar a pré-indústria no Brasil. A cronologia de Mauro baliza-se entre os anos 1830/1850 e 1930/1950. Oliveira esclarece que *“não endossamos todavia*

⁵² OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *A pré-indústria fluminense; 1808-1860*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1987.

⁵³ Oliveira, op. cit., p.12.

⁵⁴ Oliveira, op. cit. p.14.

⁵⁵ *“A origem da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é portanto dúplice. De um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos de diferentes espécies (...) De outro, ela parte da cooperação de artífices da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em diversas operações particulares (p.255). (...) Em seguida, Marx observa: “O revolucionamento do modo de produção toma, na manufatura, como ponto de partida a força de trabalho; na grande indústria, o meio de trabalho”(p.5). MARX, K. O Capital:*

essa cronologia, pois o balisamento pareceu-nos incompreensível. Nada ocorreu em 1830 para que esse ano marcasse o início da economia pré-industrial e nada justifica, a nosso ver, estender o estágio pré-industrial a 1930/50". A propósito, Oliveira define o período de sua pesquisa entre os anos 1808/1880/90. A justificativa para tal periodização reside, segundo Oliveira, primeiro no marco de 1808 como o ponto de partida para os estímulos ao desenvolvimento de "fábricas" dados a partir dos alvarás régios que derrubaram proibições anteriores para o funcionamento desses tipos de estabelecimentos na colônia portuguesa na América. Segundo, 1850/60 representaria, ainda de acordo com Oliveira, o período onde a expansão cafeeira não se consolidara completamente, o que favoreceu um crescimento da atividade manufatureira na província fluminense. Segundo o autor, 1850 poderia ser a década de um "salto industrial" na região fluminense (em tese, devido aos efeitos da tarifa Alves Branco), mas tal estímulo foi adiado devido ao *boom* cafeeiro que mobilizou recursos para o setor de agro-exportação nos anos seguintes⁵⁶.

Acerca dessa controvérsia, parece mais plausível a periodização proposta por Mauro, embora ambas sejam passíveis de críticas. Caso se deseje localizar as primeiras iniciativas em torno do estímulo à produção fabril brasileira, pode-se remontar mesmo ao período pombalino, pois em 1776, foi autorizado o funcionamento de uma fábrica de ferro em Sorocaba, capitania de São Paulo. Quanto ao período final, a proposta de Oliveira em parte não se justifica, pois exatamente o período pós 1850 (consolidação da economia cafeeira) representou, como demonstrou Mauro, uma época de fortes inversões em infraestrutura urbana e de transportes, o que favoreceu um aumento das atividades industriais nas principais cidades cafeeiras do Sudeste. Ademais, possíveis obstáculos impostos à indústria pela economia cafeeira, são tema de outra polêmica. Como demonstrou Sérgio Silva, as décadas finais do século XIX representam o predomínio da forma específica do capital comercial da cafeicultura sobre o capital industrial que ainda não se tornara o centro dinâmico da acumulação capitalista no Brasil⁵⁷.

Aparte tais polêmicas, destaca-se no trabalho de Oliveira a temática recorrente na historiografia sobre a pré-indústria sobre o tipo de mão-de-obra empregada. O autor

crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª edição, São Paulo, Noca Cultural, 1988, vol. I, Livro Primeiro.

⁵⁶ Oliveira, op. cit., pp. 15-18.

⁵⁷ SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7ª edição, Alfa-ômega, São Paulo, 1986.

demonstra com clareza a presença de escravos em diversos ramos das atividades fabris fluminenses, desde o Arsenal da Marinha às pequenas oficinas, fábricas têxteis até atividades mais complexas, como abastecimento de gás e iluminação pública (esta em particular, pois ao lado das fortes inversões em máquinas e equipamentos, a empresa trabalhava com cativos). Afirma o autor que

*“com relação à mão-de-obra escrava, inclinamo-nos para o ponto de vista de muitos estudiosos, como Eisenberg e Castro, para os quais a má preparação do escravo pouco impediu que ele produzisse tanto ou quanto um elemento livre no mesmo serviço e na mesma época. As versões que insistem na incompatibilidade entre escravidão e máquinas, até as mais complexas, merecem reparos. É também equivocada a idéia de que o trabalho escravo, por ser feito com desinteresse, é de má qualidade”*⁵⁸.

Tal ponto de vista é, com certeza, apoiado pelo enfoque proposto ao longo da discussão feita até aqui. Entretanto, alguns pontos são matizados por Oliveira e devem ser considerados. Por exemplo, embora o autor exemplifique apoiado em dados empíricos a forte presença de escravos em muitas atividades industriais, algumas com bastante nível de dificuldade técnica, enfatiza que os elementos cativos nunca chegaram a desempenhar a função de mestres, ponto de vista que difere em parte, de algumas perspectivas da historiografia norte-americana, pois esta aponta exemplos de escravos em atividades de gerência e supervisão do trabalho industrial, como foi visto anteriormente. Tais constatações, merecem, sem dúvida, mais pesquisas. Evidencia-se então, a grande importância da pré-indústria fluminense no contexto de transformações econômicas do século XIX brasileiro, especialmente em relação ao uso de escravos como mão-de-obra.

Não obstante, o problema da indústria nascente pode ser observado ainda de outros ângulos. Em artigo profícuo e bem fundamentado, Douglas Cole Libby volta a examinar a economia das Minas Gerais no século XIX. Ao contrário da tese de Oliveira, a proposta de Libby é deixar claro que houve um período de proto-industrialização na região mineira, entendida como próxima em muitos pontos, das experiências proto-industriais européias

⁵⁸ Oliveira, op. cit. p. 319.

dos séculos XVIII e XIX⁵⁹. Libby propõe estudar a indústria têxtil mineira a partir de um conceito ampliado de proto-industrialização, que envolve além das formulações gerais elaboradas nos anos 70, novas concepções e críticas que se desenvolveram posteriormente em torno do problema. Neste sentido, “*o resultado prático dessa revisão crítica do modelo de protoindustrialização tem sido a modificação extensiva do conceito, o qual hoje, tende a permitir a inclusão de um leque bem maior de fenômenos históricos observáveis naquilo que se poderia chamar de fase ou tendências protoindustriais*”. Ou seja, fica claro que a extensão do conceito de proto-industrialização permite analisar fenômenos que muitas vezes não são propriamente fases da proto-indústria, mas sim tendências nesse sentido, o que permite ao autor desenvolver a argumentação de que havia uma “*variante brasileira ou, mais especificamente, mineira de protoindustrialização*”⁶⁰.

Por meio do estudo das estruturas ocupacionais e censos populacionais do século XIX em Minas Gerais, Libby demonstra as condições que permitiram o desenvolvimento da manufatura têxtil doméstica na província, destacando a presença de um mercado consumidor em formação para esse tipo de produto, configurando uma formação econômica bastante diversificada e distinta de outras províncias do Sudeste, como São Paulo, cuja estrutura ocupacional entre o final do século XVIII e início do XIX era basicamente a agricultura. Não obstante tal situação peculiar, a proto-indústria mineira fundada na produção têxtil doméstica entra em declínio a partir de meados do século XIX, devido, principalmente, a concorrência imposta por produtos de origem inglesa no mercado brasileiro.

Desta forma, embora a proto-indústria mineira tivesse um importante papel nessa economia diversificada da província no século XIX, não conseguiu atrelar-se a um desenvolvimento industrial posteriormente, ocorrendo mesmo um processo de desindustrialização nas décadas finais daquele século provocada tanto pela concorrência externa como pela própria falta de recursos (capital), além de uma fraca rede de transportes. Ainda mais relevante, a transformação nas relações de produção era muito incipiente e não

⁵⁹ Libby, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. *História Econômica da Independência e do Império*. ABPHE, Fapesp, Hucitec, São Paulo, 1996.

⁶⁰ Libby, op. cit., 1996, p.238. Antes de Libby porém, Arruda argumentou que no início do século XIX, a crise em Portugal tinha sua outra face voltada para o desenvolvimento do Brasil. “*O comércio se desenvolveu, as exportações cresceram e, as importações, ainda mais. Houve mesmo a possibilidade de, pelo crescimento do mercado interno, desenvolver-se no Brasil as manufaturas têxteis*”. ARRUDA, op. cit., p.668.

camminhou em direção a uma proletarização desse contingente de mão-de-obra, em grande parte composto por escravos e pequenos roceiros e suas famílias. Libby constata que ocorreu um processo de atrofia da produção têxtil doméstica a partir da década de 1850 e esclarece que

“(...) para a protoindustrialização ter contribuído decisivamente na marcha em direção ao capitalismo industrial, teria sido necessária a emergência de novas relações de produção, envolvendo a penetração do capital na esfera da produção. Embora, especialmente após o término do tráfico negreiro internacional em 1850, um certo grau de proletarização pareça ter-se processado entre a população livre (...) tal processo era muito parcial. Além disso, não parece provável que tais modificações incipientes nas relações de produção tivessem qualquer ligação com a dinâmica da protoindustrialização. Muito pelo contrário, elas talvez tenham resultado, ao menos em parte, da desindustrialização, na medida que o atrofiamiento da indústria têxtil doméstica teria forçado os homens a procurarem emprego assalariado, deixando assim as tarefas da agricultura de subsistência às mulheres”⁶¹.

A análise desenvolvida por Libby neste artigo é bastante importante quando comparada aos problemas do trabalho industrial em outras regiões brasileiras. Como foi visto anteriormente, a estrutura produtiva da pré-indústria fluminense pesquisada por Oliveira difere consideravelmente daquela que se desenvolveu em Minas Gerais, demonstrando a importância das condições econômicas e sociais em âmbito regional para o entendimento da complexa evolução pré-industrial ou proto-industrial no Brasil, dado que a presença de escravos foi um elemento relevante na composição da força de trabalho dessas primeiras atividades manufatureiras. Não obstante, as diferenças regionais também servem para balizar, ou pelo menos para repensar, os períodos iniciais e finais da proto-industrialização. Ao desvendar o caso mineiro, Libby considera que as iniciativas em torno da produção têxtil na região remontam desde meados do século XVIII e possivelmente, sua extensão chegue até a metade do século XIX como foi visto⁶².

⁶¹ Libby, op. cit., 1996, p. 278.

⁶² “Em algum momento da segunda metade do século XVIII, estas práticas ultrapassaram os limites do consumo doméstico, e panos produzidos localmente foram sendo comercializados mais ou menos

Portanto, pensar a problemática da proto-industrialização ou pré-industrialização no Brasil dos séculos XVIII e XIX implica em uma série de reflexões sobre o que é específico a este processo em diferentes regiões. A idéia proposta pelos estudos desenvolvidos na Europa que analisam o fenômeno a partir de uma perspectiva regional traz contribuições importantes para o caso brasileiro. Neste sentido, pode-se notar as diferenças regionais como um importante componente da pré ou proto-indústria no Brasil, ou seja, ao tomar por base o caso de Minas Gerais, por exemplo, Douglas Libby percebeu uma dinâmica histórica muito próxima do que ocorreu em partes da Europa entre os séculos XVIII e XIX, utilizando para tanto, uma explicação ampliada do conceito de proto-industrialização que incorpora vários desdobramentos realizados por diferentes pesquisadores nas últimas décadas do século XX. Entretanto, a partir dessas diferenças regionais, o estudo de outras províncias brasileiras podem ou não confirmar a existência de processos semelhantes ao descrito por Libby. O caso do Rio de Janeiro é singular, por ser a cidade a capital do império durante o século XIX, o que lhe proporcionou um maior grau de desenvolvimento das atividades manufatureiras. São Paulo, então, pode ser vista de modo um pouco distinto, pois durante a maior parte do século XIX, a província esteve voltada muito mais para atividades agrícolas do que “industriais”, embora a expansão da produção cafeeira tenha favorecido, nas décadas finais dos oitocentos, uma rápida ascensão das manufaturas e mesmo indústrias melhor estruturadas. Não obstante essas especulações, é certo que o tema proto-industrialização ou pré-indústria requer ainda muita pesquisa e trata-se de um campo relativamente novo para os estudiosos da história brasileira. Do ponto de vista deste trabalho, destaquei essa temática procurando envolvê-la nas complexas relações existentes entre a escravidão e indústrias e escravidão e cidades como formas específicas de trabalho cativo no Brasil durante grande parte do século XIX.

abertamente dentro da Capitania. Já em 1775, o governador de Minas, Antônio de Noronha, informava às autoridades em Lisboa sobre a multiplicação dos ‘estabelecimentos fabris’ na Capitania, os quais, em seu entender, ameaçavam tornar a região independente da importação de gêneros europeus similares”. Libby, op. cit., 1996, p.265.

Capítulo 3

A Fábrica de Ferro São João de Ipanema e sua trajetória histórica (1765-1895)

“Afonso Sardinha começou em 1590 uma fábrica de ferro de dois engenhos para a fundição de ferro e aço em Biraçoiaba, que laborou até o tempo que o dito Sardinha doou um destes engenhos ao fidalgo D. Francisco de Sousa, quando em pessoa passou a Biraçoiaba no ano de 1600 e, como era governador do Estado, ali fundou pelourinho, que muitos anos depois passou para a Vila de N. Senhora da Ponte de Sorocaba, recolhendo-se ao reino em 1602, em que chegou à Bahia o seu sucessor, Diogo Botelho, despachado por Filipe III, Rei de Castela” (Notícias Genealógicas de Pedro Taques, citado por Vergueiro, Nicolau P de Campos; História da Fábrica Ipanema e Defesa Perante o Senado, 1979, p.6)

I – Prólogo: Os primórdios da Fábrica Ipanema no período colonial

Existem poucas referências sobre a Fábrica de Ferro Ipanema na historiografia paulista e brasileira, o que dificulta a pesquisa mais apurada sobre a participação da empresa na economia e sociedade locais. Até o momento, foram encontradas poucas estatísticas de desempenho sobre esse estabelecimento industrial, mas os dados disponíveis forneceram base para analisar mais detalhadamente as atividades do estabelecimento. Um dos mais importantes relatos sobre a fábrica foi feito pelo senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e publicado pela primeira vez em Lisboa no ano de 1822. A obra é de extrema importância para a compreensão de muitos aspectos relacionados as origens e desenvolvimento do estabelecimento fabril de Ipanema. Em 1979, sob auspícios do senado federal, a *memória* escrita por Vergueiro foi reeditada em comemoração ao bicentenário de seu nascimento¹. Para acompanhar um pouco da trajetória da fábrica em seus primórdios, vale a pena seguir a história desenvolvida por Vergueiro, mesclando-a com outras referências sobre este estabelecimento encontradas em outros autores e documentos.

¹ VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *História da Fábrica de Ipanema e Defesa perante o Senado*. Brasília, Senado Federal, 1979.

Vergueiro divide a obra em quatro partes, iniciando seu relato pelas condições geográficas da capitania paulista, seu pouco desenvolvimento até o século XVIII, passando a descrever também as minas de ferro da montanha de Araçoiaba, ponto de origem da exploração de minério da região de Sorocaba e fonte das primeiras tentativas de se organizar a extração e fundição do ferro na capitania. Passa, depois, a demarcar as origens mais remotas da fábrica, desde as peregrinações de Pedro Taques, cujo relato noticia a construção de uma fábrica de ferro e dois engenhos para fundição por volta de 1590, sob responsabilidade de Afonso Sardinha. Posteriormente, Sardinha transferiu a propriedade para D. Francisco de Souza. Em 1602, com o retorno de D. Francisco a Portugal, tornaram-se proprietários e administradores do empreendimento D. Antonio de Souza (filho de D. Francisco) e Francisco Lopes Pinto. Durante mais de vinte anos a fábrica foi mantida em funcionamento pelos administradores, ainda que a produção não fosse significativa e a técnica fosse bastante rudimentar². Em 1629, com a morte de Lopes Pinto a produção da fábrica cessou e a região foi ocupada por agricultores e “*como que esquecida dos mineiros*” até a chegada de Domingos Ferreira Pereira em 1770, munido de um Alvará Régio que o autorizou a erguer novo empreendimento para a fundição de ferro no local³. Vergueiro não comenta a respeito do governo de Pombal e do Morgado de Mateus em São Paulo, momento importante para a história da fábrica como será comentada a seguir.

Portanto, as origens da Fábrica de Ferro Ipanema, em Sorocaba (SP), remontam ao ano de 1765, quando o então governador da capitania de São Paulo, Luis Antonio de Sousa, o Morgado de Mateus, enviou ao marquês de Pombal a primeira amostra de ferro forjado por Domingos Ferreira Pereira. Seguindo as diretrizes da política de Pombal, o Morgado de Mateus procedia algumas mudanças significativas para a economia paulista no final do século XVIII, incentivando uma maior ocupação do território, promovendo a organização das milícias e desenvolvendo atividades econômicas de interesse para a consolidação do poder real nestas paragens. Assim, a implementação da fábrica de ferro foi uma das

² Vergueiro, op. cit. p.7. Conforme Müller & Oliveira: “*Tratava-se de um método de produção movido exclusivamente pelo trabalho manual, o qual abrangia três etapas fundamentais: primeiro acionava-se manualmente uns foles de couro que sopravam o ar úmido na forja; em seguida, processavam-se as reações químicas e formava-se uma bola de metal impregnada de escória; e finalmente, purificava-se e esticava-se o ferro com rudes golpes de malho até transformá-lo em barras*”. Müller, Elisa & Oliveira, Geraldo de Beauclair M. de. Reflexões sobre a história da Fábrica de Ferro São João de Ypanema. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, Brasília, DF, dezembro de 1990; p.1247.

³ Na realidade, a portaria autorizando Ferreira Pereira a explorar a região é de 1765.

importantes realizações incentivadas pelo Morgado de Mateus, solicitando inclusive, que os oficiais milicianos e autoridades ligadas a aplicação da justiça não obstruíssem as pesquisas necessárias para que se pusesse em funcionamento o estabelecimento de Ipanema. Deste modo, em 1765, o referido Domingos Ferreira Pereira recebia portaria com o seguinte conteúdo:

*“Porquanto concedeo S. Mag^e que Domingos Ferreira Pereira pudesse formar huma Fabrica de fazer ferro nesta Capitania, e pertenda este passar a varias partes a examinar algumas couzas para a criação da mesma fabrica: Todos os Officiaes de milicia ou justiça, e mais pessoas a quem esta for apresentada não só não embaraçarão toda a experiencia que o dito quizer em qualquer parte fazer, como lhe darão toda a ajuda e favor que necessitar”*⁴.

Tais incentivos à produção de ferro deviam-se, em grande parte ao entusiasmo inicial do Marquês de Pombal com as amostras que lhe foram enviadas em 1765, o que o levou a ordenar ao Morgado de Mateus que incentivasse tanto quanto fosse possível a exploração das minas de ferro, que no seu entender, se mostravam mais úteis que as de ouro⁵.

Não obstante a preocupação das autoridades a serviço da metrópole em fomentar o desenvolvimento desta parte da colônia (São Paulo), a situação não era tão favorável ao estabelecimento de Ipanema. As causas de tais dificuldades também não eram muito exatas. Para que fosse possível iniciar a produção de ferro na fábrica, o governo do Morgado de Mateus propôs formar uma sociedade que seria constituída pelos homens de negócio que demonstrassem interesse pelo empreendimento. O capital necessário para que se realizassem as experiências iniciais era estimado em 10 mil cruzados, sendo que o objetivo

⁴ Portaria para Domingos Ferreira Pereira poder passar a varias partes desta Capitania a estabelecer a Fabrica de Ferro por ordem q' tras de S. Mag^e. Santos a 25 de Agosto de 1765. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Volume 65 (1765-1771), Editora do Arquivo do Estado de São Paulo, p.13.

⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p.211.

da sociedade frente à fábrica era abastecer não somente as plagas da Capitania de São Paulo, mas “exportar” ferro para atender a demanda das demais capitanias da colônia⁶.

Entretanto, a sociedade formada para tais finalidades demonstrava sua fragilidade pouco tempo depois. Em 1769, o governo metropolitano ordenava ao governador da capitania de São Paulo, o levantamento das atividades da referida fábrica de Sorocaba, bem como outras que exploravam chumbo e estanho. A resposta do governador revelava as dificuldades no relacionamento do poder público com os acionistas que se comprometeram em levantar fundos para que a fábrica entrasse em funcionamento. Esclarecia o governador que:

“Porquanto S. Mag^e (...) em Carta de 22 de julho de 1766 me recomenda o mesmo Senhor examine o progresso que fazem as d.^{as} Fabricas, e me manda que as fomite quanto for possível, por conta da sua grande utilidade; e de prezente se achão as ditas Fabricas empatadas, depois de se ter visto o seu effeito, em bastantes quintaes de ferro, que o d.^o [Domingos Ferreira Pereira] fez caldear no pequeno forno q’ actualmente se acha levantado; e examinadas as contas dos gastos q’se tem feito [na minha] prezença, e de alguns acionistas, se achou não serem as despesas exorbitantes, e q’ faltão ainda m.^{tos} dos d.^{os} accionistas q’ não tem contribuido com tudo aquillo que se obrigarão, quando por escriptura publica formarão a sua sociedade”⁷.

Visto que os tais acionistas se comprometeram e não estavam cumprindo o acordo firmado em documento oficial, solicitava o governador da capitania que os referidos participantes da sociedade fossem intimados a contribuir com o que havia sido estipulado, pois as obras da fábrica não poderiam ser interrompidas já que sua “ereção S. Mag.^e tanto recomenda, e que tanta utilidade promete não só ao publico, mas tambem particularm.^{te} aos accionistas”. De tal modo que, aqueles acionistas que não desejassem continuar a participar da fábrica deveriam mencionar explicitamente seu desejo, para que não arcassem em prejuízo com o montante que por ventura houvessem contribuído e nem a fábrica tivesse seu funcionamento comprometido em virtude da falta de recursos⁸.

⁶ Ibidem.

⁷ Documentos Interessantes... V. 65, p.256-7.

⁸ Ibidem.

Chama a atenção a disposição do governo da capitania em acordo com as diretrizes da metrópole ter optado pela formação de uma sociedade por cotas, revelando as inovações que o próprio Marquês de Pombal pretendia implantar na colônia como forma de melhor obter os recursos necessários para o desenvolvimento desta parte do combalido império português neste período.

Contudo, as dificuldades iniciais para o estabelecimento da fábrica de Sorocaba não eram apenas de ordem financeira. Havia a questão da mão-de-obra a ser empregada no estabelecimento. Os próprios acionistas da fábrica reivindicavam, em 1769, uma solução para a falta de braços que atendessem aos serviços necessários para o bom desempenho da produção de ferro, de tal modo que o governo autorizasse o uso de escravos pertencentes a uma das fazendas de Sua Majestade próxima da fábrica.

Reclamavam os acionistas que não podiam “*continuar em levantar [as ditas] Fabricas por falta de escravos para a servirem*”. Argumentam ainda “*que visto havelos (escravos) a fazenda de Arassariguama que hé de S. Mag.^e; e estarem estes sem ter emprego em que ganhem e elles (acionistas) se offerecem a pagar-lhes o competente jornal, e o seu requerimento me parece justo, não só p.^a dar Occupação aos referidos escravos, que se vão perdendo na ociozidade, como tambem para terem em que lucrar seus sallarios, e ser em beneficio da fabrica de ferro, q’ hé da protecção Real; portanto: O D.^r ouv.^{or} da Com.^{ca} a cujo cargo está a dita Fazenda, passe as ordens necessárias para q’ della se lhe dém até doze escravos, procedendo-se com as clarezas necessarias, para se arrecadar o jornal que offerecem, q’ hé de quarenta reis, e de comer por tempo de trez meses*”⁹.

Curiosa a situação descrita na portaria acima, pois demonstra uma prática que se tornou bastante comum nas fábricas instaladas no Brasil durante o império, especialmente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, ou seja, o aluguel de escravos como operários exercendo diversas funções nestes estabelecimentos. No caso dos primórdios da fábrica Ipanema, tal solução talvez fosse pioneira ainda no período colonial, mas demonstrava o interesse dos acionistas em implementar o uso de mão-de-obra escrava naquele

estabelecimento, como forma de solucionar o problema do pequeno contingente de trabalhadores. Mais do que isso, revela-se a importância do fato de que os acionistas mencionam explicitamente a disposição em pagar o aluguel dos cativos (provavelmente para a Real Fazenda) por tempo determinado, até que se encontrasse outra solução para o problema (como a aquisição de novos escravos pela própria fábrica).

Os problemas para a implementação da produção de ferro em Ipanema não paravam por aí. Entre o final da década de 1760 e os anos 1770, as tentativas de aumentar a produção da fábrica não lograram êxito, fazendo com que o Morgado de Mateus desconfiasse da habilidade do mestre “caldeador” ou mesmo da qualidade da matéria-prima que estava sendo extraída das minas da região. De qualquer maneira, entre 1766 e 1770 a produção da fábrica girou em torno de quatro arrobas por dia, sem que se saiba para quais fins foram empregadas¹⁰.

Neste período de atividades (final do século XVIII) a importância da fábrica Ipanema era estratégica para os desígnios das políticas promovidas pelo Morgado de Mateus, seguindo as orientações da metrópole formuladas pelo Marquês de Pombal, ou seja, fomentar o desenvolvimento da capitania de São Paulo região fundamental em dois aspectos: primeiro, desenvolver novas atividades econômicas necessárias à efetiva ocupação territorial de uma região com baixa densidade demográfica, fruto da intensa mobilidade de seus habitantes desde os primórdios da colonização; segundo, e relacionado com o primeiro aspecto, a ocupação territorial deveria ser concomitante com a organização da população em milícias, cujo objetivo principal era defender o sul da colônia portuguesa na América das incursões dos soldados a serviço da coroa espanhola. Neste âmbito estratégico, desenvolver a fabricação de ferro e pólvora era uma necessidade premente para a composição das milícias que deveriam defender o território paulista das ameaças provenientes do sul. Conforme esclarece Bellotto,

“A auto-suficiência em ferro para a fabricação de armamento seria um dos elementos que, a par da melhoria dos caminhos e recrutamento em quantidade e qualidade satisfatórias, constituiriam a infra-estrutura necessária à militarização da Capitania.

⁹ Documentos Interessantes... V. 65, p. 257. O mesmo documento é citado por Bellotto, op. cit. p.211, nota 579.

¹⁰ Bellotto, op. cit. p.212.

*Ademais, seria uma possibilidade industrial para São Paulo com todas as vantagens óbvias que acarretaria. Não houve condições de produção, entretanto (...) Na maioria das vezes, não se apercebia D. Luís Antonio do quanto faltava a São Paulo no tangente à infraestrutura necessária ao desenvolvimento e êxito daqueles projetos”*¹¹.

Tais acontecimentos foram desdobramentos da política metropolitana no Brasil de finais do século XVIII, quando a administração portuguesa liderada por Pombal, esforçava-se para implantar reformas substanciais nas relações entre Portugal e sua colônia, tendo em vista, sobretudo, maior controle fiscal e melhor aproveitamento dos recursos econômicos que esta parte do império ultramarino poderia fornecer¹².

Mesmo enfrentando dificuldades de tal magnitude, Ipanema permaneceu nos planos da coroa portuguesa e da capitania de São Paulo ainda depois da queda do Marquês de Pombal e do fim do governo do Morgado de Mateus. Confirma tal assertiva o fato de que em 1776, foi concedida finalmente a Ferreira Pereira a permissão real para a fundação de uma fábrica de ferro (Ipanema), contando com privilégios exclusivos de exploração das minas e fundição do metal na capitania¹³.

O local onde a fábrica instalou-se, o município de Sorocaba, detinha algum prestígio e importância econômica no século XVIII, fruto de sua localização ao sul da capitania de São Paulo e rota privilegiada de passagem de tropas de muares que realizavam comércio de gêneros de abastecimento, carne e animais provenientes do sul da colônia que entravam por essa localidade, pagando os tributos obrigatórios à coroa e seguindo rumo a outras vilas da capitania paulista. Sorocaba também se tornou famosa pela feira de animais, realizada ali anualmente, onde as mulas e cavalos que serviam de meio de transporte de cargas e pessoas eram comprados e vendidos. Ao longo do tempo e, adentrando o século XIX, o desenvolvimento econômico e urbano de Sorocaba esteve bastante relacionado a atividade

¹¹ Ibidem.

¹² Em relação às reformas pombalinas existe bibliografia muito relevante. Neste capítulo não abordaremos tais problemas, por extrapolar o escopo do trabalho. No entanto, análises fundamentais sobre o tema podem ser encontradas, por exemplo, em: Maxwell, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Trad. Antonio de Pádua, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996; Novais, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*.

¹³ MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. 5ª edição, trad. João Maia. São Paulo, Paz e Terra, 2001, p.60.

tropeirista e ao seu caráter de registro de passagem de animais e vários outros gêneros ligados a expansão de rotas internas de comércio ¹⁴.

Entretanto, um período em particular permanece obscuro em relação a fábrica Ipanema, pois em 1785, o alvará régio de 5 de janeiro determinava proibição de todas as fábricas e manufaturas em território brasileiro, com exceção daquelas que fabricavam tecidos grosseiros para vestimenta de escravos¹⁵. Dessa época, tem-se apenas notícia de que após a medida tomada por Portugal, a economia de Sorocaba concentrou-se mais na produção de açúcar e vários engenhos ocuparam os terrenos pertencentes à fábrica, permanecendo tal situação até 1808¹⁶. Os entraves impostos pelo alvará, aplicados após a queda de Pombal e diretamente contrária a sua política, visavam resguardar Portugal da possível concorrência que os produtores instalados no Brasil poderiam fazer ao comércio luso e mais importante, restringia a possibilidade dos súditos da coroa portuguesa no Brasil tornarem-se independentes de sua metrópole, visto que o território colonial possuía riquezas naturais de maior monta que a metrópole¹⁷.

II – O período 1808 até 1821

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808 e a revogação do alvará de 1785, houve um impulso de retomada da produção de ferro em vários locais do Brasil. Em Minas Gerais foram construídas duas fábricas, uma denominada “Fábrica de Pilar” e a outra

¹⁴ Sobre a importância de Sorocaba no comércio interno colonial e no império após a independência ver: Klein, Herbert. A oferta de muare no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.19, n.2, p.347-72, maio-ago. 1989.; Baddini, Cássia Maria. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo, Annablume. Fapesp, 2002; Bacellar, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, FFLCH, USP, 1994.

¹⁵ Uma análise pormenorizada do texto do alvará de 1785, situando-o em seu contexto histórico foi elaborada por NOVAIS, Fernando A. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005. Para Novais, o impacto efetivo do alvará sobre as manufaturas em território brasileiro foi menor do que alguns autores tem dimensionado. Afirma Novais que “Não é para supor que o impacto da proibição sobre a economia colonial brasileira tenha assumido dimensões de grande monta. É impossível perder de vista, quando se pretende encarar a atuação efetiva da resolução legal, que a estrutura econômica do Brasil colônia era de todo desfavorável ao desenvolvimento das manufaturas. De fato, o regime escravista (...) limita substancialmente as possibilidades de constituição de um mercado interno, pressuposto indispensável da expansão industrial (...) Os dados de que dispomos sobre a aplicação do alvará sugerem indubitavelmente que pouca coisa se encontrou para apreender”. (p.77).

¹⁶ Müller & Oliveira, op. cit., p.1249.

¹⁷ Maxwell. K. op. cit., p. 99.

recebeu a denominação de “Fábrica Patriótica” sendo este estabelecimento um dos pioneiros na fundição de ferro por meio do uso de fornos suecos¹⁸. Em Sorocaba, a volta da produção de ferro deveu-se ao estímulo dado pelo Príncipe Regente D. João por meio da Carta Régia de 4 de dezembro de 1810 na qual afirmava o monarca que “*Sendo de suma utilidade criar no Brasil estabelecimento de minas de ferro, na maior extensão possível, que possam dar ferro e servir de base às preciosas manufaturas do mesmo metal, não só para consumo do Brasil mas, ainda, para servir de objeto de exportação (...)*” era imprescindível a retomada das explorações do minério de ferro em Sorocaba, cuja riqueza fora constatada pelo próprio Príncipe Regente e cuja extensão poderia render bons frutos para a capitania de São Paulo e por consequência, ao reino¹⁹.

Com apoio governamental, retomou-se em 1810 a construção dos edifícios da fábrica de ferro Ipanema que nesta época passou a ser denominada, Real Fábrica de Ferro. O investimento para reerguer o estabelecimento contava com capitais e recursos materiais provenientes primeiramente do próprio governo imperial, que disponibilizou por meio da Real Fazenda, o valor de cem escravos, mais cem bois, as minas de ferro, terras e matas necessárias para dar início ao empreendimento. Tais montantes seriam convertidos em ações que representariam a participação da coroa na empreitada. O restante do capital seria completado pela venda de 128 ações no valor de 800 mil réis cada, cujas vendas ocorreriam no Rio de Janeiro e em São Paulo. Ademais, os salários dos diretores e dos mineiros seriam pagos pela coroa durante 4 anos, como medida a fim de estimular os acionistas com maiores lucros²⁰.

Mas, novamente não se pode dizer que o empreendimento foi um sucesso. Pelo contrário, algumas tentativas de incremento da produção nas duas primeiras décadas do século XIX fracassaram. No entanto, em 1809 foi estabelecido um contrato entre o Príncipe Regente de Portugal e seu “vassalo sueco” Hedberg, que previa que este último seria encarregado, as expensas do tesouro português “construir e organizar *minas e forjas* para a extração e fabrico de ferro, cobre, prata e ouro, segundo as regras da arte e

¹⁸ Müller & Oliveira, op. cit. p. 1250.

¹⁹ Carta Régia de 4 de dezembro de 1810. Vergueiro, op. cit. p.58 (Apêndice). O mesmo documento é citado por Müller & Oliveira, op. cit. p.1250.

²⁰ Carta Régia de 4 de dezembro de 1810. Vergueiro, op. cit. p.59-60 (Apêndice). Müller & Oliveira, op. cit. p.1250.

melhoramentos conhecidos, praticáveis no país, para cujo fim ele servirá dez anos a contar do dia da assinatura [do contrato]”²¹.

A estimativa do diretor Hedberg era que a fábrica produziria anualmente 40 mil arrobas de ferro, o que se revelou por demais sobrestimada, dadas as precárias condições de funcionamento da fábrica comprometido pelo atraso nas obras que o diretor deveria realizar, a pouca ou nenhuma experiência dos operários suecos trazidos por Hedberg para o Brasil aliado ao tratamento pouco amistoso que o “vassalo sueco” dispensava aos seus subordinados. Na realidade, de uma relação de treze trabalhadores europeus chegados ao Brasil para dar início aos trabalhos da fábrica, percebe-se que nenhum tinha como profissão declarada ofícios ligados à metalurgia: havia entre eles dois carpinteiros sendo um deles denominado “de máquinas”, dois “marceneiros”, um “marinheiro”, um “criado”, um “oficial de pregos” com seu respectivo aprendiz, um “alfaiate”, um “cozinheiro”, um “escriturário” e dois indivíduos “sem ofício declarado”. De acordo com Müller & Oliveira sentia-se de imediato a ausência de moldadores, ofício fundamental para a metalurgia naquela época. Além disso, conforme a própria carta régia de 1810, as funções relacionadas diretamente com a produção de ferro, seriam atribuídas aos escravos *“o que reforça a tese do importante papel desempenhado por eles na atividade industrial”*²².

Tal período, de acordo com o relato de Vergueiro, foi o mais desastroso para o estabelecimento de Ipanema, devido à improbidade do diretor Hedberg ao conduzir o orçamento da fábrica, bem como sua inaptidão ou, conforme Vergueiro, “se não foram propósitos”, ao erigir o edifício, assim como dispor as máquinas, equipamentos e fornos em locais inadequados. Ainda conforme Vergueiro, o diretor sueco dispendeu grande quantia de dinheiro de maneira pouco aconselhável, tendo inclusive, recebido os jornais de trabalhadores suecos que não haviam comparecido ao serviço durante alguns dias. Além do mais, os operários suecos trazidos por Hedberg eram claramente, segundo Vergueiro, incompetentes para muitas das tarefas especializadas que o serviço da fábrica exigia²³.

Neste sentido, as condições de funcionamento da fábrica foram bastante prejudicadas, sempre de acordo com Vergueiro, dando ensejo a uma inspeção por parte do governo português em 1812, para proceder “o mais rigoroso exame e circunstanciada

²¹ Vergueiro, op. cit. p.9. Grifos no original.

²² Müller & Oliveira, op. cit. p.1252.

²³ Vergueiro, op. cit. p.15-20.

informação com a exposição do estado atual, causas do atraso e meios de adiantamento”. Para esta missão foi encarregado o tenente general Carlos Antônio Napion, que deu início ao inquérito sobre as condições em que se encontrava a fábrica naquele ano. As investigações realizadas demonstraram claramente a ingerência do diretor Hedberg na condução das obras da fábrica, bem como sua inaptidão para execução dos serviços essenciais dos fornos. Deste modo, esperava-se que Hedberg fosse imediatamente substituído, mas tal não aconteceu, para surpresa e desapontamento de Vergueiro. Hedberg permaneceu ainda por algum tempo como diretor, seguindo as instruções recomendadas pelo inspetor Napion, que, na realidade, pouca influência tiveram na mudança de rumo de Ipanema naquela época. Segundo Vergueiro, a única medida realmente interessante exigida por Napion foi a obrigação de existir um feitor geral, encarregado de vigiar os trabalhos tanto dos operários livres como dos escravos e providenciar os mantimentos necessários para esse contingente²⁴.

Entretanto, a continuidade das falcaturas por parte de Hedberg, a baixa produtividade da fábrica e a constante oposição dos acionistas de Ipanema ao diretor levaram o governo a reavaliar suas posições e demitir Hedberg. De acordo com Vergueiro, boa parte do orçamento da fábrica foi desviado pelo diretor para saldar dívidas pessoais²⁵. Não obstante a demissão, Hedberg ainda apresentou uma avultada conta, sem comprovantes dos gastos por ele realizados na condução da fábrica, cujo valor total era de 8:644\$805 réis. Assim, a Carta Régia de 14 de setembro de 1814, concede a Varnhagen a responsabilidade de administrar Ipanema e tentar tirar a fábrica de sua situação extremamente precária. A primeira grande tarefa da nova diretoria era continuar as obras para concluir os edifícios da fábrica, além de organizar e deixar em dia a escrituração contábil que durante longo período permaneceu desatualizada, incompleta e até mesmo ausente em vários anos da administração Hedberg²⁶.

²⁴ Vergueiro, op. cit., p.23-24.

²⁵ Vergueiro, op. cit. p. 26. “Eis aqui a prova tirada a tantos argumentos: a caluniosa argüição de intriga ficou desvanecida, mas os fundos da *fábrica* consumidos e o seu produto é muito abaixo da despesa. Agora, já se pode acreditar [que] sendo *Hedberg* devedor a seu pai e ao *Barão de Fleming* de avultadas quantias, e ao nosso cônsul *Bayer* de dez mil cruzados, incumbido este pelo nosso ministro (hoje *Conde de Oriola*) de solicitar uma companhia mineira, e combinando-se os três credores para melhorar a fortuna do devedor comum insolvente, não duvidou *Bayer*, por um motivo tão poderoso, atraiçoar a confiança do incauto ministro”.

²⁶ Vergueiro, op. cit. p.36 e seguintes.

Sempre na perspectiva de Vergueiro, as obras da fábrica seguiram em boa ordem durante os anos de 1815 e 1816. Aos poucos, Varnhagen conseguiu fazer os fornos produzirem metal em boa quantidade. Em 1819, um recenseamento das condições da fábrica, promovido por uma junta presidida pelo capitão General João Augusto Oeynhausen, tendo como membros o sargento mor Rafael Tobias de Aguiar que exerceu a função de procurador dos acionistas, contando ainda com o coronel Daniel Pedro Müller na condição de deputado extraordinário, avaliou a situação financeira do empreendimento e divulgou as seguintes estatísticas:

A Real Fazenda contribuiu com a maior parte do orçamento da companhia, conforme demonstra a Tabela 1.

<i>Tabela 1</i> <i>Valores recebidos em caixa da Fábrica Ipanema no</i> <i>ano de 1819</i>	
Valor dos escravos e bestas com que entrou a Real Fazenda	10:423\$630
Por conta das 60 ações da fundação	42:400\$000
Suprimento pela Real Fazenda	49:341\$476
Total	102:165\$106
Fonte: Vergueiro, op.cit., 1979, p.40.	

As dívidas ativas da fábrica segundo o mesmo recenseamento importavam em mais de 8 contos e trezentos mil reis, contando nos cofres com pouco mais de oito contos e quinhentos mil reis²⁷. As despesas de refino, incluindo mão-de-obra alcançavam na época 87\$400 por semana, incluindo o serviço de escravos e mestres fundidores²⁸. Em 1819, a fábrica produzia 70 arrobas de ferro por dia e sua produção anual chegou a 18mil arrobas de ferro em barras. Nesta época, um dos dois altos fornos da fábrica estava em funcionamento e foram contratados mestres fundidores alemães, que deveriam além de cuidar da produção do metal, instruir operários livres e escravos nas funções de fundição de ferro. Esses trabalhadores estrangeiros ficariam na fábrica por um período de dez anos. Naquele ano, a despesa diária de um alto forno da fábrica girava em torno de 10\$384 réis e constava dos itens apresentados na tabela 2 a seguir²⁹.

²⁷ Vergueiro, op. cit. p. 41.

²⁸ Vergueiro, op. cit. p. 42.

²⁹ As despesas com mão-de-obra serão comentadas posteriormente.

<i>Tabela 2 - Despesa diária de um alto forno em Ipanema - 1819*</i>			
	arrobas	réis	Total em mil réis
Mineral de ferro	96	8	768
Pedra verde	24	8	192
Pedra calcária	24	25	600
Escória de refinos	12	10	120
Carvão	64	40	2560
Cavacos**	48	128	6144
Total	268	219	10384
* materiais trazidos pelos empreiteiros aos armazéns.			
**a tabela apresentada por Vergueiro contém erro na multiplicação deste item com o valor de 6\$104 e um total de 10\$344.			
Fonte: Vergueiro, op. cit. p.41.			

A imprecisão dos dados oferecidos por Vergueiro em seu interessante histórico da fábrica não permite avaliar a produção dos fornos entre uma diretoria e outra e nem mesmo verificar se a fábrica produzia adequadamente para os padrões da época de uma fundição de ferro na Europa, por exemplo. Entretanto, quando Vergueiro passa a considerar a utilidade da fábrica e encaminha sugestões para melhorar seu desempenho, demonstra boa dose de conhecimento dos problemas que dificultavam a manutenção do empreendimento com utilidade e lucro para a Real Fazenda. Um primeiro problema destacado por Vergueiro refere-se ao próprio mercado para a produção de ferro de Ipanema. Considera o autor que

*“Postos os trabalhos em ação é necessário dar consumo ao seu produto, para o que convém baratear o primeiro preço e o da exportação. O preço atual do ferro maleado e do cru moldado em peças grandes é 1\$600 réis por arroba, muito subido, ainda considerada a fábrica como especulação mercantil, não podendo as despesas de transporte, entrar em concorrência com o estrangeiro em toda a província, e menos fora, exceto para o interior”*³⁰.

Portanto, mesmo levando-se em conta que se tratava de um empreendimento comercial e que portanto, deveria gerar lucros, as dificuldades de transporte, em especial,

³⁰ Vergueiro, op. cit. p. 50.

impossibilitavam que a fábrica enfrentasse a concorrência de seus rivais europeus, sobretudo. Quanto as formas de melhorar as condições de transporte do produto de Ipanema para os portos de exportação e para o interior da província, as sugestões de Vergueiro são bastante interessantes:

“Os meios de baratear os transportes são abrir boas estradas, quando não possam ser canais. Elas não têm sido objeto desprezado nesta província, mas dirigido com pouca regra. Não se tem procurado conhecer a linha mais curta para seguí-la, quanto permitem as localidades, adotando-se pareceres arbitrários de conhecedores práticos, e se a estrada é longa, conduz-se por pontos notáveis. Assim a do Ipanema ao Porto de Santos (atualmente única saída para o mar) segue por Sorocaba e S. Paulo, sem que estes quatro pontos estejam em linha reta. Semelhantes tortuosidades eram indispensáveis em outro tempo, por falta de gente e de cabedal. Mas hoje, que tudo tem crescido, convém adotar melhor método. Segundo observações do inspetor das minas e matas Andrada, os produtos da fábrica teriam caminho mais curto para o oceano abrindo-se uma estrada para o mais entranhado confluente da Ribeira do Iguape, que conduz ao porto do mesmo nome. Outras estradas se deverão ramificar pelo interior e conviria que todas tivessem capacidade para carros. Esta necessidade da fábrica é, sem dúvida, uma das grandes necessidades da província para dar valor a todos os seus produtos”³¹.

Varnhagen, quando esteve a frente da direção da fábrica também observou que a redução de custos com transportes era de fundamental importância para o estabelecimento de Ipanema: *“só com boas estradas e o aproveitamento racional das vias navegáveis será possível reduzir o custo de produção do ferro brasileiro, tornando-o competitivo, em relação ao ferro importado da Inglaterra”³².*

Além disso, havia a questão referente a demanda pelos artigos produzidos em Ipanema. A idéia de Varnhagen era construir uma fábrica de grande porte que pudesse atender a demanda de vários setores, como por exemplo, estabelecimentos fabris localizados nas províncias vizinhas de São Paulo, do exército real e também dos engenhos de açúcar localizados nas proximidades de Ipanema. Para que tal objetivo se efetivasse,

³¹ Vergueiro, op. cit., p. 50-1. Grifos no original.

seria necessário que o estabelecimento produzisse implementos agrícolas, máquinas, caldeirões, cilindros e mesmo armas e material bélico. Porém, embora fosse uma perspectiva interessante, visto que poderia manter a fábrica funcionando e talvez até com lucros, havia sérios problemas a serem considerados nas observações de Varnhagen. Outro conhecedor de mineração, Eschwege discordava das propostas de Varnhagen e sugeria a construção de empreendimentos fabris de menor porte, ou mais precisamente, do tamanho adequado para o perfil da demanda a ser atendida, respeitando os limites do mercado consumidor da época. *“No caso específico da Fábrica Ypanema, Eschwege argumentava que esta, em um ano, supriria a demanda dos engenhos de açúcar – os principais consumidores de seus produtos – que não realizariam novas compras, por um prazo de vinte anos, levando a fábrica à completa estagnação”*³³. Sem contar, o problema da concorrência tanto interna (imposta pelo ferro produzido em maior quantidade na província de Minas Gerais) como externa (com os produtos ingleses entrando no mercado brasileiro e que tinham tarifas menores que os demais países a partir dos Tratados de 1810)³⁴. Não obstante tais dificuldades, na concepção de Varnhagen, o empreendimento era de tamanha importância estratégica para o reino que deveria ser levado adiante mesmo as expensas do tesouro português. Argumentava o diretor da fábrica que *“os primeiros passos para organização de manufaturas são sempre muito dispendiosos e devem ser dados às custas do Estado (...) se Ypanema der prejuízo ainda assim será útil como modelo para outras fábricas”*³⁵.

Além disso, para que as manufaturas fossem de fato desenvolvidas no Brasil, Varnhagen argumentava que havia urgência em se estabelecer o ensino profissionalizante no país, diminuindo a dependência de importar técnicos de outras nações que contribuíam apenas de modo limitado para difundir o conhecimento da produção de ferro e outras profissões ligadas à indústria de transformação da época³⁶.

Não obstante tais considerações de ordem econômica, dando conta das formas de melhorar a produção de Ipanema e da província de São Paulo de maneira geral, Vergueiro destaca também uma outra razão e, talvez mais importante, para que o Imperador voltasse

³² Müller & Oliveira, op. cit. p.1257.

³³ Müller & Oliveira, op. cit. p.1257.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem.

suas atenções para a fábrica, posto que tal empreendimento era considerado como “*estabelecimento da nação, essencial à segurança do Brasil, melhoramento da agricultura e nascimento das artes*”. Deste modo, o autor *Memória Histórica* da fábrica Ipanema, considerava a relevância do empreendimento como um esforço conjunto, tanto do governo provincial, como do poder central, para atingir objetivos econômicos e políticos vantajosos tanto para a companhia como para os interesses do governo português instalado no Brasil desde 1808. Na sua visão, essa confluência de interesses garantiria que “*os mananciais da riqueza serão desobstruídos e animados por uma vitalidade geral que concentre e mova, ordenadamente, todas as partes do grande sistema ao fim geral. Pois jamais uma parte da máquina pode fazer bem suas funções se o todo está desorganizado*”³⁷.

Vergueiro encerra sua narrativa na administração de Varnhagen, portanto mais ou menos no início da década de 1820. Cumpre então, acompanhar a trajetória de Ipanema seguindo outros caminhos, não menos tortuosos que aqueles pelos quais Vergueiro pretendia melhorar na província de São Paulo, pois as lacunas e obstáculos para prosseguir viagem são consideráveis. Os problemas enfrentados pela companhia para manter seu funcionamento acompanham toda a vida do empreendimento ao longo dos oitocentos, desde as questões administrativas até os empecilhos causados pela deficiência de transportes para enviar os produtos para seus mercados, dentro da província, no império e, muito mais complicado, para o exterior.

III – O período 1834 até 1860

Segundo Baddini, a última grande investida para aumentar a produtividade da fábrica ocorreu em 1838, quando o major João Bloem, diretor da companhia, arregimentou maquinário e mais 227 operários provenientes da Alemanha. Os resultados foram desastrosos, sendo que a maior parte dos trabalhadores trazidos de fora deixou a fábrica um ano depois de sua chegada³⁸.

As dificuldades do transporte da produção eram apontadas como o maior empecilho para o desenvolvimento de Ipanema, no século XIX. Em 1846, D. Pedro II visitou Sorocaba

³⁷ Vergueiro, op. cit., p.51.

³⁸ Baddini, Cássia. op.cit. p.121. Ver ainda Salazar, José Monteiro. *O esconderijo do sol*. Brasília, Ministério da Agricultura, 1988.

com o intuito de conhecer a fábrica de ferro. Mas mesmo com a presença do monarca, a companhia não deslanchava, sendo que, em 1860 diante do fraco desempenho apresentado ao longo da década de 1850, o governo imperial decidiu pelo encerramento das atividades da Real Fábrica de Ferro. Houve mesmo na década de 1850, algumas tentativas de retomada da produção, mas não tiveram êxito.

Em 1857, sabe-se por meio do relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo ministro da Guerra Jeronymo Francisco Coelho que a situação da fábrica era deplorável. Os edifícios, oficinas, máquinas, fornos, etc., encontravam-se todos sem condições de uso e deteriorados. Além disso, a receita era extremamente limitada e as despesas excediam em muito o capital gerado pela fábrica. A produção estava praticamente paralisada devido primeiro, a falta de recursos naturais, especialmente as matas de onde se extraía o combustível para os fornos. Os terrenos pertencentes à fábrica serviam apenas de pastos e o plantio de novas árvores só resolveria o problema em torno de 16 anos. A demanda pelos artigos produzidos por Ipanema declinou vertiginosamente, pois os poucos fazendeiros de São Paulo e Minas Gerais que compravam artefatos de ferro da fábrica para seus engenhos, haviam abandonado a cultura da cana e a substituído pelo café, deixando de realizar novas compras³⁹.

Nesta situação lamentável, não restava outra solução ao governo a não ser investir pesadamente para que o estabelecimento pudesse retomar a produção de ferro. As despesas estimadas estariam em torno de 2 mil contos de réis e com retorno incerto e de longo prazo. Uma alternativa seria o arrendamento da fábrica a particulares, possibilidade aberta pela lei 555 de 15 de julho de 1850 em seu parágrafo 8, artigo 11. Ao presidente da província de São Paulo, o arrendamento do estabelecimento para a “iniciativa privada” justificava-se pelo fato de que *“a administração de um estabelecimento qualquer por conta dos particulares, a quem mais imediatamente afeta o interesse dos lucros, é por via de regra mais proveitosa, e mais bem fiscalizada, do que por conta do governo”*. Entretanto, até 1857 o governo imperial não havia organizado as bases para estabelecer o contrato de arrendamento e convocar os interessados para a concorrência pública⁴⁰. Sabe-se porém, por meio de outro relatório ministerial que até 1872 o governo imperial não havia mostrado

³⁹ Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra Jeronymo Francisco Coelho. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1858, p.8-10.

⁴⁰ Ibidem.

disposição em arrendar a fábrica, muito embora alguns pretendentes se mostrassem interessados em tomar para si a responsabilidade de administrar o estabelecimento⁴¹.

As imensas dificuldades que atravessa o estabelecimento de Ipanema levaram ao encerramento de suas atividades no ano de 1860. A justificativa para tal atitude tanto da parte do governo imperial como do próprio diretor da fábrica remetia a problemas antigos: *“É indispensável o melhoramento das estradas, dizia o diretor, e como isto não será possível dentro de pouco tempo, bom será suspender-se temporariamente os trabalhos de fundição, reduzir o pessoal ao estritamente indispensável e efetuar-se pouco a pouco as obras necessárias”*. Pelo aviso de 27 de janeiro de 1860, encerrou-se, portanto, as atividades de Ipanema, muito embora, o aviso estipulasse que os trabalhos de conservação dos edifícios e manutenção de máquinas deveriam permanecer ativos, tal medida não foi cumprida e a fábrica foi praticamente desmontada, suas máquinas e escravos enviados para Mato Grosso e os edifícios tornaram-se rapidamente ruínas devido a falta de cuidados⁴².

Entretanto, cinco anos mais tarde, o contexto de pressões externas que ocasionaram hostilidades provocadas pelas questões fronteiriças do Brasil com o Paraguai, fez com que as atividades da fábrica fossem retomadas, visando atender a uma possível demanda por armamentos e munição necessários para um iminente conflito⁴³.

Um bom indicador do desempenho de Ipanema pode ser observado pelos poucos dados existentes sobre a movimentação financeira do estabelecimento. A descrição histórica da Fábrica Ipanema escrita pelo diretor do estabelecimento Mariano Carlos de Souza Corrêa, traz várias informações importantes sobre receitas e despesas da fábrica em diferentes períodos. Os dados contábeis da fábrica em vários anos são apresentados mostrando como a situação financeira do estabelecimento se comportou ao longo de quase três décadas. Embora nem sempre confiáveis e com muitas lacunas devidas à falta de uma pessoa responsável pelos livros da fábrica em alguns anos, os números são interessantes e merecem serem mostrados. A Tabela 3, mostra a contabilidade de Ipanema em vários anos.

⁴¹ Notícia sobre a criação da fabrica de ferro S. João de Ipanema, sua posição geographica, riquezas naturaes, etc. Escrita por Mariano Carlos de Souza Corrêa. Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 13 de fevereiro de 1871. Anexo ao Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1871.

⁴² Ibidem, p.25-6.

⁴³ Baddini, Cássia, op. cit. p.121. Ver também, Notícia sobre a criação da fabrica de ferro S. João de Ipanema... p. 26.

Tabela 3
Receita e despesas da Fábrica São João de Ipanema

	Receita	Despesas	Saldo/Déficit
1834*	9.799	3.696,16	6.103,13
1834**	1.201,67	2.847,34	-1.645,67
1835	20.708,81	17.533,74	3.175,07
1836***	9.652,82	6.209,58	3.443,23
1836-1837	28.356,20	15.077,24	13.278,96
1837-1838	28.901,46	15.504,89	13.396,58
1838-1839	30.992,73	29.766,85	1.225,88
1839-1840	50.663,40	34.865,17	15.798,23
1840-1841	51.929,61	39.837,56	12.092,05
1846-1847	20.531,04	28.115,07	-7.584,03
1848-1849	31.851,96	28.566,48	3.285,48
1849-1850	8.603,18	13.205	-4.602,06
1850-1851	36.618,57	34.682,69	1.935,87
1851-1852	36.964,16	37.131,91	-167,75
1853-1854	17.430,44	32.271,82	-14.841,38
1854-1855	14.997,11	30.492,46	-15.495,35
1856-1857	19.375,14	26.376,35	-7.001,21
1857-1858	13.441,37	26.998,28	-13.556,91
1858-1859	11.239,09	26.406,47	-15.167,38
1869****	19.138,00	16.437,16	2.700,84

* Primeiro semestre

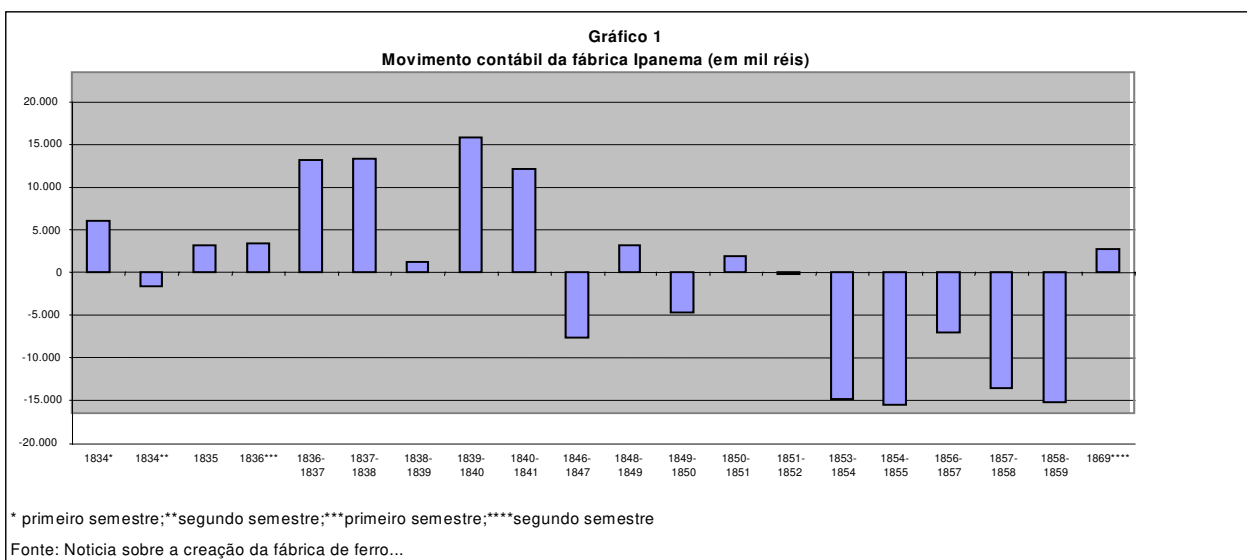
** Segundo semestre

*** Primeiro semestre

**** Segundo semestre

Fonte: "Notícia sobre a criação da fábrica de ferro..."

Percebe-se pelos números da tabela que no período 1834 até 1841 (com exceção do segundo semestre de 1834) a fábrica apresentou superávites em sua contabilidade. Depois, entre 1846 até 1859 evidenciam-se as dificuldades financeiras do estabelecimento (mesmo com saldos positivos em alguns anos). Outro ponto a se destacar é a constante oscilação dos saldos e déficits da fábrica, que revela uma irregularidade nas atividades produtivas ou então, aumentos e quedas muito bruscos nas vendas dos produtos da fábrica. Para se ter uma idéia melhor do movimento contábil de Ipanema, foi elaborado o Gráfico 1, que mostra os períodos de superávites e déficits da fábrica.



IV – O período 1870 até 1895

Nos anos 70 do século XIX, a Fábrica Ipanema retomou, lentamente suas atividades tentando reorganizar a produção de ferro. Na realidade, desde 1865 a Fábrica havia retornado a funcionar, mas o estado deficitário dos prédios, máquinas, fornos e a falta de mão-de-obra atrasaram bastante o início dos trabalhos. Houve a necessidade de exigir o retorno de escravos pertencentes à fábrica e que estavam sob posse de terceiros desde pelo menos 1860. O novo diretor, o capitão de engenheiros Dr. Francisco de Souza Mursa também postulou ao governo os recursos necessários para consertar o maquinário danificado e trazer novos equipamentos, reformar edifícios, estudar as formas de melhorar os caminhos para escoar a produção, além de várias outras medidas para pôr em funcionamento novamente o estabelecimento de Ipanema⁴⁴.

Neste sentido, foi também criada em 1867 uma escola de primeiras letras e de costura para as crianças, filhos dos africanos que estavam em serviço na fábrica. No mesmo ano, teve início o funcionamento da companhia de aprendizes, espécie de escola para ensinar ofícios aos jovens trabalhadores do estabelecimento, todos menores de 18 anos. Naquele ano, a escola de primeiras letras oferecia educação básica para 44 menores escravos, sendo 34 deles do sexo masculino, além de seis garotos livres que “com

⁴⁴ Notícia sobre a criação da Fábrica de Ferro Ipanema... p.27.

aproveitamento”, participavam da “útil instrução” Por sua vez, a companhia de aprendizes ainda estava em seus primeiros passos, constando apenas quatro alunos aos quais a companhia “abonava uma ração e alguma roupa”⁴⁵.

Por volta de 1870, a fábrica ainda encontrava-se em fase de reconstrução de seus edifícios e a produção começava a ser retomada lentamente. No entanto, nas palavras do ministro da guerra, Visconde do Rio Branco, Ipanema continuava a ser um pesado ônus aos cofres públicos e ressaltava velhos problemas de infra-estrutura: falta de pessoal, equipamentos deteriorados ou ausentes e escassez de matas para fornecer combustível. Nesta época, a fábrica possuía cinco oficinas, mas nenhuma em plena atividade: apenas as de fundição, refino e ferraria realizavam pequenos trabalhos visando a restauração dos edifícios e algumas poucas encomendas eram atendidas. Quanto a mão-de-obra, apesar das reclamações de que era em quantidade insuficiente, havia em 1870 65 “escravos da nação” a serviço da fábrica, sendo 46 homens e 19 mulheres⁴⁶. Provavelmente, os escravos estivessem ocupados em trabalhos de reconstrução de edifícios ou na derrubada de matas.

Em 1871, ao que parece, havia um pouco de mais de otimismo quanto ao futuro da Fábrica de Ferro Ipanema. Não sendo mais ministro da guerra o Visconde do Rio Branco, o cargo foi ocupado por João José de Oliveira Junqueira. O novo ministro relata que apesar das dificuldades constatadas nos anos anteriores, o governo imperial havia empenhado recursos para satisfazer as necessidades imediatas para a retomada da produção de ferro. Segundo o ministro com a chegada de pessoal qualificado (mestres e oficiais de primeira classe que deveriam ser contratados na Europa), acrescentando-se mais máquinas e uma coleção de modelos, o estabelecimento, que por aquele ano já produzia ferro, “*competindo com o estrangeiro em qualidade e preço, ficará com proporções para fornecer projéteis ao exército e marinha, canhões de ferro fundido e de aço, e armas brancas, sendo possível que mais tarde se converta em uma colônia industrial com aplicação ao fabrico de armamento portátil*”⁴⁷.

Tal otimismo era compartilhado também pelo diretor da fábrica Joaquim de Souza Mursa que comunicava ao ministro da guerra “*que as duas maiores dificuldades com que*

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde de Rio Branco. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1871, p.24-6.

⁴⁷ Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1872, p.64-5.

lutava a direção desta fábrica, para erguê-la à altura que a sua situação e qualidade de suas matérias-primas lhe dão direito, estão, em grande parte, satisfeitas: a fábrica possui presentemente uma superfície de matas suficiente para uma produção diária de 3,000 kilogramos (sic) de ferro em guza, e a maior parte do pessoal está reunida”. Entretanto, embora estivesse em funcionamento, com oficinas produzindo mais que no ano anterior, e com as melhoras solicitadas em vários anos anteriores, o diretor da fábrica rebatia críticas feitas ao estabelecimento por apresentar quase sempre receitas inferiores às despesas que gerava. Argumentava Joaquim de Souza Mursa que exigir “que uma fábrica, sem edifícios, sem máquinas e sem pessoal, produza, é um absurdo; querer-se que se construam edifícios para as oficinas como para as habitações, que se adquira matas e máquinas, que se obtenha pessoal sem despesa, é maior absurdo ainda”.

Em 1871, a receita da fábrica alcançou 48:921\$118 réis enquanto sua despesa foi orçada em 48:924\$118 réis, perfazendo um prejuízo pequeno face ao que se observou em décadas anteriores. Porém, a maior parte da receita compunha-se de aportes feitos pelo governo imperial. As vendas dos produtos da fábrica representavam pouco menos de 1,5% da receita total. As maiores despesas foram feitas com pagamento das férias dos operários livres da fábrica (cerca de 34% do total)⁴⁸. Os artigos vendidos pela fábrica naquele ano eram em geral, itens de pequeno porte, tais como pesos de ferro fundido, ferragens para carroças e troles, chapas de ferro para fogão e grelhas, peças para arados, facões, enxadas e parafusos, todos produtos de pequeno valor monetário⁴⁹.

Durante a década de 1870, a companhia seguiu seu caminho oscilando períodos de maior atividade e estagnação produtiva. Em 1877, a administração da Fábrica São João de Ipanema deixou de ser subordinada ao Ministério da Guerra e passou a vincular-se ao Ministério da Agricultura⁵⁰. Em seu primeiro relatório como responsável pela Fábrica Ipanema, o Ministro da Agricultura João Lins Vieira Cansansão descreve que sua primeira providência quanto ao estabelecimento fabril foi realizar uma visita ao local, conversar com

⁴⁸ Relatório do Diretor da Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema apresentado ao Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1872, p.17.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ “De acordo com o disposto no art. 7º § 20 da Lei n. 2692 de 20 de outubro do ano próximo passado (1876), que consignou ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a verba de 91:355\$000 para as despesas com o custeio da Fábrica de ferro de S. João de Ypanema, foi este estabelecimento transferido para o mesmo Ministério por decreto n. 6727 de 3 de novembro do mencionado ano”. Relatório apresentado

seu diretor e avaliar as condições estruturais e financeiras da fábrica. Constatou que o preço dos produtos era elevado, não obstante a “*excelente qualidade*”, o que justificaria maior valor face aos artigos similares encontrados no mercado interno.

No entanto, a principal causa para os preços mais altos encontrava-se, segundo o Ministro, na dificuldade de transporte que começava desde a extração do minério até sua chegada aos fornos, passando, claro, pelo escoamento dos produtos finais partindo-se da fábrica até a estação da Estrada de Ferro Sorocabana. Quanto ao aspecto financeiro, constatou o ministro que embora houvesse “*excesso de despesa*”, a fábrica mantinha estoques de vários artigos que poderiam ser comercializados em qualquer época, desde que houvesse demanda, evidentemente. Neste sentido, em 1877 Ipanema apresentou uma despesa no valor de 85:721\$790 réis. As vendas em dinheiro alcançaram 30:870\$600 réis, perfazendo um prejuízo de 54:851\$190 réis. O valor em estoque nos armazéns da fábrica estava pela ordem de 62:350\$000 réis, o que representaria um saldo estimado de 7:498\$810 réis. Os produtos sob guarda da fábrica naquele ano mostram uma evolução em comparação, por exemplo, com aqueles obtidos em 1872. Em 1877, a companhia produziu 210 toneladas de ferro em guisa, 101 toneladas de ferro moldado, 20,5 toneladas de ferro em barras, além de produtos para engenhos de açúcar, despoldadores de café, ventiladores, entre outros⁵¹.

De acordo com Baddini, a reorganização da produção de ferro em Ipanema a partir de 1865 foi favorecida anos mais tarde, em 1879, pela inauguração do ramal da estrada de ferro Sorocabana que ligaria a fábrica diretamente com a capital da província. Ressalte-se ainda que nesse período foram introduzidos melhoramentos na produção, como por exemplo forno novo, prédios para refino do metal, forja, modelagem e laminador. Não obstante os investimentos realizados, a produção parecia fadada ao fracasso novamente. As causas dos problemas não estavam mais localizadas na questão do escoamento da produção, solucionados pela introdução do transporte por trem, mas sim, na forte concorrência que o ferro produzido por Ipanema sofria por parte das importações

à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Manuel Luís Osório. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1878, p.27.

⁵¹ Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João Lins Vieira Cansansão. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1878, p.244-6.

originárias da Inglaterra, que entravam no porto de Santos com preço pelo menos três vezes menor em relação aquele do ferro produzido na companhia nacional⁵².

Na verdade, ao adentrar a década derradeira da escravidão no Brasil, Ipanema apresentou performance não muito animadora, apesar de esforços realizados pelo zeloso diretor Joaquim de Souza Mursa (há tantos anos frente ao estabelecimento) em modernizar sua base produtiva e incrementar as receitas da fábrica. Ao contrário do que sugere Baddini, a questão dos custos de transportes permanecia sem solução efetiva e os obstáculos causados pela precariedade e custo elevado dos fretes eram um obstáculo ainda a ser superado. É o que se depreende, por exemplo, do relatório de 1886, no qual o diretor expõe a situação da seguinte maneira:

*“Percorrendo a exposição dos trabalhos desta fábrica (...), resulta uma necessidade que cumpre satisfazer: a saída da produção da fábrica”. Não se contesta a superior qualidade dos produtos das oficinas do estabelecimento; tendo em atenção esta condição, os preços são módicos. Porém o que obsta que os produtos da fábrica cheguem a certos mercados em condições favoráveis, é o elevado preço de transporte”*⁵³.

Assim, o diretor compara custos de transportes e vendas de produtos de ferro para reforçar seus argumentos quanto ao problema dos transportes. Segundo Mursa, em 1885 uma tonelada de ferro pagava 31\$080 para ser transportada de Ipanema até Santos, não incluindo no cômputo, os impostos devidos. Por sua vez, a mesma quantia de ferro para ser transportada de Liverpool até Santos custava dezoito *schillings*. E prossegue demonstrando que o *“transporte de Santos ao Rio , pelas vias férreas (...) é de 88\$270 não incluindo os impostos”*. A conclusão óbvia do diretor então era que os produtos da fábrica Ipanema achavam-se em completa desvantagem quando se tratava de concorrer com artigos estrangeiros. O preço dos fretes somados aos impostos obrigatórios correspondiam a valores elevados que impediam a venda dos produtos da fábrica em condições de mercado mais favoráveis. Por exemplo, segundo, Mursa, *“os produtos desta fábrica vendidos a*

⁵² Baddini, Cássia, op. cit. p.121.

⁵³ Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema. Relatório apresentado ao Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Dr. Antonio da Silva Prado pelo diretor Joaquim de Souza Mursa., 1886, p.8. (Grifos no original).

particulares e que transitam pelas vias férreas provinciais, além do frete elevado, pagam o imposto de 2\$400 por tonelada. De maneira que, embarcando na estação desta fábrica qualquer produto (...) para a estação da Villeta (4 quilômetros) ou para a estação de Bacaetava (13 quilômetros), o comprador para além do frete elevado,[paga] mais 2\$400 de impostos provinciais”⁵⁴.

Nos anos que se seguem a 1886, a fábrica seguiu sem grandes novidades quanto a possíveis melhoras em suas condições físicas, mas principalmente, quanto ao seus problemas financeiros. Nos anos iniciais do período republicano, Ipanema resistia, mas mostrava sinais de esgotamento. Em 1892, volta sua administração a ser subordinada ao Ministério da Guerra permanecendo sob os cuidados desta pasta até 1895. Neste mesmo ano, Ipanema passa a ser responsabilidade do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, sendo que suas atividades foram encerradas nessa época, constando uma dívida cujo montante alcançava 750 contos de réis para o período 1888 a 1895⁵⁵. No relatório apresentado ao presidente da República, o então ministro Joaquim Murinho, esclarece as razões para o encerramento das atividades da longa Fábrica de Ferro de São João de Ipanema:

“A lei n. 369 de 30 de dezembro de 1895 transferiu do Ministério dos Negócios da Guerra para o da Indústria, Viação e Obras Públicas a Fábrica de Ipanema, afim de que, fechado o estabelecimento industrial, fosse o mesmo arrendado ou vendido.

Aberta a concorrência por edital de 10 de março do ano próximo findo [1896], para alienação da fábrica, nenhuma proposta foi recebida nesse sentido.

Causas diversas entre as quais, o compromisso de encomendas por acabar, só permitiram que em agosto daquele ano cessasse de funcionar o estabelecimento, ficando um reduzido pessoal de três pessoas, encarregado da guarda e conservação de todos os edifícios, maquinismos, diversos fornos, animais, matas, etc.

⁵⁴ Ibidem. O diretor considerava o imposto “vexatório” e aludia com a possibilidade de que tal tributo em breve deixasse de incidir sobre os produtos da fábrica por causa das melhorias que cresciam na rede de transportes.

⁵⁵ Baddini, op, cit. p121.

Embora reduzidas as despesas, o Governo sente-se tolhido nos meios de satisfazerlos (sic), por falta de verba, convindo, portanto que seja libertada a União de um ônus de todo improdutivo”⁵⁶.

V – Epílogo: A Fábrica São João de Ipanema, suas características pré-industriais e sua importância histórica

Ao longo de sua trajetória histórica, a Fábrica de Ferro São João de Ipanema passou por diversas fases, como foi exposto acima. Desde seus primórdios, entretanto, este estabelecimento apresentou características que permitem aproximá-lo de uma forma de organização pré-industrial ou proto-industrial. Tais aspectos referem-se a uma gama de práticas produtivas que se assemelham bastante aos casos de fábricas e/ou manufaturas em vários locais da Europa até o século XVIII e mesmo dos Estados Unidos do século XIX. Quais características permitem apontar Ipanema como uma organização fabril pré-industrial?

Primeiramente, desde a sua formação ainda por volta do final do século XVIII, a fábrica teve que contar com uma estreita aproximação com as atividades agrícolas e extrativas, que a mantinham funcionando por meio do fornecimento de alimentos para seus operários e de combustível para seus fornos e máquinas. A relação de proximidade com o campo também é uma marca sempre presente em estabelecimentos pré-industriais, como apontou Braudel: *“a pré-indústria, apesar de sua originalidade, não é um setor com fronteiras nítidas. Antes do século XVIII, ainda não está bem separada da vida agrícola onipresente que a acompanha e por vezes a submerge. Existe mesmo uma indústria camponesa rasteira, no domínio restrito do valor de uso, que trabalha apenas para a família ou para a aldeia”⁵⁷.*

Tal assertiva, parece corresponder em alguns momentos, ao desenvolvimento histórico da Fábrica Ipanema, como por exemplo, quando por volta de 1785, com a proibição das manufaturas no Brasil pelo Alvará de 5 de janeiro, as atividades da fábrica

⁵⁶ Introdução ao Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas Joaquim Murtinho. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1897, p. 134-5.

⁵⁷ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Trad. Telma Costa, São Paulo, Martins Fontes, 1996, p.265.

foram suspensas e sua área ocupada pelos pequenos engenhos de açúcar que praticamente mantiveram “submersa” a companhia.

Mesmo em momentos mais dinâmicos, as formas pré-industriais são bastante evidentes: a organização das atividades fabris de Ipanema estava estreitamente vinculada aos trabalhos do campo. A derrubada de matas e a aquisição de novas áreas de matas foi sempre uma questão constante dos relatórios dos diretores da fábrica. A ampliação da área para fornecer combustível aos fornos era uma tarefa essencial. A compra de terrenos vizinhos por parte do governo imperial era uma requisição constante do corpo administrativo de Ipanema, como se percebe, por exemplo, pelo relatório de 1872⁵⁸. Ainda pelo mesmo relatório, observa-se que a organização produtiva de Ipanema subdividia-se em vários setores: os principais, eram as oficinas propriamente ditas que naquela época correspondia a uma oficina com dois altos fornos, , uma oficina para moldar o ferro em areia que contava com uma “máquina de vento”, uma oficina de “moldação” em barro com estufa, uma oficina de refino, uma oficina de máquinas, uma oficina de modelação e uma carpintaria. Ou seja, tais oficinas integravam um complexo produtivo que servia de base para a produção do ferro. Além dessas oficinas principais, havia ainda uma olaria que naquele ano (1872) produzia apenas para os reparos na fábrica, cuja produção alcançou 300 milheiros de tijolos. Contava também com um forno para produzir cal⁵⁹.

Não somente nesses aspectos percebe-se a aproximação de Ipanema com uma pré-indústria. A questão dos transporte, por exemplo, sempre tão problemática para a companhia, acabou levando as administrações dos anos 1860 a incluírem nas atividades da fábrica, uma pequena fazenda de criação de gado, vacum e cavalares. Em 1872, tal fazenda era assim descrita por seu diretor: *“Esta Fábrica, além do serviço próprio de uma fábrica de ferro, tem tido a seu cargo uma pequena fazenda de criação, tendo-se em vista que esta produziu gado suficiente para a remonta dos animais empregados no serviço de transporte”*. Havia na fazenda de criação naquele ano um total de 133 animais, sendo 65 gado vacum (bois para carros, novilhos, vacas, etc.) e 68 muars e cavalares (jumentos,

⁵⁸ *Mapa demonstrativo dos sítios e suas benfeitorias, que foram comprados e anexados a esta Fábrica. O montante gasto na compra dos terrenos foi da ordem de 52:566\$442 réis. Relatório do Diretor da Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema apresentado ao Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1872.*

⁵⁹ *Ibidem*, p.6-8.

cavalos, potrancos, éguas e mulas)⁶⁰. Sendo a reprodução dos animais considerada muito baixa, devido a falta de pastos, e tendo em vista que os novos terrenos deveriam servir para alimentar a produção de ferro e não a criação de animais, o diretor propôs em seu relatório que se abandonasse as atividades da fazenda e que a fábrica passasse a alugar ou comprar somente os animais necessários em épocas de escoamento maior da produção de ferro⁶¹.

Entretanto, ao que parece, as reivindicações nesse sentido não foram atendidas pelo governo, pois ainda em 1886, o relatório da diretoria divulgava a presença de gado pertencente ao estabelecimento, embora em número bastante reduzido. Constavam naquele ano apenas 52 animais, sendo quatro bois, seis cavalos, 8 éguas, 4 potrilhos e 34 bestas. Tal redução, pode ser explicada pela menor necessidade de transportes, visto que os ramais férreos passaram a atender o transporte da produção da fábrica desde o início da década de 1880⁶².

Outra característica tipicamente pré-industrial presente em Ipanema era seu distanciamento das principais cidades que na época faziam parte da região. Pertencente ao termo de Sorocaba, a fábrica entretanto, estava distante da importante vila tropeirista, situando-se na realidade, às margens do rio Ipanema que lhe dava o nome. Essa forma de localização, fora de áreas urbanas, conferia também uma das características pré-industriais da companhia. Reforçam tais argumentos as definições propostas por Müller & Oliveira quanto as formas de organização produtiva da fábrica:

*“Na realidade, a Fábrica de Ferro de Villa de Sorocaba não era uma indústria propriamente dita, enquadrando-se na categoria conceitual (...) como pré-indústria. Um dos traços característicos da pré-indústria era a ausência de uma fronteira nítida entre a atividade agrícola e industrial. As fábricas, em geral, eram auto-suficientes e produziam as matérias-primas necessárias à realização de seus produtos. A autonomia dos diferentes setores produtivos, a estreiteza do mercado interno e o estágio embrionário das atividades bancárias constituem outras características dessa etapa da indústria”*⁶³.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema. Relatório apresentado ao Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Dr. Antonio da Silva Prado pelo diretor Joaquim de Souza Mursa., 1886.

⁶³ Müller & Oliveira, op. cit. p.1253.

Assim, percebe-se claramente que Ipanema manteve desde seus primórdios até praticamente o encerramento de suas atividades, ou seja, cerca de 130 anos, os traços de uma pré-indústria, produzindo suas próprias matérias-primas, alimentando-se de combustível proveniente das matas pertencentes aos terrenos da fábrica, produzindo ferro a partir de um complexo fabril que envolvia oficinas de diversos mistérios que não apenas o produto final ferro e alimentando seus operários livres e escravos com o produto de suas roças estabelecidas em terrenos cedidos pela administração da companhia.

Deste modo, cabe então perguntar: qual foi afinal, a importância histórica da Fábrica de Ferro São João de Ipanema? Sem dúvida, Ipanema encontrava-se no rol das muitas tentativas de “modernização” da economia brasileira, assim como outros estabelecimentos típicos dos séculos XVIII e XIX. Do ponto de vista desta tese, a Fábrica de Ferro São João de Ipanema teve importância histórica fundamental, assim como também teve sua congênere Fábrica de Pólvora da Estrela, Rio de Janeiro, além de outros estabelecimentos fabris localizados na capital do império. A relevância de Ipanema pode ser apreendida pela própria longevidade da companhia, não obstante, alguns períodos de interrupção de suas atividades. A manutenção de uma fábrica deste porte parece também se justificar por sua importância estratégica, dada a sua localização geográfica e seu produto final, ferro, pois é preciso observar que Ipanema desponta num momento histórico importante para o Brasil e para a economia mundial em meio a Revolução Industrial. Assim, por exemplo, desde a época do Morgado de Mateus, no final do século XVIII, percebia-se a importância da fabricação de ferro para os objetivos de povoamento da capitania de São Paulo e sua defesa contra incursões dos súditos do rei da Espanha⁶⁴.

Já no período independente, a Fábrica Ipanema passou a ser considerada como uma das tentativas de “modernizar” a economia brasileira, a partir da produção de um artigo fundamental às nações de vanguarda naquela época: o ferro. É o que se depreende, por exemplo, do relato entusiasmado de Vergueiro quando afirma

“O que recebemos em troco do sobejo da nossa agricultura são manufaturas. Logo, são estas o que se deve substituir no próprio país àquele sobejo. Não pertence aqui tratar

⁶⁴ Bellotto, op. cit. p.212.

*de todas as manufaturas de que devemos ir lançando mão. Porém, é incontestável que a exploração e manufatura do ferro tem, entre todas, o primeiro lugar em qualquer relação que se tome. Merecem, por isso, o primeiro cuidado do governo, e S. M. manifestou bem esta preferência ou, para melhor dizer esta necessidade, no esforço com que fez levantar a fábrica do Ipanema”*⁶⁵.

Claro fica, portanto, que para Vergueiro o governo deveria empenhar todos os meios possíveis para fomentar o crescimento das manufaturas no Brasil e em especial, dedicar atenção redobrada à produção de ferro. Ipanema aparece sob este ponto de vista histórico como um esforço “modernizador”, constituindo assim, “*um caso típico de organização de um estabelecimento fabril pré-industrial onde uma fábrica moderna, equipada com energia hidráulica e alto-fornos, reunia em torno de si uma fazenda e várias oficinas especializadas*”⁶⁶. Entretanto, tal forma de organização fabril deveria contar quase que exclusivamente, com o apoio estatal, caso contrário, estaria fadada ao fracasso. De modo contrário ao pensamento liberal predominante nas teorias econômicas do século XIX, os responsáveis pela administração da Fábrica Ipanema sempre insistiram que a efetiva participação do governo era essencial para o estabelecimento produzir frutos compensadores. Ao Estado por sua vez, restaria aguardar no longo prazo os benefícios de um investimento tão pesado para fazer o país integrar-se entre as economias mais desenvolvidas da época. Do mesmo modo, em suas reflexões finais sobre a Fábrica Ipanema, Vergueiro aponta o verdadeiro papel que o governo deveria ter nessa empreitada.

*“Daqui, concluo que os primeiros passos que são sempre muito dispendiosos, arriscados e pouco promissores de lucros, devem ser empreendidos à custa do Estado, que ainda quando se lhe represente perda no balanço mercantil do estabelecimento, esta perda não afeta a riqueza nacional, porque a maior parte de seu equivalente entra no giro interior, e quando chega ao fim de consolidá-lo, encara logo avultados lucros nas sua propagação e melhoramentos, que o curso dos tempos deve acrescentar”*⁶⁷.

⁶⁵ Vergueiro, op. cit. p. 48.

⁶⁶ Müller&Oliveira, op. cit., p.1258.

⁶⁷ Vergueiro, op. cit. p.48-9. Grifo no original.

A importância estratégica da fábrica é sempre retomada por seus coetâneos para justificar os esforços e investimentos que o Estado deveria mobilizar no intento de melhorar as condições de produtividade da Fábrica Ipanema. Apesar de interrompidas suas atividades por volta de 1860, as constantes hostilidades entre Brasil e Paraguai nesta época, levaram à retomada da produção e reestruturação da companhia. Em 1872, Mariano Carlos de Souza Corrêa, citando o diretor Dr. Mursa, resumia assim a importância da fábrica e seu promissor futuro:

“Quer considerado pelo lado industrial, quer pelo lado estratégico, o futuro da fábrica deve inspirar confiança.

Pelo lado industrial: a produção da fábrica está calculada uma vez montado convenientemente o estabelecimento, em 60 mil arrobas de ferro cru, ou dada a quebra de 25%, na sua transformação, em 45,000 arrobas de ferro em obra (...).

Pelo lado estratégico: a posição da fábrica que fica a 14 léguas de Jundiá e a outras tantas do rio Juquiá (...) estabelecida em um ponto da estrada geral que de S. Paulo conduz ao interior da província do Rio Grande do Sul, que pode, sendo necessário, enviar artigos bélicos para as províncias de Minas, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, e província do Paraná, a qual talvez tenha de ser um dia a nossa base de operações em uma guerra contra a República do Paraguai, não pode deixar de garantir-lhe um futuro brilhante”⁶⁸.

Não só por estes motivos, mas as possíveis conseqüências de um conflito de grandes proporções levava o Dr. Mursa a prognosticar que *“Se por desgraça tivermos de sustentar uma guerra com alguma nação marítima e poderosa, que bloqueie os nossos portos, os nossos arsenais, as oficinas estabelecidas no país não tendo de onde tirar os materiais para suas produções, e nos fará conhecer falta cometida em deixar morrer a indústria metalúrgica, que já prosperava nos tempos coloniais”*. Caso tal “desgraça” tivesse consumação de fato, perguntava então o Dr. Mursa: *“Não será a fábrica de ferro de S. João de Ipanema, pela qualidade de seus produtos e posição estratégica, o lugar mais apropriado para estabelecer fundição central do Estado, que se forneça não só todos os*

⁶⁸ Notícia sobre a criação da Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema..., op. cit. p.29.

projéteis ao exército e armada, como canhões de ferro fundido e de aço, e peças para máquinas, com as dimensões exigidas pelos dois arsenais?”⁶⁹.

Porém, as tentativas de retomada da produção fabril em Ipanema foram, ao que parece, quase sempre infrutíferas, e os motivos para tal problema podem ser encontrados em alguns pontos específicos que vale a pena ressaltar à guisa de hipóteses para a instável trajetória de Ipanema. Primeiramente, como apontaram Müller & Oliveira, a estrutura pré-industrial do país no início do século XIX não permitiu que o estabelecimento avançasse, apesar dos aportes de capital e de uma moderna organização administrativa da companhia por meio de ações. O problema principal para esses autores seria os limites do mercado consumidor. O mercado interno pouco desenvolvido e as indecisões do governo em incentivar a produção e comprar armamentos da fábrica levaram a companhia a sofrer com a concorrência das fábricas e forjas localizadas em Minas Gerais e mais ainda, dos artigos importados, especialmente provenientes da Inglaterra, o que deu margem aos rumos erráticos que a fábrica apresentou ao longo de sua existência⁷⁰.

Por sua vez, uma questão que parece ser fundamental para os desvios de rota da Fábrica Ipanema refere-se na realidade, à infra-estrutura da economia brasileira no século XIX. Em especial, a carência de uma rede de transportes eficientes sempre foi uma reclamação constante dos inúmeros relatórios apresentados pelos administradores da fábrica aos Ministérios aos quais estavam subordinados. A boa qualidade dos produtos realizados em Ipanema foi ressaltada por alguns de seus diretores, mas mesmo assim, a concorrência era impossível, pois o custo de transportar os artigos para dentro ou fora da província de São Paulo elevavam os preços a patamares sem precedentes.

Quando teve início a construção de estradas de ferro, por volta da década de 1880, aventou-se a possibilidade de que tais melhorias favorecessem o escoamento da produção em níveis mais competitivos com o mercado interno brasileiro. A instalação de um ramal férreo que atendesse ao transporte da produção de Ipanema colaborou, sem dúvida, para o incremento de sua produtividade. Entretanto, apesar dos avanços no sistema de transporte neste período, havia um problema ainda sem resolução: a cobrança de impostos. Os tributos sobre mercadorias transportadas pelos trens cujas companhias, em geral, eram

⁶⁹ Notícia sobre a criação da Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema..., op. cit. p.30.

administradas por grupos de capital privado ou misto bloqueavam as tentativas de estabelecer uma maior eficiência quanto ao escoamento da produção da companhia Ipanema.

No caso específico da Estrada de Ferro Sorocabana, de cujo ramal se beneficiou em parte a Fábrica Ipanema, o capital era nacional, mas atrelado aos interesses de particulares, dificilmente se prestaria ao serviço de elevar a produção de ferro da companhia, reduzindo os custos de produção desta cobrando fretes mais convidativos⁷¹. Tal problema fica claro quando se examina os relatórios da fábrica ao longo da década de 1880⁷².

Desta forma, a trajetória da Fábrica de Ferro Ipanema mostra uma rica história de um estabelecimento fabril, constituído em moldes pré-industriais porém que podem ser considerados “modernos” para a época em que existiram, mas que dentro de uma estrutura econômica ainda pouco desenvolvida do ponto de vista do incentivo às atividades manufatureiras, oscilou entre períodos de arranque e estagnação. Neste sentido, a importância histórica de Ipanema pode ser encontrada quando se pensa o estabelecimento como tipicamente pré-industrial, ou seja, a presença de formas pré-industriais não significam correspondente crescimento industrial, muito menos qualquer processo de industrialização. Na realidade, como característica também típica de fases pré-industriais, o encerramento das atividades da fábrica em 1895, representou um movimento de

⁷⁰ Müller&Oliveira, op. cit. p.1259.

⁷¹ Aliás, a formação da Estrada de Ferro Sorocabana é bastante curiosa. Conforme esclarece Saes, esta companhia foi constituída a partir do aumento da demanda internacional por algodão ocasionada pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), o que estimulou a produção deste gênero em Sorocaba. “*Um grande comerciante do produto – Luiz Matheus Mailasky – procurando reduzir os custos de transporte do algodão, organizou a empresa ferroviária, junto com alguns proprietários de terra, financiando sua instalação. Mais tarde, com o declínio da produção algodoeira, a Sorocabana também se transformaria numa estrada de ferro do café*”. SAES, Flávio. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo : 1870-1900. *História Econômica da Independência e do Império*. Szmrecsányi, Tamás. & José Roberto do Amaral Lapa (orgs). 2ª. edição revista. São Paulo, Hucitec/ABPHE/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002, p.182.

⁷² Como esclarece Lanna “*A Estrada de Ferro Mogiana e a Sorocabana serão as mais importantes (da Província de São Paulo), seja pelo volume de tráfego, seja pela extensão dos trilhos. A rápida expansão dos trilhos, a multiplicação de pequenas empresas e a construção de múltiplos ramais revelarão conflitos que marcarão a existência destas companhias. Estes se definem a partir da questão do privilégio de zona, que preserva áreas de influência para as companhias, do traçado das linhas, aproximando-se ou afastando-se de tais e quais propriedades, e do embate político entre as vertentes conservadora e liberal, que se expressa de forma intensa, na grande imprensa*”. LANNA, Ana Lúcia Duarte. Ferrovias no Brasil 1870-1920. *Revista História Econômica & História de Empresas*, vol. VIII, n.1, jan.jun 2005. Para uma análise das ferrovias no desenvolvimento econômico paulista ver Matos, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 4ª. edição, Campinas (SP), Pontes, 1990. SAES, Flávio. *As ferrovias de São Paulo. 1870-1940*. São Paulo/Brasília, Hucitec/Instituto Nacional do Livro – MEC, 1981.

“desindustrialização”. Considerados estes aspectos, retomam-se as questões elaboradas no capítulo anterior, quais sejam, houve, no caso específico da Fábrica de Ferro Ipanema, uma dicotomia entre a estrutura social escravista e o desenvolvimento das atividades industriais? Pelo que foi escrito até este momento, espera-se ter esclarecido que tal hipótese não se confirma de modo algum. Em outros termos, o hesitante caminho da fábrica ao longo de mais de um século de história pouco teve a ser tributado à presença de escravos em seus quadros de operários. Na verdade, a escravidão permaneceu, assim como outras estruturas, como característica da era pré-industrial no Brasil.



Figura 2 – Fábrica de Ferro Ipanema por volta de 1870.

Fonte: FIEMG. Página na Internet: <http://www2.fiemg.com.br/exposicao%5Findustria/painel-6c.htm>
Acessada em 22/09/2006.



Figura 3 Fábrica de Ferro Ipanema por volta do século XIX

Fonte: www.abpfs.com.br

Acessado em 23/09/2006



Figura 4 - Vista da antiga Fábrica de Ferro de Ipanema, hoje Centro Cultural

Fonte: www.revista.akademie-brasil-europa.org

Acessado em 23/09/2006



**Figura 5 - Porta monumental da Fábrica de Ferro Ipanema (Sorocaba)
Homenagem a D.Pedro II**

Fonte: www.revista.akademie-brasil-europa.org

Acessado em 23/09/2006

Capítulo 4

Escravos e africanos livres na Fábrica de Ferro Ipanema em Sorocaba (SP)

“... those who think that slaves could not be used in industry misunderstand the versatility of bondage. Those who think that repression of men is impossible without force misjudge the relationships between rulers and ruled”. (R. Starobin)

Neste capítulo serão discutidos os problemas relacionados aos trabalhadores escravizados e africanos livres que atuaram como mão-de-obra da Fábrica de Ferro Ipanema em vários períodos, mas com maior ênfase, ao longo do século XIX. Esta abordagem foi realizada a partir de duas vertentes fundamentais presentes nesta pesquisa: primeiro, as questões levantadas anteriormente sobre escravidão industrial e as abordagens da historiografia brasileira e norte-americana sobre o tema; e depois, a própria história da Fábrica Ipanema, analisada no capítulo anterior. Essas duas problemáticas balizam o estudo do trabalho escravo no ambiente fabril constituído por essa companhia do século XIX. Para tanto, procurou-se realizar uma abordagem que contempla o uso de documentação primária aliada a referências bibliográficas que permitem elucidar pontos duvidosos deixados pelas fontes utilizadas.

Não obstante os problemas enfrentados por Ipanema ao longo de sua trajetória, vale a pena destacar as relações estabelecidas entre a administração da fábrica e a mão-de-obra, especialmente aquela parte composta por escravos e africanos livres. Os primórdios da Fábrica Ipanema, com a exploração das minas de ferro de Araçoiaba ou Biraçoiaba, remontam ao final do século XVIII. Por essa época, quase não há notícias de que o empreendimento fabril que pretendia ser erguido para atender aos desígnios da política econômica metropolitana comandada em São Paulo pelo então governador Morgado de Mateus, fizesse uso de escravos africanos em suas primeiras tentativas de produção de ferro. No entanto, não se pode descartar com segurança a presença de escravos nesta época ainda incipiente, visto que os conhecimentos do trato de metais de vários povos africanos eram a base das incursões em metalurgia no Brasil desse período.

Entretanto, as notícias que chegaram sobre a construção da Fábrica Ipanema no final do século XVIII são esparsas e indicam algumas tentativas na produção de ferro que deram resultados pouco animadores. Tanto que, posteriormente à publicação do Alvará de 5 de janeiro, os terrenos onde deveria ser erguida a fábrica deram lugar aos engenhos de açúcar que cresciam na capitania de São Paulo.

I – Os Escravos na Fábrica Ipanema

A informação mais segura sobre a chegada dos primeiros escravos em Ipanema talvez seja a Carta Régia de 1810 que aponta o investimento do governo português representado por cem escravos, mais os bois necessários para o serviço, além do pagamento dos salários dos operários livres oferecidos pela Real Fazenda como forma de estimular o avanço do empreendimento. Na realidade, esses cem escravos seriam apenas para dar início às obras da fábrica, e deveriam ser requisitados nas *“fazendas que S.A.R. tem nessa capitania”* para realizarem os serviços mais braçais, trabalhando como *“serventes de obras”*. Havia porém, a necessidade de escravos mais qualificados para outras tarefas, dentre os quais *“doze escravos pedreiros, dez escravos carpinteiros, seis ferreiros e cem bois e bestas, os quais se pudessem imediatamente destinar para os trabalhos da mesma fábrica”*¹.

Sobre este tema, é necessário ressaltar também a importância da obra de Vergueiro que contém um interessante corpo de documentos, tais como portarias, decretos régios, avisos do governo monárquico que trazem instruções para organizar as atividades da fábrica de Ipanema. Destacam-se, por exemplo, as *“Instruções para servirem de regulamento na Real Fábrica de ferro de s. João do Ipanema”*, datada de 27 de março de 1811. Dentre as várias ordens e regulamentos que tratam desde a contabilidade da companhia até a organização dos estoques e armazéns, encontra-se o regulamento para a atividade dos feitores da fábrica, que dispõe sobre a forma como estes deveriam atuar na organização e disciplina da mão-de-obra, especialmente dos escravos. O primeiro parágrafo do regulamento dos feitores apresenta importantes informações sobre o trabalho de escravos dentro da fábrica. No regulamento explicita-se que:

¹ VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *História da Fábrica de Ipanema e Defesa perante o Senado*. Brasília, Senado Federal, 1979. Aviso de 17 de julho de 1810, p.57.

“§ 1º dos Feitores dos escravos

Não excedendo os escravos dos estabelecimento da fábrica ao número de cem, haverá, para todos eles, três feitores, visto que raras vezes acontecerá achar-se cada um nos trabalhos com vinte e cinco escravos, que vem a ser o número que razoavelmente pode administrar nos serviços, e todos serão obrigados a residir na mesma casa dos escravos, ou, em outra qualquer que lhe fique mais próxima”².

Evidencia-se a preocupação da diretoria da companhia em disciplinar os escravos no trabalho da fábrica, não apenas no sentido de incrementar as atividades produtivas, mas, sobretudo, de rechaçar qualquer tipo de revolta ou insubmissão por parte dos cativos, valendo-se para isto, da proximidade dos feitores, que deveriam se estabelecer em áreas próximas aos alojamentos dos escravos ou na própria senzala pertencente à fábrica. Mas, além desta preocupação, os feitores também eram responsáveis por manter a ordem dentro da fábrica, dentro das casas e instruir os escravos nos preceitos da religião oficial, acompanhando-os nas cerimônias religiosas, assim como, dar conta de qualquer novidade ou desvio de conduta ao inspetor ou diretor da fábrica. Cabia igualmente aos feitores administrarem os mantimentos e vestuário dos cativos, providenciando alimentação regular e na hora correta do dia, devendo ainda fornecer a cada escravo vestimenta dobrada e cuidar para que os mesmos se apresentassem ao trabalho “com a possível limpeza”³.

Ainda de acordo com o mesmo regulamento, obrigavam-se os feitores a dar início ao expediente, recebendo do diretor ou inspetor as instruções e serviços a serem realizados na fábrica

“(...)achando-se com eles [escravos] no lugar do serviço todos os dias de trabalho ao nascer do sol, onde devem demorar até horas de almoço, que será pelas 8 até 8 e meia, e depois continuar no trabalho até o meio-dia, hora em que devem jantar, voltando ao mesmo serviço, no tempo de verão, pela uma hora e meia da tarde, e no inverno, pela uma

² Vergueiro, op. cit. p.96.

³ Vergueiro, op. cit. p.96.

*hora, até o sol posto (...), pondo todo o cuidado que o serviço se faça com regularidade e atividade, e que cada um trabalhe conforme as suas forças e préstimo”*⁴.

Quanto à disciplina competia aos feitores zelar pela ordem e aplicar correção imediata aos escravos por culpas leves, sendo que delitos considerados de maior gravidade deveriam ser comunicados ao diretor, após o escravo encontrar-se “dominado”, assim como, deveriam estar atentos a qualquer suspeita de fugas, punindo os culpados e dando parte do acontecido à diretoria da fábrica. No entanto, não apenas os escravos estavam sujeitos a disciplina imposta pelos feitores em Ipanema. Os mesmos feitores tinham ainda a incumbência de “servir de olheiros” sobre os jornaleiros que trabalhavam conjuntamente com os escravos, anotando nas folhas de ponto o nome, a especialidade, horário de entrada e saída no serviço dos trabalhadores livres por jornada na fábrica. Cumpria ainda aos feitores observar que *“bem entendido que o jornaleiro deve, igualmente, ser apontado com falta de serviço, não só no sobredito caso mas, também, quando por todo dia, ou em alguns dos quartos [do dia] for madraço no serviço ou distrair os mais dos trabalhadores com alongadas conversações”*⁵.

Deve-se ressaltar, porém, que entre os chamados jornaleiros encontravam-se também alguns escravos, possivelmente alugados, cujo trabalho era remunerado a 120 réis por dia de trabalho, conforme verifica-se no sempre importante relato de Vergueiro. Entre os cativos incluídos nesta categoria, havia, em 1819, oito escravos nos pilões, quatro a carregar o forno, quatro a conduzir os materiais ao forno, seis na boca do forno e quatro a conduzir lenha e queimar o mineral. Havia ainda dois mestres, que recebiam uma remuneração diária de mil réis, valor bastante elevado, quando comparado ao pagamento oferecido aos escravos que trabalhavam por jornada. Em nota ao pé de página encontra-se a seguinte afirmação: *“Depois de algum tempo foram tirados os mestres dentre os escravos da fábrica, aos quais se dão pequenas gratificações”*⁶. Não fica explícito, mas possivelmente, as referidas gratificações eram conferidas em dinheiro aos escravos que eram escolhidos para o serviço de mestres na fábrica. Tal medida, abre um interessante argumento de interpretação histórica do trabalho fabril em Ipanema, pois muito

⁴ Vergueiro, op. cit. p.96-7.

⁵ Ibidem.

⁶ Vergueiro, op. cit. p. 42.

provavelmente, os escravos escolhidos para uma função importante dentro da fábrica haviam recebido treinamento, ou aprenderam o ofício na prática cotidiana, ou ainda, observando o trabalho de outros empregados no referido ofício. De qualquer maneira, ao cativo tal oportunidade poderia ser bastante compensadora, recebendo uma remuneração em dinheiro, ou mesmo em produtos, que lhe permitia obter recursos que em outras atividade dentro da fábrica eram impossíveis de conquistar.

Além da disciplina de trabalho, que deveria ser rigorosamente observada pelos feitores e olheiros da Fábrica, havia uma outra questão quanto ao trabalho dos escravos que esclarece bastante sobre a organização produtiva de Ipanema. Trata-se da instrução religiosa que os cativos deveriam ter e seguir fielmente, conforme os preceitos da Igreja da época. Na realidade, em alguns momentos, a estrita observância por parte do serviço religioso parecia causar mal-estar aos administradores, especialmente em relação aos escravos, pois muitas vezes, o trabalho não poderia ser interrompido para que os operários cumprissem suas obrigações com a fé católica. É o que se observa, por exemplo, no relato do Diretor da Fábrica, Rufino José Felizardo da Costa em 1822⁷. Dizia o administrador que ao iniciar sua gestão (possivelmente naquele mesmo ano), procurou se informar se os escravos cumpriam escrupulosamente suas obrigações com a Igreja e constatou que tais deveres não eram levados a efeito, havendo mesmo “desleixo e relaxação” quanto a matéria religiosa. Observada essa falta de assiduidade dos escravos com seus deveres, ordenou o administrador que fossem tomadas imediatas providências pelos feitores (incumbidos de instruir os escravos e obrigá-los a cumprir os preceitos da Igreja) para que tal problema fosse prontamente solucionado. Assim, todos os dias, os feitores deveriam *pôr “em atividade a direção do serviço (religioso), chamando nominalmente todos os escravos e repreendendo os que por omissão faltarem”*.

Segundo o administrador havia também vários escravos ainda por batizar, o que não ocorria pelo fato dos mesmos não terem recebido a instrução necessária na doutrina da Igreja, em especial os africanos, considerados pelo diretor como indolentes e “*absolutamente indóceis à precepção da doutrina necessária, apesar das assíduas diligências*” promovidas diariamente pelos feitores da fábrica. Além disso, a situação se

⁷ Correspondência do Diretor da Fábrica de Ferro S. João do Ipanema ao Governador da Província de São Paulo. AESP, *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, Caixa 1, 26 de novembro de 1822.

agravava pelo fato do pároco a serviço de Ipanema não se dignar a cumprir sua “*rigorosa obrigação de ensinar o catolicismo particular ou publicamente à mocidade*”⁸.

Passa então o diretor a relatar os motivos pelos quais os escravos da fábrica não estavam cumprindo com suas obrigações quaresmais e nem comparecendo com regularidade às missas. Argumentava então o administrador que:

*“Ora, conhecendo eu como objeto econômico, e interessante à Fábrica que os ditos escravos se confessassem nos dias santos para não perder-se inumeráveis serviços nos dias de trabalho (...) não fui renitente em seguir avante um projeto que merecia atenção, permitindo aos escravos que se desobrigassem ainda mesmo nos dias semanários com grave detrimento do Estabelecimento que possui poucos braços, para sua laboração, mormente em tempo de fundições, compareceram alguns escravos e voltaram sem conseguir a confissão pretextando o capelão que já não era tempo”*⁹.

Ou seja, o diretor da Fábrica queixava-se do fato de liberar escravos de suas obrigações laborais, com o agravante de serem tarefas dedicadas à fundição, para que os mesmos cumprissem seus deveres religiosos e tal não acontecia por negligência do capelão. A situação piorava pela distância que os escravos deveriam caminhar para que recebessem os ofícios religiosos, pois a capela distava da fábrica cerca de 600 braças, ou seja, em torno de 1,3 km, o que tornava “*impraticável nos dias santos dispensados, irem os operários escravos a missa deixando as fornalhas, que exigem a assistência efetiva de muitos braços para sua laboração, o que resultaria notável prejuízo a este Estabelecimento*”. Por esses motivos, instava o diretor que se obrigasse o capelão a “dizer missa” nos dias santos na própria fábrica, o que evitaria muitos transtornos à produção de ferro¹⁰. Tais discussões administrativas e religiosas guardam em si elementos importantes. Percebe-se claramente que o problema todo estava na dispensa dos escravos do trabalho da Fábrica para assistirem a missa, pois essa situação, causava transtornos à produção. O serviço dos fornos exigia atenção constante e era por assim dizer, intensivo em mão-de-obra. Mais do que isso, as reclamações do diretor neste documento demonstram a importância do trabalho escravo em

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem.

atividades diretamente relacionadas à fundição e fabricação de ferro, devendo os cativos portanto, ficarem dispensados de algumas dessas atividades onerosas (porém necessárias à própria disciplina dos operários) ou então, receberem assistência espiritual no local de trabalho, evitando-se assim, o deslocamento por muitas horas de um importante contingente de trabalhadores.

Na realidade, alguns indícios demonstram que a participação de escravos em funções que requeriam conhecimentos técnicos era algo comum em Ipanema neste período. Prova disso, encontra-se numa relação dos escravos da fábrica datada de 1821, que traz uma descrição dos escravos e de suas atividades profissionais dentro do estabelecimento. A Tabela 4 a seguir, reproduz essa lista e merece um comentário sobre seu conteúdo.

Tabela 4
Relação dos escravos existentes em 1821 na Fábrica de Ferro São João do Ipanema

Nomes	Naturalidade	Idade estimada	Ofício
Antonio Francisco	PR	28	Refinador e fundidor
Salvador dos Santos	PR	25	Moldador
Cypriano Sorocaba	SP	25	Refinador
Generoso dos Santos	SP	19	Moldador
José Rodrigues	SP	19	Cargador
Custódio Araújo	PR	36	Refinador
Antonio Barbariun	-	41	Não declarado
Joaquim Novo	MG	30	Pilões
Maria Rodrigues	PR	28	Não declarado
João Guari Limão	-	34	Não declarado
Salvador Correia	SP	30	Broqueador
Daniel dos Santos	PR	35	Cargador
Josepha da Assumpção	PR	25	Não declarado
Maria Antonia	PR	31	Não declarado
Bernarda Monteiro	PR	61	Não declarado
Ignácio Ferreira	PR	36	Ferreiro e refinador
José Ramos	SP	31	Refinador
Antonio Francisco	SP	36	Refinador
Maria Thereza	SP	30	Não declarado
Miguel Ferreira	PR	56	Não declarado
José Rodrigues Lima	SP	40	Carpinteiro
Henrique Nascimento	SP	38	Refinador e fundidor
Francisco Novo Barbá	-	34	Não declarado
Manoel da Cruz	Vila de Castro	18	Moldador
Joaquim Mariano	PR	54	Pilões
Gabriel Antunes	-	46	Pilões

Manoel Naga	-	34	Não declarado
Antonio Mina	-	40	Não declarado
Domingos Martins Angola	-	38	Não declarado
Benedito dos Santos	-	38	Não declarado
Florianio Pereira	PR	24	Refinador
José Frederico	-	23	Não declarado
Polidoro Antonio	PR	20	Refinador
Agostinho	SP	21	Carpinteiro
Domingos Ramos	SP	23	Ferreiro
José Mina	-	36	Não declarado
Francisca Serqueira	SP	38	Não declarado
Paulo Bambabyla	-	26	Não declarado
Paulo Congo	-	24	Não declarado
Francisco Monjolo	-	29	Não declarado
Pedro Monjolo	-	26	Não declarado
Pedro Congo	-	26	Não declarado
José Molanje	-	22	Não declarado
Paulo Congo da Fonseca	-	30	Fundidor
Paulo Cobundá	-	30	Não declarado
Francisco Congo Machado	-	28	Não declarado
Miguel Congo	-	26	Não declarado
João Congo	-	30	Não declarado
José Cabundá	-	30	Não declarado
José Congo	-	25	Não declarado
Francisco Cassange	-	25	Não declarado
José Pedro Mina	-	22	Não declarado
Domingos Cabundá	-	26	Não declarado
Maria Romana	SP	9	Não declarado
Thereza Romana	SP	6	Não declarado
Joaquim Rodrigues	SP	4	Não declarado
Inocência Rodrigues	SP	2	Não declarado
José Maria	SP	1	Não declarado
Benedita Assumpção	SP	5	Não declarado
Eva Ferreira de Oliveira	-	40	Não declarado
Antonio Benedito	SP	9	Não declarado
Guilherme Araçariguama	-	11	Ferreiro
José de Santa Anna	SP	12	Aprendiz de ferreiro
Benedito da Cruz	SP	12	Não declarado
Antonio Claro	-	8	Não declarado
Angelo	-		Não declarado

Fonte: Müller & Oliveira. Reflexões sobre a história da Fábrica de ferro São João do Ypanema. Encontro Nacional de Economia. Brasília, DF, dez. 1990, p.1260-1.

Primeiramente, cumpre tentar esclarecer um ponto obscuro. Dos 66 escravos arrolados, 13 têm indicada como local de procedência o Paraná. Evidentemente, a nomenclatura por sigla é atual e isso causa alguns problemas. Primeiro, sabe-se que o

Paraná só se tornou província autônoma em 1842, quando foi desmembrado de São Paulo, província a qual pertencia. Segundo, se um número significativo de escravos era procedente do Paraná, o que tal informação pode revelar? Como hipótese, o local de origem desses escravos poderia ser a vila de Curitiba, importante ponto de ligação entre São Paulo e as províncias do Sul. Reforça esta possibilidade, o fato de que durante os séculos XVIII e XIX, Curitiba fazia parte, junto com Sorocaba da chamada “rota do luar”, uma série de caminhos que saindo do extremo sul, buscavam São Paulo, em especial a vila de Sorocaba, ponto de parada obrigatória das tropas de mulas que realizam comércio no entroncamento São Paulo. Rio de Janeiro e Minas Gerais. Além disso, Sorocaba sempre foi conhecida por sua famosa feira de muares e por ser um dos registros mais importantes na província de São Paulo para a arrecadação de tributos sobre o comércio de animais. Assim, muito provavelmente, os escravos da lista apresentada na Tabela 4 saíram de Curitiba para trabalharem em Ipanema naquela época. Tal questão porém, precisa ser elucidada com maior cuidado em futuras pesquisas.

No que diz respeito ao conteúdo da lista propriamente, vale ressaltar alguns pontos importantes. Do total de 66 escravos descritos na tabela, 83,3% eram do sexo masculino e 16,7% do sexo feminino. A amostra também aponta a existência de 24 escravos com profissões declaradas, ou 36,4% do total. Daqueles escravos que possuíam profissão, 16 eram qualificados em atividades relacionadas à metalurgia (correspondendo a 24,2 do total da lista e 66,7% dos escravos com profissão declarada). Em seguida, percebe-se que entre as mulheres, não havia nenhuma com profissão definida. Provavelmente, tais mulheres poderiam ser casadas com escravos da própria fábrica e/ou desempenhar funções das quais o serviço diário do estabelecimento exigia, atuando talvez como lavadeiras, cozinheiras, serventes e mesmo nas tarefas mais pesadas, como cuidar de plantações que forneciam alimentos para os operários. Outro detalhe que chama a atenção é a presença de crianças e jovens, com idades entre 1 até 12 anos nos quadros de escravos do estabelecimento (11 indivíduos no total), sendo que dois deles, Guilherme Araçariguama de 11 anos e José de Santa Anna de 12, eram respectivamente ferreiro e aprendiz de ferreiro, possibilitando inferir que foram instruídos em suas profissões por outros trabalhadores da própria fábrica. Seriam tais crianças, filhos dos próprios escravos? É provável. Por outro lado, encontravam-se ainda oito escravos com idade acima de 40 anos. Alguns sobrenomes

indicados na lista mostram também a etnia ou região de origem as quais pertenciam tais escravos, como por exemplo, “Angola”, “Mina”, “Congo”, “Monjolo”, “Molanje”, “Cabundá” e “Cassange”, o que revela os locais de origem de tais escravos na África¹¹.

Constatando-se que uma significativa parte dos escravos da Fábrica nas primeiras décadas do século XIX era composta por indivíduos com qualificações profissionais, cumpre então, ressaltar outro problema que afligia de modo constante os administradores de Ipanema, qual seja, as fugas de escravos do Estabelecimento, em especial de escravos qualificados para o trabalho de metalurgia, o que acarretava em buscas nem sempre muito bem sucedidas por parte da administração de Ipanema que procurava sempre contar com a ajuda das milícias dispostas nas cercanias de Sorocaba. Assim foi, por exemplo, em novembro 1823 quando evadiu-se da Fábrica o escravo Benedito dos Santos, que foi capturado e preso na capital da província. O diretor solicita então, que o escravo seja restituído ao Estabelecimento, pois que o mesmo não cometera outro crime senão a “fugida”, e portanto, deveria ser reconduzido ao local de trabalho sob escolta do soldado Floriano Ribeiro Mendes, do regimento de Sorocaba, destacado para tal finalidade¹².

Porém, um caso mais interessante, deu-se alguns meses antes, com um escravo de nome Domingos Ramos. Domingos era um escravo qualificado, exercendo a função de oficial de ferreiro na Fábrica, sendo o único a desempenhar tal cargo naquele estabelecimento. Havia fugido no dia 6 de janeiro de 1823 “sem motivo algum”. O diretor da fábrica então, resolve escrever para todos os capitães mores das vilas mais próximas, assim como destacou um feitor da fábrica e soldados para darem busca ao escravo evadido. Entretanto, tais diligências não tiveram sucesso e algum tempo depois, soube o diretor que Domingos Ramos fora visto dirigindo-se para São Paulo. Sendo assim, pedia ao governo provincial para que as vilas ao norte de Sorocaba fossem avisadas e o referido escravo

¹¹ KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. “Quando os senhores não sabiam a nacionalidade de um escravo, empregavam vários termos para indicar a origem africana, sendo um dos mais comuns o acréscimo da expressão “de nação” ao prenome cristão, como: ‘Antonio de nação Angola’”. Dois escravos da lista apresentam no sobrenome a expressão “Novo” (Joaquim Novo e Francisco Novo Barbá) o que pode indicar que estavam a pouco tempo no Brasil ou ainda tinham dificuldades de se adaptar ao cativeiro e aos costumes locais, conforme esclarece Karish: “‘Negro novo’ definia a pessoa que era de importação recente, enquanto ‘boçal (buçal)’ se aplicava tanto ao africano novo como ao que não aprendera os costumes portugueses ou brasileiros depois de muitos anos de escravidão” (p.42-3).

¹² Correspondência do Capitão e Administrador da Imperial Fábrica de São João de Ipanema, Rufino José Felizardo da Costa ao Governado Provisório da província de São Paulo. AESP, *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, Caixa 1, 21 de novembro de 1823.

capturado e reconduzido ao trabalho “*a bem da prosperidade deste estabelecimento*”¹³. Menos de um mês depois, tem-se a notícia de que Cipriano Rocha, indivíduo de cor parda, que fora autorizado pelo diretor de Ipanema a dar busca ao escravo Domingos Ramos conseguiu capturá-lo, juntamente com outro escravo de nome Domingos Luna. A apreensão deu-se em São Paulo, e quando Cipriano, sem nenhum auxílio, conduzia os dois prisioneiros, foi atacado nas proximidades de São Roque por dois homens que ele Cipriano acreditava serem “emboabas” e que, com o auxílio de seis “pretos” o agrediram violentamente, deixando-o desacordado e desaparecendo com os escravos. Diz então o diretor da Fábrica que “*um dos referidos escravos [Domingos Ramos] faz grande falta a esta fábrica por ser ferreiro hábil e no estabelecimento existem poucos desta oficina*”¹⁴.

Este episódio revela a importância do trabalho escravo em uma das funções mais essenciais ao trabalho da Fábrica. Os esforços e despesas empreendidos na tentativa de recuperar o escravo Domingos Ramos trazem à tona evidências de que em muitos casos, a produção de algumas das oficinas principais da companhia ficavam entregues ao cargo dos escravos qualificados. Não se pense, entretanto, que o trabalho desses cativos era algo mais “brando”, por estarem eles em uma atividade distante das cenas comuns à escravidão nas fazendas. Eram recorrentes os casos de escravos acometidos por doenças e que eram recolhidos ao hospital da Fábrica. Tais distúrbios poderiam ser causados por moléstias contagiosas ou mesmo pelo excesso de trabalho a que eram submetidos os operários escravizados. As reclamações dos administradores de Ipanema, nesses casos, eram direcionadas aos problemas causados à produção por interrupções decorrentes da falta de mão-de-obra em tarefas fundamentais. Assim aconteceu por exemplo, em novembro de 1825 quando o diretor foi obrigado a suspender a produção de um dos fornos altos “*pelo motivo de se acharem os escravos que assistiam ao labor do forno atacados de uma*

¹³ Correspondência do Administrador Interino da Imperial Fábrica de São João de Ipanema, Rufino José Felizardo da Costa ao Governado Provisório da província de São Paulo. AESP, *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, Caixa 1, 13 de janeiro de 1823.

¹⁴ Correspondência do Capitão e Administrador da Imperial Fábrica de São João de Ipanema, Rufino José Felizardo da Costa ao Governador Provisório da província de São Paulo. AESP, *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, Caixa 1, 6 de fevereiro de 1823.

afecção catarroza (sic), impossibilitando-os de maneira que nada podiam fazer recolheram-se a maior parte no Hospital”¹⁵.

Por sua vez, em 1826, uma portaria do governo provincial solicitava, por ordem do Imperador, o aprimoramento e aumento da produção das oficinas para atender a um pedido do Governo Imperial. O diretor da fábrica responde então que os trabalhos estavam parados para providenciar reparos no forno alto. Entretanto, os problemas para cumprir as determinações do governo esbarravam tanto na época do ano, imprópria para o corte das árvores que deveriam alimentar o forno, devido às chuvas, como também a falta de escravos para o trabalho. Dizia o diretor que *“o número de escravos que são próprios ao labor do forno é diminuto, não sei se eles poderão resistir a tão contínuos trabalhos, sem ter quem os substitua”¹⁶.*

O pedido em questão, que partiu de aviso do próprio D. Pedro I instruía os diretores de Ipanema a dar preferência à fundição de balas (munição) em detrimento a produção de barras de ferro para servirem de lastro em navios e fragatas que estavam em construção em um estaleiro na Bahia. Para atender a essa demanda, porém, era necessário incrementar o trabalho nas carvoarias que alimentavam os fornos de fundição. No entanto, de acordo com o diretor, estavam lotados nessa função 28 escravos sendo que alguns eram “quase inúteis” ou “inválidos”. Mesmo assim, esses escravos considerados inaptos foram transferidos para as tarefas de refinação de ferro, serviço em que se ocuparam *“por algum tempo noite e dia”*, trabalhando em conjunto com outros 64 cativos que exerciam a mesma função. Ainda no entendimento do diretor, para que houvesse aumento da produção, visando atender a demanda solicitada pelo governo, era necessário ampliar o contingente de escravos para oitenta indivíduos que deveriam ser somados aos que já se encontravam na fábrica. Além disso, o diretor preocupava-se em garantir futuros trabalhadores cativos para o Estabelecimento, pois pedia também que fossem enviadas *“algumas escravas hábeis, robustas, e próprias para a propagação”¹⁷.*

¹⁵ Correspondência do administrador Antonio (Hernandez) Ferreira ao governador da província Sr. Lucas Antonio Monteiro de Barros. S. J. Ipanema, 10 de novembro de 1825. AESP, *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, Caixa 1

¹⁶ Imperial Fábrica de Ferro São João do Ipanema, 6 de dezembro de 1826. Antonio Hernandez Ferreira (administrador). AESP, *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, Caixa 1.

¹⁷ Correspondência do Administrador Antonio H. Ferreira ao Sr. Visconde de Congonhas do Campo. Imperial Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, 7 de março de 1827. AESP, *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, Caixa 1.

O excesso de trabalho era agravado, em alguns casos, pela falta de cuidado com que os escravos eram tratados em Ipanema. Ficavam por vários dias sem alimentação adequada e sem receberem o vestuário necessário em épocas de frio. Os serviços mais pesados talvez ficassem ao cargo dos escravos que trabalhavam no corte e queima da madeira para fornecer carvão para os fornos. Em 1828, um grupo de escravos enviou um requerimento ao governo provincial solicitando providências a respeito das péssimas condições de trabalho e de vida em se encontravam. Diziam os escravos que *“nós escravos desta Imperial Fábrica de Ferro de São João do Ipanema estando nós em tais circunstâncias é o que nos obriga dizer o que nós é penoso trabalharmos sem falha do serviço só por moléstia, e não recebermos os munícios que nos é prometido (sic) tem sucedido pararmos semanas inteiras sem comermos e continuando sempre o serviço”*¹⁸.

Os escravos estavam perfeitamente cientes das promessas feitas e das recompensas ou pagamentos aos quais tinham direito, segundo o que fora informado pelos administradores da Fábrica. Assim, reclamavam que *“nós todos sabemos a que temos por semana sete quartos de farinha três pratos de feijão (...) toucinho, carne (...) por dia (...) e como nos fartão [faltam] com isto tudo algumas vezes e nunca mais recebemos o que nos fica atrasado (...)”*. Reclamavam ainda que não recebiam cobertores novos havia entre oito ou nove anos *“o que nos faz grande falta pelo frio que andamos sofrendo”*. Além desses problemas, os escravos “trabalhadores do mato” queriam receber uma pequena quantia aos domingos e dias santos *“que ficamos trabalhando”*¹⁹.

O administrador Antonio H. Florencio foi informado da requisição redigida pelos escravos e passou a exigir que se apurasse os motivos de tal solicitação ao guarda dos armazéns, responsável por cuidar da alimentação e do vestuário desses trabalhadores. Em resposta, o guarda dos armazéns, José Martins da Costa Passos, remete resposta ao administrador da Fábrica justificando que o Estabelecimento passava por sensível carestia de alimentos, falta de animais para abate, havendo então racionamento dos itens necessários

¹⁸ Informe ao Administrador de Ipanema, 29 de março de 1828. AESP, *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, Caixa 1.

¹⁹ Ibidem. Tal pequena quantia deveria ser paga provavelmente em mantimentos, embora o documento não esclareça esse ponto.

para manutenção dos escravos, embora nunca os deixassem de receber pelo menos em parte²⁰.

A organização do trabalho na Fábrica era bastante rígida. Em setembro de 1834, o diretor de Ipanema enviou ao vice presidente da província de São Paulo um “mapa” dos escravos da fábrica e suas respectivas funções. Faziam parte do quadro de trabalhadores de Ipanema, não somente escravos, mas também alguns degredados que embora não fossem cativos, eram geralmente relacionados junto com os escravos. Esses indivíduos, em número de quatro, trabalhavam serrando pedras e como serventes de pedreiro e de ferreiro. Quanto aos escravos, encontravam-se relacionados um total de 149 dos quais 109 eram homens e 26 mulheres, distribuídos em diversas funções, tanto ligadas diretamente à produção de ferro como também em outras atividades. A maior parte dos homens (42) e sete mulheres desempenhavam as tarefas de corte e queima de madeira para os fornos da fábrica²¹.

O que chama mais atenção, no entanto, não é o mapa em si, mas sim o relato que acompanha o quadro elaborado pelo diretor da Fábrica, com detalhes bastante interessantes. As mulheres escravas relacionadas desempenhavam funções importantes: algumas ajudavam seus maridos no trabalho pesado do corte de madeira; outras “com princípios de costura” eram encarregadas de confeccionar as roupas para os demais escravos. As crianças, “escravos menores” segundo o diretor, estavam sob cuidado de suas mães, mas o diretor procurou aplicá-los em funções produtivas para a fábrica, mesmo sendo considerados de “tenra idade”. Os pequeninos, de quatro anos para cima foram empregados “*ao carro de pedra miúda nas proximidades do armazém*”. Segundo o diretor, tal expediente era bastante vantajoso para a fábrica, pois “*este serviço econômico tem rendido já insensivelmente muitas carradas de pedra para levantar os muros do armazém, quando se achem reunidos todos os materiais que entram na sua reedificação, servindo a mais de limpar o imenso cascalho e pedra solta, que se achava disseminada em todas as direções da fábrica*”²². Entretanto, nem tudo era harmonioso nessa organização do trabalho efetuada

²⁰ Correspondência do Guarda dos Armazéns ao Administrador de Ipanema, 3 de abril de 1828. AESP, *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, Caixa 1.

²¹ Mapa da distribuição dos escravos nos diferentes serviços da Fábrica de Ferro de São João do Ipanema. Diretoria de Ipanema, João Pereira Florêncio (Coronel e Diretor) AESP, *Fábrica de Ferro* CO 0245, 1 de setembro de 1834.

²² Correspondência do Coronel João Florêncio Pereira diretor da Fábrica de Ferro de São João do Ipanema ao vice presidente da Província de São Paulo. AESP, *Fábrica de Ferro*, CO 0245, setembro de 1834.

pelo diretor, pois na noite do dia primeiro de setembro daquele ano, os escravos José de Nazaré, Fermiano dos Santos e Ana de Oliveira, fugiram da fábrica com destino ignorado²³.

Este relato mostra uma face da escravidão industrial que tem recebido pouca atenção e que pode revelar situações surpreendentes. Os arranjos feitos pelos escravos para formarem suas famílias são por demais relevantes para passarem despercebidos. Em Ipanema, a prática de se autorizarem casamentos entre cativos parecia não ser algo incomum. É o que mostra alguns documentos dirigidos diretamente ao Presidente da Província e que parecem procederem dos próprios escravos tendo algum outro indivíduo como mediador e redator das solicitações. É o caso do escravo Miguel da Silva, operário de Ipanema, que solicita que o administrador autorize a compra pela companhia de uma escrava pertencente a Manoel Joaquim, morador de Sorocaba, com a qual desejava se casar, alegando que na fábrica já não havia escravas com as quais pudesse contrair matrimônio e ressaltando que a mencionada cativa estava a venda por preço cômodo²⁴.

Também o escravo Custódio apresentou solicitação semelhante. Custódio era viúvo havia três ou quatro anos e *“achando-se com cinco família (sic) quatro fêmeas e um macho e como não possa tratar de minha família em razão de não ter tempo nem para os educar por isso peço a V. E^{xa}. conceder-me licença para me casar”*. Além disso, argumentava Custódio que os membros de sua família eram libertos, porém não recebiam qualquer remuneração. Deste modo, solicitava que se não fosse possível conceder-lhe a licença que pelo menos lhe enviassem *“um soldozinho (sic) pouco para eu poder tratar de minha família”*. Reforçava seu pedido sustentando ser um escravo leal e cumpridor de seus deveres dentro da fábrica, que não eram poucos. Dizia Custódio que *“sendo eu (...) um escravo que tenho trabalhado há dezoito anos nesta fábrica e nunca desertei e nem dado desgosto algum aos Srs. administradores, o que V.E^{xa}. pode se informar deles mesmo (sic) trabalhando eu em quantos ofícios há nesta Fábrica refino, mordador (sic), pedreiro e carapina”*²⁵.

Tais solicitações revelam que os arranjos familiares em Ipanema eram em geral, tolerados ou mesmo autorizados por seus administradores, o que abre uma possibilidade de

²³ Ibidem.

²⁴ Informe para o Administrador de Ipanema, 29 de março de 1828. AESP, *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, Caixa 1.

²⁵ Informe ao administrador de Ipanema, 28 de março de 1828. AESP, *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, Caixa 1.

pesquisas muito ricas acerca das discussões sobre famílias escravas, assunto que vem ocupando o interesse de vários historiadores nos últimos anos.

Tomando-se por base, outro importante relato produzido sobre a fábrica Ipanema, pode-se seguir um pouco mais os problemas que envolviam o trabalho cativo e mesmo o livre na companhia. Em 1836, havia informações bastante interessantes sobre o estabelecimento compiladas pelo Marechal Daniel Pedro Müller e publicadas pela primeira vez em 1838²⁶. Na ocasião em que levantou dados sobre Ipanema, apontava o marechal que

“Do que foi apresentado para esclarecimento da presente estatística (1836) se deduz que seu rendimento [da fábrica] foi de 20:896\$780 rs. importância de 754 peças fundidas, 1.460 arrobas de ferro em barra, 850 de ferro em guzas, e 35.875 arrobas de carvão; assim como importe de materiaes para as fundiçoens, peças de machinas que se montaram, madeiras que se lavraram, e productos agrícolas, a saber 1.522 alqueires de milho, 229 de feijão, 26 arrobas de toucinho, 5 bezerros, 11 porcos, e 14 cavalos”²⁷.

Sobre a mão-de-obra, por essa época possivelmente era composta por escravos em sua maioria. Segundo Müller, dentro da área ocupada pela fábrica havia 8 fogos (nome dado às unidades de produção familiar) abrigando 33 pessoas livres e oito escravos (que possivelmente trabalhavam nessas unidades). Havia ainda 141 escravos que se dividiam em 93 homens e 48 mulheres. Dos escravos qualificados profissionalmente contava-se

“1 mestre de fundição, 2 officiaes dictos, 3 mestres refinadores, 5 officiaes dictos, 3 encarregados dos fornos altos, 4 moldadores, 2 ferreiros, 1 pedreiro, 7 carpinteiros, 3 mestres carvoeiros, 8 officiaes dictos, 3 carreiros, 3 tropeiros, 1 çapateiro (sic), 24 tiradores de carvão, 18 lavradores. Assim também inclue 32 africanos do sexo masculino, e 18 do feminino”²⁸.

Percebe-se portanto, pelo relato acima a presença de cativos com diferentes níveis de qualificação profissional, alguns com funções técnicas complexas e mesmo de direção

²⁶ Müller, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*. S. Paulo, Typographia de Costa Silveira, 1838. Reedição Litteral., Secção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1923, p.240.

²⁷ Idem, ibd.

de algumas atividades, corroborando os estudos que mostram que o emprego da mão-de-obra escrava em atividades industriais era bastante recorrente. Quanto a discussão sobre lucratividade em comparação com o trabalho assalariado, não é possível, com apenas este exemplo definir qual seria mais vantajoso, pois não temos outro exemplo próximo do de Ipanema para confrontar. Entretanto, vale a pena seguir ainda mais um pouco o quadro traçado pelo marechal Pedro Müller e observar as expectativas da fábrica quanto ao aumento de produção e necessidade de mão-de-obra. Assim, “*o Director assevera que o producto se pode duplicar conservando-se o mercado a 1\$920 cada arroba do ferro fundido modellado, e a 2\$560 as do ferro em barra; dando-se-lhe ainda mais 100 escravos, e africanos que requisita, reedificando-se os edificios, e reformando-se as machinas*”²⁹. Quanto a administração da fábrica, observou Müller que a “*mutabilidade que tem havido nos Directores e Administradores deste importante estabelecimento tem causado a falta de impulso ao movimento uniforme, e augmento productivo que deveria ter produzido*”³⁰.

Pelo que foi visto anteriormente, as melhorias ocorreram em 1838 não só com a possível introdução de novos escravos e africanos mas também pelo emprego de imigrantes alemães. No entanto, a bibliografia utilizada aqui indica que mesmo assim, a fábrica passava por dificuldades de produção e mercado. O relato de Daniel Pedro Müller, embora o próprio autor reconheça a imprecisão de alguns dados, tornou-se importante fonte para o estudo das atividades econômicas da província de São Paulo no final da década de 1830.

Ainda em relação à mão-de-obra escrava da fábrica, antes mesmo da visita do marechal Müller, foi implementado um regulamento provisório para administração e funcionamento do estabelecimento. Assim, em seu artigo primeiro, o regulamento estipulava as seguintes diretrizes:

“Da administração da fábrica e sua organização

Art. 1.º: A Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema terá a organização e empregados seguintes: um diretor, um vice-diretor, um almoxarife, um escrivão, um escriturário, um cirurgião, um capelão, um pedagogo, um apontador e o número de

²⁸ Idem, ibd.

²⁹ Idem, ibd.

³⁰ Idem, ibd.

guardas e de feitores, que forem indispensáveis assim a boa arrecadação, como a administração da Fazenda e sua escravatura”³¹.

Ao diretor e vice-diretor cabiam as funções de administração direta do estabelecimento e a responsabilidade de responder e dar pareceres para o governo imperial sobre o funcionamento da fábrica e suas necessidades. Das demais funções descritas no regulamento, chama a atenção a presença de um pedagogo, cuja atividade principal era ensinar primeiras letras às crianças (filhos de operários da fábrica) e instruí-los nas lides do trabalho metalúrgico e em outras funções para as quais tivessem “notada inclinação”³². Ao apontador caberia a função de anotar os horários de chegada e saída dos operários, quantos haviam comparecido ao serviço e quantos estavam ausentes, fazendo um controle diário. Quanto aos escravos, fica muito claro que a presença deles era notável, pois a necessidade de guardas e feitores indica a preocupação com a vigilância e disciplina dessa mão-de-obra. Aliás, o regulamento estipulava sobre as atividades dos feitores os seguintes procedimentos:

*“Art. 38.: A escravatura e os gados ficarão sujeitos e a cargo de um ou mais feitores em tudo subordinados ao vice-diretor, a quem recorrerá para providências sobre o sustento, vestuário e curativo deles”*³³.

Dessa forma, juntamente com “os gados” os escravos deveriam receber certos cuidados, aos quais os feitores deveriam estar atentos. Até o momento em que se encontra esta pesquisa, foi difícil estimar o número de escravos que compunham a força de trabalho da fábrica no século XIX, embora como foi visto, o relato do marechal Müller indique algumas cifras. Entretanto para o exercício de 1849-1850, a direção da fábrica apresentou ao presidente da província de São Paulo as estimativas de orçamento do período, com as quais pode-se fazer algumas considerações importantes. De início, como demonstra a Tabela 5, as despesas foram discriminadas por categorias (pessoal administrativo, pessoal ligado a produção propriamente dita e duas categorias de despesas mais gerais para manutenção da fábrica). Os salários compreendem o período de um ano, portanto, o diretor da fábrica percebia vencimentos em torno de 167\$000 mensais.

³¹ Regulamento provisório para a administração da Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema na Província de S. Paulo, na conformidade do decreto datado de hoje [26 de maio de 1834]. AESP, Fábrica de Ferro, caixa 4, ordem CO 5512 (1849-1870).

³² Ibidem Idem.

³³ Ibidem idem.

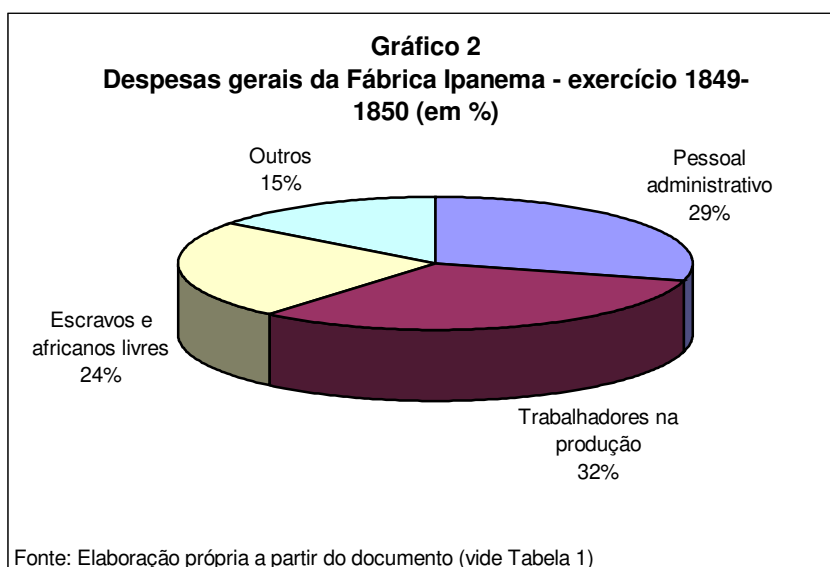
Tabela 5
Despesas da Fábrica Ipanema
(1849-1850)

Administração	
Diretor	2:000\$000
Vice-diretor	1:200\$000
Secretário	500\$000
Almoxarife	800\$000
Escrivão	800\$000
Escriturário	400\$000
Fiel	250\$000
Cirurgião	800\$000
Capelão	300\$000
Pedagogo	300\$000
Apontador	250\$000
Diretor das máquinas	1:200\$000
Subtotal	8:800\$000
Produção	
Mestres, operários, feitores e aprendizes	9:600\$000
Sustento, vestuário e curativos de escravos e africanos livres	7:351\$860
Outras despesas gerais	
Gêneros aplicados a diversos misteres	2:400\$000
Carretos, transportes, despesas miúdas e eventuais	2:000\$000
Subtotal	21:351\$860
Total das despesas	30:151\$860

Fonte: Cópia extraída do orçamento impresso vindo do Tesouro - Exercício de 1849-1850. AESP, Fábrica de Ferro, caixa 4 ordem CO5212 (1849-1870)

Examinando o gráfico 2, elaborado a partir da despesa orçamentária divulgada pela fábrica, verifica-se as distinções entre as funções administrativas e aquelas diretamente

ligadas à produção. O pessoal administrativo ocupava 29% do orçamento para aquele exercício, enquanto os trabalhadores nas atividades de produção de metal tinha participação de 32% (inclui-se nessa categoria mestres, operários, feitores e aprendizes, ou seja, muito provavelmente, trabalhadores assalariados). As despesas com escravos, incluindo cuidados de saúde, perfaziam 24% dos gastos da fábrica. Chama a atenção o fato dos africanos “livres” encontrarem-se relacionados no mesmo rol de despesas dos escravos, o que revela, possivelmente, a aplicação da legislação anti-tráfico de 1831.



Note-se ainda que os gastos com pagamentos de trabalhadores livres, nas funções mais qualificadas (mestres, operários e aprendizes) era maior que aquela efetuada exclusivamente para manutenção dos escravos. Porém, vale lembrar que segundo o relato do marechal Pedro Müller havia entre os mestres e oficiais da fábrica alguns escravos. A questão é: receberiam eles salário, ou foram excluídos da categoria? Possivelmente, tais escravos eram propriedade da fábrica, pois o documento não menciona qualquer despesa com aluguel de mão-de-obra, limitando-se aos custos de curativos, sustento e vestuário tanto dos escravos como dos africanos livres.

Em que constava, então, as despesas com os escravos e africanos livres? Outro documento (anterior a tabela dos gastos), um ofício do diretor da fábrica, Ricardo José Gomes Jardim endereçado ao presidente da província de São Paulo e datado de 5 de janeiro de 1849, revela um pouco do cotidiano de trabalho entre os cativos e negros livres da

companhia. O referido documento, serve também para verificar o número de escravos que trabalhavam em Ipanema naquele ano. Segue-se ao ofício uma relação dos gastos com alimentação e curativos demandados pelos escravos. O diretor reclama ao presidente da província a regularização, por lei provincial, destas despesas, pois até então, as mesmas eram feitas sem qualquer parâmetro legal e nem mesmo havia critérios para definir as quantidades de rações fornecidas aos trabalhadores escravos e africanos livres. Tal falta de regularização, apontava o diretor, implicava no problema de não se poder determinar com exatidão os gastos que a fábrica tinha com essa mão-de-obra.

Com efeito, o diretor informava que *“A minha chegada a este estabelecimento nada havia regulado por escrito, nem de um modo invariável a semelhante respeito, [alimentação e cuidados dos escravos] faltando assim uma base para orçar-se e fiscalizar-se este considerável ramo da despesa”*. Mesmo sem esses critérios essenciais para o levantamento dos gastos, não se furtava o diretor em informar seus esforços no sentido de conter gastos desnecessários com tais itens, afirmando que *“... julgo ter efetuado toda a economia compatível com o razoável e necessário alimento dos escravos e africanos”*³⁴. Assim, a elaboração da tabela de gastos com a alimentação diária dos escravos e africanos livres, revela informações importantes para uma visão geral da rotina destes indivíduos na fábrica.

Portanto, a alimentação básica dos escravos e africanos livres era composta dos seguintes itens e respectivas quantidades:

“Feijão 4/13 do décimo para cada um, ou 4 décimos para 13 indivíduos.

Toucinho 1/14 de libra para cada um, ou 1 alqueire para 14.

Fubá de milho, 6/7 do décimo para cada um ou 6 décimos para 7.

*Sal 1 décimo para 47 a 48 indivíduos por dia, ou 1 alqueire por semana para 270”*³⁵.

³⁴ Ofício do diretor Ricardo José Gomes Jardim ao Sr. Dr. Vicente Pires da Motta (presidente da Província de São Paulo). AESP, Fábrica de Ferro, caixa 4, ordem CO 5512 (1849-1870).

³⁵ “Tabela dos gêneros e quantidades que atualmente compõem as rações diárias para sustento dos escravos e africanos ao serviço desta Fábrica conforme o que foi determinado pelo Sr. Diretor nas Portarias do 1º de julho último e do 1º do corrente mês de dezembro [de 1848]”. AESP, Fábrica de Ferro, caixa 4, ordem CO 5512 (1849-1870).

Por meio destas informações, pode-se inferir que o número de escravos e africanos livres que trabalhavam em Ipanema era bastante considerável nesta época, principalmente se comparado com os plantéis de algumas fazendas paulistas no mesmo período. Tendo ainda como base as considerações do marechal Müller, de 141 escravos em 1835, o número de 270 em 1849 parece ser plausível. O documento em questão foi elaborado pelo almoxarife da fábrica, Sr. Francisco Cândido e traz também outras informações sobre a alimentação dos trabalhadores cativos e africanos naquela época.

Relata o funcionário que *“Nos domingos e quartas-feiras de cada semana, por via de regra, o jantar é de carne fresca, regulando-se a uma libra para cada indivíduo (...) Para os doentes no hospital e alguns escravos mais velhos a ração de fubá é substituída por farinha de milho a razão de 2 décimos para cada”*³⁶. No entanto, escreve o almoxarife, acontecia algumas vezes de não haver fubá, devido ao trabalho no moinho não ser executado, sem revelar os motivos de tal interrupção. Possivelmente, devia-se a concentração dos escravos e africanos em outras atividades na fábrica. Nesses casos, dava-se aos trabalhadores uma porção de milho correspondente à ração consumida para que eles próprios se encarregassem de fazer farinha ou canjica. Em algumas ocasiões e para os doentes no hospital a ração de feijão era substituída pelo arroz na razão de um décimo quando pilado e dois décimos caso estivesse com casca. Outras vezes, devido a falta de feijão ou arroz, serviam-se os escravos de angu de fubá no almoço e carne fresca no jantar, diferenciando-se, no entanto, as quantidades fornecidas para os escravos que trabalhavam “no mato”, que recebiam ½ alqueire, daqueles que trabalhavam dentro da fábrica, cuja ração era de 1 inteiro (possivelmente de angu) e ¼ (de carne fresca). Nestes casos, os escravos e africanos livres ainda eram servidos de uma porção de canjica para a ceia. Aqueles indivíduos que porventura estivessem hospitalizados mas não em dieta recebiam as mesmas quantidades de quando estavam em serviço³⁷.

Embora não se possa determinar com absoluta certeza, muito provavelmente, os alimentos consumidos por esses trabalhadores eram produzidos nas imediações da própria fábrica, como fica claro no caso do fubá, pelo menos. Tal prática pode ser também percebida pelo relato do marechal Müller³⁸. Além disso, evidencia-se a distinção entre os

³⁶ Ibidem.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Muller, op. cit.

escravos que trabalhavam no serviço “de roça” daqueles que desempenhavam alguma função qualificada dentro da fábrica.

Quanto ao contingente escravo dentro da Fábrica, pode-se afirmar que essa classe de trabalhadores apresentou muitas variações ao longo do tempo oscilando entre épocas de forte presença de cativos nos quadros de operários e uma gradativa diminuição dessa população conforme se aproximavam as décadas finais do século XIX. A Tabela 6 a seguir mostra as mudanças no contingente escravo na Fábrica Ipanema.

<i>Tabela 6</i>					
<i>Escravos na fábrica Ipanema</i>					
	Homens	Mulheres	Total	Homens (%)	Mulheres (%)
1845	73	80	153	47,7	52,3
1855	69	80	149	46,3	53,7
1856	75	82	157	47,8	52,2
1857	77	85	162	47,5	52,5
1859	34	35	69	49,3	50,7
1860	34	35	69	49,3	50,7
1867	49	26	75	65,3	34,7
1870	46	21	67	68,7	31,3

Fonte: "Notícia sobre a criação da fábrica de ferro...1871"

Os dados não são exatos e revelam na realidade, a precariedade de informações sobre o assunto. Durante alguns anos, em especial na década de 1860, a fábrica ficou sem ter uma pessoa responsável pela escrituração, o que comprometia sensivelmente o levantamento de estatísticas sobre o desempenho financeiro, a produtividade e a mão-de-obra disponível no Estabelecimento. Mesmo após a retomada das atividades a partir de 1860, vários diretores queixavam-se da ausência dos livros e funcionários competentes para organizar a contabilidade da empresa. No entanto, de acordo com os dados disponíveis, vê-se que em 1845 a presença de mulheres é maior que de homens, situação que permanece dez anos depois e continua entre 1856 e 1857. Entre 1859 e 1860 há uma queda na participação de mulheres no total de escravos, mas ainda assim, estas representavam mais de 50% do contingente. Somente nos anos 1867 e 1870 o número de homens supera largamente o de mulheres. Em segundo lugar observa-se que entre 1857 e 1859 houve queda significativa no total de escravos trabalhando na fábrica. Salvo erro nas informações tal tendência de queda pode ter diversas explicações. Em primeiro lugar, se tem notícias de que muitos escravos pertencentes à fábrica ou de propriedade do governo imperial foram

entregues a particulares entre 1855 e 1864, sem que se saiba se foram reincorporados aos quadros da fábrica. Não obstante, vários ofícios expedidos pelo governo imperial solicitavam que os escravos cedidos aos fazendeiros próximos da fábrica fossem novamente integrados ao serviço do estabelecimento. Outra possível explicação estaria na conjuntura histórica da época, que sentia os efeitos da abolição do tráfico atlântico para o Brasil (1850) e pelo avanço da cafeicultura pelo interior da província de São Paulo, demandando mais braços para o trabalho na lavoura. De qualquer maneira, a diminuição no contingente de trabalhadores escravos em Ipanema levou seu administrador a exclamar em 1871 *“vê-se, porque é sensível, o decrescimento do número de escravos naquele estabelecimento, que tanto carecia de braços como o repetiam seus diferentes diretores”*³⁹.

Deste modo, algumas considerações devem ser feitas em torno do trabalho escravo em Ipanema a partir do que foi escrito até este ponto. Como foi visto, a partir de 1860, a Fábrica encerrou, por ordem do governo imperial, suas atividades produtivas, restando apenas uns poucos trabalhadores, livres e escravos destacados para os serviços de manutenção da estrutura física do Estabelecimento. Uma significativa parte dos escravos da Fábrica, foi dispersa entre os agricultores e donos de engenho residentes nas proximidades da companhia. Outra parte do contingente cativo, assim como, boa parte do maquinário, foram enviadas à província de Mato Grosso onde estavam em construção novas fábricas de ferro e pólvora. Em 1865, quando o governo imperial decide retomar a produção de ferro em Ipanema, o grande obstáculo era exatamente a falta de trabalhadores. Vários avisos foram expedidos pelo governo para que os escravos cedidos a particulares fossem trazidos de volta ao serviço da fábrica, mas até 1870, pouco se havia conseguido neste sentido⁴⁰.

A partir de 1871, a situação em relação a mão-de-obra muda, pois em 28 de setembro foi promulgada a lei 2.040, denominada Lei do Ventre Livre, *“declarando de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data da lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providenciando sobre a criação e tratamento daqueles filhos*

³⁹ Notícia sobre a criação da fabrica de ferro S. João de Ipanema, sua posição geographica, riquezas naturaes, etc. Escrita por Mariano Carlos de Souza Corrêa. Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 13 de fevereiro de 1871. Anexo ao Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1871, p.16.

⁴⁰ Notícia sobre a criação da fábrica de ferro S. João de Ipanema..., p.14.

menores, e sobre a libertação anual dos escravos”⁴¹. Na realidade, a referida lei estabelecia com mais detalhes em seu artigo 6º os seguintes pontos:

- “§ 1º – *Os escravos pertencentes à nação, dando-lhes o Governo a ocupação que julgar conveniente;*
- § 2º – *Os escravos dados em usufruto à coroa;*
- § 3º – *Os escravos de heranças vagas;*
- § 4º – *Os escravos abandonados por seus senhores. Se estes os abandonarem por inválidos, serão obrigados a alimentá-los, salvo caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo Juiz de Órfãos*”⁴².

Convém ressaltar nesse artigo o parágrafo primeiro, que libertou os escravos pertencentes ao governo imperial. Este era justamente o caso dos escravos de S. João de Ipanema, que a partir dessa lei passaram a ser considerados libertos embora continuassem servindo aos interesses da Fábrica. Os relatórios da diretoria do Estabelecimento a partir da aplicação dessa legislação não mencionam mais escravos em seus quadros, mas sim, libertos ou libertos de nação. Em 1872, porém, o Presidente da Província de São Paulo, Bacharel José Fernando da Costa Pereira Jr. em cumprimento ao artigo 6º da lei 2.040 anteriormente mencionado, encaminha uma carta ao escravo da Nação Manoel Guadalupe, que trabalhava como carreiro na Fábrica Ipanema concedendo-lhe a liberdade, mas com cláusula em que Manoel deveria permanecer sob inspeção do governo por cinco anos e aceitar qualquer ocupação que lhe fosse designada durante esse período, ao fim do qual, estaria plenamente livre⁴³.

No entanto, a carta do presidente da província não se aplicava apenas ao escravo Manoel Guadalupe, mas sim, a uma extensa lista de 62 escravos da nação relacionados com as respectivas profissões, idades, local de origem, etc. A partir desta lista, foi elaborada a Tabela 7, que mostra informações importantes sobre os últimos escravos pertencentes a Fábrica Ipanema, que por força da Lei 2.040 deveriam ser libertados, mas com cumprimento da cláusula de cinco anos sob supervisão do governo.

⁴¹ BANDECCHI, Pedro Brasil. Notas e Perfis. Legislação básica sobre a escravidão africana no Brasil. *Coleção Museu Paulista História*, vol. 9, São Paulo, 1980, p.44.

⁴² Ibidem.

⁴³ Carta ao escravo da Nação Manoel Guadalupe. São Paulo, 30 de janeiro de 1872. AESP, Escravos, CO0602.

Tabela 7
Relação dos escravos da Nação existentes na Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema

	Nome	Naturalidade	Idade	Cor	Estado	Profissão
1	Manoel Guadalupe	S. Tomé	75	Preta	Solteiro	Carreiro
2	Manoel	Angola	69	Preta	Viúvo	Carreiro
3	Manoel Vicente	Piauí	66	Preta	Viúvo	Campeiro
4	Luís Francisco	Moçambique	66	Preta	Solteiro	Pedreiro
5	Inácio	Piauí	61	Pardo	Solteiro	Carvoeiro
6	Mariano Teixeira	Santa Cruz	53	Pardo	Casado	Ferreiro
7	Gregório (casado com Inês)	Piauí	20	Pardo	Casado	Ferreiro
8	Inês	Ipanema	17	Pardo	Casado	*****
9	Cândido (casado com Sabina)	Piauí	19	Parda	Casado	Mineiro
10	Sabina	Ipanema	17	Parda	Casado	*****
11	1o. Graciliano (filho de Cândido e Sabina)	Ipanema	2	Parda	*****	*****
12	Calisto (casado com Cândida)	Piauí	19	Parda	Casado	Oleiro
13	Cândida	Ipanema	19	Parda	Casado	*****
14	Justino (filho de Calisto e Cândida)	Ipanema	2	Parda	*****	*****
15	José Maria (casado com Idalina)	Piauí	19	Parda	Casado	Ferreiro
16	Idalina	Ipanema	15	Parda	Casado	*****
17	Zeferino (casado com Eugênia)	Piauí	19	Parda	Casado	Tropeiro
18	Eugênia	Ipanema	16	Parda	Casado	*****
19	Satyno (filho de Zeferino e Eugênia)	Ipanema	9 meses	Parda	*****	*****
20	Jesuíno (casado com Maria Joaquina)	Piauí	19	Parda	Casado	Carvoeiro
21	Maria Joaquina	Ipanema	26	Parda	Casado	*****
22	Júlio César	Ipanema	18	Parda	Solteiro	Fundidor
23	Francisco	Piauí	18	Parda	Casado	Campeiro
24	Teotônio	Piauí	18	Parda	Casado	Mineiro
25	Venceslau	Piauí	18	Parda	Casado	Pedreiro
26	Gil	Piauí	17	Parda	Casado	Carreiro
27	João Evangelista	Piauí	17	Parda	Casado	Mineiro
28	Sabino	Piauí	17	Parda	Solteiro	Ferreiro
29	Honorato Santana	Piauí	17	Parda	Solteiro	Oleiro
30	João Rosendo	Piauí	16	Parda	Solteiro	Fundidor
31	Antonio Piauí	Piauí	16	Preta	Solteiro	Fundidor
32	Augusto	Piauí	16	Parda	Solteiro	Fundidor
33	Espiridião	Piauí	16	Parda	Solteiro	Cavoqueiro
34	Honorato 1o.	Piauí	16	Parda	Solteiro	Cavoqueiro
35	Matias	Piauí	16	Parda	Solteiro	Carreiro
36	Modesto	Piauí	16	Preta	Solteiro	Pedreiro

Continuação da Tabela 7

37	Anselmo	Piauí	16	Preta	Solteiro	Carreiro
38	Simplício	Piauí	15	Preta	Solteiro	Carreiro
39	Bernardo	Piauí	15	Parda	Solteiro	Fundidor
40	Damázio	Piauí	17	Parda	Solteiro	Enfermeiro
41	João Segundo	Piauí	15	Parda	Solteiro	Carroceiro
42	Alberto	Piauí	14	Preta	Solteiro	Carroceiro
43	Celestino	Ipanema	14	Preta	Solteiro	Fundidor
44	João de Deus	Piauí	13	Parda	Solteiro	Carpinteiro
45	Rafael	Ipanema	10	Preta	Solteiro	Servente
46	Henriqueta	Monjolo	74	Preta	Viúva	*****
47	Rosa	Moçambique	63	Preta	Viúva	*****
48	Sebastiana Teresa	Santa Cruz	60	Preta	Solteiro	*****
49	Eliza	Santa Catarina	47	Preta	Viúva	*****
50	Eduardo (filho de Eliza)	Ipanema	19	Preta	Solteiro	*****
51	Antonio Ipanema (filho de Eliza)	Ipanema	14	Preta	Solteiro	Carpinteiro
52	Eliza (filha de Eliza)	Ipanema	13	Preta	Solteiro	*****
53	Feliciano (filha de Eliza)	Ipanema	10	Preta	Solteiro	*****
54	Adolfo (filha de Eliza)	Ipanema	8	Preta	Solteiro	*****
55	Venância Teixeira	R.G. do Sul	42	Preta	Casado	*****
56	Maria da Graça	Santa Catarina	40	Preta	Casado	*****
57	Benedito (filho de M. da Graça)	Ipanema	11	Preta	*****	*****
58	Faustino (filho de m. da Graça)	Ipanema	7 meses	Preta	*****	*****
59	Maria Francisca	Rio de Janeiro	31	Preta	Casado	*****
60	Emília (filha de M. Francisca)	Ipanema	13	Preta	*****	*****
61	Cecília (filha de M. Francisca)	Ipanema	11	Preta	*****	*****
62	Constantina	Ipanema	11	Preta	*****	*****

Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda em 2 de janeiro de 1871. José Severiano da Rocha.

Fonte: AESP, Escravos, CO0602.

Da Tabela 7, vale destacar algumas informações importantes sobre os trabalhadores escravos em Ipanema entre 1871-1872. Chama a atenção primeiramente, uma grande presença de escravos naturais do Piauí, que perfazem quase 44% do total da lista. Os escravos nascidos em Ipanema correspondiam a 35,5% do total, e em geral, eram bastante jovens. Cerca de 34% dos escravos eram casados e desses seis possuíam filhos, mostrando a possibilidade aberta aos escravos pertencentes à Fábrica de elaborarem arranjos familiares. Os africanos, são pouco numerosos e de idade avançada. Quanto as profissões, 60% dos escravos tinham profissões declaradas, sendo dois campeiros, dois carpinteiros,

seis carreiros, dois carroceiros, dois carvoeiros, dois cavouqueiros, um enfermeiro, quatro ferreiros, seis fundidores, três mineiros, dois oleiros, três pedreiros, um servente e um tropeiro. As mulheres novamente aparecem na lista sem profissão declarada, mas deviam exercer funções diversas na Fábrica, trabalhando como cozinheiras, costureiras, enfermeiras, etc. Deste modo, essa relação provavelmente é um dos últimos documentos a mencionar escravos na Fábrica Ipanema. A partir de 1871, os cativos pertencentes à nação passaram a ser considerados libertos, ainda que tal liberdade não fosse usufruída em plenitude.

Sendo assim, ao longo da trajetória de Ipanema, observa-se uma série de categorias de trabalhadores que compunham sua mão-de-obra: escravos, africanos livres, operários livres, operários estrangeiros contratados pela Fábrica e libertos. Todos esses segmentos, em alguns períodos trabalharam juntos, desempenhando por vezes, funções idênticas. Portanto, seria equivocada a idéia de que os operários livres desempenhassem as funções de comando, trabalhos técnicos e de supervisão enquanto escravos e negros libertos ficavam com os cargos subalternos. É evidente que os escravos eram mais direcionados aos pesados trabalhos de corte de madeira, transporte de pedras e alimentação dos fornos. Mas como foi ressaltado pela documentação pesquisada, vários escravos eram operários qualificados. Tal aspecto da composição da mão-de-obra empregada em Ipanema pode ser analisado a partir da Tabela 8.

Tabela 8
Escravos e livres em S. João do Ipanema - 1827

Branços livres		Escravos pardos		Pretos escravos		Pardos libertos	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
41	48	36	15	31	18	15	20

Fonte: Relação dos empregados e mais pessoas que ora residem neste Estabelecimento, 23 de janeiro de 1827. AESP, *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, Caixa 1.

Tal situação mostrada na tabela acima evidencia a presença de operários livres trabalhando ao lado de escravos. Na relação, estão incluídos os operários e suas famílias que residiam no recinto denominado “Fazenda da Fábrica”. Mas, de acordo com o administrador, somente o quadro de empregados era composto por: “*sete brasileiros, dois*

portugueses , destes um clérigo secular (...), dois suecos, três alemães, trinta e dois escravos da Fábrica crioulos, vinte e quatro escravos de nação”⁴⁴.

Quase cinquenta anos depois, em 1872, a condição jurídica dos escravos havia mudado, conforme estabelecido pela lei 2.040 de 1871. Entretanto, a relação dos operários em Ipanema permanecia evidenciando a presença de trabalhadores livres ao lado de operários negros libertos por força da lei, como se vê na Tabela 9.

Tabela 9
Pessoal empregado na Fábrica São João do Ipanema - 1872

Condições	Classe	Fundição	Modelação	Ferraria e máquinas	Carpintaria	Cavouqueiros	Minas	Mato	Transporte	Enfermaria, cozinha, etc.	Total
Livres	Mestres feitores	1	1	1		1	1	3	1		9
	Oficiais	1		1	2						4
	Serventes					4		48			52
	Aprendizes			1	3						4
Libertos	Oficiais	2		2	1	4					9
	Serventes					5	3	15	7	2	32
	Aprendizes	3		4	4	8					19
	Mulheres							5		12	17
Total		7	1	9	10	22	4	71	8	14	146

Fonte: Relatório do diretor da Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema, 4 de novembro de 1872.

Percebe-se pela tabela acima que mesmo após a libertação dos escravos de nação, estes ainda eram arrolados de forma diferente dos operários livres, demonstrando sua condição de libertos negros. Dentre esses libertos, verifica-se que alguns desempenhavam funções de destaque, como oficiais, por exemplo, atuando provavelmente, em conjunto com trabalhadores brancos e livres. Segundo o relatório do qual foi elaborada a tabela, dos 48 serventes livres que trabalhavam no serviço do mato, trinta eram soldados⁴⁵. Tais considerações são importantes, pois abrem novas possibilidades de interpretação do trabalho fabril no século XIX. Os múltiplos arranjos quanto à mão-de-obra podem revelar situações inusitadas, como a descrita por Versiani em uma serraria em Salvador no ano de 1867 onde trabalhavam quatro mestres de serra, sendo que dois eram escravos e dois livres e três serventes de serra dos quais dois eram livres e um liberto, o que de acordo com o

⁴⁴ Relação dos empregados e mais pessoas que ora residem neste Estabelecimento, 23 de janeiro de 1827. AESP, *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, Caixa 1.

autor “*abre a possibilidade de um operário livre ou liberto atuar sob as ordens de um escravo! É um fato surpreendente, em vista da crença, comumente expressa na literatura, de que escravidão e trabalho livre são incompatíveis, e que a convivência de trabalhadores cativos e não cativos numa mesma atividade seria impraticável*”⁴⁶.

Não é possível afirmar com absoluta certeza, mas pelo que até o momento foi visto a respeito do trabalho escravo em Ipanema, a possibilidade de ocorrer semelhante situação não é tão distante como se poderia pensar. Em algumas circunstâncias, talvez um trabalhador livre estivesse sob ordens de um escravo, ou mesmo, um operário branco sendo comandado por um negro escravo ou liberto. Pelo que foi pesquisado em fontes primárias da Fábrica até o momento, tais condições eram possíveis de acontecer e parece que o trabalho escravo ao lado do trabalho livre não causava, ao menos explicitamente, mal-estar entre os operários de Ipanema⁴⁷.

Na Fábrica de Ferro São João de Ipanema, as diferentes categorias de trabalhadores – escravos, africanos livres, negros libertos, brancos, estrangeiros – desempenharam ao longo do tempo funções idênticas. Não se tome esta assertiva, entretanto, para imaginar que reinasse a harmonia entre os operários e que as questões raciais não existiam. O que deve ser ressaltado e que foi argumentado até o momento, é que as relações de trabalho eram bastante conflituosas dentro do Estabelecimento, como pode ser demonstrado pelas fugas e pelas reivindicações de escravos exigindo melhores condições de vida e trabalho, além dos pagamentos extras por trabalhos aos domingos. No entanto, os supervisores e feitores encarregados de disciplinarem esse contingente cativo, muitas vezes encontravam-se em apuros também com trabalhadores livres que faziam exigências semelhantes e causavam

⁴⁵ Relatório do diretor da Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema, 4 de novembro de 1872.

⁴⁶ VERSIANI, Flávio R. Escravos, homens livres e imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. *História Econômica da Primeira República*. SILVA, Sérgio S. e SZMERECSENYI, T. (orgs.). 2ª. ed. revista, São Paulo, Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002, p.201.

⁴⁷ Ao contrário do que ocorreu, por exemplo, em algumas tecelagens na Georgia, Estados Unidos, em que o problema racial veio à tona quando os proprietários das fábricas bradavam: “*Negros, escravos, homens brancos e mulheres brancas cooperando numa fábrica de algodão! Que associação! Repugnante!*”. A exemplo disso, uma outra tecelagem recusou empregar operários negros, para não afrontar os suscetíveis trabalhadores brancos, alegando que os negros exalavam odor desagradável e eram tecnicamente inferiores. MILLER, Randall M. The Fabric of Control: Slavery in Antebellum Southern Textile Mills. *Business History Review*, Vol. LV, n.4 (Winter, 198), p.479-80.

transtornos aos seus superiores⁴⁸. Um dos grupos que mais esteve envolvido em conflitos com a administração da Fábrica talvez tenha sido os africanos livres, cuja condição jurídica causava sérios problemas aos diretores e mesmo ao governo provincial. Especificamente sobre esta categoria de trabalhadores, vale observar alguns pontos relevantes.

II – Os Africanos Livres na Fábrica Ipanema

Os africanos livres foram parte importante do contingente de mão-de-obra na Fábrica Ipanema. Para compreender melhor a presença desse grupo de trabalhadores dentro do Estabelecimento, cumpre primeiramente, compreender o que significava ser africano livre no Brasil do século XIX. Afinal, qual era de fato, a situação desses africanos e o que o governo imperial e as leis brasileiras entendiam ser africanos livres?

A definição de africano livre no século XIX foi estabelecida a partir da Lei de 7 de novembro de 1831, que estabeleceu que todos os escravos introduzidos no Brasil ou em seus portos, quando originários de fora do país, ficariam livres⁴⁹. Na realidade, essa lei não chegou a ser cumprida em suas disposições mais importantes, como aconteceu com a maior parte da legislação antiescravista do período. Porém, abriu precedentes importantes para que houvesse uma intensa confusão quanto ao estatuto jurídico dos africanos que entraram no Brasil após sua promulgação. A indefinição sobre o que fazer com os africanos ilegalmente introduzidos no país permitiu toda a sorte de abusos praticados contra esses indivíduos. Pelos artigos da lei em questão, ao serem apanhados por traficantes que agiam clandestinamente, tais africanos deveriam ser libertados.

Mas como fazer isso, já que muitas vezes, essas pessoas encontravam-se fragilizadas, em péssimas condições de saúde e sem recursos para retornarem aos seus locais de origem? A solução encontrada foi que, ao serem apreendidos, os africanos nessas condições deveriam ficar aos cuidados do governo brasileiro, sendo tratados mas prestando serviços nas companhias pertencentes ao Estado ou sob os cuidados de arrematantes particulares e idôneos, aos quais deveriam servir por 14 anos e depois seriam libertados. Como era de se esperar, tal expediente nunca acontecia e os africanos, embora livres,

⁴⁸ Por exemplo, nos meses de outubro e novembro de 1822 ocorreram distúrbios causados por operários “prussianos” estabelecidos na Fábrica e que se recusavam a acatar as normas que dirigiam os trabalhos dos fornos e fundições. AESP, *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, Caixa 1.

permaneciam trabalhando sob regime de escravidão por toda a vida ou por prazos muito maiores do que o estabelecido por lei. O emprego desses africanos em companhias pertencentes ao governo imperial foi então uma prática comum. Neste sentido, foram incorporados como trabalhadores em instituições como a Fábrica de Pólvora da Estrela, os Arsenais da Marinha, no Rio de Janeiro, ou a Fábrica de Ferro São João de Ipanema em São Paulo⁵⁰.

No caso da Fábrica Ipanema, os primeiros africanos livres chegaram ali em 1834. Já em 1837, o Estabelecimento contava com 48 africanos livres, sendo trinta homens e dezoito mulheres. Em 1841, o contingente de escravos havia diminuído, porém, houve um significativo incremento de trabalhadores de outras categorias, como os africanos livres (104), degredados (42) e mais operários livres, totalizando 312 indivíduos no total⁵¹. Por volta de 1846, Ipanema mantinha em seu quadro de trabalhadores 240 africanos livres, sendo 196 homens, 23 mulheres e 21 crianças, além de 166 escravos, dos quais 71 eram homens, 59 mulheres e 36 crianças, o que totaliza 406 “pretos de todas as condições” que serviam aquele Estabelecimento⁵². Porém, em 1860, os números disponíveis mostram uma nítida queda no número de escravos e africanos livres no Estabelecimento, causado pelo encerramento das atividades da fábrica naquele ano e a dispersão dos operários de Ipanema que ficaram sob domínio de terceiros. A Tabela 10 compara os dados de 1846 e 1860 quanto ao contingente de trabalhadores da fábrica.

Tabela 10
Escravos e Africanos livres na Fábrica Ipanema

	1846*		1860**	
	Escravos	Africanos livres	Escravos	Africanos livres
Homens	71	196	26	9
Mulheres	59	23	30	4
Crianças	36	21	11	0
Total	166	240	67	13

Fontes: * Rodrigues, Jaime. Ferro, trabalho e conflito... P.38.

** AESP, Fábrica de Ferro, CO 5216, cx.4, 1849-1870.

⁴⁹ BANDECCHI, Pedro Brasil, op. cit. p.43.

⁵⁰ Sobre os africanos livres nestas companhias ver Moreira, Alinnie Silvestre. Liberdade tutelada : os africanos livres e relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c.1831-c.1870). Dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP. Campinas, SP : [s.n.], 2005. Rodrigues, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na fábrica de Ipanema. *História Social: Revista da pós-graduação em História*, IFCH-UNICAMP, n. 4/5, 1998.

⁵¹ Rodrigues, Jaime., op. cit. p.35.

⁵² Rodrigues, Jaime., op. cit. p.38.

De acordo com a Tabela 10 portanto, se em 1846 os africanos livres representavam 59% da força de trabalho da fábrica (com exceção dos trabalhadores livres não incluídos na Tabela), em 1860, esse percentual era de 16,2%. Entretanto, na comparação dos dois anos houve redução de quase 95% no contingente de escravos e africanos livres da Fábrica, mostrando que a década de 1860 foi de fato, um período de decadência nas atividades produtivas de Ipanema.

No entanto, o que chama a atenção na maioria dos documentos pesquisados é o arrolamento dos africanos livres ao lado dos escravos como mão-de-obra da fábrica. Alguns africanos estavam na companhia há bastante tempo, portanto, habituados à rotina de trabalho. Porém, outros africanos que foram incorporados aos quadros posteriormente, muito provável por via do tráfico interno, eram motivo de preocupação do diretor, pois segundo seu ponto de vista, os mesmos africanos comportavam-se mal e faziam muitas reivindicações. É o que se lê em um ofício datado de 21 de março de 1849, no qual o diretor da fábrica, reclama ao presidente da província providências para que esses indivíduos não prejudiquem os trabalhos da fábrica. Relata o diretor que

*“Já em meu ofício nº 11 do 1º do mês p.p. observei a V.Exc. que os africanos livres (...) remetidos para o serviço desta fábrica (que segundo consta já serviram muito tempo na Bahia) dificilmente se poderiam ajeitar e acomodar com os trabalhos deste estabelecimento, por serem quase todos marinheiros, exigentes e mal acostumados”*⁵³.

Observe-se que o diretor destaca que os mesmos africanos haviam servido na Bahia, o que contribuiu para uma má avaliação da serventia dos mesmos, pois os escravos e africanos baianos tinham fama de serem “inconvenientes” devido aos conflitos que resultaram no levante dos malês em 1835 naquela província⁵⁴. Por isso segue o incomodado diretor em seu ofício:

“Agora tenho de representar a V.Exa. que tais africanos, além de pouco úteis a Fábrica são perigosíssimos, e que ao menos três ou quatro dos mais influentes dentre eles,

⁵³ Ofício do diretor da Fábrica S. João do Ipanema ao presidente da província de São Paulo. AESP, Fábrica de Ferro, caixa 4, ordem CO 5512 (1849-1870).

⁵⁴ *Legislação da Província da Bahia sobre o Negro: 1835-1888*. Isailda Britto Pereira (Coord. Geral). Fundação Cultural do Estado da Bahia: Diretoria de Bibliotecas Públicas. Salvador, BA, 1996., p.17-23.

*devem ser quanto antes daqui afastados para evitar-se a tempo funestas consequências, fáceis de prever, em vista do que já se tem passado, e da circunstância de haverem no Estabelecimento muitos outros africanos com mais de 10 anos de serviço”*⁵⁵.

Deste modo, o temor do responsável pela fábrica refere-se, embora não explicitamente, a possíveis revoltas entre os africanos que já trabalhavam no estabelecimento capitaneados pelos novos elementos que foram incorporados ao serviço. Mas os cuidados do diretor diziam respeito também a outro fato ocorrido pouco antes. No caso, um grupo de africanos havia partido para Sorocaba e interpelado o juiz municipal sobre a situação de trabalho em que estavam, inclusive com um requerimento escrito por um dos “perigosos” africanos no qual reivindicavam mudanças nas formas de trabalho e o cumprimento da promessa feita (segundo eles) de se concederem terras para plantarem suas roças. Portanto, prossegue o diretor esclarecendo que

*“Incluso achará V.Exa. o ofício que me dirigiu a este respeito o juiz municipal de órfãos do termo de Sorocaba e um requerimento que me foi apresentado por um dos referidos africanos; cumprindo-me declarar a V.Exa. que os que foram falar ao dito juiz no domingo 11 do corrente, obtiveram licença minha para ir a Sorocaba sob pretexto de comprarem palha para chapéus”*⁵⁶.

Portanto, aproveitando-se do subterfúgio de comprarem material para confecção de chapéus, os africanos dirigiram-se ao juiz municipal com uma série de reclamações. O requerimento mencionado pelo diretor e escrito por um grupo de africanos é de difícil leitura⁵⁷. O Juiz ao tomar conhecimento do requerimento comunicou de imediato o diretor, Ricardo Gomes Jardim, recomendando providências urgentes. O presidente da Província também foi informado dos graves acontecimentos, no mesmo momento que o diretor da Fábrica pedia licença do cargo para não mais voltar a ocupá-lo⁵⁸. Entretanto, pode-se

⁵⁵ Ofício do diretor da Fábrica S. João do Ipanema ao presidente da província de São Paulo. AESP, Fábrica de Ferro, caixa 4, ordem CO 5512 (1849-1870).

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ Uma transcrição literal do referido documento foi feita por Jaime Rodrigues (Ferro, Trabalho e Conflito...), por esse motivo, não o reproduzimos neste texto. Rodrigues, Jaime., op. cit. p.38-9.

⁵⁸ Rodrigues, Jaime. Op. cit. p.40-1.

conjeturar que o fato dos africanos livres estarem no mesmo nível que os escravos da fábrica provocava tensões entre esses grupos de trabalhadores, fazendo com que o diretor recorresse ao presidente da província no sentido de retirar tais indivíduos dos quadros do estabelecimento o mais rápido possível, a fim de se evitar conflitos mais graves⁵⁹. Na realidade, os africanos contestavam sua condição como trabalhadores da fábrica em regime de escravidão, pois já haviam servido 16 anos no Arsenal da Marinha na Bahia e já estavam naquela época designados para servirem em Ipanema, o que lhes causava grande descontentamento, visto que o acordo feito com as autoridades brasileiras não era cumprido e eles estavam sujeitos a trabalharem como escravos.

Não obstante tais problemas de controle da mão-de-obra, especialmente nos grupos de escravos e africanos livres, o trabalho na fábrica deveria continuar dentro dos limites possíveis impostos pelos equipamentos nem sempre em bom estado de conservação e pela própria dificuldade em se obter trabalho qualificado para algumas tarefas. Na direção contrária de alguns autores que trabalharam sobre o tema escravidão industrial, os quais ressaltam que não havia incompatibilidade entre os escravos e o trabalho fabril, o diretor de Ipanema reclamava, em 2 de janeiro de 1849 da pouca produtividade e excessivo gasto de combustível de um escravos em particular. Afirma o diretor que

*“Tendo cessado na noite de 4 para 5 do mês de dezembro findo, como já comuniquei a V.Exa., o labor dos fornos-altos, fiz começar no dia 13 os trabalhos do refino do ferro, que com as interrupções motivadas pelos dias santos de guarda, têm continuado satisfatoriamente, ao menos em relação ao que se pode esperar da vetustez e má disposição das forjas e malhos, e do préstimo de um único escravo (...) com alguma prática rotineira deste serviço. Melhorei quanto era possível sem uma total demolição da forja atual do refino, mas não posso conseguir do operário mudança alguma na sua imperfeita prática e costumada rotina, segundo a qual o gasto de carvão é excessivo”*⁶⁰.

⁵⁹ Jaime Rodrigues acompanhou a trajetória desse grupo de africanos livres, o qual começou a ser disperso pela direção da Fábrica, sendo que alguns foram enviados à cadeia na capital da Província.

⁶⁰ Ofício do diretor da Fábrica S. João de Ipanema ao presidente da província de São Paulo (2 de janeiro de 1849). AESP, Fábrica de Ferro, caixa 4, ordem CO 5512 (1849-1870).

Portanto, fica claro que para o diretor os trabalhos seguiam precariamente e os serviços prestados pelo único escravo com experiência nas tarefas de refino do ferro revelam, possivelmente, um período de dificuldades para a fábrica. Quanto ao argumento de que nada se poderia mudar na rotina e prática incorretas do cativo, pode haver muitas interpretações, onde possivelmente uma visão racista (que desqualificava o trabalhador escravo) talvez estivesse presente. Entretanto, embora o diretor reclamasse dos préstimos do referido escravo, as linhas seguintes do ofício demonstram que os demais cativos exerciam múltiplas atividades dentro da fábrica, desde aquelas diretamente ligadas à produção até serviços de roça e preparação dos alimentos que eram consumidos no estabelecimento. Assim, prossegue o diretor informando ao presidente da província:

“Nenhuma novidade ou alteração ocorreu durante o mês no número de escravos e africanos desta fábrica. Nestas participações mensais não costumo mencionar o trabalho da casa das máquinas (onde se torneiam e ajustam os aparelhos para engenhos) e das outras oficinas, nem o serviço dos escravos na fatura (sic) de cavacos, na lavoura, e nas carvoarias, subtendendo sempre que esses e outros serviços acessórios como dos pilões e do moinho, que são quase constantes, marcham com a possível regularidade”⁶¹.

Deste documento pode-se perceber as várias atividades nas quais escravos e africanos livres eram empregados em Ipanema. Trabalhavam nas rotinas de máquinas, moldando peças, na alimentação dos fornos com carvão (possivelmente também na extração deste combustível) e na lavoura, onde se produzia parte dos alimentos consumidos pelos operários da fábrica. No período mostrado pelos documentos aqui em questão (1849-1850), verifica-se que o estabelecimento passava por problemas em sua estrutura produtiva, embora mantivesse, como mencionado, um contingente expressivo de escravos entre sua força de trabalho.

Entretanto, as dificuldades encontradas pela fábrica de ferro Ipanema não impediram seu funcionamento ainda por algumas décadas do século XIX. Como foi visto anteriormente, o desenrolar dos atritos fronteiriços no Prata permitiu que a fábrica fosse reativada (suas atividades foram interrompidas em 1860), embora parte de sua mão-de-obra

⁶¹ Ibidem.

tivesse de ser transferida para a província de Mato Grosso, onde o governo imperial objetivava construir novas fábricas de pólvora e ferro. Quando em 1860, o governo imperial requisita trabalhadores para essas fábricas, recorre ao estabelecimento de Sorocaba.

Em 30 de junho de 1860 o responsável pela operação de transferência de parte da mão-de-obra de Ipanema para Mato Grosso, engenheiro Rodolfo Wachneltdt escreve ao presidente da província de São Paulo informando que para cumprir as ordens expedidas necessitava de uma escolta de um alferes e dois soldados, havendo ainda a necessidade de três animais de sela e um de carga. Quanto as demais despesas para a operação, solicitava o engenheiro que dessem ordem

*“para que se paguem a mim, ou ao alferes que deve acompanhar os ditos escravos e africanos livres, as necessárias quantias para o sustento e transporte de 12 homens, 9 mulheres, e 14 crianças, em tudo 35 pessoas durante a sua viagem de Ipanema para Santos, isto é por 8 dias e outrossim que se sirve (sic) mandar expedir ordem para que o diretor de Ipanema ponha os animais de carga a disposição que necessário forem para a condução da bagagem dos escravos e das crianças dos mesmos, assim como de mandar remeter ao major Constantino de Oliveira em Santos os meios necessários para sustento destes escravos e africanos livres depois deles terem chegado em Santos”*⁶².

Junto com as recomendações acima, o engenheiro remeteu uma lista de escravos e africanos livres, por ele escolhidos, conforme a qualificação profissional e utilidade que pudessem ter nos novos estabelecimentos militares em Mato Grosso. Constava da primeira lista, datada de 14 de março de 1860, dez escravos sendo seis de serviço de roça, um moldador e ferreiro, um serralheiro, um carpinteiro e um moldador e refinador. Entre os 4 africanos livres relacionados havia um de serviço de roça, um fundidor, um carpinteiro e um ferreiro. Entre as mulheres casadas com escravos e africanos livres contava-se nesta lista uma servente, uma cozinheira e uma parteira, além de três de serviço de roça⁶³.

⁶² Arquivo do Estado de São Paulo; CO5535a Escravos (1843-1888).

⁶³ Arquivo do Estado de São Paulo; Relação dos escravos e africanos livres escolhidos em Ipanema, 23 de junho de 1860; CO5535a Escravos (1843-1888).

Na segunda lista elaborada por Wachneltdt e enviada à presidência da província em 23 de junho de 1860 constavam nove escravos do sexo masculino, cujas funções eram: marceneiro, carpinteiro, servente, ferreiro, serralheiro, fundidor e refinador. Havia ainda um escravo de serviço de roça. Desse grupo de cativos quatro eram solteiros. Os demais casados deveriam ser acompanhados pelas respectivas esposas e filhos (quando os tivessem). Entre as mulheres, as atividades desempenhadas eram: serviço de roça (duas), lavadeira, parteira, servente, cozinheira e costureira. Quanto aos africanos livres, em número de três nessa lista, exerciam as funções de fundidor, carpinteiro e pedreiro. Um era solteiro, um casado com uma escrava e outro com uma africana supostamente livre, embora essa condição não esteja explícita no documento.

Uma terceira lista (ou talvez continuação da segunda), relacionava 16 escravos, cujas profissões eram serviço de roça (6), torneiro (1), tropeiro (1), pedreiro (1), fundidor (1), carpinteiro (4), ferreiro (1) e ajudante de ferreiro (1). Entre os africanos livres, em número de 8 nesta lista observa-se a presença de dois “marinas” (marinheiros), dois ferreiros, quatro de roça. As mulheres casadas com escravos e aquelas casadas com africanos livres, em número de quatro no total exerciam atividades de serviço de roça (2), cozinheira e costureira.

Nesta terceira lista, aliás, observa-se a presença de escravos e africanos livres que desempenhavam funções ligadas ao transporte, ou seja, dois marinheiros e um tropeiro que possivelmente seriam encarregados pelas acomodações dos demais trabalhadores e por conduzir as cargas até seu destino. De qualquer modo, verifica-se que o engenheiro era bastante criterioso e embora escolhesse alguns escravos de roça, procurou levar para os novos estabelecimentos em Mato Grosso aqueles escravos cujas profissões eram ligadas diretamente à produção de ferro e que exigiam um grau de conhecimento técnico mais elevado.

Entretanto, as listas remetidas Por Rodolfo Wachenltdt ao presidente da província tinham sido motivo de problemas entre o engenheiro e os encarregados e executarem as ordens e selecionar os operários constantes da relação nos meses anteriores. Possivelmente, as listas foram remetidas mais de uma vez, pois em 1º de junho de 1860, quase um mês antes de mandar as listas ao governo provincial, explicava o engenheiro que

*“Por ordem do Exmo. Sr. Ministro da Guerra escolhi na fábrica Ipanema aquele material e pessoal que julguei próprio para os estabelecimentos de Mato Grosso, como mostram as relações enviadas com data de 14 de março p.p. (próximo passado) (...) Essas relações principalmente a do pessoal, tais quais as enviei a presidência, igualmente as remeti com todos os detalhes a fim de poder efetuar-se a recepção em Ipanema, ao Sr. Major José Constantino de Oliveira, a quem o Sr. Ministro da Guerra encarregou do transporte dos objetos para Mato Grosso”*⁶⁴.

Não obstante o empenho do engenheiro em fornecer todos os detalhes da operação, reclamava no mesmo ofício que *“antes de ontem de noite chegou a esta cidade (Santos) o Sr. Major J. Constantino de Oliveira, infelizmente porém trouxe somente parte do pessoal e até entre eles indivíduos que não escolhi, e que conforme a ordem ministerial de 28 de março não foram destinados para Mato Grosso”*. Pior que isso, o desolado engenheiro constatou que *“as pessoas mais aproveitáveis e justamente aqueles que deveriam ser os mais úteis para os novos estabelecimentos, foram retidas e substituídas por indivíduos de pouca utilidade”*. Agravava ainda mais a situação o fato de que os pedidos de Wachneldt para que os escravos e africanos livres fossem enviados juntamente com suas famílias não foram atendidos, *“separou-se famílias, e remeteu-se gente que não preencherão o fim para que estão destinados”*. Diante de tal quadro o engenheiro solicita do governo provincial as necessárias providências *“para que seja cumprida a ordem do Governo Imperial, e entregue em Ipanema e remetido para este o pessoal que falta e que foi trocado (...) a fim de poder seguir para Mato Grosso no navio cuja entrada se espera”*⁶⁵.

Os motivos que levaram os dirigentes da fábrica, ou o citado Major José Constantino a trocar os trabalhadores escolhidos pelo engenheiro não ficam evidentes. Possivelmente, o diretor da fábrica Ipanema temia que cedendo os escravos e africanos livres mais qualificados, a companhia ficaria desfalcada por tempo indeterminado. Tal episódio pode ser um indicador de que os trabalhadores de maior conhecimento técnico pertencessem ao grupo dos escravos e africanos livres. Uma das pistas para a questão veio

⁶⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, ofício do engenheiro Rodolfo Wachneldt ao Presidente da Província de São Paulo, 1 de junho de 1860. CO5535a Escravos (1843-1888).

⁶⁵ Idem, ibd.

da resposta dirigida pelo Major Constantino ao presidente da província e esclarecendo os desentendimentos sobre o recrutamento da mão-de-obra da fábrica. Diz o major que

“é exato ter trazido somente 32 escravos e não 64 como havia escolhido o mesmo Rodolfo, e alguns desses que trouxe, não combinam os nomes com os da relação que me deu o dito Rodolfo, o que verbalmente comuniquei a V.Exa. quando aí cheguei com os ditos escravos”. O major afirma ainda que mostrou as listas divergentes ao diretor da fábrica Ipanema, tendo este respondido que *“assim estava de acordo com as ordens do Ministério e com a portaria de V.Exa. de 24 de abril (...) pois que não tinha recebido ordem alguma do mesmo Ministério nem de V.Exa. para entregar-me a segunda escolha feita pelo mencionado Rodolfo”*⁶⁶.

Quanto a situação dos escravos e africanos livres, propriamente dita, a excursão de Ipanema até chegar a Santos e daí serem embarcados para os novos estabelecimentos em Mato Grosso, foi bastante difícil. Não apenas pela viagem (longa), mas também pela falta de cuidados com que foram postos em marcha após o major José Constantino tê-los recebido do diretor da fábrica. Em documento que não consta data, o major relata os preparativos para a viagem. Vale a pena seguir alguns trechos do relato, pois mostra muitos pontos interessantes sobre o episódio:

“Seguindo a ordem de V.Exa. fui no dia 2 deste corr. mês com 1 cabo e 2 praças à minha disposição a Ipanema, aonde cheguei no dia 4 a noite.

No dia seguinte designei de entre os escravos e africanos livres que o diretor da fábrica de ferro apresentou aqueles que devem ir a mato Grosso, sendo eles os mesmos que já tinha escolhido. E para suprir aqueles que foram no entretanto, a Ipanema escolhi estes cujas relações se acham especificadas na lista junta. Saindo com esta gente no dia 6 de Ipanema só pude chegar aqui (Sorocaba) ontem pela tarde por causa de um dia extremamente chuvoso, sem que houvesse porém tido outro qualquer acontecimento fatal.

Desgraçadamente encontrei, como antes, estes escravos e africanos destituídos de cobertores e parca e ruimente (sic) vestido. Pedindo ao diretor que subministrasse

cobertores àqueles que seguem viagem, foi me resposta negativa, alegando ele que não havia e que por falta de tempo não fora possível aprontar vestidos para eles.

E repugnando-me o ver partir esta gente com suas crianças malvestida (sic) e mesmo sem cobertores fazer viagem penosa em uma estação tão rígida procurei suprir esta falta em Sorocaba (...)”⁶⁷.

A solução encontrada para o problema de fornecimento de sustento e vestimenta para os trabalhadores seguirem viagem foi pagar, do próprio bolso do engenheiro responsável pela transferência dos indivíduos, os valores necessários para a aquisição dos mantimentos. Segue o Major escrevendo que

“O engenheiro Rodolfo Wachneldt pagou essas despesas e outras com transportes e animais e solicita ao presidente da Província o reembolso do montante adiantado. E ainda pede ordem para substituir o escravo Martinho que era pedreiro, porém aleijado e não poderia seguir viagem a pé para Santos e deve ser substituído pelo africano Simplício, sendo que Martinho deve retornar a Ipanema com as pessoas e animais vindos de Santos”⁶⁸.

De fato, o engenheiro apresentou as contas à presidência da província em 14 de julho de 1860, cujo montante era de 170\$550, distribuídos entre despesas para manutenção e equipamentos e despesas de viagem⁶⁹. Na tabela 11 em seguida vê-se a relação das despesas com manutenção e equipamentos.

⁶⁶ Arquivo do Estado de São Paulo. Resposta do Major José Constantino de Oliveira ao presidente da Província, 11 de junho de 1860. Escravos CO5535a (1843-1888).

⁶⁷ *ibidem*.

⁶⁸ *ibidem*.

⁶⁹ Acerca do incluso ofício do Engenheiro Rodolfo Wachneldt, ainda para informar em ordem de V.Exa. de 16 do corrente sob nº 38, e no qual apresenta a conta das despesas feitas com o transporte de africanos livres e escravos vindos da Fábrica de Ferro do Ipanema com destino as fábricas de ferro e pólvora que se vão criar na Província de Mato Grosso para o que esta Tesouraria em 30 de junho findo lhe adiantou a quantia de 300\$000 reis (...) Tesouraria da Fazenda da Província de S. Paulo, 25 de julho de 1860. Arquivo do Estado de São Paulo, Escravos CO5535a (1843-1888).

Tabela 11
Relação das despesas feitas para os escravos e africanos
livres vindos de Ipanema

46 cobertores a 960 reis	44\$160
1 Caldeirão, 1 chaleira, 25 rs a 560 rs, 1 caldeirão 10 rs, 1 chaleira 500 rs	19\$420
Aluguel de um carro de Cutia a São Paulo para condução das crianças	12\$000
Aluguel e sustento de 2 animais de sela e um de carga para ida e volta de Ipanema	90\$000
2 lanternas e 1 caneca compradas em S. Paulo	2\$120
Total	167\$700

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo. Relação das despesas feitas para os escravos e africanos livres vindos de Ipanema, 14 de julho de 1860, Escravos, CO5535^a.

Dentre as despesas acima descritas chama a atenção o aluguel de “um carro” para conduzir as crianças, filhos dos escravos e africanos livres que estavam em trânsito. Tal situação demonstra que a preocupação do engenheiro em não separar as famílias foi, ao menos em parte, atendida, ainda que o mesmo tivesse que solicitar tal expediente direto à presidência da província.

Por sua vez, as despesas realizadas com a viagem propriamente dita, constam da tabela 12 em seguida.

Tabela 12
Sustento de 43 pretos e dos animais de transporte
contando do dia 6 até 13 de julho inclusive

Despesas em Sorocaba	19\$080
Despesas em S. Roque	7\$000
Despesas em Taboão	10\$400
Despesas em Inheíba (?)	20\$020
Despesas em Cutia	25\$460
Despesas em S. Paulo	39\$090
Despesas em Jaguari	5\$000

Mantimentos para viagem comprados em Ipanema	44\$500
Total	170\$550

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo. Relação das despesas feitas para os escravos e africanos livres vindos de Ipanema, 14 de julho de 1860, Escravos, CO5535^a.

Importante destacar o roteiro da viagem realizada. As despesas mais elevadas referem-se, possivelmente, a gastos com pouso e alimentação nos locais onde os escravos e africanos livres passaram. Vale lembrar, que pelo próprio relato do Major acima mencionado, o trajeto de Sorocaba até Santos foi realizado a pé. Destaque-se ainda o fato de que da lista original do engenheiro, onde constavam 64 escravos e africanos livres, efetuaram de fato a travessia apenas 43 “pretos”.

Não foi possível, acompanhar o destino final desse grupo de escravos e africanos livres bem como de suas famílias ao chegarem ao final da viagem em Mato Grosso, nem como se estabeleceram nas novas fábricas de pólvora e ferro naquela região. Tais questões demandam mais pesquisas em fontes primárias, que ainda não foram realizadas, para que se possa desvendar as situações de trabalho que a transferência de parte da mão-de-obra da fábrica Ipanema para o futuro palco da guerra desencadearam na vida desses indivíduos e suas famílias. Futuramente, talvez, novas pesquisas sejam empreendidas e novas perspectivas sobre este caso sejam trazidas à luz do conhecimento histórico.

Por ora, cumpre ainda lembrar que, mesmo depois da guerra do Paraguai, a situação envolvendo a fábrica quanto a mão-de-obra continuava conflituosa. Exemplo disso é que em 1873 o diretor de Ipanema, a época o Major Joaquim de Souza Mursas, enviou correspondência ao então presidente da província de São Paulo Dr. João Theodoro Xavier, expondo os motivos pelos quais posicionava-se contra os requerimentos de várias pessoas que desejavam contratar os serviços do africano livre Damásio Guaratinguetá, de sua mulher Ana, suas filhas Juliana e Marcolina e seu filho Henrique, para trabalharem em estabelecimentos agrícolas da região, com base na lei de locação de serviços em vigor desde 28 de setembro de 1871.

O diretor é contrário a tal procedimento por julgar que os “protetores” de Damásio e sua família desejavam unicamente transferi-los para outras pessoas que os submeteriam ao cativeiro indevidamente. Diz o diretor que “*V. Exa. conhece, melhor do que eu, que a*

*legislação em vigor sobre locação de serviços é toda em desfavor do operário, os quais por pobreza, e fraqueza, poucas vezes acham advogados, que os defendam. Poderia citar – segue o diretor – exemplos de operários brancos reduzidos a condições que pouco diferem do verdadeiro cativoiro”*⁷⁰.

O diretor ainda suspeita do interesse dos requerentes por Damásio, um africano livre, “velho e fraco” e sua mulher doente, com três filhos de 10, 4 e 2 anos, levantando a hipótese de que o interesse seja na realidade, em levar a família de Damásio e duas enteadas desse, que viviam na fábrica e eram casadas com dois operários empregados no estabelecimento naval de Itapura. O diretor ressalta ainda que Damásio aceitaria o contrato iludido e prejudicaria toda a sua família, submetendo-se a uma situação incerta quanto ao trabalho.

Mostra ainda o diretor as vantagens que as crianças de Damásio e outras recebiam na fábrica: Juliana e Marcolina recebiam 600 réis por dia. Ana era doente e trabalhava pouco, recebendo também por dia 600 réis. Damásio quando trabalhava por jornal ganhava 1\$500 réis diários e por empreitada recebia 225 stera (?) de lenha. Por esses motivos e, por temer que novos contratos fossem firmados a revelia dos africanos libertos empregados na fábrica, o diretor é veemente na condenação de tal prática. Afirmava então que “*V. Exa. pode ter certeza que nenhum liberto da Nação ficará nesta fábrica, pois não faltará quem lhes venham fazer os mesmos oferecimentos e abusar de sua ignorância*”⁷¹.

Deste modo, percebe-se o interesse de indivíduos em recrutar, por meio de um artifício legal, africanos livres para servirem como mão-de-obra em lavouras nas localidades próximas a Ipanema. Se forem exatas as reclamações do diretor, estamos diante de um conflito grave para o funcionamento da fábrica e para os próprios trabalhadores que firmavam tais contratos de prestação de serviço. Não obstante, os africanos livres ao que tudo indica, representaram um contingente de trabalhadores que em certos períodos, perturbou a disciplina exigida pelos feitores dentro da Fábrica. Dos documentos analisados até aqui depreende-se que este grupo de operários tinha perfeita noção de sua condição de homens livres e em alguns momentos, valeram-se da intervenção de autoridades de fora da Fábrica para reivindicarem seus direitos como estipulava a lei.

⁷⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, Correspondência do Diretor da Fábrica de Ferro Ipanema ao Presidente da Província de São Paulo, 5 de fevereiro de 1873, Escravos CO5535a (1843-1888).

⁷¹ *ibidem*.

Desses conflitos, emerge uma idéia extremamente atraente que destaca a potencialidade dos africanos livres de se organizarem e lutarem pela liberdade prometida quando entraram ilegalmente no Brasil. Procurava este grupo, portanto, comandar seu próprio destino enquanto cidadãos livres, porém negros, numa sociedade marcada pela distinção de raça provocada pela escravidão. Os arranjos perpetrados pelos africanos livres para fazerem valer seus direitos poderiam ter caráter individual ou com vistas a liberdade de toda a família. De todo modo, representavam para a sociedade brasileira da época uma categoria ambígua, extremamente mal definida quanto as suas prerrogativas e direitos, dando margem para um significativo número de processos na justiça que exigiam a libertação de indivíduos ou suas famílias⁷².

Em 1864, a lei número 3310 de 24 de setembro, estabelecia a liberdade definitiva aos africanos livres habitantes de todas as províncias do Império que estivessem a serviço do Estado ou em posse de particulares, cumprindo-se o prazo definido pelo Decreto 1303 de dezembro de 1853 que estabelecia um prazo de 14 anos para concessão de liberdade aos africanos livres e encaminhava outras providências quanto a libertação dos mesmos. Entretanto, o fim jurídico da categoria africanos livres, em muitos casos, não representou liberdade de fato para esses indivíduos e suas famílias. Outras disposições da lei 3310 impunham restrições aos africanos, como por exemplo, algumas disposições que os obrigava a prestar contas, após a libertação, do local onde viviam e a qual “ocupação honesta” se dedicavam a fim de “viverem sobre si”, mostrando com clareza que ao Estado ainda caberia o controle sobre esse grupo social⁷³.

Ao tratar da inserção de mão-de-obra escrava e de africanos livres nos contingentes de trabalhadores que seriam transferidos da fábrica Ipanema para Mato Grosso, foi ressaltada a questão da qualificação desses indivíduos e a importância de sua utilização em processos de produção manufatureira/industrial como operários especializados em

⁷² Sobre os arranjos individuais ou em família para obtenção da liberdade pelos africanos livres ver Moreira, Alinnie Silvestre. *Liberdade tutelada : os africanos livres e relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c.1831-c.1870)*. Dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP. Campinas, SP : [s.n.], 2005, capítulos 3 e 4.

⁷³ “Mesmo que formalmente tivessem a posse de suas cartas, o governo não deixou de controlá-los para que informassem sempre seus locais de moradia e tomassem ocupações, conforme ditou as leis de 1853 e 1864. Puderam “viver sobre si”, mas ainda com limitações. O governo imperial, ao enviá-los para projetos nas fronteiras e aldeamentos (fosse por convencimento ou coação), não deixava de querer contar com sua força de trabalho. Continuaram, assim - mesmo com a carta de emancipação e a esperança de conquista de um espaço

determinadas atividades. A bibliografia sobre escravidão na indústria, tanto norte-americana como brasileira serviu de suporte para afirmar a relevância do tema e buscar novas perspectivas sobre o trabalho escravo, extrapolando as análises que enfatizam o trabalho escravo apenas em atividades que exigiam somente esforço bruto e pouco ou nenhum conhecimento técnico. Os escravos e africanos livres da fábrica Ipanema mostraram ser componente importante para a formação de novos estabelecimentos destinados à produção de armamentos nas fronteiras entre Brasil e Paraguai, como comprovam os documentos onde o engenheiro responsável pela operação de transferência reclama sobre a troca dos grupos de operários especializados em atividades metalúrgicas por outros de baixa qualificação ou mesmo impossibilitados de trabalharem por problemas físicos.

Os principais grupos de trabalhadores em Ipanema ao longo de várias décadas eram os escravos e africanos livres, que desempenhavam as mais variadas profissões dentro da Fábrica, desde a derrubada de matas e alimentação dos fornos com carvão até as que exigiam conhecimentos técnicos, ligadas diretamente à produção do ferro. As listas de operários mostradas neste capítulo comprovam a existência de uma significativa parcela de escravos e africanos livres que exerciam funções qualificadas.

Além desse aspecto profissional, porém, o que chamou a atenção na trajetória histórica dos escravos e africanos livres foram os esforços desses grupos de trabalhadores para consolidarem uma posição dentro do estabelecimento. Quanto aos escravos, os arranjos e requerimentos enviados aos administradores da Fábrica no sentido de permitir a constituição de famílias por meio do casamento oficial foi uma importante estratégia de sobrevivência e convívio no meio fabril em que estavam. Ademais, as reclamações dos escravos quanto ao trabalho, ao tratamento e a manutenção precária oferecida pela companhia demonstram um claro conhecimento de sua situação e as exigências feitas revelam que esses escravos sabiam perfeitamente como alcançar seus objetivos. Quanto aos africanos livres, tornaram-se ao longo do tempo um problema para os administradores, pois suas reivindicações, em alguns casos, foram feitas diretamente ao Juiz de Órfãos, sem ao menos serem comunicadas aos diretores da Fábrica. Tal fato abria um precedente perigoso,

livre e cidadão -, a viver a liberdade tutelada, agora sobre outros parâmetros”. Moreira, Alinnie Silvestre, op. cit. p. 248.

pois esses grupos poderiam e talvez influenciaram, os demais trabalhadores escravos a lutarem por aquilo que julgavam ser justo.

As mudanças jurídicas em relação a esses dois grupos de operários também foram importantes no desenvolvimento do estabelecimento. Desde a chegada dos primeiros escravos, por volta de 1811, ocorreram transformações significativas na designação dos trabalhadores da Fábrica. Em 1831, a lei que libertava os africanos introduzidos como escravos no Brasil provocou as primeiras confusões quanto ao emprego de africanos livres em Ipanema. Embora livres pela lei, esses africanos foram submetidos ao regime de escravidão, como revelam as listas onde aparecem sempre junto com os escravos de nação. Os escravos, por sua vez, também foram alvo de mudanças importantes, em especial a partir de 1871, quando passaram a ser considerados libertos, não obstante estarem sob controle do governo ainda por bastante tempo. Tais mudanças de *status* jurídico, muito embora permanecessem apenas no papel, são importantes para compreender as várias fases por que passou a Fábrica Ipanema até o encerramento definitivo de suas atividades em 1895, em pleno início da República.

Considerações Finais: Escravidão e Indústria

*“Já se ouve cantar o negro,
Que saudade, pela serra!
Os corpos naquelas águas,
- as almas, por longe terra.
Em cada vida de escravo,
que surda, perdida guerra!”*

(Cecília Meireles; Do negro nas catas;
Romanceiro da Inconfidência)

As polêmicas em torno das relações entre trabalho escravo e indústria que foram abordadas nesta pesquisa, buscaram principalmente, demonstrar a importância da mão-de-obra cativa em estabelecimentos fabris e as formas de exploração que decorreram da presença de escravos nesses ambientes. Entretanto, algumas questões devem ser retomadas com objetivo de tornar mais clara a compreensão sobre os temas expostos nos capítulos anteriores.

Deste modo, do ponto de vista histórico, tratar da escravidão na indústria remete a problemas complexos. O primeiro deles é a própria noção de trabalho cativo em meio industrial que se consolidou pela historiografia ao longo de décadas passadas. Uma comparação entre as análises realizadas nos Estados Unidos e no Brasil, apontou para alguns pontos em comum sobre essa temática. O pioneirismo norte-americano em abordar o tema escravidão e indústria refletiu uma tendência historiográfica que teve grande repercussão nas décadas de 70 e 80. No entanto, as primeiras análises apontaram para a incompatibilidade do trabalho escravo com o desenvolvimento industrial. Os argumentos em geral, nesta fase, procuravam mostrar as diferenças econômicas entre o sul escravista e agrário e o norte com trabalho livre e industrializado. Mesmo as indústrias sulistas apareciam como atrasadas do ponto de vista técnico em relação às suas congêneres nortistas. Por consequência, concluiu-se que a escravidão era um sério obstáculo ao desenvolvimento industrial e destoava totalmente de qualquer ideia de progresso técnico. Nessa corrente podem ser distinguidas duas tendências historiográficas: uma de caráter conservador e que via essa incompatibilidade como fruto da baixa qualificação dos negros

escravos para o trabalho fabril e de seu pouco interesse para desempenhar funções que exigiam algum conhecimento técnico (Phillips). Outra tendência, de viés marxista, procurava demonstrar a inviabilidade da produção industrial com trabalhadores cativos, argumentando que tal arranjo constituía um entrave às relações de produção capitalistas que predominavam na indústria no século XIX (Genovese).

No Brasil, as perspectivas sobre a escravidão na indústria também pareceram, de início, pouco promissoras. Autores considerados *clássicos* da nossa historiografia também se dispersaram em duas correntes teóricas distintas: os primeiros a analisar o problema, José Bonifácio e Joaquim Nabuco, concluía pela total impossibilidade de haver progresso industrial enquanto existisse escravidão no país. A escravidão era vista como uma instituição arcaica, arraigada na sociedade, cujos vícios e problemas impediam a evolução da sociedade e da economia e deveria, portanto, ser extirpada do corpo social. Outros autores, também de inspiração marxista rechaçaram a possibilidade de haver desenvolvimento industrial enquanto o Brasil permaneceu escravista. A escravidão era percebida como uma instituição anômala inserida em um corpo de relações de produção pré-capitalistas (Caio Prado, F. Novais, J. M. C. Melo)

Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, as análises sobre o trabalho escravo na indústria começaram a mudar de rumo por volta das décadas de 1970 e 1980. A obra essencial para essa transformação talvez tenha sido concebida por R. Starobin, que propôs uma nova interpretação da inserção de escravos nas indústrias do sul dos Estados Unidos. Contestando as abordagens historiográficas antecedentes, Starobin lançou as bases para estudos fundamentados em perspectivas distintas, mostrando a importância e a eficiência da mão-de-obra escrava em estabelecimentos fabris. No Brasil, por sua vez, a maioria dos estudos que mencionavam a escravidão em fábricas faziam-no apenas como maneira acessória e não como uma das ramificações da instituição escravista. A década de 1980 veio trazer à tona as novas discussões, muitas influenciadas pelo desenvolvimento das pesquisas norte-americanas em temas sobre a escravidão. Especificamente sobre a escravidão industrial, o passo inicial foi dado por Douglas C. Libby com seu estudo sobre a Mina de Morro Velho. Seguiram-se outros estudos, mas as abordagens sobre escravos nas indústrias ainda é muito recente, com alguns trabalhos específicos somente na década de 1990 em diante.

As comparações entre a escravidão na indústria nos Estados Unidos e no Brasil revelam ser de grande riqueza teórica, com temas ainda inexplorados. Porém, não se pode concluir que houve identidades profundas entre as duas sociedades escravistas. A realidade histórica das duas áreas é bastante distinta e as comparações são apenas instrumentos de análise sob o ponto de vista historiográfico. Aproximações mais elaboradas devem levar em conta a necessidade de pesquisas aprofundadas sobre a natureza dos estabelecimentos fabris, seus níveis de produtividade, contingente escravo empregado, ramos específicos da indústria em que os cativos faziam parte, tamanho das fábricas, infra-estrutura de transportes, bem como uma essencial análise dos mercados consumidores em cada um dos países.

Entretanto, algumas conclusões podem ser assinaladas sob uma perspectiva comparativa entre Brasil e Estados Unidos em relação ao trabalho escravo nas indústrias. Do que foi tratado nesta tese, procurou-se demonstrar que a escravidão nas fábricas constituiu uma face da escravidão em geral e, mais que isso, teve uma importância fundamental em ambas as sociedades. Os argumentos para essa assertiva são baseados em três pontos essenciais: primeiro, a crítica às análises que vêem a escravidão como um obstáculo ao desenvolvimento industrial; segundo, a contestação da idéia de que escravos não tinham conhecimentos técnicos suficientes para o trabalho industrial e; terceiro, a contraposição de que o trabalho escravo industrial representava sempre um custo mais elevado para o empresário do que o trabalho livre.

As obras e fontes primárias aqui apresentadas, procuraram desfazer alguns desses equívocos e mostrar a escravidão no sistema fabril, como perfeitamente viável do ponto de vista econômico. No entanto, uma crítica poderia ser feita nesse ponto: ao tratar nesta tese da Fábrica São João de Ipanema, foram levantadas informações acerca de um estabelecimento fabril sob controle governamental, assim como era o caso, por exemplo, da Fábrica de Pólvora da Estrela no Rio de Janeiro. Comparativamente, as indústrias analisadas por autores norte-americanos eram, em grande parte, empresas privadas. Tal situação poderia gerar questionamentos como: por se tratar Ipanema de um estabelecimento estatal, a rentabilidade e produtividade do trabalho escravo era semelhante ao que ocorria em companhias privadas? A realidade da escravidão em fábricas sob administração do governo é possível de ser confrontada com aquela presente em companhias particulares?

Tais dúvidas dificilmente poderão ser respondidas sem novas pesquisas. No Brasil, os estudos sobre indústrias no século XIX, privilegiam o período pós-escravidão, voltando-se para a construção de análises sobre a formação do operariado e do empresariado no país. Poucos pesquisadores buscaram elucidar o trabalho escravo em estabelecimentos industriais privados. Talvez a maior dificuldade neste sentido, seja a prospeção de fontes documentais para empreender uma pesquisa mais aprofundada neste tema. As fontes empresariais são uma seara ainda pouco explorada e com muitas lacunas na historiografia brasileira e a participação de trabalhadores escravos nesse campo torna-se ainda mais problemática.

No entanto, Libby, por exemplo, conseguiu uma análise muito rica de um estabelecimento privado e suas relações com a mão-de-obra escrava, mostrando que a utilização de cativos era um expediente comum na companhia mineradora sob controle inglês, com rentabilidade e produtividade bastante aceitáveis, dadas as restrições de mercado encontradas no Brasil do século XIX. Deste modo, novas incursões sobre o tema terão o papel de esclarecer tantos pontos duvidosos. Porém, em essência, o que se pretendeu nesta tese foi demonstrar que o trabalho escravo estava inserido também nas fábricas e que tal realidade revelou perspectivas inusitadas em relação à escravidão, tais como, as reivindicações por melhores condições de trabalho, os arranjos familiares, a qualificação técnica de operários escravizados e em alguns casos, a presença de cativos em postos de supervisão e comando.

Em outra perspectiva, a escolha de um estabelecimento fabril em particular foi relevante no sentido de mostrar não só o ambiente e as condições de trabalho, mas também pelo fato de caracterizar um empreendimento *sui generis*. Desde seus primórdios, a Fábrica S. João de Ipanema foi um marco para a história da indústria no Brasil. De uma tentativa “modernizadora” preconizada pelo governo português a partir de 1811, a companhia passou por diversas fases, permanecendo como uma importante referência tanto econômica como estratégica. Já no período independente, talvez a Fábrica tenha vislumbrado sua melhor época. Mão-de-obra em abundância, especialmente escrava, encomendas do governo e de particulares que incrementaram a produção dos fornos tornaram Ipanema uma manufatura importante dentro do Império. A partir do Segundo Reinado, entretanto, a companhia passou por momentos de alta e queda quanto ao aspecto financeiro, chegando mesmo a

paralisar suas atividades produtivas. No entanto, pelos muitos relatórios dos Ministérios da Guerra e da Agricultura fica evidente que o estabelecimento necessitava de mais aporte de capital e incremento de sua infra-estrutura produtiva e viária. Para o governo, ao menos desde a segunda metade do século XIX, Ipanema representou investimentos a fundo perdido.

As características gerais da Fábrica Ipanema permitem fazer aproximações com os modelos de pré-indústria ou protoindústria que foram discutidos nesta tese. Em seu trabalho de 1986, Oliveira salientou que no Rio de Janeiro, as manufaturas possuíam um caráter pré-industrial, visto estarem inseridas em um ambiente tipicamente urbano, diferindo portanto, das formas protoindustriais européias em que a predominância das relações com os setores agrícolas era a marca comum. Libby, por sua vez, ao utilizar um conceito mais dilatado de protoindustrialização, avançou na interpretação das fábricas mineiras no século XIX, afirmando tratar-se de uma “variante mineira” de protoindústria. O caso de Ipanema, entretanto, aproxima-se mais dos padrões de proto-indústria, pela sua aproximação com o campo, sua distância considerável de grandes centros urbanos, sua relativa autonomia quanto ao consumo de gêneros de abastecimento e fornecimento de matéria-prima. Porém, devem ser observadas algumas outras características que diferem Ipanema dos modelos “clássicos” de proto-indústria. Por exemplo, ao contrário do que ocorreu em muitas partes da Europa, na região onde estava Ipanema não se desenvolveu nada semelhante ao denominado *Verlagssystem*, característica fundamental da protoindustrialização no Velho Continente. Também sob o ponto de vista demográfico, talvez o impacto da Fábrica Ipanema não tenha sido tão significativo, visto que a economia da região era marcada pela presença do comércio de mulas e não pelas atividades manufatureiras. Neste sentido, Ipanema pode ser considerada uma tentativa inusitada de se estabelecer uma manufatura de ferro em uma região de economia dinâmica, mas voltada para o setor comercial e de abastecimento. As aproximações possíveis com as protoindústrias européias são importantes, por revelarem como estavam organizadas as atividades produtivas da fábrica e como se estabeleciam as relações sociais dentro do estabelecimento, mas não se pode simplesmente tomar as experiências européias como referências absolutas para compreender a trajetória histórica de Ipanema.

Ao analisar as várias fases pelas quais passou a Fábrica, fica clara a sua importância econômica para a região, embora não fosse ela quem ditasse o ritmo da economia local. As múltiplas relações estabelecidas pela companhia ao longo dos anos mostram, no entanto, que teve um papel significativo na dinâmica plaga sorocabana das mulas, se não quanto aos aspectos econômicos, ao menos quanto aos sociais. As várias administrações de Ipanema ao longo de sua existência procuraram consolidar sua posição econômica, adquirindo terrenos dos proprietários de engenhos vizinhos para fornecimento de combustível, alargando seu espaço de influência com a criação de animais que serviam no transporte da fábrica, procurando estabelecer um pequeno mercado consumidor para sua produção entre os agricultores de cana-de-açúcar e café do entorno, mantendo um contingente de mão-de-obra importante para suas atividades.

Aliás, é exatamente a mão-de-obra da Fábrica que se tornou objeto fundamental de estudo nesta tese. A forte presença de escravos e africanos livres nos quadros da fábrica, durante muitos anos, foi um argumento bastante convincente de que o trabalho escravo é plenamente compatível com as atividades industriais. Escravos e africanos livres compuseram o grupo majoritário de operários da fábrica. Alguns desenvolveram habilidades dentro do estabelecimento, outros as trouxeram de experiências em outras companhias e, ainda vários foram instruídos por técnicos estrangeiros dentro da própria fábrica. É seguro, porém, que grande parte do contingente escravo era destacado para funções menos técnicas, como derrubada de árvores, carregar pedras, conduzir animais de carga, etc. Mas isso não invalida de forma alguma a argumentação de que o trabalho fabril recebeu enorme incentivo quando passou a utilizar cativos.

A trajetória histórica de Ipanema serviu também para mostrar que, a escravidão não representou qualquer obstáculo ao seu desenvolvimento. Se a companhia passou por fases de extrema penúria financeira e baixa produtividade, tais fatos devem-se, antes, a problemas como a concorrência com produtos estrangeiros, a falta de infra-estrutura de transportes adequada, os altos impostos que os produtos pagavam ao serem transportados e a um mercado consumidor muito restrito. Longe de ser uma pedra no caminho, a escravidão foi uma solução economicamente eficaz para a Fábrica, em especial, por empregar mulheres e crianças de pouca idade. Por sua vez, em momentos de crise, a mão-de-obra escrava mostrou-se “flexível” quanto aos custos fixos, pois passou a ser dispersa entre os

proprietários de terra das redondezas. Claro, se a Fábrica não lucrou com tais expedientes, isto se deve mais a falhas na organização administrativa que propriamente uma rigidez do contingente escravo, visto muitas vezes como capital fixo. Ao invés de vender, ou alugar escravos em momentos de crise financeira e produtiva, as administrações da companhia, simplesmente os entregava aos plantadores de açúcar sem qualquer ônus, em evidente prejuízo para o estabelecimento.

Por outro lado, as relações de trabalho dentro da Fábrica mostraram ser conflituosas em vários momentos. Desde suas origens, Ipanema empregou largamente trabalhadores escravizados. Tal situação gerava problemas de diferentes ordens. Distúrbios em torno da instrução religiosa ministrada aos escravos, rebeldia, pouca adaptação a disciplina de trabalho entre outros marcaram os primeiros tempos da fábrica no século XIX. Posteriormente, as questões envolvendo o fim do tráfico de escravos marcaram as relações entre a administração e seus operários cativos. A introdução de africanos livres nos estabelecimentos sob comando do Império abriu precedente estranhos para manutenção da ordem escravista. Cientes de sua condição de homens e mulheres livres, mas sob tutela do Estado, os africanos passaram a reivindicar sua liberdade, em alguns casos, burlando as hierarquias da companhia e se dirigindo diretamente às autoridades provinciais.

As condições de trabalho também foram motivo para situações conflituosas. A falta de víveres, o número excessivo de horas de trabalho, as doenças constantes, eram reclamações feitas pelos escravos aos administradores de Ipanema. Tais situações, mostram que, longe de ser considerado melhor, ou mais “suave” que o trabalho no eito, as rígidas normas da fábrica e a exploração dos operários escravos, a escravidão na indústria era uma tarefa pesada, muitas vezes insalubre e arriscada.

Entretanto, as experiências vividas por escravos na Fábrica Ipanema revelaram que os arranjos internos eram importantes instrumentos de sobrevivência. As solicitações para casamentos, abrem uma nova perspectiva para o estudo das famílias escravas. As listas de operários escravos mostram isso. Vários escravos casados são relacionados junto com seus filhos e filhas, mostrando a possibilidade de se estabelecer famílias estáveis que passavam a morar dentro da Fábrica. Essa relativa “mobilidade” dos escravos era enfatizada quando se desejava realizar casamentos com os pedidos de auxílio material e financeiro. Em geral, os escravos que se dirigiam aos administradores com esse intuito procuravam destacar suas

qualidades como operários fiéis, que nunca haviam causado qualquer transtorno, que tinham qualificações para trabalhar em todas as tarefas que lhe fossem solicitadas e que já serviam no estabelecimento há muito tempo, merecendo, portanto, alguma recompensa pela sua dedicação.

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre na Fábrica Ipanema fez-se somente de maneira formal. Primeiro, com a introdução dos africanos livres, considerados como tal, mas mantidos sob cativeiro ao lado dos seus companheiros escravizados. Depois, em 1871, com as disposições da Lei do Ventre Livre que tornava todos os escravos de nação livres, porém mantidos presos a obrigações em seus respectivos estabelecimentos por cinco anos. Deste modo, é bastante provável que em Ipanema, o trabalho de negros ex-escravos tenha permanecido uma realidade até o fechamento da Fábrica já nos primórdios da República.

Portanto, pensar historicamente a Fábrica Ipanema, serviu como ponto de partida para abordar a complexa temática da escravidão nas indústrias, ainda mais polêmica por se tratar de um estabelecimento fabril encravado em um país cuja escravidão marcou todas as relações sociais, políticas e econômicas. Demonstrou-se pela análise dessas duas problemáticas (escravidão e indústria) que a incompatibilidade da escravidão com o trabalho fabril é um mito e como tal não se sustenta quando observado à luz da pesquisa histórica que envolve seus atores principais – escravos, africanos livres, administradores, autoridades políticas – abrindo novos horizontes para a compreensão da dinâmica da escravidão em todos os seus aspectos em nosso país.

Finalmente, a negação da idéia de incompatibilidade entre a atividade industrial e o labor escravo, mostra uma face cruel das relações estabelecidas pelo regime escravista em nossa sociedade. Se por um lado, as tentativas de modernidade e desenvolvimento técnico não foram barradas pela escravidão como se pretendeu defender nesta tese, por outro, a permanência das estruturas sociais do período escravista, mostrou a grande versatilidade da escravidão, extrapolando as relações de trabalho agrícola, infiltrando-se nas cidades, marcando indelevelmente as relações de trabalho nas indústrias do século XIX, o que permite concluir, talvez com o mesmo tom de pessimismo encontrado em Robert Starobin, que o avanço econômico e o progresso técnico não se traduziram, em nossa sociedade, em igualdade social, democracia racial e evolução moral.

Fontes Manuscritas

Arquivo do Estado de São Paulo Fábrica de Ferro S. João do Ipanema

Número de ordem	Anos
CO0245	1765-1821
CO0246	1764 –1821
CO0247	1764-1821
CO5213	1822-1834
CO5214	1835-1839
CO5215	1840-1848
CO5216	1849-1870
CO5217	1871-1890

Coletorias diversas localidades anos 1885 a 1888, caixa 1, ordem CO 2132.

Escravos , anos 1843-1888, CO5535a

Escravos, anos 1883-1888, caixa 2, ordem 5535

Mesas de Rendas – Várias localidades, anos 1880 a 1885, caixa 02, ordem CO2137.

Tráfico de negros, anos 1853 a 1861, caixa 1, ordem CO 5577.

Fontes Impressas

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Volume 65 (1765-1771), Editora do Arquivo do Estado de São Paulo, p.13.

Müller, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*. S. Paulo, Typographia de Costa Silveira, 1838. Reedição Litteral., Secção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1923.

Relatórios do Ministério da Guerra

Anos: 1835, 1860, 1871, 1872, 1873, 1874, 1876, 1877, 1892, 1893, 1894

Relatórios do Ministério da Agricultura

Anos 1877, 1878, 1879, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1895

VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *História da Fábrica de Ipanema e Defesa perante o Senado*. Brasília, Senado Federal, 1979.

Bibliografia

Artigos

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Bahia, Rio de Janeiro e a nova ordem colonial- 1808-1860. Trad. de Airton Brazil Pollini Júnior do original Bahia, Rio de Janeiro, et le nouvel ordre colonial, 1808-1860. In: CHASE, Jeanne (org.) *Geographie du capital marchand aux Amériques 1760-1860*. Paris, 1987.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Modelos da história e da historiografia imperial. *História da Vida Privada no Brasil*, v.2. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.), São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In.: História da Vida Privada no Brasil - Império . Coord. Fernando A. Novais. Org. do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. O sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). In: *História de Portugal*. José Tengarrinha (org.). Bauru, SP, EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Poetugal, PO: Instituto Camões, 2000.
- BANDECCHI, Pedro Brasil. Legislação básica sobre a escravidão africana no Brasil. In: *Coleção Museu Paulista – História*, v. 9, edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980.
- DIAS, Maria Odila da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*, 15 (n. especial), p. 89-109, 1985.
- EISENBERG, Peter L. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In.: *Estudos Econômicos*, 17, n.2, p. 175-216, maio/ago. 1987
- GRAHAM, Richard. Escravidão e desenvolvimento econômico: Brasil e Sul dos Estados Unidos no século XIX. *Estudos Econômicos*, 13 (1): 223-257, jan./abr. 1983.
- KARASCH, Mary. From porterage to proprietorship: African occupations in Rio de Janeiro, 1808-1850. In: ENGERMAN, S.L. and GENOVESE E.D. (ed.) *Race and slavery in the Western Hemisphere: quantitative studies*. Princeton University Press, 1975.
- KLEIN, Herbert. A oferta de muares no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.19, n.2, p.347-72, maio-ago. 1989.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. Ferrovias no Brasil 1870-1920. *Revista História Econômica & História de Empresas*, vol. VIII, n.1, jan.jun 2005.

- LAPA, José Roberto do Amaral. O mercado urbano de escravos (Campinas – segunda metade do século XIX). *Primeira Versão*, IFCH/UNICAMP, n. 37, 1991.
- LEVEEN, E. Phillip. A quantitative analysis of the impact of British supression policies on the volume of the nineteenth century atlantic slave trade. In: ENGERMAN, S.L. and GENOVESE E.D. (ed.) *Race and slavery in the Western Hemisphere: quantitative studies*. Princeton University Press, 1975.
- LIBBY, Douglas Cole. A mina de Morro Velho: caso limite das articulações entre o escravismo e o capitalismo oitocentista. *II Seminário sobre a Economia Mineira: História econômica de Minas Gerais; a economia mineira dos anos oitenta*. Haydn Coutinho Pimenta (Editor).Cedeplar, UFMG, Diamantina, 1983.
- LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. *História Econômica da Independência e do Império*. ABPHE, Fapesp, Hucitec, São Paulo, 1996.
- LICHTENSTEIN, Alex. Industrial Slavery and the Tragedy of Robert Starobin. *Rewiews in American History*, 19 (1991) 604-617. The Johns Hopkins University Press.
- MARTINS, Roberto Borges. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX. *II Seminário sobre a Economia Mineira: História econômica de Minas Gerais; a economia mineira dos anos oitenta*. Haydn Coutinho Pimenta (Editor).Cedeplar, UFMG, Diamantina, 1983.
- MATTOSO, Kátia M. Q. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava urbana (1819-1888). PELAEZ, Manuel e BUESCU, Mircea (org.) *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro, APEC, 1976.
- MAURO, Frédéric. O problema da pré-industrialização do Brasil. *Ler História*, n.13, 1988 (Trad. Renata Boaventura).
- MAURO, Frédéric. Pode-se falar de uma Indústria Brasileira na Época Colonial? *Estudos Econômicos*, 13 (n. especial: 733-744), 1983.
- MENDES, José de Castro. História de Campinas: suplemento do *Correio Popular*, n. 10: 6-7. 31 de outubro de 1968, apud em *Notícia Bibliográfica e Histórica*, n 162, jul/set. 1996
- MILLER, Randall M. The Fabric of Control: Slavery in Antebellum Southern Textile Mills. *Business History Review*, Vol. LV, n.4 (Winter, 1981).
- MÜLLER, Elisa & OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair M. de. Reflexões sobre a história da Fábrica de Ferro São João de Ypanema. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, Brasília, DF, dezembro de 1990.
- OGILVIE, S. Social Institutions and proto-industrialization. OGILVIE, Sheilagh & CERMEN, Markus (edit.). *European proto-industrialization*. Cambridge University Press, 1996.

- PAULA, João Antonio de. História e teoria: sobre a proto-industrialização. *História Econômica & História de Empresas*. Volume VI, São Paulo, Hucitec/ABPHE, p.97-123, 2003.
- PEACOCK, Reid. *The role of slave labor in industrialization*. Disponível na página <http://www.arches.uga.edu/~mgagnon/students/Peacock.htm> (acessado em 10/04/2004).
- PEDRÃO, Fernando. O Recôncavo baiano na origem da indústria de transformação no Brasil. SZMERECSÁNYI, T. e LAPA, J. R. DO AMARAL (orgs.) *História Econômica da Independência e do Império*. 2.ed. revista. São Paulo, Hucitec/ABPHE/Ed. da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.
- PELLICCIOTTA, Mirza. Subsídios para o estudo da evolução urbana de Campinas. *Revista Humanitas*, v. 1, n. 1, agosto de 1997.
- PHILLIPS, Ulrich. The economic cost of slaveholding in the cotton belt. *Political Science Quarterly*, 20, 257-275, 1905.
- REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. *História da vida privada no Brasil*, v.2, ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org. do volume).
- RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na fábrica de Ipanema. *História Social: Revista da pós-graduação em História*, IFCH-UNICAMP, n. 4/5, 1998.
- SCOTT, Rebecca J. Abolição gradual e a dinâmica da emancipação dos escravos em Cuba, 1868-86. Trad. de Laura Teixeira Motta. *Estudos Econômicos*., v.17, n.3, São Paulo, set./dez. 1987, p. 457-485.
- SILVA, Lígia Osório. Tavares Bastos e a questão agrária no Império. *Revista História Econômica & História das Empresas*, v.1, 1999 (ABPHE).
- SLAVERY, Urban. *The Handbook of Texas Online*. The Texas State Historical Association. <http://www.tsha.utexas.edu/handbook/online/articles/view/SS/yps2.html>
- SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, 13(1): 11-49, 1983.
- SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. COSTA, Iraci del Nero da (org.). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 1986.
- SLENES, Robert. Senhores e subalternos no oeste paulista. *História da vida privada no Brasil-Império*. Coord. da coleção: Fernando A. Novais; org. do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

- SLENES, Robert. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience, and Politics of a Peculiar Market. *The Chattel Principle: Internal Slave Trade in the Americas*. Edited by Walter Johnson. Yale University Press; New Haven & London, 2004.
- SOARES, Luiz Carlos, A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX. V *Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu (MG), set. 2003.
- SOARES, Luiz Carlos. A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (1840-1860). *História Econômica da Independência e do Império*. ABPHE, Editora Hucitec, Fapesp, São Paulo, 1996.
- SOARES, Luiz Carlos. Da necessidade do bordel higienizado – tentativas de controle da prostituição carioca no século XIX. VAINFAS, Ronaldo (org.) *História e Sexualidade no Brasil*, Graal, Rio de Janeiro, 1986.
- SOUZA, Laura de Mello e. O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.133-152, 1989. (Resenhas)
- STAROBIN, R. The Economics of Industrial Slavery in the Old South. *Business History Review* (pre-1986); Summer 1970.
- TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. (Cartas de Campinas). In: em *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, n. 150 abril/junho de 1993, p. 114-115.
- VERSIANI, Flávio R. Escravos, homens livres e imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. *História Econômica da Primeira República*. SILVA, Sérgio S. e SZMERECSENYI, T. (orgs.). 2^a. ed. revista, São Paulo, Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.
- WELCH, Pedro L. V. *The Urban Context of Slave Life: Views from Bridgetown, Barbados, in the 18th and 19th Centuries*. <http://www.geocities.com/Athens/Ithaca/1834/document1.htm>
- WHITMAN, Stephen T. Industrial slavery at the margin: the Maryland chemical works. *Journal of Southern History*, 59, n.1 (1993): 37, in *Journal Storage [database on-line]*, UGA-JSTOR, GALILEO. Disponível na página: <http://www.arches.uga.edu/~mgagnon/students/Peacock.htm> (acessado em 10/04/2004).

Livros e Teses

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das Letras, São Paulo, SP, 2000.
- ALGRANTI, Leila M. O feitor ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Vozes, Petrópolis, 1988.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *As raízes do industrialismo moderno (estudo histórico sobre as origens da Revolução Industrial Inglesa)*. Tese de Livre-Docência. FFLCH-USP, São Paulo, 1982.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo, Ática, 1980.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Revolução Industrial e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, FFLCH, USP, 1994.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. CMU-Unicamp, Campinas, 1997.
- BADDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo, Annablume. Fapesp, 2002
- BANDECCHI, Pedro Brasil. Legislação básica sobre a escravidão africana no Brasil. *Coleção Museu Paulista*, vol. 9, São Paulo, 1980.
- BARROS, Edgard Luiz de. A Guerra do Paraguai e seu contexto histórico. *Os Voluntários Paulistas na Guerra do Paraguai*. Arquivo do Estado de São Paulo, s.n.t.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*. 2ª edição, Typographia da Actualidade, Rio de Janeiro, 1863.
- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo, Pioneira, 1977.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p.211.
- BRASIL: Colonização e Escravidão. Maria Beatriz Nizza da Silva (org.). Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*, v. 2: *Os jogos das trocas*. Trad. Telma Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

- CAIRNES, J.E. *The slave power: its character, career, and propable designs: being an attempt to explain the real issues involved in the American Contest*. New York, Negro University Press, 1969.
- CAMILLO, Ema E. R. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Centro de Memória – Unicamp, 1998.
- CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos (estudos sobre o negro no Brasil)*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.
- CARVALHO, Edemir de. *Crise urbana e habitação popular em Campinas 1870-1956*. Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP, Campinas, 1991.
- CELIA, Maria Isabel Basilisco. *O comércio de abastecimento em Campinas: o processo de formação da economia interna e a atuação de proprietários de terras/tropeiros na construção da cidade (1767-1830)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia – Unicamp, Mestrado em História Econômica, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- CHIAVENATTO, Julio José. *O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*. Brasiliense, São Paulo, 1980.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Trad. de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, INL, 1975.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 2ª Edição, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1982.
- COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo, Editora Hucitec, Editora da Unicamp, 1996.
- DAMÁSIO, Adauto. *Alforrias e ações de liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. Dissertação de mestrado, IFCH / UNICAMP, 1995
- DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. Brasiliense, São Paulo, SP, 1984.
- EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Editora da UNICAMP, Campinas, 1989.
- EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Trad. João Maia. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas; UNICAMP; 1977.

- ELKINS, Stanley. *Slavery: a problem in American institutional and intelectual life*. Chicago, 1959, revised, 1976.
- FIELDS, Barbara Jeanne. *Slavery and Freedom on the Middle Ground: Maryland during the Nineteenth Century*. Yale University Press, New Haven and London, 1985.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras – um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o Rio de Janeiro, c. 1790-1830*. Rio de Janeiro, Arquivo do Estado, 1995.
- FOGEL, R. e ENGERMAN, S. *Time on the cross: the economics of american negro slavery*. Boston, Little, Brown and Company, 1974.
- FOGEL, R., GALANTINE, R., MANNING, R (edited by). *Without consent or contract: the rise and fall of American slavery: Technical Papers: Markets and Production (Volume I); Evidence and Methods*. [CARDELL, N. Scott et.al.]. W.W. Norton & Company; New York; London; 1992.
- FREIRE, Regina Célia Xavier. *Histórias e vidas de libertos em Campinas na Segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado, IFCH / UNICAMP, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 44^a. edição; Rio de Janeiro, Record, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais do século XIX*. 2^a edição aumentada. São Paulo, Ed. Nacional; [Recife]: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 3^a edição aumentada, Rio de Janeiro, 1961, 2t.
- FULLER, Cláudia Maria. *Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora – Campinas 1820-1840*. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1995.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 26^a. edição, Companhia Editora Nacional, 1997.
- GEBARA, Ademir. *Campinas- 1869-1875. Republicanismo, imprensa e sociedade*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1975.
- GENOVESE, E. *The political economy of slavery*. New York, Vintage Books, 1967.
- GENOVESE, E. *The Slaveholders' Dilemma: freedom and progress in Southern Conservative Thought, 1810-1860*. University of South Carolina Press, 1995.
- GOLDIN, Claudia Dale. *Urban Slavery in the American South, 1820-1860: a quantitative history*. Chicago, Univ. of Chicago, 1976.
- GOULART, Edmo. *Campinas, ruas da época imperial*. Campinas, 1983.
- GRAHAM, Douglas H. e HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migrações internas no Brasil: 1872-1970*. Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, 1984

- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRANZIERA, Rui G. *A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo, Hucitec, Unicamp, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palecete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- IANNI, Octavio. Uma cidade antiga. CMU-Unicamp, Campinas, (Coleção Tempo & Memória), 1996.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro Maia Soares, Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. Trad.: José Eduardo Mendonça. Brasiliense, 1987.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na zona da mata mineira, 1870-1920*. Campinas, Editora da UNICAMP, Brasília, CNPq, 1988.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade; os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (Coleção oficinas da história).
- LEWIS, Ronald L. *Coal, Iron, and Slaves: industrial slavery in Maryland and Virginia, 1715-1865*. Westport, Conn; Greenwood Press, 1979.
- LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1984.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1988.
- LOBO. Eulália L. História Empresarial. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Ciro F. Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil*. Edições Cultura, São Paulo, 1944, 2v.
- MARIANO, Júlio. *Badulaques*. Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas; 1800-1850*. CMU-Unicamp, Campinas, 1996.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988, vol. I, Livro Primeiro.
- MATOS, Odilon Nogueira de e RICCI, Maria Lúcia de S. Rangel. *Um pouco da história de Campinas*. Departamento de História, PUCCAMP, Campinas, 1985.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*, 4ª edição, Campinas, Pontes, 1990.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, RJ, 1998.
- MAURO, Frédéric. *La pré-industrialisation du Brésil, essais sur une économie, en transition 1830/1850-1930/1950*. Paris, CNRS, 1984.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. 5ª edição, trad. João Maia. São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Trad. Antonio de Pádua, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império 1871-1889*. Editora Nova Fronteira, s.d.
- MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO: CAMPINAS (1850-1960). Nascimento, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do [et.al.]. Editora da Unicamp, Campinas, SP, 1999.
- MENDES, José de Castro. *Retratos da velha Campinas*. Departamento de Cultura. São Paulo, 1951
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Editora da Unicamp, Campinas, 1999.
- MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Liberdade tutelada : os africanos livres e relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c.1831-c.1870)*. Dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP. Campinas, SP : [s.n.], 2005.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livre: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo, Fapesp: Annablume, 1999.
- MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das sombras: homens livres e pobres vivendo a crise do trabalho escravo. Campinas 1850-1888*. Dissertação de mestrado, FFLCH, USP, São Paulo, 1996.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.

- NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Sexta edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1995.
- OGILVIE, Sheilagh & CERMÁN, Markus (edit.). *European proto-industrialization*. Cambridge University Press, 1996.
- OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *A pré-indústria fluminense; 1808-1860*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1987.
- OLMSTED, Frederick Law. *The Slave States*. Revised and enlarged edition, with an Introduction by Harvey Wish. Capricorn Books, New York, G. P. Putnam's Sons, 1959.
- PARISH, Peter J. *Slavery: history and historians*. Harper & Row, Publishers, New York, 1989.
- PHILLIPS, Ulrich B. *American negro slavery: a survey of the supply, employment and control of negro labor as determined by the plantation regime*. New York, 1918, reprinted, Baton Rouge, La., 1966.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 24ª. reimpressão, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996, p. 220.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 42ª edição, Brasiliense, São Paulo, 1995.
- SAES, Flávio. *As ferrovias de São Paulo. 1870-1940*. São Paulo/Brasília, Hucitec/Instituto Nacional do Livro – MEC, 1981.
- Salazar, José Monteiro. *O esconderijo do sol*. Brasília, Ministério da Agricultura, 1988.
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai. Escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Rio Claro: café, elites e ferrovia: uma cidade em transformação: 1850-1906*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2000.
- SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, 1980.
- SCHWARTZ, S. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões, Bauru, SP, EDUSC, 2001.
- SESSO JR., Geraldo. *Retalhos da Velha Campinas*. Editora Palmeiras, Campinas, 1970.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Miriam Dolhnikoff (org.). Companhia das Letras, Publifolha, São Paulo, SP, 2000.

- SILVA, Marilena Rosa N. da. *Negro na rua (a nova face da escravidão)*. Editora HUCITEC, 1987.
- SILVA, Raul de Andrada e. *Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai 1814-1840*. Universidade de São Paulo. Fundo de Pesquisas do Museu Paulista. Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, vol.3. São Paulo, 1978.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7ª edição, Alfa-ômega, São Paulo, 1986.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Vova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.
- SLENES, Robert Wayne. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Stanford University, Ph. D., 1976.
- SOUSA, Jorge Prata de (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro, APERJ, 1998.
- STAMPP, Kenneth. *The peculiar institution: slavery in the Ante-Bellum South*. New York, 1956.
- STAROBIN, R.S. *Industrial slavery in the old South*. New York, Oxford University Press, 1970.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos*. Editora Ática, CNPq, 1988.
- TESSARI, Cláudia Alessandra. *Tudinhas, Rosinhas e Chiquinhos. O processo de emancipação dos escravos e os libertos no mercado de trabalho. Piracicaba: 1870-1920*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia –Unicamp, Mestrado em História Econômica, 2000.
- WADE, Richard. *Slavery in the cities 1820-1860*. Londres, 1977.
- WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.
- WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas (escravos e forros em São Paulo, 1850-1880)*. Editora Hucitec, São Paulo, SP, 1998.